



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Daniela Rebelo Monte Tristan

Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e
Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do
Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)

Manaus
2016



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

Daniela Rebelo Monte Tristan

Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e
Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do
Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Amazonas, como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Manaus
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T838t Tristan, Daniela Rebelo Monte
Trabalhadores da Tecejuta: : Experiência Operária e Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990) / Daniela Rebelo Monte Tristan. 2016
209 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalhadores. 2. fábrica têxtil. 3. experiência operária. 4. memória histórica. 5. juta. I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

A todas as trabalhadoras e trabalhadores da Tecejuta, que viveram, atuaram, suaram e sonharam juntos no chão da fábrica, dedico este trabalho.

Ao vivenciarem suas experiências como operários e operárias, construindo uma história em comum, na luta e na lida cotidiana para mudar os rumos de sua própria existência, contribuíram também para mudar minha própria visão do mundo e para tornar Santarém uma cidade melhor.

Corremos o perigo de esquecer que o sujeito de nossas pesquisas são seres humanos? Não deveríamos correr este risco, pois são pessoas – não o “trabalho”, mas homens e mulheres trabalhadores reais... – o que nosso estudo focaliza. Para muitos de nós o objeto final de nosso trabalho é criar um mundo no qual os trabalhadores possam fazer sua própria vida e sua própria história, ao invés de recebê-las prontas de terceiros....

HOBBSAWM, E. J. História Operária e Ideologia. In: _____. *Mundos do Trabalho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
(Presidente – UFAM)

Profa. Dra. Ana Lúcia Vieira
(Membro – UFAM)

Profa. Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes
(Membro – UFPA)

RESUMO

A dissertação discute as experiências dos trabalhadores da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (Tecejuta), desde a emergência da fábrica na cidade, buscando compreender as relações de sociabilidade que entre eles se constituíam, os padrões que regiam as relações de gênero no âmbito dos trabalhadores e nas interseções entre esse âmbito e outros da sociedade santarena, bem como as táticas empregadas em suas relações com a política da gerência, elementos esses aqui considerados indissociáveis na dimensão do cotidiano operário. Discute também o processo de formação da memória a respeito da criação da fábrica, tanto na esfera dos trabalhadores como no terreno da elite letrada local, buscando ainda as interfaces entre os discursos produzidos em ambos. A pesquisa traz elementos que permitem afirmar terem as vivências no chão da fábrica levado à formação de outra forma de pensar a moralidade partilhada pela sociedade da época, constituindo relações de gênero diferenciadas que forneciam uma forma de suporte para que a mulher operária se lançasse ao enfrentamento dos preconceitos que para ela se voltavam.

Palavras-chaves

Trabalhadores, fábrica têxtil, experiência operária, memória histórica, juta, Santarém.

ABSTRACT

The dissertation discusses experiences of laborers at Tecejuta (Spinning and Jute Weaving Factory) in Santarém since the emergence of their facilities in town, seeking out to comprehend the different relationships that were constituted among them, the norms that regulated gender relationships within the class of laborers and intersection of such scope and other groupings of Santarém's illustrated class, as well as tactics used in their relationship with management politics, been here, these elements considered inseparable in the dimension of day-by-day of labor. Discusses also, the process of forming the memory, related to installation of factory in the ambit of laborers as well as in ground of literate elite, seeking out the interface between the speeches produced in both sides. The search brings elements that allow us to confirm that experiences at factory-ground level, had derived in other ways of moral as shared by society at such moment constituting gender relations differentiated that would furnish a way of support to confront preconception she would have to face.

Keywords

Laborers, textile factory, laborer experience, historical memory, jute, Santarém.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é rememorar o caminho percorrido para a chegada do agora. Depois que concluí a graduação, durante vários anos sonhei em fazer mestrado, mas em Santarém não existia e nem existe o mestrado na área de História. Então, fiz especialização e me preparei para sair de Santarém, pois era a única maneira de dar prosseguimento à pesquisa sobre os trabalhadores da Tecejuta, que desde muito tempo ocupava espaço central entre meus objetivos de vida.

Após anos de atividade docente em escolas públicas e privadas, cumprindo extensa carga horária, finalizei a elaboração de um projeto de pesquisa, que decidi apresentar à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Num certo sábado à noite, de que sempre vou me lembrar, estava tudo pronto para a viagem em que eu iria pleitear uma vaga no programa de Pós-graduação em História dessa universidade: no domingo pela manhã eu embarcaria num voo para Manaus. Mas, naquela noite, algo estava errado comigo, não me sentia bem. Olhava para minha filha e me perguntava: como vou para um lugar com uma criança sem conhecer ninguém ali? Nem conhecia a cidade; o máximo que conhecia de Manaus era o aeroporto. Minha filha percebeu minha angústia e perguntou o que estava acontecendo. Acabei falando das minhas dúvidas e incertezas. As palavras dela foram fundamentais para o que estou vivendo hoje, porque foram como energias potencializadas de estímulos para a concretização de um sonho. Laura foi firme e disse: “Mãe, a minha vida depende da sua. Vai!”. Foi aí que percebi que o sonho não era só meu, era nosso.

Diante disso, meu primeiro e especial agradecimento é para Laura Emília Rebelo Blanco, minha filha, que sempre esteve comigo, me apoiando na trajetória do mestrado, sem reclamar das privações que tivemos durante esses dois anos e meio.

Ao longo desses anos, contei com apoio e ajuda de muitas outras pessoas, e desde já também quero me desculpar se deixar de mencionar alguma, por lapso de

minha memória. Quero que saibam o quanto vocês foram importantes para a realização do meu estudo. Sou grata:

A João Tristan Vargas, que primeiro se tornou meu amigo e desta amizade ao longo do mestrado se tornou meu companheiro amado, sou grata por me ouvir falar tanto em trabalhadores da Tecejuta, pela troca de ideias e pela paciência na espera do término do mestrado.

Ao meu orientador, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, que sempre me incentivou de forma entusiástica, me orientando a não me angustiar com o término da pesquisa e sim vivenciar a cada momento o que a pesquisa me proporcionava. Sempre com indicações precisas que me auxiliaram valiosamente na condução do mestrado.

A todos os meus professores de mestrado: Patrícia Rodrigues Silva, Almir Diniz, Antonio Morgan, Kátia Couto, Sinval Gonçalves, Maria Luiza Pinheiro e Eloína Monteiro dos Santos. E aos docentes que não foram meus professores no curso, mas que de alguma forma contribuíram com a pesquisa: Ana Lúcia Vieira e César Queiroz.

Aos professores convidados da banca de qualificação: Edilza Fontes e Ana Lucia Vieira. Sou grata pela gentileza, disponibilidade e seriedade com que fizeram todas as críticas para que meu trabalho pudesse melhorar e chegar aqui um pouco mais lapidado.

À Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), que me proporcionou licença remunerada das minhas atividades docentes para que eu pudesse ter tempo e recursos para realizar este trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pela concessão, durante um ano, de bolsa de estudo. Tal recurso foi fundamental para o andamento da pesquisa.

Ao Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), onde pude encontrar os periódicos em que pesquisei e onde pude contar com o apoio do bibliófilo e memorialista Cristovam Sena. Sempre que eu chegava lá, ele me indicava algo que me ajudaria na pesquisa.

Ao senhor Altemio Almeida de Sousa, que trabalhou por longos anos na Tecejuta e, tendo-se tornado responsável por cuidar do patrimônio da fábrica após seu fechamento, ajudou a manter os vestígios de sua história, o que muito contribuiu para que pudéssemos realizar nossa pesquisa.

A todos os trabalhadores da Tecejuta, que fizeram essa história que pesquisei e que, aos poucos, fui me dando conta de como fazia parte de minha própria história de vida. Durante as entrevistas, quando os trabalhadores lembravam algo, eu também lembrava.

Aos Colegas do mestrado, principalmente Daniel Barros, Rafaela Bastos, Johmara dos Santos e Isabel Saraiva, pela convivência e contribuições nas trocas de experiências, nos debates dos textos em sala de aula.

Aos amigos Rubens Rodrigues e Isabel Saraiva, que me acolheram em sua casa nas inúmeras vezes em que precisei voltar a Manaus, e aos amigos Johmara e Marcos, que também estiveram ao meu lado para tudo de que precisei quando morei em Manaus.

À minha amiga Lademe Correia de Sousa, que me incentivou a fazer o mestrado na UFAM.

Aos meus familiares:

Meus pais, Orlandina e Notilo, que sempre acreditaram em mim.

Meus irmãos, principalmente Herbert, que com meu pai Notilo viajou para Manaus e organizou o lugar onde eu iria morar.

Minha tia Vanice, com quem vivi um longo tempo de minha vida.

Por fim, agradeço o apoio de minha filha do coração, Martha Blanco, que não pôde me acompanhar para Manaus, mas que ficou em Santarém na torcida.

SUMÁRIO

Lista de Quadros e Imagens	14
Considerações Iniciais	15
Capítulo 1	
A Emergência da Fábrica.....	33
1.1 A Construção da Memória Sobre a Tecejuta: Ênfases, ocultamentos e a visão pela experiência operária.....	34
1.2 A Imprensa de Santarém e a Criação da Tecejuta: Memórias em disputa.....	46
1.3 A Memória dos Trabalhadores: Origens da fábrica.....	54
1.4 A Tecejuta e as Mudanças no Quadro Político Pós-1964.....	64
CAPÍTULO 2	
A Fábrica e a Organização da Produção.....	66
2.1 As Etapas do Processo de Trabalho na Fábrica.....	66
2.2 A Fase de preparação.....	71
2.3 A Fase de Fiação.....	81
2.4 A Fase de Tecelagem.....	86
2.5 A Etapa Final.....	92
CAPITULO 3	
No Chão da Fábrica: Experiências do Saber-Fazer.....	100
3.1 Condições de Trabalho.....	101
3.2 Acidentes de Trabalho.....	104
3.3 Remuneração, Vigilância e Controle.....	116
3.4 Cotidiano de Trabalho, Sociabilidades e Resistências.....	128
3.5 Sabotagem.....	145
CAPÍTULO 4	
Relações de Gênero no Interior da Fábrica.....	158
4.1 As Mulheres da Fábrica.....	159
4.2 Dando o que Falar: Homens e Mulheres na Tecejuta.....	177
Considerações Finais.....	193
Referências.....	198
Apêndice: Dados dos Entrevistados e dos Respective Depoimentos.....	205

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadros

Quadro 01: Cronologia das diretorias da Tecejuta.....	60
Quadro 02: Acidentes por gênero/tipo – 1974 a 1985.....	114

Imagens

Imagem 1: Habitações populares em Santarém 1.....	37
Imagem 2: Habitações populares em Santarém 2.....	37
Imagem 3: Uma caldeira da Tecejuta.....	69
Imagem 4: Extração das fibras de juta e malva nos arredores de Manaus	73
Imagem 5: Secagem da juta na várzea amazônica.....	73
Imagem 6: Armazenamento e prensagem da juta.....	73
Imagens 07 a 10: Sequência do processo de produção.....	75
Imagem 11: Amaciador.....	76
Imagem 12: Estendedeira.....	77
Imagem 13: Rolo de fibra de juta.....	78
Imagem 14 e 15: Carda grossa (lado direito e perfil).....	78
Imagem 16: Carda fina.....	79
Imagens 17 a 19: Passadores.....	79
Imagem 20: Vasos dos passadores e fibra de juta.....	80
Imagem 21: Máquina de fiação.....	82
Imagem 22: Retorcedeira.....	86
Imagem 23: Lançadeira.....	87
Imagem 24: Espuladeira.....	87
Imagem 25: Meadeira.....	88
Imagem 26: Urdideira.....	88
Imagem 27: Engomadeira.....	89
Imagem 28: Teares.....	89
Imagem 29 e 30: Calandra.....	93
Imagem 31: Cortadeira.....	95
Imagem 32: Máquinas de costura.....	97
Imagem 33: Carimbadeira.....	98
Imagem 34: Prensa.....	98
Imagem 35: Sacaria no caminhão de entrega.....	99
Imagem 36: O trabalho na Tecejuta.....	105
Imagem 37: O trabalho na Tecejuta.....	106
Imagem 38: O trabalho na Tecejuta.....	107
Imagem 39: Fichas de advertência.....	128
Imagem 40: Festa de Natal (1974).....	138
Imagem 41: “Festa dos Operários” – 1º de Maio de 1974.....	138
Imagem 42: Festa Junina – “Casamento na Roça” – dos operários (1977)	139
Imagem 43: Concurso da Miss Operária (1978).....	139
Imagem 44: Confissão de Culpa de Danilo Almeida.....	147
Imagem 45: Propagandas das pilhas Everedy.....	168
Imagem 46: Propaganda das pilhas Everedy (jingles).....	168

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olha, a Tecejuta pra mim é muito doído, porque eu sempre digo assim: ‘Poxa, se ela ainda voltasse eu ia trabalhar lá, mas eles não iam mais me aceitar porque eu já tenho essa idade’, mas tem noite que eu sonho e o Marcos também sonha. Tem várias pessoas que a gente conversa que também sonha como a gente vivia lá dentro, porque ali foi a casa da gente, a casa que dava a bucada da comida pra gente. Quando eu não estava mais lá, nem o Francisco, mas muita gente chorou e sofreu um bucado, porque era de lá que se tirava o pão de cada dia.¹

Nosso estudo aborda as experiências² dos trabalhadores e trabalhadoras da Tecejuta, uma companhia de fiação e tecelagem de juta localizada em Santarém, no oeste do Estado do Pará, que produzia sacaria de diversos tipos. Trata-se de uma fábrica de grande porte para os parâmetros regionais, pois tinha um contingente de operários que variou de 700 a 1.200 ao longo de sua existência. A emergência da fábrica foi a concretização de um projeto formulado por um grupo de empresários japoneses e brasileiros, estabelecidos na região no início da década de 1950. A Amazônia já vinha desenvolvendo o cultivo da Juta e realizando sua

¹ Alcicleia Santos, 71 anos, costureira. Entrevista realizada em set. 2015.

² O termo *experiência* é aqui empregado no sentido usado por Thompson, que a define como “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 15). Na leitura de José Artur Renda Vitorino, para Thompson “não existe uma divisão entre experiência individual e experiência coletiva: a experiência sempre acontece em relação a alguma coisa, estabelecendo os meios e os intercâmbios entre os sujeitos históricos reais” (VITORINO, José Artur Renda. Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson. *História Social*. Campinas, SP, n. 4/5, p. 157-173, 1997/1998. p. 166). Como lembra esse mesmo autor (idem, ibidem), na concepção de Thompson *experiência* está ligada a *cultura*, e isso fica evidente na seguinte citação: “as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instintos proletários etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.” (THOMPSON, Edward Palmer. Op. cit., p. 189). É a experiência que possibilita, nessa visão, o surgimento (seu “acontecer”) da classe: “[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. v. 1. p. 10.)

exportação desde a década de 1930, e a ideia do grupo empresarial era, então, o beneficiamento da matéria-prima no próprio local de sua extração.

Além das experiências dos trabalhadores da Tecejuta – e as memórias construídas sobre elas –, que são o cerne de nossa pesquisa, a dissertação discute o movimento de construção da memória sobre a criação da fábrica, no âmbito das disputas políticas de Santarém nas décadas de 1950 e 1960. Essa discussão está presente no primeiro capítulo.

O marco cronológico abrangido pela pesquisa são os anos de 1951 a 1990. A primeira data corresponde ao ano em que a empresa foi fundada, e a última, ao momento em que a fábrica encerrou suas atividades. A Tecejuta começou a funcionar somente em 1964.

Nossas primeiras reflexões sobre as experiências dos trabalhadores da Tecejuta, que deram início a esta pesquisa, estavam voltadas para as relações de gênero. No entanto, ao longo da construção do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação da UFAM, o viés das relações de gênero, embora tenha permanecido como um dos eixos do trabalho, deixou de ter caráter exclusivo. Ele (re)aparece no quarto capítulo de nossa dissertação. Em parte, a escolha desse foco pode ser explicada pela própria limitação da documentação: até pouco tempo atrás, era bastante restrito nosso acesso aos documentos da Tecejuta, e as entrevistas foram nossa fonte principal. Nestas, em razão de nosso próprio foco de interesses, sobressaiu o tema das relações de gênero.

A metodologia de História Oral apresentava-se como a mais indicada naquele momento, por dois motivos: o primeiro é que nos permitia avaliar, nas reminiscências individuais e na memória coletiva, como essas mulheres percebiam sua experiência na fábrica, e o outro é que nosso acesso às demais fontes era por demais restrito, já que o funcionário responsável pela guarda dos papéis da empresa nos permitia ver apenas uma parcela ínfima dos documentos existentes.

Contudo, um fato súbito mudou e ampliou nosso objeto de estudo: a Prefeitura Municipal de Santarém solicitou, em 2013, a desocupação da fábrica, para utilizar seu espaço com outra finalidade. A Tecejuta deixou de funcionar em 1990, mas as máquinas haviam ficado todas lá. Ao que parece, o encerramento das atividades não foi algo de todo planejado, já que o estado em que foi deixado o

maquinário da fábrica indicava que a mesma parou em meio à produção. Viam-se fios de juta nos teares, com parte do tecido de sacaria, e as máquinas de costura ainda estavam com tecidos. A sensação de quem entrava naquele espaço era de que no dia seguinte os trabalhadores iriam voltar... Parecia que tudo estava paralisado no tempo. Porém, a exigência da prefeitura de que o local fosse desocupado precipitou os fatos: as máquinas foram vendidas para uma sucataria. Os teares, as máquinas de costura e as demais máquinas foram todas desmontadas e colocadas em balsas para serem vendidas como ferro-velho. Além disso, alguns documentos remanescentes nas dependências da fábrica iriam ser queimados. Agora nada mais existiria, nem as máquinas, nem a documentação de todos esses anos de existência da fábrica³. Rapidamente, a Tecejuta ia sendo apagada do cenário da cidade eurgia que não deixássemos que ela também fosse apartada da história de Santarém.

O quadro era desolador e vários documentos chegaram efetivamente a ser queimados; outros já estavam deteriorados pela ação dos cupins, ratos, baratas e morcegos. Contudo, foi-nos possível intervir a tempo para salvar uma documentação importante, como as fichas de acidentes, suspensão, as sindicâncias, as advertências, as ocorrências, além de fichas de censura. Diante dessa vasta documentação, agora à disposição da pesquisa, novos horizontes apresentaram-se, surgindo a possibilidade de novos questionamentos, que apontavam para um leque mais amplo de preocupações. E foi por esta razão que a pesquisa deixou de ter como foco exclusivo o estudo das relações de gênero e passou a ter como questão norteadora uma indagação mais abrangente, que inclui, mas não se esgota na investigação daquelas relações:

- As experiências vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Tecejuta durante o período de existência da fábrica apontam para a percepção de uma identidade comum como operários, Isto é, como integrantes de um conjunto de pessoas que se percebem com interesses comuns e pontos de vista convergentes?

³ Apenas três máquinas foram preservadas e estão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Essa nova dimensão nos fez levantar outras questões, de caráter mais específico e subordinadas à primeira:

- Quais foram as experiências vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da Tecejuta durante o período de existência da fábrica?
- Quem eram, de modo geral, esses trabalhadores e trabalhadoras?
- Como era a relação desses operários com a cidade?
- Como se davam as relações de gênero no ambiente da fábrica?
- Quais eram as redes de sociabilidade existentes entre os trabalhadores da fábrica, bem como seus antagonismos e mediações?
- Quais foram as principais estratégias patronais de controle e dominação postas em prática na fábrica?
- Quais foram as modalidades e limites da resistência operária?

Como deixam transparecer nossas preocupações e interesses, a pesquisa privilegiou uma abordagem que propõe um olhar para os “de baixo”, na expressão empregada por Thompson⁴, ou para as “pessoas comuns do povo”, como preferia Eric Hobsbawm⁵. No caso da história de Santarém, “rememorar a história da gente comum” é, de fato, como disse Hobsbawm, “explorar uma dimensão desconhecida do passado”⁶, pois são escassas, para dizer o mínimo, as incursões historiográficas de que temos notícia nesse terreno.

Desta forma, ao voltarmos nosso olhar para a fábrica, vemo-la como o *lócus* que articula a ação de homens e mulheres que, oriundas das camadas menos favorecidas da sociedade, podem passar a se perceber como um conjunto de pessoas que tinham suas próprias demandas, expectativas e lutas como um coletivo. Não é um “passado morto” o que nos interessa aqui, mas a experiência humana viva e tornada viva pelo olhar do historiador em sua mediação com as fontes documentais e com sua relação não menos direta com indivíduos que experienciaram aquele espaço e aquelas práticas no passado. Buscam-se assim, os

⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001. p. 185-201.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 216-231.

⁶ Idem, p. 219.

homens e as mulheres que viveram parte de suas vidas na fábrica, tentando enxergar suas experiências, entender como estas estruturaram suas existências e discutir se elas colaboraram para constituir alguma forma de identidade como trabalhadores.

O TRABALHO COM AS FONTES ESCRITAS:
DESCRIÇÃO, ESTUDOS E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

Mesmo com o novo aporte documental trazido pelo resgate operado em 2013, estávamos diante de uma documentação fragmentada, cabendo a nós exercer nossas habilidades de tecelões diante dessa matéria-prima que tínhamos às mãos. Precisávamos dar forma, significado, para aquilo que encontrávamos nos documentos, e reinventar⁷ a história dos trabalhadores da Tecejuta. Como afirma Durval Albuquerque Júnior, “...nada é evidente em si mesmo. Nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de anúncio e, portanto, de construção de evidências ou de realidades”.⁸

Entre os documentos – manuscritos, datilografados, mimeografados – de que dispomos, há fichas de acidentes, sindicâncias, advertências, ocorrências, fichas de censura e fichas de suspensão. Trata-se de uma volumosa massa documental, que, além de importante fonte em si mesma, mostraram-se também um valioso ponto de apoio para a realização das entrevistas, como esclareceremos a seguir.

Na documentação, encontramos relatos de desordens, agressões físicas entre trabalhadores, relações de afetividade construídas dentro da fábrica, desobediências a superiores, reivindicações salariais e o perigo constante a que cada operário estava submetido no trabalho com as máquinas, entre outros dados relevantes que são discutidos ao longo desta dissertação. Esse tipo de documentação forneceu-nos uma inestimável base para a pesquisa, uma vez que nos traz importantes indicações para entendermos como se davam as relações de

⁷ A esse respeito, ver: WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 25.

trabalho e de gênero, quais eram as percepções pessoais dos trabalhadores a respeito de sua experiência na Tecejuta, etc.

Os *livros de ocorrências* encontrados trazem anotações que vão de 1972 a 1990. São fontes manuscritas e neles podemos observar uma descrição densa de tudo que ocorria em cada turno, com datas, horários e a assinatura do responsável do turno de trabalho. Tais registros dão a ver também que a fábrica funcionava com uma nomenclatura de turnos (A, B, C), sendo que cada turno tinha um responsável diferente. Outra observação a registrar é que um superior de chefe de turnos lia as ocorrências e com caneta de outra cor fazia vários questionamentos do que não compreendia das anotações, ou dava respostas de uma pergunta, ou apontava solução para alguma reclamação descrita pelo chefe de turno, também com assinatura e data. Tais documentos nos possibilitam conhecer o dia a dia da fábrica, quantas máquinas estavam funcionando, se alguma deu pane, se faltou algum trabalhador, por que a produção daquele dia foi maior ou menor que no dia anterior, quantos aprendizes havia no turno. Esses fatos justificavam a produção do dia.

Nas *fichas de advertências* (formulários impressos preenchidos a mão), são anotados os desvios de conduta que pudessem entrar a produção e seu ritmo. Os motivos para a reprimenda são diversos: embriaguez, desinteresse, abandonar constantemente o setor de trabalho, ameaças verbais a superiores, não-acatamento das normas da fábrica, abandono da máquina antes do apito, não-acatamento de determinação das chefias, excesso de faltas e conversas, dormir durante o expediente, agressão física a outros trabalhadores, permitir a entrada de crianças ou outras pessoas nas áreas da fábrica, etc.

Os operários nem sempre aceitavam a advertência de seus superiores, o que pode ser percebido pelo fato de que em muitas dessas fichas, no lugar da assinatura do advertido, há apenas um carimbo com os dizeres: “O operário negou-se a assinar”.

As *fichas de acidentes* nos dão uma visão de como os trabalhadores estavam cotidianamente expostos ao risco de escarpelamentos, mutilações e morte. É um registro que choca pelo volume de ocorrências, mas que também precisa ser trabalhado com cuidado e atenção tanto com relação ao que registra, quanto no diz

respeito ao que omite, silencia, escamoteia e esconde, pois é preciso considerar que é comum as empresas fazerem registros sumários de fatos assim, evitando produzir registros que mais tarde possam ser usados contra ela, uma vez formalmente acionada na Justiça para reparações e indenizações.

As *fichas de censura* tinham por objeto, na maioria das vezes, relações amorosas flagradas ou percebidas dentro do setor de trabalho. Os argumentos embasavam-se frequentemente em preceitos morais e/ou na constatação de que o acontecido desviava a atenção do trabalho, comprometendo a produção.

Nas *sindicâncias*, frequentemente abertas para a averiguação de problemas e ocorrências de maior relevo dentro do ambiente da fábrica, como roubos, sabotagens ou brigas, podemos encontrar versões diferenciadas para os eventos investigados. Chama a atenção a frequente contradição entre os testemunhos. Tais registros começam por mencionar inicialmente o supostamente ocorrido, para em seguida incorporar os relatos de cada um dos envolvidos no episódio. As *sindicâncias* possibilitaram a reconstrução de episódios envolvendo trabalhadores em seu cotidiano dentro da fábrica.

Procuramos abordar os documentos aqui trabalhados como *monumentos*, na acepção proposta por Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento.⁹

Tais registros têm caráter institucional, pois são a expressão de vozes autorizadas de uma empresa. Embora também recolham a expressão do trabalhador, nem que seja pela anotação de sua recusa a assinar o documento, correspondem a falas impregnadas de poder, nas quais, aliás, aparecem explicitadas as origens institucionais do registro (um determinado setor da

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 547-548.

empresa) e a intenção que presidiu sua elaboração (anotar uma infração ao regulamento da fábrica, por exemplo).

É levando em conta esse caráter institucional que utilizamos os documentos acima descritos para a compreensão das experiências dos trabalhadores da Tecejuta. Em vista desse caráter, buscamos, nas palavras de Walter Benjamin, empreender uma leitura “a contrapelo” dos registros, a fim de encontrar nesses *monumentos* aquilo que muitas vezes tencionam escamotear, esconder ou negar. Embora Benjamin, ao mencionar *monumento*, provavelmente não tivesse pensado em incluir nessa categoria, como fez Le Goff, os documentos escritos, não deixa de nos parecer pertinente, como inspiração para nosso trabalho com o corpo documental, sua visão a respeito de *monumento da cultura*:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”¹⁰.

O texto de Benjamin é bastante hermético. Não fica claro se o que propõe é considerar o monumento da cultura ou desviar-se dele; contudo, apropriamo-nos de sua imagem da história como uma pele de animal, que deve ser escovada “a contrapelo”, para aplicá-la ao documento, procurando nele aquilo que aponta para direções diferentes ou contrárias à direção em que segue seu discurso.

Por outro lado, cabe esclarecer que, com o estudo da documentação, não alimentamos a ilusão de trazer para o presente um passado, do mesmo jeito que ele aconteceu; o que pretendemos é a compreensão das diferentes versões dos envolvidos; analisar por que as construíram da forma como as encontramos na documentação; observar o que se repete em todas elas e entender seu significado na trama de relações existente entre os trabalhadores e outros sujeitos, na fábrica e fora dela. Desse modo, as várias versões foram vistas como representações, que ao historiador cabe interpretar.

¹⁰ BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. v. 1: Magia e técnica, arte e política. p. 225.

Outra fonte de que dispomos são as entrevistas com os ex-trabalhadores da fábrica. As entrevistas foram realizadas nas residências dos ex-trabalhadores da Tecejuta. Das 24 entrevistas realizadas, duas foram feitas no lugar em que funcionava a fábrica e onde hoje existem alguns galpões vazios.

Consideramos essa fonte da máxima importância para nosso trabalho. Concordamos com Verena Alberti, quando afirma que a entrevista é o espaço “onde a investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados”. A autora observa:

É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral; é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá que partem os esforços de tratamento do acervo. Por seu papel central, esta etapa deve ser objeto de todo cuidado e dedicação dos pesquisadores.¹¹

A opção pela metodologia de história oral explica-se pelas considerações que apresentamos a seguir. No início de nossa pesquisa, como dissemos, havia pouca disponibilidade de documentação impressa ou manuscrita, e as entrevistas se apresentavam como alternativa imediata. A seguir, com o resgate da massa documental efetuado em 2013, constatou-se que, entre as fontes escritas produzidas pela Tecejuta, praticamente não havia material disponível para a década de 1960. Assim, a escassez de fontes escritas manteve-se para esse período específico. Além disso, e sobretudo, cabe reconhecer que a história oral é válida em si mesma: o recurso às entrevistas produz dados valiosos e insubstituíveis. Os depoimentos que colhemos trazem conhecimentos relativos às visões de mundo das pessoas que viveram aquele tempo, às suas experiências de vida e, de modo geral, às histórias do tempo na fábrica.

As entrevistas possibilitam como que uma imersão direta no cotidiano dos trabalhadores. Referindo-se à história do cotidiano, Maria Izilda Matos observa:

¹¹ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. p. 79.

O historiador do cotidiano tem como preocupação restaurar tramas de vida que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias.¹²

A inspiradora ideia, que parece implícita no trecho citado, de que valorizar o cotidiano significa também valorizar a própria trajetória de vida de tantas pessoas, anônimas até a inserção de sua fala em um trabalho de pesquisa, também se inclui entre os elementos que nos impulsionaram a trabalhar com História Oral.

Cabe ponderar, ainda, que as fontes orais não poderiam deixar de fazer parte de nossa pesquisa pelo simples fato de que a maioria dos trabalhadores da Tecejuta estão vivos¹³, e a fábrica faz parte da memória da população santarena de modo geral.

Por último, e pelo próprio fato mencionado de que os atores da história com que trabalhamos e pretendemos continuar a trabalhar estão fisicamente presentes na cidade, vale considerar que o trabalho de pesquisa com fontes orais encerra também uma urgência, que chama o historiador à responsabilidade social intrínseca a seu ofício: se não colhermos hoje os depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras que viveram as experiências que desejamos conhecer, em alguns anos a memória que nessas pessoas está viva e latente morrerá com elas.

As lembranças que encontramos através das entrevistas, sobre a experiência de indivíduos como trabalhadores da Tecejuta, trazem percepções, visões, pontos de vista diferenciados e dados acerca de eventos, que nos possibilitam conhecer um pouco as experiências de alguns trabalhadores e o meio social em que estavam inseridos. Os depoimentos permitem a elucidação de processos técnicos intrínsecos à produção que, à luz dos documentos textuais, pareciam impenetráveis. Conhecer, por exemplo, em detalhe, por meio das entrevistas, as formas de operar os teares, os riscos presentes no manuseio da lissadeira e até mesmo o ordenamento sequencial das máquinas e etapas do

¹²MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 260.

¹³ Por razões ligadas a preocupações éticas, empregamos nomes fictícios para citar as falas dos entrevistados.

processo de trabalho, permite uma percepção melhor e mais ampla do que se passava no cotidiano da produção na fábrica. O mesmo se pode dizer com relação às dimensões humanas: com se produziam as sociabilidades (camaradagens, amizades, namoros), como as chefias eram percebidas, como e por que as normas eram transgredidas, etc.

As narrativas e descrições construídas nas entrevistas permitem observar o trabalhador como sujeito da história, aquiescendo e ajustando-se à dominação, burlando normas e regras estabelecidas, fazendo leituras de contextos específicos, negociando melhorias, estabelecendo relações de amizade, entrando em conflitos com seus superiores ou com outros trabalhadores. Essas pessoas, ao falarem de si e da vida na fábrica, não o fazem aleatoriamente. Para expressar o que sentem, elas formam seus discursos, permeando-os de adjetivos, qualificando suas experiências enquanto sujeitos do mundo em mutação. As experiências dos ex-trabalhadores da fábrica são assim o ouro que temos garimpado. Suas lembranças nos são preciosas. Porém, se falam sobre o passado, nunca deixam de falar a partir do presente. Este diálogo dos tempos é algo a que não se pode escapar; é também, por isso mesmo, o que mais nos fascina no trabalho com a história oral.

A rememoração dos trabalhadores nos permitiu reconstruir uma representação do cotidiano dos trabalhadores na Tecejuta. Suas narrativas carregadas de significados nos fazem pensar na observação de Daniel James de que:

Devemos aprender a ler essas histórias, bem como os símbolos e as lógicas nelas subjacentes, como se fôssemos atentar a seus significados mais profundos, também fazer justiça à complexidade entrada nas vidas e nas experiências históricas daqueles que as contam.¹⁴

Ao reconstruirmos nossa representação do cotidiano dos trabalhadores da Tecejuta, levamos em conta, ainda, as ponderações de Portelli: “Fontes orais

¹⁴ JAMES. Daniel. A História de Doña Maria, História Oral e Questão de Gênero. In: BATALHA, Claudio et al. (Org.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 293.

contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.¹⁵

Foi considerando essa elaboração do lembrar a partir do presente que buscamos os significados do tempo de trabalho dos operários na fábrica. De fato, o cotidiano na fábrica, está em um emaranhado de sentimentos expressos no lembrar dos trabalhadores da Tecejuta.

ORALIDADE E FONTES ESCRITAS

O que buscamos construir é uma história em que os sujeitos sociais estejam presentes, por meio do estudo, de um lado, de suas narrativas e, de outro, dos documentos escritos, respeitando-se a especificidade de cada fonte e levando em conta aquilo para o que Portelli nos chama atenção: “As fontes escritas e orais não são excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra)”.¹⁶

O diálogo entre a documentação escrita e as fontes orais é entendido aqui como o elemento fundamental da metodologia adotada para a realização do trabalho. Foi por meio desse diálogo entre os dois tipos de fontes que tecemos os fios da vida cotidiana dos trabalhadores da fábrica. Foi por essa via que, nesta dissertação, buscamos distinguir alguns dos traços desse cotidiano.

A documentação foi analisada e cruzada a fim de compreendermos os diversos elementos que compunham as experiências dos trabalhadores. Em especial, procuramos compreender as teias de relações profissionais e de sociabilidades que ao longo do tempo foram sendo forjadas, assim como os conflitos e negociações dos trabalhadores com a direção da fábrica. Ao buscarmos essa compreensão, acreditamos estar contribuindo, em alguma medida, com os

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997, p. 31.

¹⁶ Idem, p. 26.

debates sobre a história do trabalho e a ampliação dos conhecimentos pertinentes a essa rica esfera de investigação histórica.

LITERATURA SOBRE O TEMA

Não encontramos dissertações ou teses voltadas especificamente para o estudo da Tecejuta ou de seus trabalhadores. Quanto a artigos, acham-se quase que somente textos de caráter jornalístico, com raras menções em trabalhos acadêmicos. Merecem destaque, porém, as dissertações de Tatsuo Ishizu¹⁷ e de Reiko Muto¹⁸, que tratam da imigração japonesa na Amazônia e da aclimação da juta na região e muito contribuíram para nosso trabalho com informações e análises importantes, pertinentes a esses temas e relacionados à ação dos empresários japoneses que participaram do projeto de fundação da Tecejuta.

Por outro lado, existe um considerável acervo de dissertações e teses sobre trabalhadores têxteis, em tempos diferentes, lugares diferentes e abordagens distintas de nossa pesquisa, que nos ajudaram a pensar o tema e contribuíram com importantes referências para nosso trabalho. Entre esses trabalhos, cabe destacar os de Heloisa Cardoso, Luciane Campos, Vinícius Rezende, Maria Silva, Cristiana Ferreira e Felipe Ribeiro, dos quais tratamos a seguir. Tais trabalhos, abordam períodos e/ou temas próximos dos que trabalhamos em nossa pesquisa e que, por essa razão, nos auxiliaram a pensar nosso próprio tema.

Heloisa Cardoso analisa três unidades fabris situadas em Minas Gerais, uma delas compreendida pela Companhia Industrial de Belo Horizonte e as outras duas pela Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira¹⁹. Discutindo a disciplinarização do trabalho e a tentativa patronal de moldar o trabalhador através de práticas amparadas num discurso voltado para os interesses da

¹⁷ ISHIZU, Tatsuo. *Imigração e Ocupação na Fronteira do Tapajós: Os japoneses em Monte Alegre (1926-1962)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

¹⁸ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

¹⁹ CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. *Tramas e fios: a fábrica têxtil em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

empresa, a autora trabalha uma documentação oriunda das empresas pesquisadas, utilizando também algumas entrevistas, mas considera este último tipo de fonte problemático, por exigir o recurso à memória, por ela avaliada como falha. Apesar dessa avaliação das fontes orais (compreensível na época em que a dissertação foi produzida) seu tratamento da fala dos trabalhadores, por meio da qual obteve importantes referências para seu estudo, teve, contudo, o efeito de reforçar nossa convicção da importância de tais fontes e de chamar a atenção para certas possibilidades no trabalho com as mesmas.

Luciane Campos, ao discutir as dimensões do trabalho feminino na cidade de Manaus a partir do final do século XIX, mapeou as várias atividades desempenhadas pelas mulheres no mercado de trabalho, entre elas o trabalho fabril²⁰. No que se refere a este último, a autora discute o trabalho feminino nas quatro fábricas existentes em Manaus no período estudado. A documentação utilizada para as análises é a imprensa. Em sua avaliação, os padrões culturais referentes aos papéis atribuídos a mulheres e homens, pelos quais às primeiras cabia permanecer no espaço privado (o lar e suas extensões), e aos últimos, transitar pelo espaço público, padrões esses que, de modo geral, teriam sido partilhados tanto por trabalhadores como por integrantes da classe dominante, levavam a que se considerasse como inadequado o trabalho feminino em locais assimiláveis ao espaço público, como as fábricas. Essa constatação representou uma referência importante para a reflexão que fazemos a respeito das relações entre espaço privado e espaço público no último capítulo da dissertação.

Vinicius Rezende, em uma parte de seu estudo sobre a experiência dos trabalhadores no complexo calçadista-coureiro da cidade de Franca (SP) no período de 1950 a 1980²¹, analisa os acidentes de trabalho fabril, o que nos proporcionou um valioso elemento de comparação para nossa própria abordagem do tema em nossa dissertação. Além da documentação (basicamente processos trabalhistas), o autor utiliza entrevistas que realizou com os trabalhadores. Entre

²⁰ CAMPOS, Luciane Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

²¹ REZENDE, Vinicius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP(1950-1980)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

inúmeros outros dados relevantes, ele constata que, nas fábricas, os acidentes aconteciam tanto com trabalhadores em serviço junto às máquinas quanto com outros trabalhadores manuais, que não as operavam. O índice maior de acidentes, segundo apurou, deu-se no período do governo Médici, quando o país vivia um momento do “milagre econômico” e as empresas apresentavam um maior aumento na produção, que se refletia nos acidentes dos trabalhadores. Esse dado foi útil para as considerações que fizemos no capítulo 3, em que, entre outros assuntos, discutimos os acidentes de trabalho. Observamos que também na Tecejuta, no mesmo período, a elevada produção resultava na mutilação dos trabalhadores. O autor retrata também a divisão dos sexos nas funções fabris, o que representou uma referência importante para o tratamento que demos ao tema no segundo capítulo.

Maria Sângela Silva, em um dos tópicos de sua tese, que discute a Justiça do Trabalho como “instrumento de luta da classe trabalhadora”, lança mão de uma documentação oriunda das fábricas, que são as fichas de suspensões²². Estudando essa documentação, observa que tais punições nem sempre eram acatadas pelos trabalhadores, seguindo-se a isso, por vezes, o recurso à Justiça do Trabalho. Seu tratamento dessa fonte, que também encontramos na Tecejuta, aponta para possibilidades que não pudemos seguir, pois caminhamos por outro viés de análise, como se pode notar pela leitura do terceiro capítulo. Contudo, o estudo de Silva permanece como referência para o prosseguimento de nosso trabalho de pesquisa, que numa etapa posterior incluirá o tratamento de disputas na Justiça do Trabalho.

Cristina Ferreira, que estudou a constituição de culturas de classe entre os trabalhadores do segmento têxtil de Blumenau no período de 1958 a 1968, também aborda em sua tese questões relacionadas à situação das mulheres no trabalho fabril²³. A autora constata a prevalência na cidade dos valores morais tradicionais, expressa em fatos como o de que nas fábricas o trabalho noturno era

²² SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. *A justiça do trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

²³ FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Brumenau (1958-1968)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

exercido exclusivamente por homens, trabalhando as mulheres somente de dia e de que nesses estabelecimentos havia poucas mulheres entre 25 e 30 anos. O predomínio de mulheres mais jovens no trabalho fabril se explica, segundo apurou, devido ao casamento, evidenciando que prevalecia a imagem da mulher ideal que devia estar voltada para o lar, os filhos e marido. Em jornais produzidos e distribuídos pelas fábricas, estudados pela autora, propagava-se a visão pela qual, quando os integrantes de um casal trabalhassem num estabelecimento fabril, o homem deveria exercer atividades especializadas e melhor remuneradas, e as mulheres, funções semiespecializadas, com menores proventos. Quando esses papéis estabelecidos pela sociedade se distanciavam dos adotados por algumas mulheres que se dirigiam ao trabalho nas fábricas, como pelo trabalho em ambientes considerados tipicamente masculinos, elas não eram aceitas como “mulheres corretas”. Esse foco da tese na atribuição de papéis diferentes a mulheres e homens na atividade laboral constitui um elemento relevante de comparação com a realidade observada em Santarém no período que estudamos, com relação ao qual, embora também se constate a prevalência de padrões morais tradicionais e certa diferenciação no exercício das funções por ambos os sexos, não se nota uma preocupação por parte da empresa em impor um padrão a respeito, como discutimos no capítulo 4.

Felipe Ribeiro discute a ação sindical e política dos trabalhadores rurais e dos operários têxteis do município de Magé, estado do Rio de Janeiro, entre 1956 e 1973²⁴. Seu estudo das relações entre a militância sindical e o ativismo político no Partido Comunista trouxe relevantes referências para o prosseguimento de nossa pesquisa, que não pôde abranger essa dimensão da experiência dos trabalhadores da Tecejuta mas que deve incluí-la na continuidade.

. . .

Construímos nossa dissertação em quatro capítulos, da seguinte forma:

No primeiro capítulo, intitulado *A emergência da fábrica*, discutimos os eventos e representações que precederam a instalação da Tecejuta em Santarém e a ela se relacionam intimamente, bem como os anos iniciais de sua presença no

²⁴ RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

cenário urbano da cidade, acompanhando a emergência da fábrica e analisando aspectos relacionados à construção da memória, como também, o processo de construção da mão de obra fabril no estabelecimento.

No segundo capítulo, *A Fábrica e a Organização da Produção*, procuramos discutir o processo de trabalho da Tecejuta e os significados dados pelos trabalhadores a esse processo. Assim, acompanhamos as várias etapas do trabalho realizado cotidianamente, percorrendo os diversos setores da fábrica, tanto os situados no galpão principal, onde estavam localizadas todas as máquinas voltadas à transformação da matéria-prima (fibra) no produto final (sacaria), como os outros, que alimentavam e davam suporte à produção: o chamado “galpão de matéria-prima”, a Casa de Força e a Caldeira.

Na sequência, analisamos os aspectos ligados às características das experiências dos trabalhadores com os fazeres da fábrica, da jornada de trabalho, ao ritmo e à segurança do trabalho, às estratégias de controle sobre os trabalhadores e o modo como estes respondiam a tudo isso em seu cotidiano. E assim finalizamos o terceiro capítulo, intitulado *No chão da fábrica: experiências do saber-fazer*.

O quarto e últimos capítulo, que intitulamos de *Relações de gênero no interior da fábrica*, focalizou não apenas as tensões que tais relações implicam, mas também os processos de sociabilidade que envolviam homens e mulheres e desta forma podiam resultar em flertes, namoros e até mesmo em casamentos. Esse foi também o momento em que discutimos a ocorrência de casos de assédio, agressões físicas e morais – com o objetivo de compreender a teia de relações e conflitos que o cotidiano fabril trazia para a vida das operárias.

Uma última observação ainda se faz necessária. Existia um sindicato dos trabalhadores na Tecejuta, e os trabalhadores chegaram a realizar uma greve, em 26 de outubro de 1989, na qual reivindicavam melhorias salariais. Por razões de prudência, apesar da importância de um estudo de tais eventos para a compreensão da experiência dos trabalhadores, em atenção à complexidade dos elementos a serem considerados num trabalho que pretendesse discuti-los (considerações teóricas e metodológicas, além da necessidade de acesso a documentação específica, o que demandaria dispormos de um período de tempo adicional bastante extenso), optamos por não abrangê-los em nossa dissertação,

reservando-os para o prosseguimento da pesquisa em momento posterior. No presente, dispomos de poucos dados levantados para fazermos uma análise segura dos acontecimentos, mas pretendemos, na continuidade de nosso trabalho, aprofundar dados já estudados e inserir o ativismo sindical e a dimensão da política entre os eixos que desejamos abranger na etapa seguinte de nossas pesquisas e que não nos foi possível trabalhar nesta dissertação.

CAPÍTULO 1

A EMERGÊNCIA DA FÁBRICA

Ela surgiu do ponto zero, num terreno baldio. De repente tiveram a ideia de localizar ali, um ponto pra fazer, e nasceu dali a fábrica numa área à margem do rio que ela era, e ficou definitivamente armada para crescer o quanto pudesse; tinha espaço suficiente, mas infelizmente não foi muito longe.²⁵

Ao iniciar este capítulo, serão focalizados os eventos e representações que precederam a instalação da Tecejuta em Santarém, mas que a ela se relacionam intimamente. Também serão abordados os anos iniciais de sua presença no cenário urbano da cidade, acompanhando-se, assim, a emergência da fábrica, enquanto se analisam aspectos relacionados à construção da memória sobre ela. Discute-se ainda, o processo de constituição e configuração da força de trabalho necessária ao estabelecimento.

Este primeiro enfrentamento do tema tomará por base diversos registros, desde notícias sobre a construção do empreendimento fabril em Santarém, até uma rica e variada documentação produzida pela própria fábrica, passando ainda pela utilização de narrativas orais, representadas por entrevistas realizadas com antigos trabalhadores e trabalhadoras da Tecejuta.

²⁵ João Silva, 83 anos, chefe da Casa de Força. Entrevista realizada em 11 fev. 2015.

1.1 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A TECEJUTA: ÊNFASES, OCULTAMENTOS E A VISÃO PELA EXPERIÊNCIA OPERÁRIA

Quando começou, eles investiram nesse terreno. Aquela área era mata, muito espinho, tucumã, era muita árvore e eles começaram a mandar, sabe, pouco dinheiro; era lento, e começaram a desbravar aquilo lá e puseram as máquinas pra fazer terraplanagem, aquela coisa durou 56, 57, 58, sabe! Já começou a aparecer material metálico pra montagem dos galpões, sabe! Devagar. No ano de 59 já tinham muitos galpões, já estavam armados. E com vestígios de produção maior na região. Foi quando eu fui participar mais de perto, era caminhoneiro e passei a trabalhar lá em 59.²⁶

O relato que nos serve de epígrafe alude à montagem da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a Tecejuta. Para compreendermos o que representou a construção da fábrica em Santarém naquele momento, precisamos voltar nossa atenção para o contexto sócio histórico em que sua idealização e montagem se colocou.

Nos relatos dos trabalhadores, observamos a forte impressão que a construção da fábrica ocasionou na memória da população que vivia no local. O que pode explicar isso? Mesmo hoje, a construção de um grande edifício em Santarém ainda é motivo de atenção e discussão, pois a cidade conta com poucos prédios, mas não pode haver comparação com as dimensões infinitamente maiores que a construção da Tecejuta representou.

Para entender-se tal magnitude, é preciso levar em conta o ambiente urbano de Santarém na época e, desta forma, parece conveniente estabelecer uma referência espacial melhor: apesar da expansão da área urbana já ter começado a acontecer num ritmo maior que no passado, mantinha-se entre os habitantes o entendimento antigo, mas ainda bastante adequado naquele momento, de que a cidade era formada por apenas dois grandes bairros: Prainha e Aldeia. Pode-se ter uma ideia do cenário urbano do município até a década de 1970 por meio de

²⁶ João Silva, 80 anos, Casa de Força. Entrevista realizada em 15 out. 2012.

alguns trechos de entrevistas com ex-trabalhadores da Tecejuta, que citamos a seguir:

- (1) A nossa casa era uma casinha de palha, com paredes de palha, coberta de palha, toda a casa era de palha. Era chão, não tinha piso, era na terra. E a casa dos vizinhos também era assim. E depois lá na Rosa Passos, não tinha luz, não tinha água. Quem vê a distância pode até não acreditar, mas a gente ia buscar água na praia da Tecejuta, e trazia de cambão, um pau com uma lata na frente outra pra trás, e menino pra dar banho. A gente levava as crianças pra dar banho, as roupas pra lavar e já trazia a água pra fazer comida e beber.²⁷
- (2) A casa da minha avó era toda de palha, naquela época. As portas eram feitas daquela palha preta chamada japá. Naquela época, a maioria [das casas] era feita daquele barro, que fazia aqueles quadrados de pau aí fazia aquele barro e botava, não é como hoje que é tijolo, e era coberta com palha.²⁸
- (3) A nossa segunda casa era de madeira e coberta de cavaco, aí eu já trabalhava na Tecejuta, eu já podia ajudar, aí meu irmão foi pro 8º BEC, foi o primeiro ano do 8º BEC, e ele passou, comprou a madeira pro papai e as tábuas, aí eu comprei os cavacos, eu não ouvia falar em telhas naquela época, acho que não vinha pra cá essas telhas. A maioria das casas eram de palhas, de madeiras, cavacos e chão.²⁹
- (4) Minha casa era de madeira, não tinha água, nem luz [...], a casa era coberta de cavaco e nosso quintal era fechado, a gente vinha lavar roupa aqui no porto. A gente ia pegar água no campo do São Francisco, trazia a água no cambão.³⁰

Assim, no bairro da Prainha, onde ficava a fábrica, instalada na beira do rio Tapajós, a maior parte das casas populares era de pau-a-pique, sem água encanada nem luz elétrica. Nessas condições (e no bairro *Aldeia*, o cenário era o mesmo), o tempo dos trabalhadores, em muitos casos, era determinado, não pelo relógio, e sim pelo ritmo da natureza³¹:

Nesse tempo não tinha luz elétrica, nem água encanada. Quando eu acordava, que eu olhava assim por uma fresta de casa (que a minha casa era de palhinha e enxergava tudo pra fora), quando era aquela noite assim clara, eu achava que era que estava amanhecendo, aí eu tomava banho, tomava um cafezinho e me mandava na carreira para a Tecejuta.³²

²⁷ Maria Arlequim, 60 anos, tecelã. Entrevista realizada em 24 jun. 2015.

²⁸ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

²⁹ Maria Arlequim, 60 anos, tecelã. Entrevista realizada em 24 jun. 2015.

³⁰ Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 mar. 2012.

³¹ A adoção desta perspectiva guarda forte inspiração da leitura de um clássico ensaio de Thompson. Cf.: THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³² Odicleia Antunes, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em 02 out. 2012.

Sobre o aspecto do ambiente urbano de Santarém até a década de 1970, são expressivos também os testemunhos da elite letrada, a que temos acesso por meio das matérias veiculadas na imprensa, como a que circulou em *O Jornal de Santarém* em meados dos anos 1960:

Garimpando pelo Passado

Santarém, a nossa querida cidade, cresce vertiginosamente da noite para o dia. Onde vai aquela duziuzinha de ruas e travessas que, ainda não há muito tempo, compunham a cidade tapajônica?

Hoje as vias públicas já se contam por dezenas, talvez beirando o primeiro cento. No recenseamento de 1940 nós não passávamos de 7.527 bocas para devorar as magras rezes abatidas no matadouro municipal. Dez anos depois, isto é, em 1950, já éramos 14.604 e em 1960, 24.924. Pelos cálculos oficiais já andamos pela casa dos 45 mil, mas temos certeza de que o IBGE vai apanhar uma surpresa no próximo recenseamento de 1970 quando constatar o tremendo salto que Santarém – a cidade – deu no sector demográfico. Se não alcançarmos os 80 mil andaremos perto...

Um fato, entretanto é de verificar e lamentar. Enquanto a população aumenta, não acontece no mesmo ritmo o aumento das habitações para abrigar esse povo. Há falta de casas na cidade. O índice de construções, inclusive de barracas, não alcança ainda a média de 3 por semana...

A mão de obra e carência de material, impedem o progresso da cidade no sector habitacional [...] porque em Santarém não existe olaria [...] apenas duas olarias em miniaturas, que não produzem para o décimo das encomendas.[...] agora importamos do estrangeiro tijolos e telhas para as construções citadinas.³³

Raríssimas eram as casas construídas de alvenaria, pois a cidade não dispunha desse material. A maior parte dos tijolos e telhas tinham que ser trazidos de outros locais, de barco, e esta era a razão pela qual eram considerados muito caros. Pode-se ainda observar o padrão mais comum das casas do município nas imagens exibidas a seguir, também extraídas da fonte jornalística da época.

³³ *O Jornal de Santarém*, Ano XXVI, Nº 1260, Santarém, 08 out. 1966.

Imagem 01:
Habitações Populares em Santarém 1



Fonte: *Jornal do Baixo-Amazonas*, nº 34. Santarém, 3 de março de 1979.

Imagem 02:
Habitações Populares em Santarém 2



Fonte: *Jornal do Baixo-Amazonas*, nº 40. Santarém, 09 mar. 1979.

Nessas imagens, que atestam uma continuidade, dez anos depois, do cenário urbano na década de 1960 descrito pelo texto anteriormente citado, encontra-se uma confirmação do que também se registrou profusamente nas entrevistas com os trabalhadores a respeito da cidade. Diante dessas falas, pode-se fazer uma ideia do contraste que, em tal cenário, representava a construção da Tecejuta e a

importancia dessa fábrica para os moradores de Santarém e até mesmo para as cidades vizinhas, visto que, muitos dos seus trabalhadores vieram das redondezas.

A fábrica adquiriu uma importância direta não apenas para os que viriam a ser seus trabalhadores, mas também para o conjunto dos moradores da cidade, já que beneficiou Santarém de diversas maneiras, seja pelos empregos, que aqueciam o comércio e ali geravam novos postos de trabalho, seja pela contribuição que deu para a superação de um dos problemas mais sensíveis à época: a escassez de energia elétrica na região. Com efeito, Santarém contava desde 1937³⁴ com uma precária usina de energia, que estava longe de atender as necessidades de uma cidade que já dobrara de tamanho e de população, ao passo que a Tecejuta possuía suas próprias fontes de energia, obtida através de três grandes geradores. Assim que instalados e antes da fábrica entrar em funcionamento (e por um considerável lapso de tempo depois disso), tais geradores passaram a fornecer energia para a cidade, num período de algumas horas durante as noites. João Silva fala desse período, quando lembra que a Tecejuta fornecia luz “até meia-noite, inicia[ndo] às 6h e ia até meia-noite, em alguns períodos que tinha coisas extras na cidade pediam prorrogação um pouco mais longa que ia até duas da manhã por aí”.³⁵ O abastecimento de energia elétrica incluiu ainda a iluminação pública, mudando a feição geral da cidade, pois como lembra João Silva, “A cidade era no escuro, sabe? Pequena. Tinha uma pequena usina de luz, uma caldeira que fornecia energia pra cidade”.³⁶

De dia, a energia produzida pelos geradores da Tecejuta era utilizada na fábrica e, à noite, era enviada para a cidade. Porém, como narra seu João, “chegou um ponto lá que os diretores não forneciam mais energia pro município, porque a demanda era grande e ia ocupar todas as unidades geradoras só pra lá”. Ainda sobre o papel da fábrica no fornecimento de energia elétrica, Lúcio Flávio Pinto em sua obra *Memória de Santarém*, esclarece:

A energia ainda era fornecida por um conjugado de 400 KVA da TECEJUTA, em 1965. A empresa se dispôs a manter o serviço

³⁴ AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. *Santarém: uma síntese histórica*. Canoas: Ed. ULBRA, 1999. p. 203.

³⁵ João Silva, 82 anos. Entrevista realizada em 11 fev. 2015.

³⁶ João Silva, 80 anos. Entrevista realizada em 15 out. 2012.

mesmo quando entrasse em funcionamento, mas a prefeitura teria que resolver o problema o mais rápido possível. A prefeitura conseguiu, através do governo do Estado que a Eletrobrás financiasse a compra de um conjugado de 1.250 KVA. Mas, antes dessa solução, receberia um equipamento de 400 KVA. Neste mesmo ano começou a abertura da picada ligando Santarém à cachoeira do Palhão.³⁷

É forte na memória dos ex-trabalhadores da fábrica a avaliação de que a Tecejuta era de grande importância para a cidade, sendo evidência disso o fato de que, mesmo a cidade contando com um sistema precário de energia antes da construção do estabelecimento, ficou registrado na memória dos entrevistados a ideia de que o fornecimento de eletricidade havia começado apenas em 1965, com a fábrica e não em 1937, como de fato ocorreu. Veja-se o depoimento de Teodora Castro a esse respeito:

Na cidade começou energia em 65 com a Tecejuta, que tinha uns motores aí dentro, maior que essa casa. Antes não tinha energia em Santarém e nem água encanada, era sacrificoso, agora tem torneira dentro de casa e o menino deixa a vasilha seca dentro da geladeira com preguiça de encher. No nosso tempo a gente ia buscar água na praia.³⁸

Em março de 1966 a Tecejuta fez um acordo com a prefeitura para continuar a fornecer energia. Haveria luz apenas durante cinco horas, das 18 às 23 horas. Esse problema de energia em Santarém continuou até a instalação das Centrais Elétricas do Pará (CELPA), que passaria a fornecer, ainda que precariamente, energia para a cidade.

A construção da Tecejuta levou longos anos para ser concluída. O ano de 1951 é tomado como um marco de fundação, mas suas obras demoraram mais de uma década para serem finalizadas, estendendo-se até 1965, quando finalmente a fábrica entrou em funcionamento. As razões de tal demora não são muito claras, mas, em geral, alega-se que esta se deveu à mudança no cenário político na primeira metade da década de 1950. Após a morte de Vargas, em 1954, ocorreram grandes dificuldades para serem retomadas as linhas de financiamento com que o empreendimento contava inicialmente. Foram pelo menos 12 anos de construção,

³⁷PINTO, Lúcio Flávio. *Memórias de Santarém*. Santarém: Ed. *O Estado do Tapajós*. 2010. p. 164-165.

³⁸ Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 mar. 2012.

período em que as pessoas foram se acostumando com a presença do canteiro de obras em seu cotidiano. Cabe notar que, desde o início, essa presença no ambiente urbano teve marcantes implicações políticas, como veremos.

1.1.1 A INTRODUÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA E A CRIAÇÃO DA TECEJUTA: A TRAJETÓRIA DE KOTARO TUJI

A fábrica de fiação e tecelagem de juta instalada em Santarém era a concretização de um projeto formulado no início da década de 1950 por um grupo de empresários³⁹ estabelecidos na região. O grupo tinha como diretor gerente o imigrante japonês Kotaro Tuji⁴⁰, que já trabalhava com a exportação de juta e foi o principal animador da ideia de fazer o beneficiamento da matéria-prima no próprio local de sua extração. Um pouco da trajetória de Tuji resultou iluminada pela pesquisa com os periódicos da cidade.

Merecida Recompensa

O Sr. Kotaro Tuji chefe da firma Tuji e Cia, desta praça e da capital, foi justamente distinguido pelo Instituto Nacional de Geografia e História, com a outorga da Condecoração Marechal Rondon pelos seus incontestáveis méritos de ter sido o planejador e iniciador e o incentivador da cultura da juta na região Amazônica.

Foi, realmente, Kotaro Tuji que antes ocupava o cargo de professor da Faculdade de Ciências Econômicas, em Kobe, Japão, que tendo vindo para o Brasil em 1928, de São Paulo enviou a um patrício estabelecido no Amazonas dois quilos de sementes de juta indiana e mais tarde mais de sessenta quilos que trouxera da Índia. Essas sementes plantadas em Maucá, no Andirá e em outros pontos da Amazônia originaram o atual cultivo da fibra, cultivo sempre carinhosamente assistido por Tuji e por outros compatriotas que assim criaram a grande indústria juteira da Amazônia.

É pois muito justo o galardão que lhe conferiu o Instituto Nacional de Geografia e História, condecorando-o com a Medalha do Marechal Rondon.

³⁹ Os fundadores são: Kotaro Tuji, Mario Mendes Coimbra, Vicente Malheiros da Silva, Adherbal Tapajós Cardoso Correa, Manoel Cardoso Loureiro, Elias Jorge Hage, Alberto Campos de Castro, Raimundo de Andrade Figueira, Antonio Diniz Sobrinho, Antonio Diniz Sobrinho, Joaquim Rodrigues Lopes, Silverio Sirotheau Correa, João Vieira Cardoso, Elias Ribeiro Pinto, Antonio Simões Albuquerque, Arthur Vieira Brandão, Walter Putz – diretor Presidente. A informação está presente no documento intitulado Projeto dos Estatutos, datado de 1º de junho de 1951.

⁴⁰ Também se grafa *Tsuji*. Optou-se, porém, por *Tuji*, por ser esta a grafia que aparece na ata de fundação da Tecejuta e nas demais referências ao empresário japonês encontradas em Santarém.

O esforço industrial acaba, também, de ser honrado como Título de distinção que lhe outorgou o governo de Shiga, sua terra natal, no Japão.⁴¹

De fato, foi por iniciativa do empresário japonês Kotaro Tuji que a juta foi aclimatada na Amazônia, sendo o experimento de aclimação encetado em 1934. Tuji foi igualmente responsável pela arregimentação e transporte dos colonos japoneses que formaram a comunidade de *Vila Amazônia*, uma colônia agrícola fundada nas proximidades da cidade amazonense de Parintins. Ele também foi o responsável pela organização e administração da colônia, sendo seu principal dirigente.

Uma vez iniciado o experimento de aclimação, a cultura da juta logo se alastrou pelas várzeas do Médio Amazonas, o que não significa dizer que o empreendimento não tenha enfrentado alguns insucessos, alguns dos quais fazendo com que agricultores desistissem do experimento. A aclimação da planta, não ocorreu, portanto, de imediato, e seu sucesso é devido à insistência de um dos colonos, Ryota Oyama, encarregado de examinar e selecionar cada pé de juta. O episódio é extremamente relevante e merece menção aqui. Autores como Homma e Ferreira descreveram o empenho de Ryota no acompanhamento do processo:

Ele teria um encontro com dois pés de juta que iriam mudar a vida de milhares de brasileiros e de seus compatriotas. No meio daquela massa verde de juta que parecia tudo igual, vislumbrou a silhueta de dois pés de juta delgada que sobrepujavam os demais em altura... A vigília de três meses observando o crescimento da juta e a subida do rio Amazonas foi compensada...⁴²

O grande problema a vencer, que foi superado com as pesquisas e melhoramentos do produto, era a má qualidade das fibras. As hastes de juta eram pequenas e cheias de ramificações, chegando apenas à altura um metro e meio, o equivalente a um terço da alcançada pela planta da Índia. Eram, portanto,

⁴¹ *O Jornal de Santarém*, nº 1.512. Santarém, 04 set. 1971.

⁴² HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. FERREIRA, Adenor da Silva Ferreira. Ryota Oyama: O sucesso da aclimação da juta. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, et al. (Org.). *Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p. 386.

antieconômicas. A partir do empenho de Ryota no aprimoramento dos espécimes, foram estabelecidas as primeiras sementeiras para a cultura da juta na Amazônia. A nova alternativa econômica alcançou sucesso, com sua primeira safra comercial sendo negociada em 1937. Essa produção foi em parte absorvida pela *Fábrica Perseverança*, em Belém do Pará. Fundada em 1895, a fábrica havia sido o primeiro estabelecimento fabril têxtil instalado na região, destinando-se ao beneficiamento de juta.

Como descreve Souza⁴³, a produção da juta foi a mola propulsora do desenvolvimento econômico e da organização da Vila Amazônia, mencionada acima. Com relação a esta última, que, como vimos, criou as condições para que a aclimação da planta ocorresse, cabe registrar o que se passou em decorrência da situação de guerra, que para ela teve desdobramentos devastadores. Com efeito, o processo de construção de um ambiente moldado pelos padrões da cultura nipônica chamou a atenção dos nacionalistas brasileiros, que receavam a organização do que consideravam um enclave japonês em território nacional.

Os acontecimentos da guerra na Europa e as ações imperialistas do Japão na Ásia motivavam um movimento de pressão sobre os japoneses na Vila Amazônia, o que equivale a dizer, sobre a Companhia Industrial Amazonense, empresa criada por iniciativa de Tuji (da qual ele foi sócio e diretor), dedicada ao cultivo e processamento fabril da juta. Assim, cresceu entre os moradores da região uma atitude de repulsa em relação à Vila, e os dirigentes da Companhia e alguns trabalhadores japoneses foram presos e levados para a cidade de Tomé Açu, no Pará. Lá se estabeleceu uma forma, algo disfarçada, de campo de concentração. Paralelamente, e pelas mesmas razões, a Companhia foi desapropriada pelo governo brasileiro e recebeu o nome de Companhia Brasileira de Fibras.

Após a aclimação da juta e todos os percalços sofridos pela colônia nipônica, a cultura do produto continuou a se desenvolver na Amazônia, por meio do trabalho de imigrantes japoneses que permaneceram nesse ramo de atividade e também pelo trabalho dos amazônidas, que logo passaram a se dedicar ao

⁴³ SOUZA, José Camilo Ramos. Parintins e Vila Amazônica: Uma História de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. 2011. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, et al. (Org.). *Imigração Japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: Edua, 2011. p. 115.

cultivo. Adélia Engrácio de Oliveira, em obra que, embora publicada em 1983, mantém-se atual no que se refere ao relato das primeiras décadas da trajetória do cultivo da juta no Brasil, descreveu assim esse processo de expansão:

Como a cultura da juta no Amazonas estava dando certo, Kotaro Tuji, em 1938, fez um contrato com o Governo do Pará no sentido de instalar um campo experimental desse produto no município de Breves [...]

Com a II Grande Guerra, a imigração japonesa foi interrompida, extinguindo-se, pois, uma experiência agrícola de estrangeiros que fora extremamente positiva. Todavia, os caboclos haviam assimilado as técnicas de cultivo, colheita e preparo da juta e a cultura dessa fibra espalhou-se pelas várzeas do Médio e Baixo Amazonas. Com a proibição da importação da juta em 1947, com a participação de capitalistas de Belém e do Sul do Brasil, e com a procura nacional de sacaria cada vez maior, a produção da juta, que em 1941 era de 1.100 toneladas, passou a 39 mil toneladas em 1960 e a 51 mil toneladas em 1964.⁴⁴

Com o fim da Segunda Guerra, as relações comerciais foram restabelecidas no mundo inteiro e este fato atingiu o setor produtivo da fibra de juta no Brasil, pois a Índia estabeleceu preços mais baixos e com vantagens de pagamento, prejudicando a venda da fibra nacional. Esse fato despertou a atenção do governo brasileiro, pois enquanto, de um lado, a indústria voltada ao processamento da juta encontrava-se em expansão – contando no ano de 1946 com 30 fábricas espalhadas pelo Brasil –, de outro, a produção da fibra experimentava um momento crítico, e a Companhia Brasileira de Fibras acabou perdendo seu poderio, passando a dividi-lo com comerciantes do Amazonas e do Pará.⁴⁵

Mas, em meio a esse processo de readaptação ocasionado pelas mudanças do cenário econômico trazidas pela Segunda Grande Guerra, havia dois japoneses, um no Japão e outro em Santarém, que ainda mantinham viva a esperança de implantar uma nova colônia nos moldes da que foi interrompida pelos dissabores da guerra: o deputado Tsukasa Uyetsuka e o diretor da Vila Amazônia, Kotaro Tuji.

⁴⁴OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Ocupação Humana*. In: SALATI, Eneas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 262.

⁴⁵ SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes de. *A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra amazônica (1966-2006)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. p. 35.

Na década de 1950, Kotaro Tuji e o irmão Kohei Tuji estavam entre os empresários mais bem situados da região. Eram sócios da *Casa Boa Esperança*, uma das principais lojas do centro comercial de Santarém, a maior cidade do Oeste do Pará, e estenderam suas atividades para o comércio da juta, instalando, em Parintins, uma prensagem do produto. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas se elegeu e decidiu investir na expansão da siderurgia e em recursos energéticos, com a intenção de acelerar a industrialização nacional, mantendo-se numa linha de conduta coerente com o nacionalismo que havia marcado seus governos anteriores. Para a região Norte, tinha em perspectiva um projeto, que chamou de Plano de Valorização da Amazônia. Foi nesse contexto que:

Vargas entusiasmado com o plano de expansão agrícola de Tuji e do sucesso da juta na extensa área do rio Amazonas, mesmo sem acordo oficial entre os dois países, solicitou ao Conselho de Imigração e Colonização a autorização em caráter excepcional para a entrada de 5 mil famílias para a região Norte.⁴⁶

Como resultado dessa iniciativa, entraram mil famílias de imigrantes na Região Norte. Destas, 122 vieram para Santarém, nos anos de 1954 e 1955, sendo 22 para Fordlândia e 100 para Belterra (esta última, que hoje é município, na época era um distrito de Santarém)⁴⁷. As atuais Fordlândia e Belterra correspondem às terras negociadas pelo Governo Brasileiro ao empresário Henry Ford, que ali implementou o primeiro plantio de seringueiras em grande escala do país⁴⁸. Como se sabe, após alguns anos, a empreitada mostrou-se inviável, em razão das doenças que se espalharam pelas árvores, que não se adequavam à prática da monocultura, e em 1946 as terras ocupadas foram abandonadas e vendidas ao governo brasileiro por um valor simbólico. Essas terras passaram a ser administradas pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939.

Em 1954, essas mesmas terras foram objeto de um acordo entre o Instituto e a Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia (*Amazônia Keizai*

⁴⁶ MUTO, Reiko. A imigração japonesa no pós-guerra na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. (Org.). *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p. 241.

⁴⁷ ISHIZU, Tatsuo. Op. cit., p. 90.

⁴⁸ HOMMA, Alfredo King Oyama et al. As concessões de terras para os japoneses na Amazônia na década de 1920. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, et al. (Org.). *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p. 139.

Kabushiki Gaisha), a nova empresa de Kotaro Tuji, agora subvencionada pelo governo nipônico, que ali buscava introduzir imigrantes japoneses como trabalhadores assalariados no cultivo da seringueira nas duas antigas fazendas de Ford, localizadas em Fordlândia e Belterra e administradas pelo IAN. Contudo, a iniciativa não teve êxito, pois houve conflitos entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros, o que desembocou na expulsão destes últimos do local. Como escreve Ishizu, “essa medida drástica em expulsar os imigrantes [...], sustentado no argumento de defesa do trabalho dos trabalhadores nacionais do local, ameaçada pela presença estrangeira, era missão do Estado”.⁴⁹

Reiko Muto traz um outro dado para a compreensão do episódio, argumentando que certos desentendimentos entre a empresa de Tuji e o órgão responsável por supervisionar as iniciativas de imigração na Amazônia, o Instituto Agrônomo do Norte, estavam na raiz da saída dos japoneses:

No caso, os imigrantes haviam sido admitidos em consequência de entendimentos entre o diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e Tsuji (então presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia), com o consentimento do Instituto de Imigração e Colonização (INIC). No entanto, o diretor do IAN deixara de consultar o Ministério da Agricultura, cuja jurisdição se achava com o Instituto. Tomando conhecimento posterior do fato, esse Ministério apresenta ao Instituto de Imigração um protesto, alegando que a entrada de imigrantes japoneses na fazenda de borracha representava uma ameaça contra os trabalhadores brasileiros. Ao mesmo tempo enviava uma ordem ao diretor do Instituto Agrônomo do Norte exigindo a dispensa imediata dos japoneses.⁵⁰

De fato, a expulsão dos imigrantes japoneses dessas terras merece ser classificada como uma atitude drástica, especialmente considerando-se que as apreensões decorrentes da guerra, anteriormente mencionadas, já se haviam distanciado no tempo. Haveria realmente essa preocupação do Estado com os trabalhadores nacionais? Ou isso serviu de argumento para que possíveis interesses locais não explicitados (e por ora desconhecidos desta pesquisadora)

⁴⁹ISHIZU, Tatsuo. Op. cit., p. 93.

⁵⁰MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. p. 180.

obtivessem satisfação? Essas questões, que fogem ao escopo do presente estudo, devem, não obstante, ser registradas aqui, para posterior investigação.

Em razão desse episódio, Kotaro Tuji ficou em situação difícil diante de seus compatriotas e precisou redistribuir essas famílias em outras colônias da Região Norte. As últimas 55 famílias que chegaram, formaram a *Colônia de Dois Galhos*, em Monte Alegre, no Pará.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Tuji em seus empreendimentos imigrantistas, a cultura da juta firmou-se e tornou-se um forte componente da economia dos estados do Amazonas e do Pará, no contexto econômico posterior à crise da borracha e anterior a Zona Franca de Manaus. Homma e Ferreira, descrevem o quadro dessa lavoura na época da seguinte maneira:

No auge da década de 1960, mais de 60 mil famílias de ribeirinhos dos Estados do Amazonas e Pará viviam do plantio da fibra, sem falar das fábricas de beneficiamento de fibra existentes em Castanhal, Belém, Santarém, Parintins e Manaus.⁵¹

Foi nesse contexto, amplamente favorável, que a Tecejuta, sem dúvida o mais significativo empreendimento capitaneado por Kotaro Tuji para o ambiente econômico e social de Santarém, foi montada. Do ponto de vista empresarial, a construção da fábrica era inteiramente oportuna, pois, como vimos, a região já tinha negócios voltados para exportação de juta, e a juticultura era uma realidade na Amazônia, ocupando as regiões de várzea. Além disso, o cultivo de espécies fibríferas estendeu-se para as áreas de terra firme através da produção da malva.

1.2 A IMPRENSA DE SANTARÉM E A CRIAÇÃO DA TECEJUTA: MEMÓRIAS EM DISPUTA

Outra figura cujo nome se ligou à Tecejuta foi Elias Pinto, que além de ter sido um dos sócios fundadores da fábrica, era dono e diretor do jornal *O Baixo-Amazonas*. Em 1959 Pinto foi nomeado membro da Comissão de Planejamento e presidente da Subcomissão de Crédito e Comércio da Superintendência do Plano

⁵¹ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Adenor da Silva Ferreira. Ryota Oyama: o sucesso da aclimação da juta. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, et al. (Org.). *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p. 406.

de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sendo ainda, em 1966, eleito prefeito de Santarém.

Em entrevista concedida ao jornal *Folha da Norte* e transcrita no *O Baixo-Amazonas* em fins de 1952, Elias Pinto falou longamente sobre o empreendimento:

Como já é do conhecimento público, o presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1950, ao passar por Santarém, na campanha presidencial, afirmou que, se merecesse a preferência dos sufrágios do eleitorado brasileiro, promoveria a industrialização da juta no seu próprio centro de produção, prestigiando, para tanto, a instalação de uma fábrica de fiação e tecelagem daquela fibra na “Princesa do Tapajós”, a primeira das que muitas, em futuro próximo, serão instaladas na região. Confiante em que o Sr. Getúlio Vargas não faltaria ao compromisso com o povo santareno, ratificando o presidente a promessa do candidato, fomos à presença de S. Excia. em fevereiro de 1951 e lhe pedimos a efetivação do plano prometido. Desse encontro nasceram as bases da atual empresa, de cujo capital inicial participam elementos radicados nos municípios compreendidos do Baixo-Amazonas, sendo seu principal incorporador o Banco de Crédito da Amazônia. [...]

Ponto importante para a empresa era a concessão das licenças de importação de toda a maquinaria, procedente do Japão, tomando-se em conta a situação que atravessamos, com inúmeras restrições que a CEXIM está apresentando ao comércio de importação. Entretanto, confiávamos, plenamente na palavra do presidente Vargas e tínhamos absoluta certeza de que, no momento preciso, sua excelência autorizaria a emissão das licenças necessárias. Fundada em 10 de novembro do ano passado, somente em maio do corrente exercício recebíamos, dos fabricantes japoneses, os dados exigidos pela CEXIM para estudo e concessão das licenças. Em julho, preenchidas todas as exigências, demos entrada no processo de licenciamento na CEXIM e agora, anteontem, no Rio de Janeiro, recebemos todas as licenças, liberadas integralmente no valor de quase treze milhões de cruzeiros. O secretário particular do presidente Vargas, Sr. Roberto Alves, por designação do chefe do Governo, acompanhou de perto todas as démarches de licenciamento, honrando-nos com a sua valiosa interferência em todos os instantes que o procuramos...⁵²

De fato, o projeto contou com as ações governamentais de fomento ao desenvolvimento regional, ampliadas, em especial, a partir de 1953, ainda sob o Governo de Getúlio Vargas, quando se estabeleceu o Plano de Valorização Econômico da Amazônia, já idealizado e incluído na Constituição de 1946:

⁵² *O Baixo-Amazonas*, nº 16. Santarém, 15 nov. 1952.

A história econômica do país revela que a política de integração da Amazônia e a preocupação das áreas de fronteira estavam dentre as prioridades do novo governo de Vargas, comandada pela Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, cujo o [sic] modelo constitucional concebido “deveria promover, desde logo, incentivos de qualquer natureza para que a iniciativa privada tivesse condições de implantar empreendimentos voltados para o desenvolvimento da sociedade Amazônica”.⁵³

Contudo, chama a atenção, na fala de Elias Pinto, uma ausência notável: KotaroTsuji. Como se viu, na matéria jornalística, é Pinto quem se apresenta como intermediador junto a Getúlio para a emissão da licença de importação do maquinário. Sua própria figura é sutilmente valorizada na sequência de passos que leva à concretização do projeto de instalação da fábrica. Afinal, de um encontro com Getúlio em 1951, em que o jornalista-político teria pedido “a efetivação do plano prometido” é que teriam nascido “as bases da atual empresa”. Ele apenas registra, vagamente, que “elementos radicados nos municípios compreendidos do Baixo-Amazonas” têm participação no capital inicial da empresa. Mesmo a presença destas obscuras figuras sem nome, assinaladas apenas pelo neutro (senão pejorativo) indicativo de “elementos”, perde, porém, importância, nesse discurso, diante da figura do Banco de Crédito da Amazônia, destacada como o “principal incorporador” do empreendimento. Vale contrapor a essa versão a compreensão da já citada Reiko Muto, criteriosa pesquisadora da imigração japonesa no Norte do Brasil, sobre o episódio em que Getúlio visita Santarém:

Em 1950, Getúlio Vargas, então candidato à presidência, vinha a Santarém e prometia publicamente a construção de uma indústria de juta, em Santarém. Em fevereiro do ano seguinte, Vargas se elegeu presidente. Tomando conhecimento de que Elias Pinto, presidente do Partido Trabalhista de Santarém, iria participar da cerimônia de posse de Vargas, *Tsuji entrega a Elias uma carta dirigida ao presidente da República* contendo um plano de estabelecimento de uma companhia de tecelagem de juta. O presidente demonstrando grande interesse pelo plano de Tsuji *convocou-o imediatamente para uma entrevista, em março de 1951, em Petrópolis*, encarregando-o em seguida da fundação dessa fábrica. Tsuji convida então os principais comerciantes de Santarém para a constituição da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (Tecejuta), cujo estatuto em organização – com 16 sócios fundadores, de nacionais – era

⁵³ MUTO, Reiko. A Imigração Japonesa no Pós-Guerra na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. (Org.). *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011. p. 241.

publicado no jornal *Folha do Norte* de 04.07.1951 e no Diário Oficial de 12.07.1951.⁵⁴

O próprio Tuji esteve, juntamente com Pinto, na reunião com Vargas, segundo conta o *Relatório* produzido por Tsukasa Uyetsuka, que também esteve presente na ocasião, como representante do governo japonês:

Após a eleição, no começo de março de 1951, o Sr. Elias Ribeiro Pinto e o Sr. Kotaro Tuji, de Santarém, foram à capital federal, sendo recebidos em audiência por Sua Exa. o Sr. Presidente da República, no Palácio Rio Negro em Petrópolis-RJ, apresentando a petição manifestando desejo de construir uma fábrica de tecelagem da juta no local de origem do produto, em parceria com a Junta Assessora de Interesses Japoneses e Brasileiros.⁵⁵

Em 1952 foi lançada a pedra fundamental da fábrica e para a sua construção foi adquirido um terreno de 25 mil metros quadrados (cerca de dois e meio hectares), no então afastado bairro da Prainha. Em 1951 aquele bairro ainda era um lugar pouco habitado, na orla de Santarém, mas de localização estratégica por ficar de frente para a confluência dos rios Tapajós e Amazonas, o que facilitaria o recebimento da matéria-prima e a exportação da sacaria produzida. É esclarecedor acompanhar as notícias encontradas na imprensa santarena sobre o lançamento da pedra fundamental. Tais notícias tomam conta em especial do jornal *O Baixo Amazonas*, em que páginas inteiras são dedicadas às notícias sobre a Tecejuta. Como veremos, um atento exame do discurso ali presente evidencia os significados que a figura da fábrica, mesmo antes de existir materialmente, adquire no ambiente político de Santarém.

⁵⁴ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. p. 178, grifos nossos.

⁵⁵ O relatório foi publicado em 2011, por ocasião das comemorações dos 80 anos da chegada dos imigrantes japoneses à Amazônia. <http://www.chupaosso.com.br/index.php/noticias/1555-a-saga-da-juta-entre-memoria-e-esquecimento>].

Assim, *O Baixo Amazonas* anunciou da seguinte forma o evento:

Dia 7 será lançada a pedra fundamental do edifício da Tecelagem. Estarão presentes altas autoridades – Participará o povo da solenidade.

No dia 7 de dezembro, às 16 horas, realizar-se-á a solenidade de lançamento da pedra fundamental do edifício destinado às atividades industriais da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, que ficará localizado no bairro da Prainha nesta cidade.

Estarão presentes à solenidade, os Srs. Dr. Gabriel Hermes Filho e Dr. João Renato Franco, respectivamente, presidentes do Banco de Crédito da Amazônia e Caixa Econômica Federal do Pará, que aqui chegarão naquele dia, em avião da Panair.

Foi igualmente convidado o Sr. Governador do Estado, general Zacarias de Assunção, não havendo, entretanto, até o presente, confirmação de sua vinda a Santarém.

Todos os acionistas da empresa serão convidados a tomar parte na cerimônia, como também o povo, que serão conduzidos para o local em transportes especiais.⁵⁶

Nota-se, de um lado, mais uma vez, que a figura de Kotaro Tuji é ignorada. De outro, pode-se constatar o grande destaque dado no jornal *O Baixo Amazonas* à solenidade. Cabe informar, aqui, que o periódico era de propriedade de Elias Ribeiro Pinto, um dos acionistas e fundadores da empresa. Em uma de suas edições *O Baixo Amazonas* noticiou o lançamento da pedra fundamental:

O dia 7 de dezembro passará à História de Santarém como marco inicial da sua valorização econômica – Lançada, à margem do Tapajós, por entre demonstrações de regozijo popular, a pedra fundamental da usina da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta, que simboliza o grito dado nessa arrancada cívica por melhores dias para a forra santarena.

Realizou-se na tarde do dia 07 do corrente conforme estava programada, no bairro da Prainha, a cerimônia do lançamento da pedra fundamental da fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém.

Estiveram presentes ao ato, como convidados da empresa, os Srs. Dr. Gabriel Hermes Filho, presidente do Banco de Crédito da Amazônia que presidiu a solenidade, [...], Dr. KotaroTuji, presidente da associação dos juteiros do Pará e diretor da Tecelagem [...]

⁵⁶*O Baixo-Amazonas*, nº 18. Santarém, 29 nov. 1952. Negrito no original.

Precisamente às 17 horas teve início a solenidade. Em nome da diretoria, discursou Elias Pinto, Diretor-secretário da Companhia e um dos fundadores do importante empreendimento, que abordou, em oportuno improviso, os pontos principais que determinaram a instalação de uma fábrica de beneficiamento de juta em Santarém, resultado prático da larga visão de governo do Presidente Getúlio Vargas a quem Santarém deve esta obra [...]

Após com a palavra, falou o presidente do Banco de Crédito da Amazônia, Dr. Gabriel Hermes Filho. Congratulou-se com o povo de Santarém, pela vitória que se estava comemorando, que naquele momento deixava de ser apenas uma vitória desta terra para ser de toda a Amazônia. Afirmou que não fora em balde que o Chefe do Governo depositara a sua confiança na fibra do laborioso e hospitaleiro povo da “Rainha do Baixo-Amazonas”. Com o lançamento da pedra fundamental, concluiu o Dr. Gabriel Hermes, Santarém dava ao Brasil inteiro uma prova do trabalho construtivo dos seus filhos, sempre voltados para a grandeza da terra paraense...⁵⁷

Aqui já não se nega a pessoa de Tuji. Porém, não lhe é dado destaque como o iniciador e impulsionador de todo o empreendimento agroindustrial jutífero na Amazônia, incluindo a própria criação da Tecejuta, da qual era um dos principais sócios-fundadores, conforme se constata pela ata de fundação, quando por votação foi eleito diretor-gerente. Outra evidência de sua posição de destaque na sociedade que levou à criação da fábrica é a lista de sócios que aparece ao final do documento intitulado Projeto dos Estatutos, datado de 1º de junho de 1951, no qual seu nome aparece em primeiro lugar. Na matéria jornalística examinada, ele surge apenas como “presidente da associação dos juteiros do Pará e diretor da Tecelagem”. Quanto à figura coletiva dos japoneses nas atividades ligadas à juta, é completamente ignorada: na fala do presidente do Banco de Crédito da Amazônia, a confiança de Getúlio para a concretização do projeto da fábrica (e, subentende-se, do processamento dessa matéria-prima no próprio país) havia sido depositada “na fibra laboriosa e hospitaleira do povo da ‘Rainha do Baixo-Amazonas’”, e o lançamento da pedra fundamental era uma prova do “trabalho construtivo dos seus [de Santarém] filhos”. Aliás, nas palavras de Elias Pinto, a instalação da fábrica na cidade era o “resultado prático da larga visão de governo do Presidente Getúlio Vargas”. O papel de Tuji e dos imigrantes japoneses é, assim, retratado de modo

⁵⁷O *Baixo-Amazonas*, nº 20. Santarém, 20 dez. 1952. Negrito no original.

bem diferente de como é apresentado, em outro contexto político, no trecho de *O Jornal de Santarém* (edição de 04/09/1971), reproduzido no início do capítulo.

É relevante notar como a figura de Vargas é valorizada nas diversas matérias que se referem à Tecejuta produzidas por Elias Pinto. A atitude era de se esperar, visto que o jornalista era presidente do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em Santarém, o mesmo do chefe de Estado. Contudo, para além da coerência partidária, o modo como a figura do primeiro é plasmada à do segundo nos diversos passos que *O Baixo Amazonas* destaca na história da criação da fábrica parece indicar a finalidade de emprestar o prestígio de Vargas à imagem de Pinto. A valorização da figura de Elias Pinto no ambiente político de Santarém surge, assim, muito provavelmente, como um dos resultados esperados de sua participação no empreendimento industrial que se iniciava. Nesse momento, com 27 anos, ele era secretário da prefeitura. Tal resultado parece de fato haver sido alcançado, pelo que nos afirma Lúcio Flávio Pinto, filho do jornalista:

É importante dizer que os encontros com Getúlio Vargas, todos fartamente documentados nos jornais da época, e a carta branca dada pelo presidente para a implantação da Tecejuta, fizeram de Elias Pinto o político de maior prestígio no município e também o mais visado pela elite formada pelos descendentes dos colonizadores portugueses. Ela não perdoava sua liderança e o tratava com certo menosprezo por ele ser um “arigó”, termo pejorativo fartamente usado para apelidar os nordestinos e seus descendentes.⁵⁸

Dessa forma, examinadas as fontes jornalísticas citadas, constata-se mais uma vez a necessidade de um cuidado básico do historiador ao trabalhar com sua documentação, que é ter em mente a compreensão de que “o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos”, como sustenta Heloísa de Faria Cruz, “e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”.⁵⁹

⁵⁸ PINTO, Lúcio Flávio. A saga da juta entre memória e esquecimento. <http://www.chupaosso.com.br/index.php/noticias/1555-a-saga-da-juta-entre-memoria-e-esquecimento>

⁵⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. 2007.

A planta da futura fábrica, contendo todos os elementos essenciais, como as especificações técnicas da construção e a disposição das máquinas a serem instaladas, veio pronta do Japão. Em 1953 chegou a estrutura metálica e as primeiras máquinas. Mais uma vez, foi *O Baixo Amazonas* que deu a notícia:

Em Santarém a estrutura metálica do edifício da Tecejuta - Chegaram também as primeiras máquinas - ainda este mês 1.000 sacos de cimento - as obras terão início no próximo mês.

Na noite de 24 aportou à nossa cidade o paquete “Rio Oiapoque”, do Loyde Brasileiro, conduzindo toda a estrutura metálica destinada ao edifício principal da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, pesando, inclusive 3.500 folhas de alumínio, 220 toneladas.

Esse material foi adquirido por compra à Fábrica Nacional de Estrutura Metálica “EDIMETAL” S/A [...]

A “EDIMETAL” vem fornecendo as estruturas metálicas para todos os armazéns do Banco de Crédito da Amazônia, tendo sido a mesma empresa a fornecedora da estrutura da fábrica e fiação e tecelagem de juta de Manaus, que está em via de conclusão.

Ainda pelo “Rio Oiapoque” chegaram 27 volumes contendo máquinas japonesas, parte da encomenda feita ano passado pela TECEJUTA. Nove desses volumes contêm máquinas operatrizes e 18 peças sobressalentes das referidas máquinas.

Essas máquinas foram transportadas de Kobe, Japão, para o porto do Rio de Janeiro, pelo navio nipônico “Santos Marú”.

Conduzidos por navio fluvial, estão sendo esperados ainda este mês, pela empresa, 1.000 sacos de cimento com os quais será iniciada a construção do edifício da fábrica.⁶⁰

Embora a notícia seja trazida pelo jornal de Elias Pinto, interessado direto no destaque de tudo que se referisse à Tecejuta, parece não haver dúvida de que a construção desta tenha sido o fato mais destacado na história econômica de Santarém nos anos 1950, e os números apresentados pela matéria podem ter encontrado eco nas expectativas do público leitor quanto ao desenvolvimento da região. Contudo, a imprensa da época, organicamente articulada aos interesses políticos da elite letrada, não registrou o que pensavam os moradores da cidade a respeito da construção do estabelecimento. Assim, buscar esse testemunho é uma tarefa indispensável para esta pesquisa. Utilizando a memória como matéria-prima

⁶⁰ *O Baixo-Amazonas*, Ano II, nº 37. Santarém-Pará, 29 ago. 1953. Negrito no original.

para o trabalho, tem-se em vista que é preciso observar que essa fonte, embora de natureza diversa da documentação escrita, tem em comum com esta o fato de não ser “neutra”. Trata-se de “uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente”⁶¹ e, portanto, foi levando em conta essa natureza do testemunho oral que se deu início as entrevistas, buscando referências àquele momento inicial da fábrica, como se verá a seguir.

1.3 A MEMÓRIA DOS TRABALHADORES: ORIGENS DA FÁBRICA

Elementos da mesma disputa sobre o protagonismo na criação da Tecejuta observada no âmbito da elite letrada podem ser encontrados na memória dos trabalhadores, como se percebe, por exemplo, quando a tecelã Teodora Castro confere destaque total à figura de Elias Pinto, ao defender que “quem fundou mesmo a Tecejuta foi Elias Pinto, ele foi prefeito aqui em Santarém. Esses maquinários veio tudo [sic] da Inglaterra, [...] ele era o chefe e mandava em tudo”.⁶²

Retornando à narrativa de João Silva – o mais antigo trabalhador da Tecejuta com quem tivemos contato, e que trabalhava no setor conhecido como Casa de Força⁶³ –, encontramos um testemunho sobre o momento anterior à fundação do estabelecimento e, ao fazê-lo, evoca outra figura, divergindo da fala de Teodora Castro. Assim, ao ser perguntado sobre o início da Tecejuta, diz ele: “Ah, então surgiu aquela... lembra a Casa Tuji?... uma loja de peças, acessórios...”⁶⁴. Sua fala, embora não mencione o próprio Kotaro Tuji, traz, como se observa, na figura da empresa citada, uma referência que remete a sua presença nas origens da fábrica.

Procurando entender a partir desta fala do narrador o que seria a Casa Tuji, fomos em busca dos jornais da época e encontramos vários anúncios referentes a ela em *O Jornal de Santarém*, com os seguintes dizeres: “TUJI & CIA. Matriz Rua João Pessoa, nº. 260, exportadores de fibra: Fibras de juta e malva, látex e

⁶¹ DELGADO, Lucélia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 9.

⁶²Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 mar. 2011.

⁶³Sobre a função desempenhada pela Casa de Força, ver o capítulo seguinte.

⁶⁴João Silva, 80 anos, Casa de Força. Entrevista realizada em 15 out. 2012.

Jutaicaica”. Compulsamos também a escassíssima bibliografia que aborda essa época na cidade e encontramos no livro, já citado, *Memória de Santarém*, de Lúcio Flavio Pinto uma descrição do estabelecimento, que o autor construiu levando em consideração exatamente os anúncios publicados em diversos números daquele periódico no ano de 1953, dali extraindo os trechos destacados por aspas em sua fala:

L. G. Tuji & Cia. Na rua João Pessoa, um conglomerado de negócios. A seção de comércio tinha a Casa Boa Esperança, “Estabelecimento que honra Santarém”, com “grande sortimento de mercadorias nacionais e estrangeiras”. A seção de agricultura era responsável por jutais próprios e pelo financiamento de mais de 100 hectares de cultivos de fibra. A seção de indústrias era formada por uma usina de prensagem de jutas, fábrica de látex, madeiras, juitaicaica, sabões e curtume. A seção de exportação fazia “grandes exportações de jutas, látex, madeiras, jutaicaica, conchas e demais produtos regionais”. A seção de transportes dispunha dos motores Vargas e Boa Esperança, de Alvarengase de caminhões. Já a Seção de Representações atuava como agentada Companhia Nordeste de Seguros e da Shell-Mex do Brasil.⁶⁵

Tratava-se, como se observa, de um estabelecimento voltado fundamentalmente à comercialização de fibras, mas que também incluía outras atividades: o comércio de diversas mercadorias além das fibras; processos industriais, entre eles uma fase do processamento da juta (a prensagem); serviços de transporte; venda de seguros e comércio de combustíveis.

Na fala de João Silva, fica entendido que a Tuji & Cia. era a empresa que daria origem à Tecejuta, porém se trata de uma confusão. Conforme a ata de fundação da fábrica, esta começou a existir em 1951⁶⁶. Com o nome de Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (Tecejuta), a fábrica nasceu, ainda que só no papel, em 10 de novembro de 1951 e com um escritório na rua João Pessoa, 260, no centro de Santarém. Era uma situação provisória, porque já estava acertada, entre os acionistas, que em 1952 seria iniciada a construção de um edifício industrial. A mescla entre as duas empresas, tal como se observa na lembrança de João, talvez se deva ao fato de que ambas ocupavam o mesmo

⁶⁵ PINTO, Lúcio Flávio. *Memórias de Santarém*. Santarém: Ed. O Estado do Tapajós, 2010. p. 392.

⁶⁶ *Ata de fundação da Tecejuta*. Santarém, 10 nov. 1951.

espaço físico, já que a Tecejuta funcionava, no início, em um escritório montado no mesmo endereço da Tuji & Cia.

1.3.1 MONTAGEM DA FÁBRICA E FORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Ainda seguindo os rastros das memórias dos antigos trabalhadores da Tecejuta, cabe agora acompanhar como se processou a montagem da fábrica e o preparo da força de trabalho que assumiria as diversas funções de trabalho no estabelecimento. Começamos com a seguinte narrativa do mesmo João Silva:

Todo tempo montando máquina; aquela área todinha é máquina pra montar uma por uma, dia e noite. É, quando eu tava lá e os testes eram feitos durante o dia, e foi um envolvimento total, passei vinte anos lá direto, desde o começo da atividade. Cheguei lá, já tinha, planejam [sic], montagem de galpão.⁶⁷

João Silva, no início da construção, não trabalhava como funcionário da fábrica, apenas prestava serviço de caminhoneiro, mas presenciou, como ele mesmo diz, “a coisa acontecendo”, porque fazia o transporte dos materiais. Passou a trabalhar na fábrica em 1959, na *Casa de Força*, setor responsável não apenas pelo fornecimento de energia, como também pelo abastecimento de água e vapor para o serviço de secagem de fibra e de tecido, além de incluir sob sua responsabilidade o transporte.

Sobre os trabalhos de montagem da fábrica, tem-se também o testemunho de outro antigo trabalhador, Antonio Castanheira, de 76 anos. Nascido na Comunidade do Tapará, veio ainda “garoto” à cidade de Santarém, para estudar. Ao ser perguntado sobre quando começou a ouvir falar da construção da fábrica, ele respondeu como segue, enfatizando a demora para o início de seu funcionamento:

Eu era garoto, já rapaz, aí começou o trabalho pra construir essa Tecelagem aqui. Isso aí demorou muito, passou muito tempo. [...] de cinquenta pra cá já começou, que começou esse planejamento... E depois esse piso foi feito de pedra aqui, carregavam ali no carrinho e espalhavam aí, esse piso foi feito de pedra. Aí fizeram isso, levantaram, ficou bonito e tal. O problema foi pra custar a funcionar.⁶⁸

⁶⁷João Silva, 80 anos. Entrevista realizada em 15 de outubro de 2012.

⁶⁸Antonio Castanheira. 76 anos. Chefe da urdideira. Entrevista realizada em 08 de agosto de 2015.

Sobre a montagem da Casa de Força, ele nos relata o seguinte: “Vieram os japoneses. Quem instalou essa Casa de Forças lá, os motores, foi um japonês. Ele tinha inclusive dois garotos que eram filhos dele, o Masaki e o Takinoro. Ele morava ali perto. Foi ele que instalou essa máquina”.⁶⁹

Algo que chama atenção nos relatos de João Silva e de Antonio Castanheira sobre a chegada e montagem das máquinas é a localização da presença japonesa apenas no início da fábrica, primeiramente com Kotaro Tuji na fundação e, a seguir, com outros japoneses trabalhando na montagem de energia elétrica e outros maquinários. Apesar de um número considerável de famílias japonesas ter vindo para Santarém na época, não encontramos, na documentação pesquisada, japoneses que tivessem trabalhado como operários.

Retomando a narrativa de João Silva, ele nos fala sobre o preparo e treinamento dos operários para o trabalho dentro da fábrica. Ao ser perguntado se desde o início a fábrica já funcionava com produção, ele nos narrou:

Não, ela ficava em experiência de algumas coisas. Depois que as máquinas chegaram, já foi mais... em 65 mais ou menos, aí começou a trabalhar só em testes, depois organizou, esse estoque de material, matéria-prima né? E dando assim incentivo e conhecimento do trabalho pra todo mundo, orientando, educando como fazer – até que começou. Cada pessoa tinha que aprender até dar nó rápido, de fazer aquelas coisas rápidas, né? Porque a máquina tem fusos pra uma só pessoa tomar conta; é muito difícil, daí corria pra dar um amarrilho rápido e já prosseguia, e todo mundo fazendo aquilo. E todas as máquinas, uma exigência de muita atenção. Diferente de quando começou com a ideia com os japoneses: as máquinas eram lentas, as que apareceram logo aí para experiência foi máquina de costura, elas nem foram aproveitadas, não gostaram [risos], não serviu pro serviço, sabe?!⁷⁰

De acordo com o relato, antes de a fábrica entrar em funcionamento, foi necessário organizar o material e principalmente “educar” o trabalhador naquele

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ João Silva, 83 anos. Entrevista realizada em 06 de março de 2015. Esta entrevista aconteceu três anos e quatro meses depois da primeira realizada com o Senhor João Silva. Pode-se perceber que na última entrevista, o entrevistado demonstrou maior desenvoltura e segurança na narrativa, o que pode ser explicado pelo fato de que agora o mesmo conhecia melhor a pesquisa e, segundo nos parece, sentia-se feliz por dela fazer parte.

novo modo de trabalho. O início das atividades da fábrica caracterizou-se por um processo de aprendizado para todo o seu pessoal, o que aos poucos possibilitou seu funcionamento com toda uma estrutura previamente estabelecida. Além de procedimentos técnicos, como realizar testes da casa de força para o ajuste às necessidades da produção ou acumular a matéria-prima necessária para dar início aos trabalhos, foi preciso ainda treinar, ensinar, “adestrar” o trabalhador e adequá-lo (submetê-lo) ao ritmo das máquinas.

Para avaliar o significado desse treinamento, é preciso levar em conta que os trabalhadores de Santarém ainda não haviam trabalhado, propriamente, em uma *fábrica*, pois ela era a primeira a existir ali. Havia, certamente, alguma produção industrial, realizada em oficinas ou em firmas como a própria Tuji & Cia, que desenvolvia atividades de fabrico de sabão, curtume, prensagem de fibras ou preparo de madeira. Mas as dimensões do local e da produção, assim como os ritmos do trabalho ali desenvolvido, não poderiam ser comparados com os que ocorreriam num grande estabelecimento como a Tecejuta. Como os porta-vozes da própria empresa diziam, em matérias pagas na imprensa local, “nenhuma outra empresa de tal magnitude se implantou em Santarém antes do grande suporte socioeconômico regional que é a Tecejuta”⁷¹. O sentido é o mesmo quando dizem ser a Tecejuta a “pioneiríssima da industrialização regional, abastecendo constantemente as praças nacionais com produtos de irretocável categoria”⁷², ou ainda, quando a apontam como a “pioneira absoluta no parque industrial santareno! Antes dela, só o lírico artesanato mococongo”.⁷³

E seu João continua narrando: “[...] admitia uma pessoa, punha em período de adaptação, mas mesmo assim a agilidade tem que ser, acompanhar o serviço da máquina, do contrário, se não fizer assim..., no tear, tanto na costura como em qualquer outro lugar”. Ou seja, o trabalhador tinha que se adaptar ao novo estilo de trabalho, no qual ele não regia sequer seu tempo. Pelo contrário, era preciso adequar-se, submeter-se ao ritmo das máquinas, senão “não servia” para a fábrica.

⁷¹Revista Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Santarém, 08 dez. 1974.

⁷²Revista Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Santarém, 08 dez. 1976.

⁷³Revista Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Santarém, 08 dez. 1977. Durante muito tempo, “mococongo” foi o termo utilizado para designar os naturais de Santarém, caindo em desuso após adquirir a carga pejorativa com a qual é hoje empregado.

As primeiras máquinas instaladas, que foram usadas no treinamento de operários, vieram do Japão; no entanto, elas não atenderam a necessidade da gerência, que buscava otimizar o binômio tempo/produção. Para atender tal necessidade, foram trazidas novas máquinas, desta vez da Inglaterra. Segundo seu João Silva, as máquinas substituídas foram as de costura e os teares. Se com as primeiras a adaptação do trabalhador ao ritmo de trabalho fabril já havia sido difícil, com as últimas, a dificuldade aumentou ainda mais. Ao trabalhar com as máquinas inglesas, bem mais aceleradas, o operário precisava de total atenção para acompanhar o ritmo, porque “até as costureiras, costuravam os dedos assim, passava por cima, sabe?!... de qualquer coisa, muito rápido”.⁷⁴

Esse era o momento de “adestrar” o trabalhador ao sistema da fábrica, e o objetivo que orientava desde o início a ação da gerência junto aos operários no estabelecimento, e durante toda a existência deste, foi, como se poderia esperar, adequá-los ao tempo da máquina, para assim ser alcançada uma produção satisfatória. Ao final desse processo de adaptação, como observou Maria Izilda Matos, o trabalhador aparecia como um “adendo à máquina”.⁷⁵

Na narrativa de seu Antonio Castanheira de que citamos alguns trechos mais acima, ele nos fala de outra tecelagem em que trabalhou antes de ingressar na Tecejuta, a Companhia Amazônia Têxtil de Aniaga (CATA), fundada em Belém em 1962. No segmento imediatamente posterior ao primeiro trecho citado de sua entrevista, ele nos diz: “O problema foi pra custar a funcionar. Aí eu fui pra Belém em 59. Servi o exército, depois entrei na CATA, é uma outra tecelagem lá. A CATA foi instalada lá e os ingleses vieram e nós fizemos o curso”.⁷⁶

Seu Antonio, ao retornar para Santarém em 1966, começou a trabalhar na Tecejuta e sentiu a diferença, o que aparece numa comparação entre as fábricas que apresenta em seu depoimento. Ele nos conta sua experiência na CATA, apresentando um retrato dessa empresa muito contrastante com o que viu na Tecejuta:

⁷⁴ João Silva. Notamos que João não menciona as demais máquinas; ele lembrava em especial das máquinas de costura.

⁷⁵ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. p. 61.

⁷⁶ Antonio Castanheira. 76 anos. Chefe da urdideira. Entrevista realizada em 08 de agosto de 2015.

Na CATA tudo era moderno, e a Tecejuta ficou aqui, né? Aquele negócio de funciona, não funciona. Quando ela começou a funcionar, o equipamento já estava ultrapassado, tinha coisa mais moderna no mercado, incluindo a CATA. Aqui nos usávamos o tear de espola, né? Com lançadeira [...] e lá um tear de espada, que é um tear mais moderno. Porque aqui tinha uma lançadeira, era antiquado mesmo, ela jogava uma lançadeira dessas, aí às vezes quando saía, vinha pra lá e pra cá, arrebatava o fio aí dava um trabalho de novo de emendar tudo. Já o tear de espada era diferente.⁷⁷

1.3.2 FASES DE FUNCIONAMENTO E CRONOLOGIA DAS DIRETORIAS

A Tecejuta só começou a funcionar efetivamente na década de 1960, mas, ao entrar em atividade, sua produção era tão intensa que exigia um funcionamento de 24 horas, mobilizando o trabalho de centenas de homens e mulheres. Para que se possa acompanhar melhor os depoimentos a seguir, o quadro abaixo traz uma cronologia da sucessão das diretorias da fábrica, desde o momento em que esta começou a funcionar.

Quadro 01:
Cronologia das Diretorias da Tecejuta

Diretores	Período
Elias Pinto, Isaac Hamoy, Belicha	1964 a 04/12/1965
Francisco Coimbra, Correa e Carneiro	04/12/1965 a 17/05/1967
Isaac Jacob Benzecry (acionista majoritário) e demais diretores.	17/05/1967 a 17/08/1970
Banco da Amazônia	17/08/1970 a 26/08/1976
Isaac Jacob Benzecry	26/08/1976 até hoje

Fonte: Organizado pela autora a partir dos livros de registros e atas da Tecejuta.

Mal iniciara suas atividades e a fábrica teve logo uma primeira crise financeira, em 1969. A crise gerou demissões e até chegou a fechar as portas do estabelecimento por pequeno período de tempo. A fábrica reabriu em 1970, com a intervenção de seu maior acionista, o Banco da Amazônia (BASA), e com apoio de órgãos federais de fomento, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Essa fase, em que a empresa esteve sob intervenção, e que

⁷⁷ Idem.

durou até 1976, contraditoriamente, foi, segundo depoimentos de ex-trabalhadores, a melhor da Tecejuta.

Teotônio Araújo, que exerceu diversas funções como operário e chegou a cargos de chefia, ao ser perguntado sobre esse período, narrou:

Ela paralisou em 1969, ela passou ano e pouco parada, aí depois veio com o incentivo do Banco da Amazônia, os diretores do banco vieram pra cá, em 1970, e ela veio reabrir em 1970 com uma administração do Basa. Quando ela paralisou não pagou ninguém, não indenizou ninguém. Já quando o pessoal do Basa entraram aqui é que vieram indenizar, fizeram acordos com todo mundo, pagaram e readmitiram aqueles que queriam voltar. [...] e daí foi da seguinte maneira: foram readmitindo, criaram o primeiro turno, depois criaram o segundo e depois veio o terceiro turno também, e tinha o turno normal, que na época meteram mais funcionários. De 1970 até 1977 foi uma das melhores fases que a Tecejuta teve aqui, foi nessa época porque teve muito investimento, investimento da SUDAM, investimento do Banco da Amazônia, aí foi a melhor fase da Tecejuta.⁷⁸

Teotônio começou a trabalhar na fábrica em 1967, com 17 anos, mas sua carteira profissional foi assinada apenas no ano seguinte, quando completou 18 anos. Atualmente é responsável pela guarda do que restou da Tecejuta em Santarém. As medidas tomadas com relação ao pessoal, com acordos de indenização, readmissão e contratação de novos funcionários parecem corresponder ao critério pelo qual Teotônio aponta o período em que a fábrica foi dirigida pelo BASA como a sua melhor fase, pois esse é o elemento mencionado em primeiro lugar (e com destaque) em sua fala. A menção ao investimento da SUDAM e do BASA, feita imediatamente a seguir, assume, diante disso, um caráter de reforço, de confirmação e de explicação ao que ele havia dito sobre a política de pessoal. A avaliação de Teotônio encontra apoio na fala de João Silva, que também registra o aumento do número de funcionários na fábrica com o advento da diretoria do BASA: “[...] quando a equipe que era do Basa que assumiu e reformou muita coisa, ampliou bem, ficou um serviço bonito, empregou mais de mil pessoas, sabe? Então nessa época era muito bom o serviço lá, produzia muito”.⁷⁹

⁷⁸ Teotônio Araújo, 63 anos. Exerceu varias funções dentro da fábrica. Entrevista realizada em 08 fev. 2013.

⁷⁹ João Silva, 83 anos, Casa de força. Entrevista realizada em 06 mar. 2015.

Cabe ressaltar que alguns trabalhadores, quando perguntados sobre uma fase “boa” da fábrica, se reportam a outro momento da Tecejuta, como é o caso de Teodora Castro:

[...] eu fui uma boa operária, passava anos trabalhando, eu não metia atestado, eu não faltava no meu trabalho, eu saía de licença quando era pra ganhar nenê, recebia natalidade, era muito bom. Muitas e muitas gente criaram seus filhos dali. A diretoria era dos Coimbra e dos Correa, eram belos patrões para nós. Nas festas de Natal e Ano Novo eles davam presentes pras pessoas. Aí depois que passou pro Banco da Amazônia aí mudou a diretoria, aí já foi mais diferente.⁸⁰

Diferentemente de seu Teotônio e João Silva, Teodora guarda na memória o período da diretoria dos Coimbra e Correa como uma fase boa. Atribui a eles direitos que lhe eram garantidos pela legislação trabalhista (parece mesmo vê-los como contrapartida a seu bom comportamento como operária) e ressalta a generosidade de seus patrões em dar presentes no final do ano. Contudo, o critério para atribuir uma qualidade positiva a determinado período era da mesma natureza: a política de pessoal. Teodora, de um lado, e Teotônio e João, de outro, pertencem a extremos opostos na hierarquia funcional. A primeira era operária, enquanto os últimos, embora também tivessem larga experiência nos primeiros degraus da hierarquia fabril, passaram a exercer funções que os aproximavam mais do ponto de vista da gerência. No entanto, apesar dessa distância, as avaliações dos três sobre a evolução da fábrica tinham um ponto em comum: o modo como as mudanças afetavam os trabalhadores.

Seu Antonio Castanheira rememora de outra forma, mostrando-nos a passagem de uma diretoria para outra:

[...] esse período, esse pessoal de Manaus entrou no negócio, parece que parte do Coimbra, parece que eles passaram pra esse pessoal de Manaus, aí eles passaram a administrar de lá e depois disso eles fecharam a fábrica, tiraram as peças importantes da tecelagem, aí eles começaram a levar peças daqui, aí não funcionou mais. Mas, ela ainda chegou a produzir bem, mas era outra administração.⁸¹

⁸⁰ Teodora Castro, 73 anos. Tecelã. Entrevista realizada em 15 de março de 2011.

⁸¹ Antonio Castanheira, 76 anos. Chefe da urdideira. Entrevista realizada em 08 de agosto de 2015.

Seu foco de interesse é diverso do que observamos nos testemunhos anteriores. Como vimos em passagem anterior, o critério privilegiado por esse operário para avaliar a situação da Tecejuta era a eficiência das máquinas, correspondente à sua atualidade. Essa nos parece uma outra vertente do que poderíamos identificar como ponto de vista dos trabalhadores: a valorização das máquinas e equipamentos como referências de seu cotidiano, em outras palavras, de sua vida e de sua própria identidade como trabalhadores. A avaliação negativa de Antonio quanto às máquinas da fábrica, na primeira passagem, parece indicar, pelo inverso, que o maquinário era uma referência importante para ele. Na fala de Antonio, não é a capacidade de favorecer a criação de lucro o que confere valor à máquina. Essa referência (o lucro) nem aparece em sua avaliação. O que aparece é a máquina em si, e seu desempenho na produção. Nessa fala, a máquina não parece ser vista apenas e fundamentalmente como um instrumento, um meio para atingir um fim, mas como algo que tem um valor em si.

Nota-se, nesses depoimentos, que a sucessão das diretorias fornece marcos para a periodização construída pelos trabalhadores. Uma particularidade nessa construção merece destaque aqui. Tendo como referência aqueles marcos, Teodora Castro constrói a seguinte narrativa:

[...] no final era de uma família de Benzecry de Manaus, eles compraram a Tecejuta, ela tinha muitos sócios, não tinha o dono. Agora, quem fundou mesmo a Tecejuta foi Elias Pinto, ele foi prefeito aqui em Santarém. Esses maquinários veio tudo [sic] da Inglaterra, aí depois... ele era o chefe e mandava em tudo. Aí depois a família dos Correa e Coimbra entraram de sócios e compraram, aí eles eram donos, aí muitos, muitos anos, o Banco da Amazônia comprou a Tecejuta, aí eles venderam para o dono da Fiteju lá em Manaus.⁸²

Como se observa, Teodora faz uma cronologia das diretorias da Tecejuta e atribui a fundação da fábrica a uma única pessoa: Elias Pinto. Essa memória da fundação em torno de um único personagem, incorporada por uma operária, é significativa. Como vimos pelo exame das matérias de *O Baixo Amazonas*, tal memória foi construída ao longo do tempo, motivada por razões de ordem política, por meio de discursos na imprensa que têm como origem o próprio Elias Pinto.

⁸² Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 de março de 2011.

1.4 A TECEJUTA E AS MUDANÇAS NO QUADRO POLÍTICO PÓS-1964

Aqui cabe retomar as considerações apresentadas mais acima, quando discutimos a importância da imagem da Tecejuta como referência para a prática política desse personagem, um de seus sócios nos anos 1950. A análise desses discursos traz fortes indícios de que a imagem da Tecejuta era instrumentalizada para o favorecimento de personalidades políticas em meio às disputas eleitorais. O dado que é apresentado a seguir evidencia que, dependendo da situação e da alteração dos interesses dos personagens na cena política, o significado da fábrica podia mudar significativamente.

O já citado memorialista Lucio Flávio Pinto registra uma surpreendente mudança de posição por parte de seu pai em 1967, quando ele já era prefeito (pouco depois, num ambiente político marcado pela mudança na correlação de forças locais e nacionais trazida pelo advento da ditadura militar, seu mandato foi cassado pelos vereadores):

O prefeito Elias Pinto decidiu vetar, em março de 1967, o projeto de lei que concedia redução de 50% do ICM (o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, antecessor do ICMS) à Tecejuta. O projeto, oriundo da Câmara de Vereadores, fora sancionado pelo antecessor na prefeitura. O ato foi recebido como “provocação ou perseguição política” pelos controladores da Tecejuta, que apoiaram o adversário de Elias Pinto na eleição realizada no ano anterior, Ubaldo Correa. Ameaçaram transferir a fábrica de fiação e tecelagem de juta para Belém, fechando assim a maior indústria do Baixo-Amazonas, garantindo que a instalação na capital lhes seria mais vantajosa.⁸³

Nessa ocasião, Pinto já não fazia parte da diretoria da Tecejuta, o que, pelo que se pode concluir da atitude, acima descrita, que assumiu em relação à fábrica, alterava substancialmente seu ponto de vista a respeito da importância da presença desta última em Santarém.

As querelas entre os políticos de Santarém, como se observa, respingavam na Tecejuta, e isso, numa avaliação provisória que optamos por registrar aqui, pode ter sido um dos fatores que afetaram o empreendimento ao ponto de este haver sofrido uma intervenção do Banco da Amazônia, com o apoio (e, portanto, em última instância, como agente) da SUDAM.

⁸³PINTO, Lúcio Flávio. *Memórias de Santarém*. Santarém: Ed. O Estado do Tapajós, 2010. p. 351.

Quanto a essa intervenção, uma avaliação que se impõe, a nosso ver, é que parece ter tido como finalidade apenas reaver o capital investido, pois não houve nenhum investimento no maquinário, que continuou o mesmo até ser recolhido para venda ao ferro-velho em 2013⁸⁴. Encontramos tais evidências nos livros de ocorrência da própria fábrica, que registram sérios problemas com as máquinas e com o próprio edifício do estabelecimento:

Santarém, 11 de maio de 1973

Ocorrência do turno C – horário 22horas

Preparação: Rodamos mal, no 1º expediente, em especial os passadores com constantes paradas prejudicado pelas chuvas, com goteiras existentes em toda a fábrica. No segundo expediente rodamos melhor.

O banho das cardas não sofreu modificações[...].⁸⁵

Santarém, 16 de maio de 1973

3º turno

Fiação: Rodamos bem até as 1:50 horas, depois da forte chuva que caiu, molhando as máquinas em geral, passou a rodar mal, tendo uma diferença de 400 kilos de um expediente para outro.⁸⁶

Após esta intervenção, os Benzecry novamente assumem a Tecejuta e tornam-se os únicos donos até a nova crise em 1990, quando o estabelecimento encerra suas atividades e fecha as portas de vez.

⁸⁴ O modelo de tear usado pode ser conferido diretamente por uma visita ao local da UFOPA em que o mais moderno deles (provavelmente da década de 1940) está preservado. O modelo mais antigo também ali se encontra, juntamente com outra máquina, conhecida como meadeira ou “aranha”.

⁸⁵Tecejuta – Livro de Ocorrência. Turno “C”, em 11/05/1973, p. 16.

⁸⁶Tecejuta – Livro de Ocorrência. Turno “C”, em 16/05/1973, p. 23.

CAPÍTULO 2 A FÁBRICA E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Neste capítulo, discutiremos o processo de trabalho da Tecejuta e os significados dados pelos trabalhadores a esse processo. Assim, acompanharemos as várias etapas do trabalho realizado cotidianamente, percorrendo os diversos setores da fábrica, tanto os situados no galpão principal, onde estavam localizadas todas as máquinas voltadas à transformação da matéria-prima (fibra) no produto final (sacaria), como os outros, que alimentavam e davam suporte à produção: o chamado “galpão de matéria-prima”, a Casa de Força e a Caldeira.

2.1 AS ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO NA FÁBRICA

2.1.1 A CASA DE FORÇA

Para abordar o processo de trabalho que caracterizou a fábrica, começaremos identificando seus diversos setores e descrevendo suas especificidades. O primeiro destes setores, a Casa de Força, foi montado e entrou em funcionamento antes mesmo da fábrica começar a funcionar. Como já mencionado, possuía três grandes geradores vindos do Japão, os quais, assim que instalados, forneceram energia para a cidade. Para o entendimento de como funcionava a Casa de Força da Tecejuta, conversamos com João Silva, que começou a trabalhar na fábrica em 1959 e saiu em 1980, ao aposentar-se. Ao ser perguntado sobre como era o seu trabalho na Casa de Força, narrou:

A casa de força atraiu pra si através da necessidade da fábrica muitas coisas, nós tínhamos responsabilidade pela energia, pelo abastecimento de água, vapor para serviço de secagem de fibra e tecido e tudo né?, e transporte também, porque controlava o serviço de abastecimento de combustível, veículos, pelo serviço mecânico que se desenvolvia e atendia a manutenção de veículos e todas essas coisas.⁸⁷

⁸⁷ João Silva, 83 anos, Casa de Força. Entrevista realizada em 11 fev. 2015.

Embora João Silva tenha começado a trabalhar na fábrica em 1959, já tinha contato com a Tecejuta desde sua montagem, quando era caminhoneiro. Como ele conta, “estava deixando, encerrando a carreira de caminhoneiro, e depois, logo que a Tecejuta abriu precedência, eu já me dava com as pessoas lá, aí me encaminharam”. Ele entrou como encarregado da Casa de Força, tendo aprendido o serviço com seu irmão, que trabalhava lá: “depois que meu irmão resolveu sair da empresa, aí transferiu todo o trabalho pra gente”. João Silva rememora ainda a postura que adotava na fábrica:

Na verdade eu preferia assumir do que conversar fiado, sabe? Assumia, terminava o serviço e já estava com outra coisa, entendeu? E o tempo passa e a gente não se estressa, a gente vai aprender coisas, isso é importante....⁸⁸

A seriedade com que João Silva se dedicava ao trabalho parece ter sido reconhecida por todos na fábrica, tanto pela gerência quanto pelos operários. Essa percepção era partilhada por seu Nonato Serra, operador da Caldeira: “Seu João Silva, com todo o respeito pelo qual tenho a pessoa dele, que foi um pai pra mim, sempre me aconselhava ‘- Trabalhe direitinho que você vai ficar muito tempo aí’”.⁸⁹

⁸⁸ Idem.

⁸⁹Nonato Serra, 75 anos, trabalhador da Caldeira. Entrevista realizada em 04 set. 2015.

2.1.2 A CALDEIRA

Nonato Serra trabalhou na fábrica no período de 1966 a 1977, é da Comunidade do Mururu e seus pais eram lavradores. Veio para Santarém para estudar, mas não quis “saber do negócio de estudo”. Ao ser perguntado sobre como se tornou operário na Tecejuta, descreveu:

Entrei na Tecejuta como braçal [...] Aí um dia eu tava na vassoura, limpando, limpando, aí o Peter, que era o chefe geral, ele era engenheiro, me chamou. “Ei!”, e aí já falava um pouco brasileiro né? [Esse funcionário era inglês, e era responsável pelo bom funcionamento das máquinas que, como já se disse, eram também e origem britânica] Aí me chamou, aí eu fui, “Pô, será que ele vai me dar minhas contas?”. Aí eu fui muito triste assim. Aí ele disse: “Ô, não quer aprender uma profissão?” Aí eu disse: “Era o que eu mais queria na minha vida”. “Então vai trabalhar com João Silva lá na usina, na casa de forças”. Aí larguei a vassoura e fui pra lá, [...]. Foi o tempo que surgiu uma boca na caldeira. O rapaz deu um nó e dispensaram ele, aí eu comecei a trabalhar na caldeira. Aí Peter disse assim: “Tem noventa dias, se passar fica, se não, vai pra vassoura de novo”. Aí eu peguei o manual da caldeira com um amigo e comecei a ler, isso aqui, essa parte, aí com três meses já comecei a trabalhar sozinho.⁹⁰

Na narrativa de Nonato Serra, observa-se a satisfação que ele tem ao contar do esforço para aprender a trabalhar na caldeira. E continuamos a entrevista pedindo para que falasse como era seu trabalho ali, em seu novo setor:

Caldeira, pra iniciar a operação, você tem que iniciar, aonde trabalha, entra água e a linha aonde entra vai o vapor, a linha aonde vai o óleo diesel ou BPF que é o baiano que chama. Como aqui na Tecejuta usavam óleo diesel, o óleo diesel não precisa aquecer. Então, o procedimento da caldeira o que é? Você vê o procedimento da água, não pode deixar a caldeira secar, ela tem uma bomba que puxa automaticamente, a bomba vai, ela puxa aquela água, vai até o nível, que é certo, né? Quando ela vai caindo, aí a bomba funciona de novo automaticamente. Se caso a bomba pifar, você vai trabalhar como? Manual, aí já é mais arriscado. E é os cuidados que o operador tem que ter com o equipamento que se chama caldeira.⁹¹

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

Imagem 03:
Uma Caldeira da Tecejuta



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

Serra nos explica a operação da caldeira com entusiasmo, procurando mostrar a importância de seu trabalho na empresa. Segundo nos informou, apenas um trabalhador em cada turno operava a caldeira. Como estávamos na busca de mais trabalhadores para entrevistar, indagamos se podia nos dar o contato dos demais, porém nos disse que só existia ele, que os outros dois já tinham falecido. Informou ainda que uma outra pessoa havia trabalhado na caldeira também, mas que ele não sabia mais de seu paradeiro, porque esse operário tinha mudado para Manaus.

O aprendizado de seu trabalho lhe possibilitou, depois que saiu da fábrica, um novo emprego, na Mineração Rio do Norte. Nonato Serra fala com satisfação de sua conquista:

Eu fui preencher um currículo, aí com quinze dias a Mineração mandou me chamar pra fazer um teste. Dos três operadores de caldeira que foram para fazer esse teste na Mineração, eu saí em primeiro lugar. É a resposta prática, teórica, parte da operação, parte da eletricidade, tudo, como funcionava uma caldeira...⁹²

⁹² Idem.

Há em Nonato Serra uma perceptível sensação de gratidão pela profissão que aprendeu na Tecejuta, por lhe ter ajudado a construir sua vida. Hoje está aposentado e gosta de tocar seu cavaquinho. Em sua narrativa, Serra ressalta a importância da caldeira para o galpão principal: “ela era responsável em dar vapor para engomadeira, para calandra e fazer a chamada do pessoal”. Essa chamada se dava através de um apito, sobre o qual explicou o funcionamento: “Tem muito vapor na caldeira; então você chega lá, puxa uma corda aqui, aí a sirene apita lá: ‘xãããããã’. Essa sirene vai numa distância assim, quase no final da cidade. Aí tudo por lá tinha gente que vinha trabalhar, né?”.⁹³

As lembranças de Nonato Serra sobre o apito da fábrica acabaram estimulando a memória que esta pesquisadora guarda do tempo da fábrica: o barulho da sirene, a que ele se reportava, também fazia parte de nossa memória pessoal. Esse elemento pertence à memória individual desta pesquisadora, porém integra ao mesmo tempo a memória coletiva da cidade, pois a sirene fazia parte da vida não apenas dos trabalhadores da Tecejuta, mas dos santarenos em geral, que a ouviam em seu cotidiano e a tinham como referência em sua gestão do tempo.

A sirene descrita por Serra e reconhecida pela pesquisadora serve de mote para que aqui se faça referência a uma das características fundamentais do trabalho com a História Oral, qual seja, o compartilhamento da memória na *História do tempo presente*. O que se quer enfatizar, é que, muitas vezes, durante a entrevista, o entrevistador assume dois papéis: o de historiador e de testemunha do objeto que estuda. Há, portanto, “uma relação física entre o historiador e seu tema, o historiador e seu tempo”. Deve o pesquisador, contudo, manter uma atitude de rigor científico. Esta é, na verdade, uma relação complexa em que “mostra que a definição de história do presente passa principalmente pela referência de uma nova relação entre cientista e seu campo de investigação”.⁹⁴

Como observam Chauveau e Tètart, o historiador do Tempo Presente está em uma “imersão com seu tema”. Isto não quer dizer que os demais historiadores não se relacionem também dessa forma; porém, há um diferencial: Enquanto o primeiro tem uma relação *física* com a realidade estudada, o segundo “deve

⁹³ Idem.

⁹⁴ CHAUVEAU, Agnès. TÈTART, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 30.

recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente. Não é senão no presente, por reverberação de sua relação no presente, que pode (re)conhecer ou imaginar aquilo de que fala investindo-o de uma presença física do ‘real’”.⁹⁵

Dessa forma, o historiador do Tempo Presente deve aceitar essa imersão, considerar o fato de sua subjetividade na abordagem daquilo que estuda e, a partir dessa aceitação, manter o rigor científico de sua pesquisa. Tal rigor não exclui a subjetividade, pois ela é uma condição necessária do ofício do historiador, tal como escreve Bédarida:

Se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro, É mais que uma esquiva: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência de homem.⁹⁶

Assim, neste momento da elaboração de nossa dissertação, conscientes de nosso papel de historiador do tempo presente, continuamos com as entrevistas para entendermos como os trabalhadores da fábrica apreenderam em suas memórias o processo de trabalho no interior da Tecejuta.

2.2 A FASE DE PREPARAÇÃO

Já passamos pela *casa de força* e pela *caldeira*, setores estratégicos que davam suporte para o funcionamento da fábrica. Agora é hora de atentar-se para as tarefas mais diretamente ligadas à transformação da juta, desde as efetuadas no momento em que a fibra chegava à fábrica, até o trabalho mais propriamente fabril, realizado no galpão principal, ou seja, no “coração da fábrica”, como poeticamente se expressa Pereira (1979).⁹⁷

⁹⁵ Idem, p. 31.

⁹⁶ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 227.

⁹⁷ PEREIRA, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Pode-se conhecer as primeiras etapas do processo de trabalho envolvido na transformação da fibra na Tecejuta através da narrativa de um antigo operário da fábrica, o Edioney Pereira, filho de pescador e nativo da comunidade de Igarapé do Costa, região de várzea, situada nas proximidades de Santarém. Ele veio para Santarém na década 1970, em busca de trabalho. Segundo contou, ali chegando, Edioney entrou em contato com um amigo que indicou a possibilidade de um emprego na fábrica e foi trabalhar lá como operário no *galpão da matéria-prima*. Ao ser perguntado como funcionava o trabalho nesse galpão, Edioney apresentou a seguinte descrição:

Ele funcionava da seguinte forma: os materiais de juta e malva, a malva principalmente, chegava do Amazonas da região de Manaus, onde se plantava muita malva pra lá. Então ela vinha de balsa, e ela encostava no porto de desembarque, e a gente tirava essa malva de dentro da balsa e colocava numa carreta que tinha um guincho que puxava ela, quando enchia essa carreta, ela puxava lá pra dentro do depósito de matéria-prima e depois disso eles faziam a classificação de juta e malva, tipo-2, tipo-3, tipo-4, né? E de lá se transferia pra dentro da fábrica por uma máquina que é desconhecida pra mim, eu não trabalhava na fábrica, eu trabalhava fora da fábrica. [...] e a maioria da juta vinha da várzea, da região da várzea, em barcos de motores. Essa juta, ela vinha em fardos, obra de 30 a 40 quilos, e esse produto vinha do mesmo jeito que vinha de Manaus, só que de Manaus era tipo de prensa, tipo uma caixa, não era em fardos, as das região [sic] de várzea era tecido manual e aí vinha tipo um rolo e aquele rolo vinha com três amarrilhos, um nas duas pontas e outro no meio, que ela era dobrada, a juta, e aquela parte final da matéria-prima ficava dentro do fardo, depois que você ia abrir, ali poderia ter juta estragada, aí você ia tirar tudinho.⁹⁸

Há registros iconográficos disponíveis para esses processos iniciais da lida com a juta na várzea amazônica, como se vê na sequência de imagens a seguir, que apresentam momentos da retirada, secagem e armazenamento da fibra.

⁹⁸Edioney Pereira, 60 anos. Entrevista realizada em 18 mar. 2015. A pergunta que gerou o depoimento foi: “Como foi para o senhor trabalhar na Tecejuta?”

Imagem 04:
Extração das fibras de juta e malva nos arredores de Manaus



Fonte: Fotografia de Correia Lima, de cerca de 1960.
Acervo Museu Amazônico.

Imagem 05:
Secagem da juta na várzea amazônica



Fonte: Fotografia de Correia Lima, *aprox.* 1960.
Acervo Museu Amazônico.

Imagem 06:
Armazenamento e prensagem da juta⁹⁹



Fonte: Fotografia de Silvino Santos, *aprox.* 1950.
Acervo Museu Amazônico.

⁹⁹ Silvino Santos, cineasta pioneiro no Amazonas e no Brasil, radicou-se em Manaus, entre os anos 1920 e 1970, mantendo-se como funcionário contratado da Firma J. G. Araújo e Cia. Com relação à imagem, sabe-se que é de Manaus, onde funcionaram duas grandes fábricas de beneficiamento da juta, a Fitejuta e a Brasiljuta, esta última inaugurada em 1954. Contudo, nas fotos não há indicação do estabelecimento retratado.

Voltando à fala de Edioney, nota-se primeiramente a comparação que faz de como chegava a matéria-prima vinda de uma região industrializada, Manaus (caixas), e da região de várzea nas cercanias de Santarém (fardos). Após o desembarque, a fibra era colocada em carrinhos, com plaquetas identificando o tipo de juta.

Cabe notar que esse trabalho, mesmo sendo efetuado fora do espaço interno da fábrica, no espaço entre o porto da Tecejuta e o portão que dava para este, era remunerado pelo mesmo sistema que o trabalho fabril. Os trabalhadores ganhavam conforme a produção. Dependendo de quantos carrinhos eles “faziam” por dia, dali eles “tiravam” a produção.

A fábrica contava com vários galpões, no entanto as máquinas ficavam organizadas em único galpão, seguindo a ordem de cada etapa do processo da produção até chegar ao produto final: a sacaria.

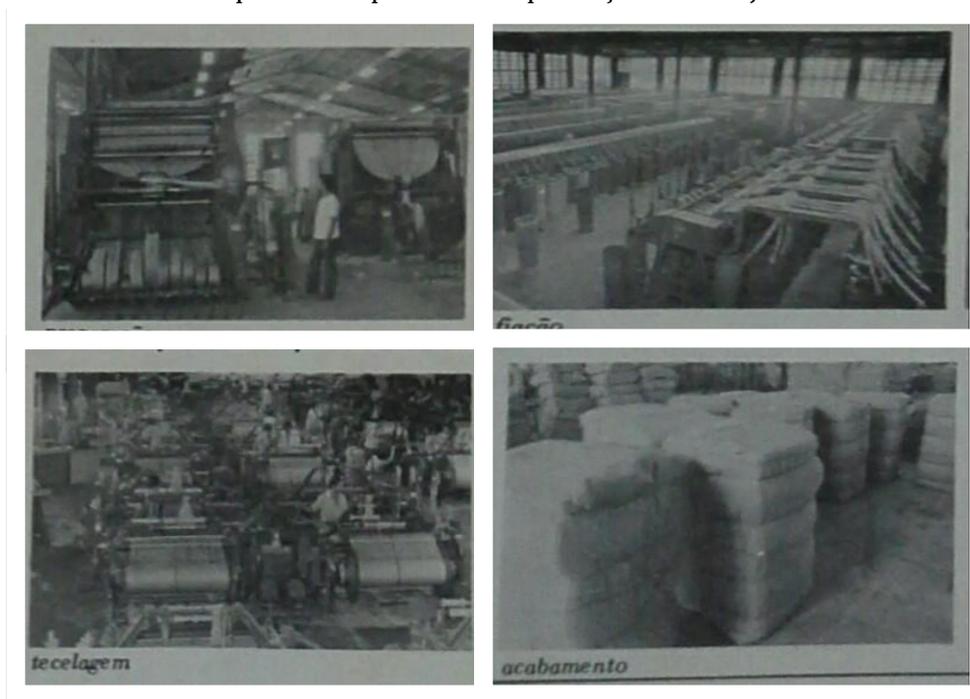
O processo de trabalho da Tecejuta não se diferenciava em essência do adotado nas fábricas de juta do final do século XIX e início do XX. Constatamos essa continuidade no tempo ao compararmos o que se passava na fábrica de Santarém com descrições da sequência de tarefas em estabelecimentos desse período voltados ao processamento da fibra, como a de Maria Izilda Santos Matos, que estudou o caso de São Paulo:

A transformação da fibra em sacaria era um processo bastante complexo embora aparentemente envolvesse apenas 4 etapas conexas, mas independentes entre si: preparação da fibra, fiação, tecelagem e acabamento”.¹⁰⁰

Nas descrições oriundas da própria Tecejuta, nota-se que no estabelecimento entendia-se o processo de trabalho como dividido nessas quatro grandes etapas da produção assinaladas por Matos. Imagens retiradas da revista do Programa da Festa de Padroeira da cidade, em 1974, mostram exatamente quatro etapas:

¹⁰⁰MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. p. 60-61.

Imagens 07 a 10:
Sequência do processo de produção na Tecejuta



Fonte: *Revista Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição*. Santarém, 08 dez. 1974.

Diferentemente de Matos, Pereira descreve o processo de transformação de fibras em três grandes etapas, o que se explica por haver ela considerado as etapas de preparação e fiação como apenas uma, entendida como de fiação¹⁰¹. Essa diferença, no entanto, restringe-se apenas ao terreno da nomenclatura, pois o processo é o mesmo. Seja como for, em nossa compreensão, trata-se, como diz Matos, de etapas conexas, embora independentes entre si.

Assim, após sair do galpão de matéria-prima, a fibra chegava ao galpão principal, onde se dava seu tratamento propriamente industrial, iniciando este no *Setor de Preparação da Fibra*, equipado com maquinário próprio. A primeira máquina do setor de preparação pela qual as fibras (juta e malva) passavam era o *amaciador*. Ali elas eram colocadas para tornarem-se mais macias e limpas, tirando as impurezas, como cascas e areias. Esse era um procedimento que facilitava os processos seguintes, para cuja execução era preciso que as fibras estivessem livres de qualquer outro resíduo.

¹⁰¹ PEREIRA, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 50.

A experiência com o amaciador marcou vivamente a memória de Francisco Duarte, de 66 anos, nascido na Comunidade de Arapixuna. Francisco veio para Santarém em 1971 para trabalhar na fábrica, atuando no setor de acabamento. Ele não chegou a trabalhar com o *amaciador*, mas ao ver sua imagem, em uma fotografia que levamos, rememorou um acontecimento que presenciou logo que chegou à Tecejuta.

Eu tava com oito dias de trabalho e nesse dia, eu me lembro que era véspera da festa da padroeira, dia oito era a festa, era dia sete de dezembro na primeira hora da manhã, era seis e apitou pra gente entrar e a primeira peça que o rapaz foi jogar, eu trabalhava uns dez metros da máquina que ele trabalhava, aí quando ele jogou a primeira cabeça de juta, a máquina era amaciador, a primeira cabeça de juta que caía lá era pra amaciar aquela juta, aí quando ele jogou estava com aliança no dedo e quando jogou a aliança engatou e ele foi e quando deu já estava entrando na máquina, aí ele gritou, mas até o rapaz chegar lá e apertar o botão pra parar o braço dele já estava até aqui dentro da máquina (o braço todo), rapaz eu fiquei quase doido.¹⁰²

Imagem 11:
Amaciador



Fonte: Fotografia da autora - 2010.
Acervo particular da autora.

Como se pode notar, o acidente que Francisco vivenciou permaneceu forte em sua memória. Bastou ver a fotografia que tínhamos das máquinas para que suas lembranças fossem estimuladas. Acontecera assim, o que destacou acertadamente Delgado ao dizer que “o registro da vida vivida, por meio de fontes orais, pode ser estimulado pela apresentação de referências documentais, que auxiliam a

¹⁰² Francisco Duarte, 66 anos, Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

expressão das lembranças”. Tais referências, que se costuma chamar de “documentos significativos”, podem funcionar, na expressão da autora, como “âncoras no decorrer do processo narrativo”.¹⁰³

Uma dessas âncoras (no caso, a foto exibida), levou Francisco a rememorar experiências vividas com as máquinas da fábrica. Desta vez, a experiência foi de horror. Houve outros tipos de experiências, como se verá mais à frente.

Saindo do amaciador as fibras eram levadas para uma segunda máquina, a *estendedeira*. Esta máquina (Imagem 12) tinha esteiras dotadas de agulhas, que “iam rasgando a fibra”¹⁰⁴, até transformá-la numa espécie de fita grossa, que saía em rolos. Na Imagem 13, vemos a foto de um desses rolos, encontrado à entrada do galpão principal, anos depois de a fábrica ter sido desativada.

Imagem 12:
Estendedeira



Fonte: Fotografia da autora 2010.
Acervo particular da autora.

¹⁰³ DELGADO, Lucélia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 46-47.

¹⁰⁴ Valdino Silveira, 64 anos, mecânico. Entrevista realizada em 05 jan. 2016.

Imagem 13:
Rolo de Fibra de Juta



Fonte: Fotografia da autora 2013.
Acervo particular da autora.

Em seguida os rolos eram levados para as “Linhas de Cardas”, como dizem os ex-trabalhadores da Tecejuta, o que significava submeter as fibras a uma sequência de cinco máquinas, nas quais seriam sistematicamente afinadas. Primeiro a fibra passava pela *Carda Grossa* e depois pela *Carda Fina*. A diferença entre as duas estava apenas nos tipos de agulhas, pois o procedimento realizado em ambas era o mesmo: o “penteamento” da fibra. Como a estendedeira, as cardas tinham várias agulhas de aço, que destrinçavam a fibra. Além da limpeza, a passagem por essas cardas dava paralelização e estiragem às fibras, que assim ganhavam maior uniformidade.

Imagem 14 e 15:
Carda Grossa (Lado Direito e perfil)



Fonte: Fotografias da autora 2010.
Acervo particular da autora.

Imagem 16:
Carda Fina



Fonte: Fotografia da autora 2010.
Acervo particular da autora.

Depois de passar pelas duas cardas, a fita seguia para os *Passadores*, cuja finalidade era completar a ação das cardas. Como nas cardas, os passadores eram igualmente sequenciados, indo do primeiro ao terceiro. Eram essas as três máquinas pelas quais a fita passava, sequencialmente, sendo então transformada na “mecha fina”, como os trabalhadores a chamavam. Cada uma destas máquinas refinava o trabalho da anterior, tornando a mecha pronta para a fiação. Depois pelo terceiro passador, já se estava no ponto de transformar a *mecha* em *fio*.

Imagens 17 a 19:
Passadores



Fonte: Fotografias da autora 2010.
Acervo particular da autora.

Imagem 20:
Vasos dos Passadores e Fibra de Juta



Fonte: Fotografia da autora 2010.
Acervo particular da autora.

Como já se mencionou no final do primeiro capítulo, diversos fatos registrados no *Livro de Ocorrência* da fábrica, de 1973, mostram dificuldades na etapa de preparação da fibra e indicam que, naquele momento, a Tecejuta enfrentava uma situação difícil, com a falta de operários, falta de manutenção no galpão e no maquinário, sofrendo continuamente problemas mecânicos, o que acabava compondo um quadro que prejudicava sensivelmente a produção:

Santarém, 12 de maio de 1973
Ocorrência do turno B – horário de 14 horas
Preparação: Rodamos mal durante todo o expediente, motivo pela paralização [sic] do I passador nº 1, com defeito elétrico, entrei para o turno seguinte a mesma parada. III Passador nº 2 parou as [sic] 12 horas retirado pela manutenção o gerador e colocado no I Passador nº 1, também entrei parado para o turno seguinte...¹⁰⁵

Santarém, 14 de maio de 1973
Ocorrência do turno C
Preparação: Estendedeira parou as [sic] 2:50 horas com defeito mecânico, não funcionou mais neste turno. Carda parada sem operador. Carda Fina nº2 recebi as [sic] 22 horas parada com defeito mecânico, não funcionou. Os demais maquinário deste setor rodou normalmente...¹⁰⁶

Nessa etapa, os setores, mesmo precisando de poucos operadores em cada máquina, eram carentes de profissionais: “Amaciador, carda grossa, carda fina nº 1

¹⁰⁵ Tecejuta – *Livro de Ocorrência*. Turno “B” em 12/05/1973. p. 17.

¹⁰⁶ Tecejuta – *Livro de Ocorrência*. Turno “C” em 14/05/1973, p. 19.

não funcionaram por falta de operador”¹⁰⁷. Um detalhe a se registrar quanto ao setor de preparação da fibra é que a força de trabalho era predominantemente masculina.

As dificuldades enfrentadas na etapa de preparação atingiam as demais, visto que, se nela as tarefas não fossem cumpridas a contento, faltaria material para as etapas e turnos seguintes. A produção se mantinha quando todos os turnos e setores funcionavam bem, pois na fábrica – que funcionava 24 horas, distribuídas em três turnos (chamados de A, B e C) –, cada setor e turno tinham metas a serem cumpridas e preparavam o material para a produção dos outros setores.

2.3 A FASE DE FIAÇÃO

Após passar pelo setor de *preparação*, o material entrava no setor da *fiação*, que tinha a função de transformar as *fibras* em *fiós*. Alcicleia Santos caracteriza a máquina de fiação da seguinte forma: “A fiação era máquina comprida, eram vários carretel (sic), eram duas pessoas atrás numa máquina; quando não dava as duas era só uma mesmo”.¹⁰⁸

Nessa etapa, as fibras passavam por nada menos que quatorze (14) máquinas de fiação. Neste setor já encontramos homens e mulheres trabalhando lado a lado. Recorrendo às narrativas dos trabalhadores podemos conhecer melhor como funcionava este setor:

Dentro da fábrica, então eu trabalhei na fiação que fazia o fio pra ir pra fazer a roca, da roca ia pra espula e da espula ia pra tecelagem pra tecer a fibra [...] Ali era por etapa, quando faltava um trabalho na tecelagem a gente ia pra fiação, por poucos dias.¹⁰⁹

Eu era fiandeira, passei cinco meses na fiação, mas eu estava quase não aguentando, porque era muito ruim pra gente pegar aquele rolo, trabalhando com a máquina ligada pra gente poder colocar agulha pra enfiar o carretel, tinha que enfiar rápido e dei

¹⁰⁷ Tecejuta – Livro de Ocorrência. Turno “C” em 15/05/1973, p. 20.

¹⁰⁸ Alcicleia Santos, 72 anos. Costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

¹⁰⁹ Astroclúdia Barroso, 63 anos. Exerceu várias funções na fábrica. Entrevista realizada em 17 out. 2014.

Graças a Deus que me tiraram de lá. Aí eu fui pra espula e da espula fui pra costura. Passei 15 anos lá.¹¹⁰

Imagem 21:
Máquina de Fiação



Fonte: Fotografia da 2010.
Acervo particular da autora.

Pelo que se pode concluir do segundo depoimento, de Alcicleia Santos, o trabalho na *fiação* (isto é, na *máquina* de fiação, para usar a linguagem da fábrica,) era exaustivo. Além disso, demandava grande agilidade por parte de seu operador, já que este se via impelido a acompanhar pontualmente o ritmo da produção estabelecido pela velocidade da máquina.

Outra narrativa que fala a respeito das dificuldades no trabalho de fiação é a de Jurema, que, tal como Astroclúdia e Alcicleia, trabalhou em vários setores da fábrica até chegar à fiação:

[...] na fiação trabalhava com cem carretéis ali. Era difícil porque tinha que pegar aqueles cabos quentes; quem já estava acostumado não sentia tanto. Você tinha que parar pra poder enfiar que as luzes acendiam, né? Onde arrebatava o fio já sabia. [As luzes indicavam a quebra do fio].¹¹¹

O “rolo” mencionado na fala de Alcicleia e o “cabo”, na fala de Jurema, se referem à mesma peça da máquina de fiação. Alcicleia explica como era essa peça:

Era uma peça roliça da máquina e quando arrebatava o fio do carretel, tinha que parar a peça com a mão esquerda, com a

¹¹⁰ Alcicleia Santos, 72 anos. Costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

¹¹¹ Jurema Cardoso, 62 anos. Trabalhou em vários setores da fábrica. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

máquina funcionando, e eu tinha medo – porque ficava um pouco quente aquela peça – pra poder enfiar o fio arrebitado com a mão direita de novo no carretel.¹¹²

Como se verá mais adiante, do ponto de vista da fábrica, a situação de risco à qual os trabalhadores estavam submetidos não era o que estava em questão. As máquinas não poderiam parar por causa de um fio arrebitado, e o trabalhador, apesar do receio em queimar as mãos, tinha que segurar a peça com a máquina funcionando, para sanar o problema e a produção continuar a todo vapor.

Cabe considerar também o seguinte aspecto. Como se observa pelos trechos dos depoimentos anteriormente citados (Astroclúdia e Alcicleia), ocorriam *deslocamentos* de trabalhadores de setor para setor.

Astroclúdia Barroso: “A gente não ficava só numa parte trabalhando, né? Ia pra diversas máquinas...”. Ela justificava esse deslocamento dos trabalhadores pelos vários setores da seguinte forma: “Eles botavam ali por causa que quando faltava uma pessoa, né?, a gente ia substituir a pessoa que faltava”¹¹³. Várias anotações de ocorrências mostram essa situação no interior da fábrica. Alguns setores ficavam descobertos por falta de trabalhadores e, às vezes, não era possível retirar operários de outros setores:

Santarém 14/06/74 “B”

Fiação com as 13 máquinas funcionando em produção, rodamos regular, caímos de produção devido a fiação ter rodado mal no 1º expediente

mesmo faltaram 2 fiadeiras e não conseguimos gente em extra (...).

¹¹⁴

Santarém 20/06/74 “C”

Preparação: operamos das Cardas Grossas até passadores finos normal, havendo modificações no banho de cardas, material em linha regular.

Obs: não funcionou a estendadeira motivo eu ter que retirar o pessoal para as cardas e passadores, onde faltaram. No meu ponto de vista esta máquina não devia parar no turno do dia, como está acontecendo, o 2º turno (...).¹¹⁵

¹¹² Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

¹¹³ Astroclúdia Barroso, 63 anos, fiadeira. Entrevista realizada em 17 out. 2014.

¹¹⁴ *Tecejuta – Livro de Ocorrência*. Turno “B”, em 14 jun. 1974. p. 16.

¹¹⁵ *Tecejuta – Livro de Ocorrência*. Turno “B”, em 20 jun. 1974. p. 24.

Segundo Matos, no final do século XIX e início do XX, o ambiente fabril, na seção de fiação se caracterizava pelo “desprendimento de fibras curtas”. Ali “havia grande disseminação de pó, o calor era seco e intenso, principalmente no verão” Além disso, em Santarém ocorria o mesmo que nas fábricas paulistas, onde “o trabalho, realizado principalmente por mulheres e menores, ocorria sob forte odor da fibra e óleo”.¹¹⁶

Com efeito, o ambiente na seção de fiação da Tecejuta parecia não diferir muito daquele descrito por Matos para o mesmo período. Lá trabalhavam muitas mulheres e jovens menores de idade também eram uma presença constante. Entre os depoimentos dos ex-trabalhadores da fábrica, são comuns testemunhos que atestam essa afirmativa:

Eu tinha 17 anos quando comecei a trabalhar aqui, ainda sem carteira assinada, porque minha carteira foi assinada aqui em 1978, porque naquela época não davam carteira de menor e eu trabalhei aqui com a autorização de um juiz que tinha aqui em Santarém.¹¹⁷

Eu trabalhei com ordem da juíza com 17 anos. Foi diversas pessoas que naquele tempo quando ela [fábrica] abriu, né? Aí entrou muitos jovens de menores, mas só entrava com ordem da juíza. Aí nós se fichamos lá, tinha o setor pessoal que fichava...¹¹⁸

Com 14 anos eu fui trabalhar na Tecejuta pra ajudar um pouco, eu gostava de ter meu dinheirinho. Só entrava com 14 anos com ordem do juiz, né? Aí eu cheguei lá falei com o juiz que eu queria trabalhar, que tinha necessidade, que eu não tinha pai pra me ajudar e minha mãe vivia fora, aí ele me deu um documento, aí eu cheguei lá no escritório da fábrica, deixei e me chamaram pra trabalhar. Nessa partida de trabalho, eu trabalhei dois anos, aí eu completei 16 anos. Tinha muita menina de menor, meninas e meninos, rapaz e moça de menores.¹¹⁹

¹¹⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996. p. 63.

¹¹⁷ Teotônio Araújo, 63 anos. Exerceu varias funções dentro da fábrica. Entrevista realizada em 08 fev. 2013.

¹¹⁸ Astroclúdia Barroso, 63 anos, fiandeira. Entrevista realizada em 17 out. 2014.

¹¹⁹ Laurinda Pederneiras, 64 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 19 mar. 2015.

Os três trabalhadores cuja fala é reproduzida acima, iniciaram na fábrica em meados da década de 1960, ainda menores de idade, mas, como todos assinalam, com autorização prévia de um juiz. Apesar de restrições aos trabalho infantil na legislação trabalhista da época, os menores trabalhavam, e trabalhavam em todos os turnos, inclusive a noite. Como todos os demais trabalhadores, os menores também trabalhavam em turnos alternados. Laurinda Pederneiras explica como eram os horários:

Os horários era assim, né? Turnos. Tinha semana que eu trabalhava de dia e tinha semana que eu trabalhava a noite, entendeu? Eu entrava dez e saía duas, entrava seis e saía dez da noite. Aí outro turno entrava a noite toda até as seis da manhã. Era três turnos que tinha, virava.¹²⁰

Assim, embora os trabalhadores menores de idade entrassem com autorização da justiça, não tinham seus direitos plenamente garantidos, pois a fábrica lhes impunha horários de trabalhos impróprios à sua idade. Com efeito, de acordo com o artigo 404 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), “ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas”.

121

No setor da fiação, como mencionado anteriormente, trabalhavam homens e mulheres, no entanto não conseguimos entrevistar trabalhadores da fiação do sexo masculino. Referências a eles, encontramos na documentação oriunda da fábrica, como nas fichas de acidentes e nos livros de ocorrência. Sobre a fiação, temos a entrevista de seu Valdino, que era mecânico, sendo sua função dar manutenção às máquinas:

Na fiação era onde se fazia os fios. Essas máquinas de fazer o fio, os equipamentos dela, trabalhava com bobina e com voador. Cada máquina tinha cem voadores de cabeça de fiação. Depois que estava pronto o fio, enchia a bobina que ficava rodando. Eram uns três minutos que enchia uma bobina daquela. Fazia a operação,

¹²⁰ Laurinda Pederneiras, 64 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 19 mar. 2015.

¹²¹ Brasil - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

deixava arriar, tirava e aí vinha o cara que transportava no carrinho. Ele ia tirando e jogando no carrinho.¹²²

Esse processo da retirada da bobina cheia e colocação da bobina vazia era manual e feito por homens, que levavam em carrinhos os carretéis para serem pesados. Depois as bobinas eram distribuídas para a urdideira, a espuladeira, a engomadeira, a retorcedeira e a meadeira, esta última, conhecida pelos trabalhadores como “aranha”.

Dentre essas máquinas, a retorcedeira, que produzia a linha para costurar as sacarias, era a única pertencente ao setor de *fiação*. Todas as outras integravam o setor de *tecelagem*, de que se falará no próximo item. Jurema explica da seguinte maneira a função desta máquina: “Fazia carretéis pra ir pra costura, pra costurar os sacos de sarrapilha. Ela ficava quase embaixo do departamento técnico e trabalhava na máquina apenas uma mulher por turno”.¹²³

Imagem 22:
Retorcedeira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

2.4 A FASE DE TECELAGEM

Na preparação da etapa da tecelagem, tem-se uma sequência grande de maquinário: urdideira, engomadeira, espuladeira e meadeira. Na fase da

¹²² Valdino Silveira, 64 anos, mecânico. Entrevista realizada em 05 jan. 2016.

¹²³ Jurema Cardoso, 62 anos. Trabalhou em vários setores da fábrica. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

preparação, os fios poderiam seguir dois processos, conforme a utilização do tear, que eram: urdume¹²⁴ e trama¹²⁵.

A preparação do fio para a trama tinha início na espuladeira. Para descrever a função desempenhada por essa máquina, as operárias que nela trabalhavam buscavam imagens de seu cotidiano doméstico. Assim, de acordo com Jurema, operária da fábrica na época, a espula¹²⁶ “era uns carretéis que fazia umas [coisas] compridas pra ir pra tecelagem, tipo uma... era colocada dentro da lançadeira, ia como um *carretel de linha*”¹²⁷. Outra descrição da espula que também lida com tais imagens nos foi fornecida por Laurinda Pederneiras:

Espula era uma peça que fazia assim na máquina pra meter na lançadeira pra poder... é tipo... não tem a *máquina de costura*? Tem a lançadeira pra bater a coisa da linha, pois é! Pra poder tecer a tela da sarrapilha que ia pra tecelagem.¹²⁸

Assim, elementos do cotidiano fabril ganhavam uma “tradução” por meio de referências do dia-a-dia das mulheres operárias em seus afazeres domésticos, em que o carretel de linha e a máquina de costura, mencionados nas falas acima, eram figuras muito familiares.

Imagem 23:
Lançadeira



Fonte: Fotografia da autora, 2013.
Acervo particular da autora.

Imagem 24:
Espuladeira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

¹²⁴ São rolos de fios preparados na urdideira, que são colocados na parte de trás do tear.

¹²⁵ São fios horizontais, traçados nos fios do urdume através da lançadeira.

¹²⁶ Cilindros de madeira com fios enrolados mecanicamente, na seção da espuladeira.

¹²⁷ Jurema Cardoso, 62 anos. Trabalhou em vários setores da fábrica. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹²⁸ Laurinda Pederneiras, 64 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 19 mar. 2015.

No setor da espuladeira trabalhavam apenas mulheres. Este trabalho exigia rapidez de movimentos, pois implicava uma troca constante de bobinas e uma ágil emenda de fios. Quando o fio da trama tinha que ser tingido, era enviado para a *Meadeira*.

Seu Valdino caracteriza esse trabalho na “aranha”: “Era uma espécie de fio, naquela época os sacos tinham uma listra assim: amarela, azul... tinha uns ferros tipo um círculo, uma roda, e enfiava aquele fio e fazia aquele tipo de tecido, aí depois ia pra urdideira”.¹²⁹

Imagem 25:
Meadeira



Fonte: Fotografia da autora, 2013.
Acervo particular da autora.

Imagem 26:
Urdideira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

Sobre o setor da roca, a operária Cecília Montana conta o seguinte:

Eu trabalhava no setor da espula e no setor da roca, que formava aquelas rocas grandes de fio, né? De lá ia pra urdideira [...]. A espula era um negócio desse tamanho assim [faz gestos com as mãos], igual àquela espiga de milho. [...] da espula ia pra tecelagem.¹³⁰

Aqui também parece pertinente a observação feita quanto à fala, anteriormente citada, de Laurinda Pederneiras. Para explicar a esta pesquisadora o que era a espula, Cecília recorre a uma imagem familiar, de seu cotidiano: a espiga de milho.

¹²⁹Valdino Silveira, 64 anos, mecânico. Entrevista realizada em jan. 2016.

¹³⁰ Cecília Montana, 66 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 23 out. 2012.

Eu era chefe de serviço, trabalhava no serviço de urdideira, que era quando se prepara o fio. O fio é o seguinte, ele vem da fiação, na fiação ele passa por um processo lá, eles são colocados em rocas, rocas são carretéis grandes. A urdideira é uma máquina, a gente forma a base da peça, uns carretéis grandes, desses carretéis depois de prontos passam pra engomadeira.¹³¹

A engomadeira era uma máquina de grande porte e engomava tanto os fios da trama quanto do urdume. Havia nela vários cilindros por onde corriam os fios. Após este processo, os enormes carretéis metálicos com os fios de urdume eram colocados na traseira dos teares, o que exigia maior força física, sendo o trabalho, por isso, desempenhado por homens.

Observamos nas narrativas acima que os trabalhadores do setor de tecelagem conheciam a sequência da preparação do fio para a tecelagem, demonstrando que identificam seu lugar no processo de produção. Alguns se atrapalham na sequência, mas sabem o produto que vai chegar na tecelagem para tecer o pano da sacaria.

Imagem 27:
Engomadeira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

Imagem 28:
Teares



Fonte: Fotografia autora, 2013.
Acervo particular da autora.

A tecelagem propriamente dita acontecia nos teares, setor em que trabalhavam homens e mulheres, mas os operários desse setor eram em sua maioria mulheres. Ali a fábrica pulsava, e a produção de cada tecelão era medida meticulosamente. Nos teares, diferentemente do que se via nas outras máquinas,

¹³¹ Antonio Castanheira, 76 anos, chefe da urdideira. Entrevista realizada em 08 ago. 2015.

havia uma espécie de relógio, que tinha como finalidade controlar o ritmo e a produção do operário.

A seguir, vamos examinar os depoimentos de três tecelãs, a fim de conhecer um pouco de sua experiência no setor. Primeiramente entrevistamos Odicleisa Antunes e perguntamos se ela gostava do que fazia:

Gostava, mana, mas tinha muito medo, muito medo mesmo. Olha, inclusive até aconteceu um problema comigo. Uma vez eu cheguei de manhã cedo, né? Aí estava com duas máquinas e outra moça tava com quatro. Ela disse: 'olha, Odicleisa, tu vai para quatro máquinas'; eu digo: 'não, mana, eu não aguento não, duas já tá demais, que dirá quatro, eu não vou... vem tomar um cafezinho'. Aí saí assim bem pertinho com ela. Quando eu pego a xícara pra tomar café, parece que as minhas duas máquinas se combinaram, e as duas lançadeiras saíram do lugar na mesma hora, se chocaram lá em cima. Se eu tivesse onde eu estava, eu tinha partido ao meio. Foi, o pessoal ficou horrorizado, eu também fiquei com medo, mas não podia retroceder porque eu sempre fui muito pobre, né? Tinha que trabalhar, tinha que ajudar minha mãe, que era lavadeira, então eu não podia desistir [...]¹³²

E continuou falando da tecelagem:

Olha, era o seguinte, a máquina grande. Deste lado aqui ficava a alavanca, pra poder funcionar; desse lado aqui se botava as espolas dentro daquelas lançadeiras; quando se ligasse aqui, a máquina começava a tecer [...] era muito bom, era gostoso – tirando o medo.¹³³

Outra entrevistada foi Maria Eliete Feijão, que no trecho citado a seguir, rememora seu período de aprendizado logo que entrou a trabalhar na fábrica. Ela nos conta o seguinte:

A primeira coisa que nós ia aprender era fazer aquele nozinho pra segurar o fio onde prendia o tear, né? Que nós tinha tipo uma lançadeira que jogava de um lado pra outro e aquilo tinha que ser bem forte os fios pra poder lançar, né? Então era um período assim de aprendizagem, mas ao mesmo tempo a gente aprendia rápido e trabalhava tudo junto ali. Tinha a profissional, que ficava no tear, que entendia do trabalho e eu ficava ali ajudando até eu assumir a máquina sozinha, né?¹³⁴

¹³² Odicleisa Antunes, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em set. 2012.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Maria Eliete Feijão, 66 anos, tecelã, depois arrematadeira. Entrevista realizada em set. 2015.

Também temos a narrativa de Moaçara Campos:

O meu setor era a tecelagem [...] era tecendo, eu nunca trabalhei lá pra fazer o fio [...] o fio já vinha uns rolo [sic] grande, os homens que colocavam na máquina, que aquilo é muito grande. Na minha parte já saía a peça, assim um tapete tudo tecido, aí enrolava.¹³⁵

Essas histórias da tecelagem nos ajudam a compreender o processo de trabalho. Esse é o ponto comum entre as narrativas, mas o que se nota, para além da explicação das tarefas, é a individualidade no rememorar das tecelãs, pois o que elas apreenderam em suas memórias parece ter sido aquilo a que atribuíram mais significado.

Odicleisa Antunes, a primeira cuja fala citamos, enfatiza três ideias que envolviam seu cotidiano de trabalho: o *medo*, o *prazer* e a *necessidade*. O *medo* se justificava pelos acidentes constantes que ela presenciou na fábrica – inclusive um que, se ela estivesse no setor da tecelagem, teria sofrido quando as lançadeiras de suas duas máquinas soltaram-se na mesma hora e se chocaram. Por sua vez o *prazer* é observado quando ela enfatiza que era bom, era gostoso, ou seja, estar na fábrica com os colegas, conversar no intervalo, como ela diz: “vem tomar um cafezinho”. Por fim, a *necessidade*, pois a Tecejuta era onde se podia conseguir um emprego, e ela trabalhava para ajudar sua mãe, que era lavadeira.

Já Maria Eliete conta do tempo em que entrou na fábrica como aprendiz, da atenção que teve para aprender as tarefas e assumir depois a máquina sozinha.

Quanto a Moaçara Campos, observou esta, referindo-se ao setor de fiação: “eu nunca trabalhei lá pra fazer o fio”. Sua fala alude a uma referência do cotidiano de trabalho da Tecejuta, que era o já mencionado deslocamento dos operários pelos diversos setores, pois quando precisavam de operários na fiação retiravam de outros setores. Um outro elemento da fala de Moaçara que nos chamou atenção foi uma divisão sexual de trabalho na tecelagem, que se dava pela diferente atribuição de tarefas em que, num caso, eram utilizadas a habilidade da mulher com as mãos e, em outro, a força dos homens para lidar com objetos pesados: “os homens que colocavam na máquina, que aquilo é muito grande”. Moaçara falava dos rolos, isto é, carretéis de juta que vinham da fiação. Cabe notar que, apesar de haver homens na tecelagem, eram as mulheres que predominavam nesse setor.

¹³⁵ Moaçara Campos, 72 anos, tecelã. Entrevista realizada em 11 mar. 2015.

Entre as diversas funções dos operários na seção da tecelagem, a da lissadeira se diferenciava pela mobilidade no espaço da fábrica. Jurema descreve a função da seguinte maneira: “Na tecelagem tinha um rolo grande, né? Que era pra passar a tela que vinha da lançadeira. Quando arrebentava ou acabava, tinha que vir as mulheres que iam emendar os fios. Eram as lissadeiras que chamavam né?”.

136

Eram poucas mulheres para atender a demanda de fios para amarrar: “Eu acho que eram umas seis em cada turno. Quando arrebentava chamavam, mas às vezes a pessoa tava ocupada e não podia deixar um pra servir o outro”¹³⁷. Mesmo assim, quando necessário, elas desempenhavam outras funções. Quando perguntada sobre como ficavam os teares na falta de um tecelão, Maria Arlequim informa:

Quando faltava um tecelão, ia uma das lissadeiras trabalhar naquela máquina, elas iam preencher aquela falta daquele funcionário pra máquina não parar. As lissadeiras eram só de amarrar os fiozinhos, quando quebrava elas corriam lá; era uma equipe, elas corriam lá e amarravam rapidinho, aí passava aquela coisa, aí de novo, aí trabalhavam.¹³⁸

2.5 A ETAPA FINAL

A etapa final do processo de produção da sacaria incluía: (a) o *acabamento*, que se iniciava pela calandragem, a qual dava ao tecido características como resistência e permeabilidade, continuava com (b) a *costura*; e terminava com (c) a *prensa*. As funções desempenhadas no setor de acabamento estão especificadas numa lista presente na documentação encontrada na fábrica¹³⁹, que indica as seguintes ocupações: costureira, arrematadeira, mesa de inspeção, borrifadeira, calandra, metradeira, cortadeira, conferente, prensa e carimbeira. No depoimento

¹³⁶ Jurema Cardoso, 62 anos. Trabalhou em vários setores da fábrica. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Maria Arlequim, 60 anos, tecelã, depois funcionária que aferia a produção. Entrevista realizada mar. 2015.

¹³⁹ *Tecejuta – Relação nominal por função do setor de acabamento*. Este documento apresenta nome dos trabalhadores e do assistente técnico dos turnos A e B.

de Moaçara Campos, que rememora o momento de sua chegada na fábrica, podemos continuar percorrendo os espaços de produção: “Quando eu cheguei lá, fiquei numa mesa de inspeção, vendo o pessoal puxando o fio. Como tinha pouca gente ainda, aí o pessoal me ensinou. Eu aprendi com uma senhora...”.¹⁴⁰

Sobre a mesa de inspeção, também temos o depoimento de Francisco Duarte:

Ela [a tela de tecido] saía do tear e ia pra uma parte que chama... Como é que chama? Era só uma mesinha onde as mulheres tiravam, cortando aquele fio que ficava do tear. Uma mesa onde as mulheres iam cortando aquele fio. De lá jogavam no chão e eu pegava, e se não precisasse borrifar, eu metia na calandra. Saía do tear e passava pela mulherada pra tirar o fio que ficava, aí já ia pra coisa, era direto mesmo.¹⁴¹

A mesa de inspeção, como evidenciam os depoimentos acima, era um espaço de mulheres, onde as atividades não demandavam força, e sim agilidade. Essa sexualização do trabalho de homens e mulheres será discutida mais detidamente no próximo capítulo.

Imagem 29 e 30:
Calandra



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.



Fonte: Fotografia de Arquivo da Tecejuta,
1973.

¹⁴⁰ Moaçara Campos, 72 anos, tecelã. Entrevista realizada em mar. 2015.

¹⁴¹ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

Como foi mencionado na narrativa de Francisco, após sair da mesa de inspeção a tela poderia ir, se necessário, para a borrifadeira: “não era toda peça que ia pra borrifadeira, era só aquelas que não estavam bem, era pra controlar o peso, tinha peça que ia direto sem borrifar, tinha umas que precisavam”¹⁴². Se não, ela iria direto para a Calandra. Perguntamos para seu Francisco: Quantas pessoas trabalhavam na Calandra? A resposta foi:

Só eu, era um só funcionário. Tinha vez que eu trabalhava em duas máquinas, uma que se chamava borrifadeira. Quando a tela..., porque tinha uma pessoa que chama-se contramestre, era aquela pessoa que nos auxiliava, então ele ia e pegava na peça que estava ali e dizia: ‘Francisco, essa peça tá leve demais, tem alguma coisa que não controla o peso com o tamanho dela, então você tem que passar na borrifadeira’. Então a gente empurrava aquela peça na máquina, em outra máquina, aí saía uns pingos d’água pra sarpicar [sic] naquela peça, aí quando eu tirava daquela máquina que chamava borrifadeira, eu metia na calandra; aí a pressão que tinha da quentura... eu fiquei careca de trabalhar nessa calandra [risos], a pressão era muita, era muito quente, aquela água começa a cair na peça e quando varava do outro lado tava perfeita.¹⁴³

Após sair da calandra, o tecido era medido e cortado conforme os pedidos de sacaria recebidos pela fábrica, sendo que esta medição era realizada por outra máquina, a *metradeira*. Para entender-se o funcionamento desta máquina continuamos com a narrativa de Francisco:

A *metradeira* era uma mesa, e em cima da mesa, tinha uma rodinha, e essa rodinha tinha um número de um até sei lá quanto. A gente colocava a peça embaixo daquela rodinha e apertava um botão, e ela rodava [faz o som do barulho da rodinha com a boca]. Quando a peça caía pra lá, aparecia quantos metros na rodinha, tá entendendo? Aí a gente anotava tantos metros, aí ia pra balança e pesava aquela peça então, era tantos metros por tantos quilos aquele rolo. Então era isso que a gente fazia, ficava medido lá, quantos metros tinha e o peso que tinha também aquela peça.¹⁴⁴

¹⁴²Idem.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

Na sequência, a peça passava para a máquina *cortadeira*, na qual o tecido era cortado obedecendo a metragem estabelecida para a produção da sacaria solicitada: “uma comparação: tinha saco para café, tinha saco para arroz também...”.¹⁴⁵

Imagem 31:
Cortadeira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

Essa máquina tem um significado especial para Seu Francisco, visto que foi a primeira máquina em que trabalhou quando iniciou seu trabalho na fábrica. Em seu depoimento, descreve o primeiro dia em que entrou no galpão principal e se deparou com a máquina *cortadeira*:

A minha prima, que trabalhava lá no setor de pessoal, me levou pro acabamento; acabamento, já está dizendo, é a parte final do material. Aí eu fiquei embelezado por uma máquina chamada cortadeira, porque o pano descia assim [gestos com as mãos] aí vinha uma lâmina e cortava – tchããã!–, ela soltava, aí vinha um negócio tipo duas mãos e elas pegavam o pano e deixava dobradinho, no jeito de costurar já. Eu fiquei doidinho por essa máquina, aí eu disse pra ela que eu queria trabalhar naquela máquina. Ela disse: “– Você garante?” e eu disse: “– Garanto!”. Aí ela disse: “– eu vou colocar o rapaz pra te ensinar uma noite”. Aí

¹⁴⁵ Idem.

eu fui uma noite, aí peguei o manejo da máquina, aí comecei a trabalhar na cortadeira, aí quando eu estava trabalhando na cortadeira faltou alguém pra trabalhar numa máquina enorme, muito alta, era grandona mesmo, [...] chamada calandra, aí eu trabalhei lá durante muito tempo. Aí me tiraram de lá e me colocaram na metradeira, em outra parte lá pra trás, fiquei lá durante uns dois anos, aí depois voltei pra calandra, era uma das maiores máquinas que tinha lá, eu trabalhei na calandra até sair de lá.¹⁴⁶

Como se nota, Francisco fala empolgado de sua experiência no setor de acabamento. Por outro lado, se as máquinas lhe causavam medo, como já citado anteriormente, também lhe causavam encantamento, o que fica claro quando diz que ficou “embelezado [maravilhado] por uma máquina chamada *cortadeira*”. Ele narra todo o processo da máquina com o tecido com entusiasmo, e o interessante é que pôde escolher trabalhar na máquina que mais lhe chamou atenção no momento. Para entender a percepção de “embelezamento” de Francisco pela máquina, tem-se que levar em conta, entre outros elementos, que era a primeira vez que ia trabalhar numa fábrica e com uma máquina. Ele tinha vindo da comunidade de Arapixuna, uma povoação rural na região de Santarém, diretamente para trabalhar na fábrica. Assim, os trabalhos que seu Francisco conhecia eram apenas os da lavoura.

Ao ser perguntado se tinha chefe nesse setor, responde:

Tinha, e como tinha. Olha, tinha o nosso chefe geral, que ficava ali e se chamava seu Pedro, tinha outro senhor, que chamavam Sembrano pra ele, que também coordenava o acabamento. Ele era chefe do acabamento. E tinha o contramestre, que era responsável por manter aquele negócio lá funcionando, naquele tempo era seu Valdir, ele que ficava comigo dizendo: ‘Olha Francisco, esse você vai cortar...’, porque até a máquina que eu trabalhava pra cortar nem todo saco que ia só de um tamanho. Tinha a medida, que ele vinha: ‘aqui tem um metro e vinte’. Então eu graduava a máquina pra um metro e vinte, aí ele vinha: ‘olha, seu Francisco, esse é um metro e trinta’. Aí eu cortava um metro e trinta, tudo era graduado na máquina, não era todo saco que tinha só um tamanho, então essa pessoa que me orientava ficava lá o dia todo com a gente, mandando a gente fazer alguma coisa, era chamado contramestre.¹⁴⁷

Como se observa, os trabalhadores passavam a jornada de trabalho sendo orientados e fiscalizados pelos contramestres, que eram seus superiores dentro da

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

hierarquia de poder no interior da fábrica. As relações entre os operários e os contramestres nem sempre eram harmoniosas, como veremos posteriormente.

Em seguida, o tecido chegava nas *máquinas de costura*, dobrado apenas para costurar. No setor da costura eram apenas mulheres as trabalhadoras; as costureiras não paravam, costuravam um saco atrás do outro, por horas a fio. Em frente a suas máquinas ficavam as *arrematadeiras*. Eram operárias que tinham a função de cortar o fio, arrematando cada saca com nós e arrumando a sacaria. Este último era um trabalho exclusivamente manual, sem uso de máquinas.

Entrevistamos Joana Montanha, que trabalhou na Tecejuta desde 1968 e saiu quando a fábrica fechou. Ao nos contar sua experiência no setor da costura, informa: “Neste setor trabalhavam 10 a 12 mulheres por turno.”. Ao ser questionada sobre como era seu trabalho, narrou:

A gente passava todo tempo sentada. O período todinho a gente tava sentada. Chegava e já ficava na posição, quando uma saía outra entrava, aí a costura não parava, como tudo na fábrica não parava, e só parava dia de domingo depois das seis horas. Durante a semana ela não parava, era direto.¹⁴⁸

Imagem 32:
Máquinas de Costura



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

¹⁴⁸ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevista realizada em 14 jun. 2010.

A mesma pergunta foi feita para Alcicleia Santos, que trabalhou na Tecejuta entre os anos de 1965 e 1980:

Olha, a gente chegava, ligava a máquina e sentava no murcho [isto é, um assento de madeira com quatro pernas e uma tábua em cima para sentar] e ia costurando, era uma atrás da outra sem parar, compreendeu? Tinha que ter cuidado na curva que a gente fazia pra dobrar o canto do saco; era lá que a gente podia meter o dedo.¹⁴⁹

Nos depoimentos acima, as costureiras Joana e Alcicleia Santos rememoram a posição em que passavam sua jornada de trabalho e a intensidade da jornada que enfrentavam. A meta diária estabelecida funcionava como um mecanismo de controle efetivo, mas também tirânico, já que precisavam atingir a produção, que era costurar aproximadamente 500 sacas por dia.¹⁵⁰

Maria Eliete também falou de seu trabalho no setor da costura: “Eu trabalhava na parte do arremate, aonde as costureiras costuravam a saca e nós só íamos arrematando. Todo o processo pra arrumar, pra carregar, pra ficar certo e enfardado, que eles chamavam, né?”.¹⁵¹

Depois disso, como explica Francisco Duarte, os sacos, agora prontos, iam para a prensa, para fazer-se os fardos. Mas antes passavam pela carimbadeira.

Imagem 33:
Carimbadeira



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

Imagem 34:
Prensa



Fonte: Fotografia da autora, 2010.
Acervo particular da autora.

¹⁴⁹ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

¹⁵⁰ Hoje, Joana é aposentada e vive com uma de suas filhas. Já Alcicleia se casou e teve que sair da fábrica para cuidar de uma filha doente. Não voltou mais a trabalhar com carteira assinada. Hoje vive com sua família e trabalha como artesã.

¹⁵¹ Maria Eliete Feijão, 66 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

Na Carimbadeira os sacos eram então carimbados individualmente, recebendo informações quanto a origem de fabricação e lote, e depois enviados para a prensa.

Imagem 35:
Sacaria no Caminhão de Entrega



Fonte: Fotografia arquivo Tecejuta, 1973.

Por fim, a sacaria era empilhada e posta nos caminhões e, desta forma, novamente o trabalho manual acontecia: “A empilhadeira colocava no caminhão..., a lonagem era toda manual..., colocava a lona em cima do caminhão pra cobrir esse produto, impedir pra não molhar... amarrar tudinho com cordas, prensar pra viagem”.¹⁵²

¹⁵² Edioney Pereira, 60 anos. Entrevista realizada em 18 mar. 2015.

CAPITULO 3

NO CHÃO DA FÁBRICA: EXPERIÊNCIAS DO SABER-FAZER

O processo de produção na fábrica está na memória dos seus trabalhadores, e a lembrança das múltiplas tarefas envolvidas em cada etapa desse processo parece evocar certo orgulho profissional, isto é, um orgulho advindo do *saber fazer*. É assim que, com relação à etapa dos teares, Astroclúdia fala: “eu sei tudinho os nós que a gente dava lá quando trabalhava na tecelagem”¹⁵³. Ela nos conta que trabalhou em vários setores durante os treze anos e seis meses que ficou na fábrica. O fato de mencionar o tempo exato de permanência no emprego também parece indicar uma importância especial atribuída à experiência vivida ali, importância essa que parece estar ligada com o orgulho do saber fazer. Também podemos perceber esse orgulho na narrativa de Aldalice Santeiro:

Eu comecei com uma máquina, porque eu estava aprendendo. Depois passei pra duas, depois já dava conta de três, depois passei pra quatro. Isso com poucos meses eu já peguei quatro máquinas. E não era só eu, era várias lá, mas também ia da inteligência da pessoa saber mexer, porque eu mexo. Até hoje eu sou inteligente pras coisas. Tinha ocasião que eu fazia quatro rolos por dia, porque eu tecia pra cá, pra lá, e eu dava quatro rolos por dia. Eu era muito danada!¹⁵⁴

Aldalice rememora o tempo da fábrica com entusiasmo. Observa-se que ela, à medida que fala, constrói uma imagem positiva de si, atribuindo-se qualidades consideradas positivas como profissional. Em sua narração faz pensar no que Portelli chama de “movimento de lançadeira”, a seu ver “uma boa descrição de outra forma típica de lidar com o tempo em narrativas orais”.¹⁵⁵ De fato, Aldalice muda de tempo tal qual uma lançadeira salta de um ponto a outro em um tear. Isso não parece acarretar em sua fala uma fusão de tempos; contudo, ela nos dá a entender que sua habilidade no ofício permanece consigo ainda hoje.

¹⁵³ Astroclúdia Barroso, 61 anos, lissadeira. Entrevista realizada em 13 mar. 2012.

¹⁵⁴ Aldalice Santeiro, 82 anos, tecelã. Entrevista realizada em 03 out. 2012.

¹⁵⁵ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 302.

Evidenciando esse mesmo sentimento de orgulho profissional, Cecília Montana diz: “[...] a minha espula, sempre quando eu trabalhava, era bem feitinha, e o pessoal de lá gostavam muito do meu serviço; por isso, eles me valorizavam muito, porque eu sempre trabalhei bem, entendeu?”¹⁵⁶

De mesmo teor, temos, com relação ao processo de acabamento, o depoimento de Edivalda Moita, que exercia a função de arrematadeira. Ela narra: “[...] a costura vai costurando e jogando, aí tem que amarrar, senão descostura, aí tem que amarrar e jogar pro lado... muitos não conseguem, porque a arrematadeira era devagar, mas eu sempre dei conta com minha costureira”¹⁵⁷. Como nos depoimentos anteriores, também aqui podemos notar uma ponta de orgulho pela habilidade adquirida no exercício da função.

3.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO

3.1.1 A MÁQUINA E O CORPO DO OPERÁRIO

A discussão acerca das condições de trabalho no interior da Tecejuta nos leva, inicialmente, a constatar que muitos fatores precisavam entrar em relação para definir e avaliar o peso do processo produtivo sobre os trabalhadores. Um dos fatores mais destacado nas narrativas é o do quanto a presença das máquinas impunham processos adaptativos diversos aos trabalhadores. Assim, na narrativa da senhora Joana Montanha, que na fábrica exercia a função de costureira, pode-se observar, além da percepção da operária quanto à intensidade do trabalho, que os operários passavam muito tempo em determinada posição: “a gente passava todo o tempo sentada. O período todinho a gente tava sentada, chegava e já ficava na posição. Quando uma saía, outra já ficava, aí a costura não parava, como tudo na fábrica não parava...”.¹⁵⁸

Independentemente da função, o que é recorrente nas narrativas é o desgaste de ficar muito tempo em uma só posição de trabalho. O corpo é posto ao serviço da máquina e do imperativo de sua melhor operacionalização e, por isso, ao

¹⁵⁶ Cecília Montana, 66 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 23 out. 2012.

¹⁵⁷ Edivalda Moita, 59 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 09 out. 2012.

¹⁵⁸ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevistada em 14 jun. 2010.

contrário do que acontecia com as costureiras, os operadores e operadoras dos teares trabalhavam de pé: “[...] a gente trabalhava em pé, eram dois teares pra gente dar conta”.¹⁵⁹

Mesmo para as costureiras, as posturas corporais requeridas pelo maquinário – sentavam-se à frente das máquinas de costura ao chegar e permaneciam sentadas até o final do turno – pareciam amplificar a sensação de desgaste físico, tanto quanto o ritmo intenso do trabalho.

Como era de se esperar, em tais condições, o trabalho imposto aos operários trazia vários danos à saúde, como dores no corpo e desgaste muscular, provocando lesões que muitas vezes inviabilizavam a continuidade dos serviços. Havia ainda a insalubridade à qual os trabalhadores estavam submetidos no interior da fábrica. O barulho das máquinas, a poluição do ar, principalmente com os fiapos que saíam das sacarias, a quentura das máquinas e a inalação de resíduos trazidos pelo vapor, dentre outros problemas, intensificavam a sensação de exaustão no trabalho.

3.1.2 A JORNADA DE TRABALHO

Para atender a demanda do mercado regional e nacional de sacaria, a fábrica funcionava 24 horas, durante as quais a intensidade do trabalho era levada à sua potencialidade máxima, em períodos distribuídos em turnos que se dividiam nos seguintes horários: das 6 h às 10 h, das 10 às 14h, das 14h às 18h, das 18h às 22h e das 22h às 6h da manhã. Este último turno, de oito horas, era o mais longo e tinha apenas um pequeno intervalo, de 15 minutos, para o lanche às 2h da madrugada; depois, o trabalho continuava, até às seis horas da manhã. Nas narrativas dos trabalhadores, podemos verificar que esse era, de longe, o turno mais extenuante:

Tinha uns horários que a gente entrava seis horas da manhã e saía 10 horas, outro que entrava duas e saía dez da noite, e tinha o terceiro, que entrava dez da noite e saía seis da manhã. Esse era mais difícil, porque dava muito sono. A gente só tinha 15 minutos pra merenda. Quando dava, a gente deitava ali mesmo no

¹⁵⁹ Moaçara Campos, 67 anos, tecelã. Entrevistada em 14 de jun. 2010.

vestiário, quando não, a gente puxava uma lona e ficava ali perto do rolo.¹⁶⁰

Olha, a gente tinha turnos, tinha turno que entrava seis horas e saía dez, e outro que entrava dez e saía duas [14h] e saía dez da noite [22h], e outro que entrava dez da noite [22h] e saía às seis da manhã.¹⁶¹

Era o terceiro turno que a gente pegava dez horas da noite, que era vinte e duas horas e largava às seis horas da manhã. Ele era mais cansativo pra gente, porque a gente ia pra casa seis horas da manhã, mas não ia dormir. Ia cuidar de filho pra ir pro colégio, ia fazer almoço, tinha outros serviços: lavar roupas, eram serviços cansativos.¹⁶²

Eu trabalhei todos os turnos. Eu gostava, na verdade, era mais da noite, porque além da gente ganhar mais, a gente só ia uma vez, ia dez da noite e voltava seis da manhã. Logo no começo eu estranhei, depois fui acostumando.¹⁶³

Nos depoimentos acima notamos que a jornada corrida sem intervalo do terceiro turno, o sono e o trabalho doméstico que continuava para as mulheres depois do expediente da fábrica tornavam esse turno ainda mais cansativo que os demais. No entanto, na última narrativa, de Jurema Cardoso, temos outro ponto de vista: ela *gostava* de trabalhar no terceiro turno, porque nele poderia produzir mais, sem intervalo, e ganhar mais.

Quanto aos turnos de trabalho, o que nos chama atenção, também, é a *rotatividade* dos trabalhadores entre os turnos. Os mesmos operários trabalhavam alternadamente em turnos diferentes, conforme Maria Arlequim explica:

Não tinha trabalhadores específicos para cada turno. Por exemplo: tinha uma semana que eu trabalhava só ao dia, na outra só à noite e largava às seis da manhã. Todos participavam dos turnos diferentes, ia rodando, participavam do horário da manhã, da tarde, da noite.¹⁶⁴

Laurinda Pederneiras confirma o que Maria Arlequim diz: “Os horários era assim, né? Tinha semana que eu trabalhava de dia e tinha semana que eu trabalhava à noite, entendeu?”. Essa rotatividade dos trabalhadores em diversos horários, como se constata dos depoimentos, nada tinha de saudável, visto que,

¹⁶⁰ Moaçara Campos, 68 anos, tecelã. Entrevista realizada em 11 mar. 2011.

¹⁶¹ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

¹⁶² Teodora Castro, 73 anos, tecelão. Entrevista realizada em 15 out. 2012.

¹⁶³ Jurema Cardoso, 62 anos, operária. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹⁶⁴ Maria Arlequim Silva, 56 anos, lissadeira. Entrevista realizada em 10 jun. 2010.

quando estavam se adaptando a um horário, tinham novamente que mudar. Isto se evidencia na fala de Maria Arlequim:

Quando era o horário da noite eu tinha que dormir um pouco. Muitas vezes eu não conseguia dormir, porque o sono do dia não compensa o sono da noite e a gente não consegue dormir porque tinha que organizar os filhos que eu tinha.¹⁶⁵

Como se observa, os trabalhadores enfrentavam uma jornada de trabalho exaustiva. A exaustão se acentuava ainda mais quando apareciam pedidos de uma certa urgência, ocasião em que os operários precisavam estar em prontidão para atender a encomenda:

Eles diziam assim: “– Olha, chegou encomenda de tantas sacarias, nós vamos querer tudo pronto isso, vocês só vão largar quando tiver tudo pronto isso!”. Cada qual tinha que se responsabilizar pelo seu. Dissesse assim: “– é duas mil sacas hoje!”, a gente tinha que fazer tudo aquilo hoje.¹⁶⁶

3.2 ACIDENTES DE TRABALHO

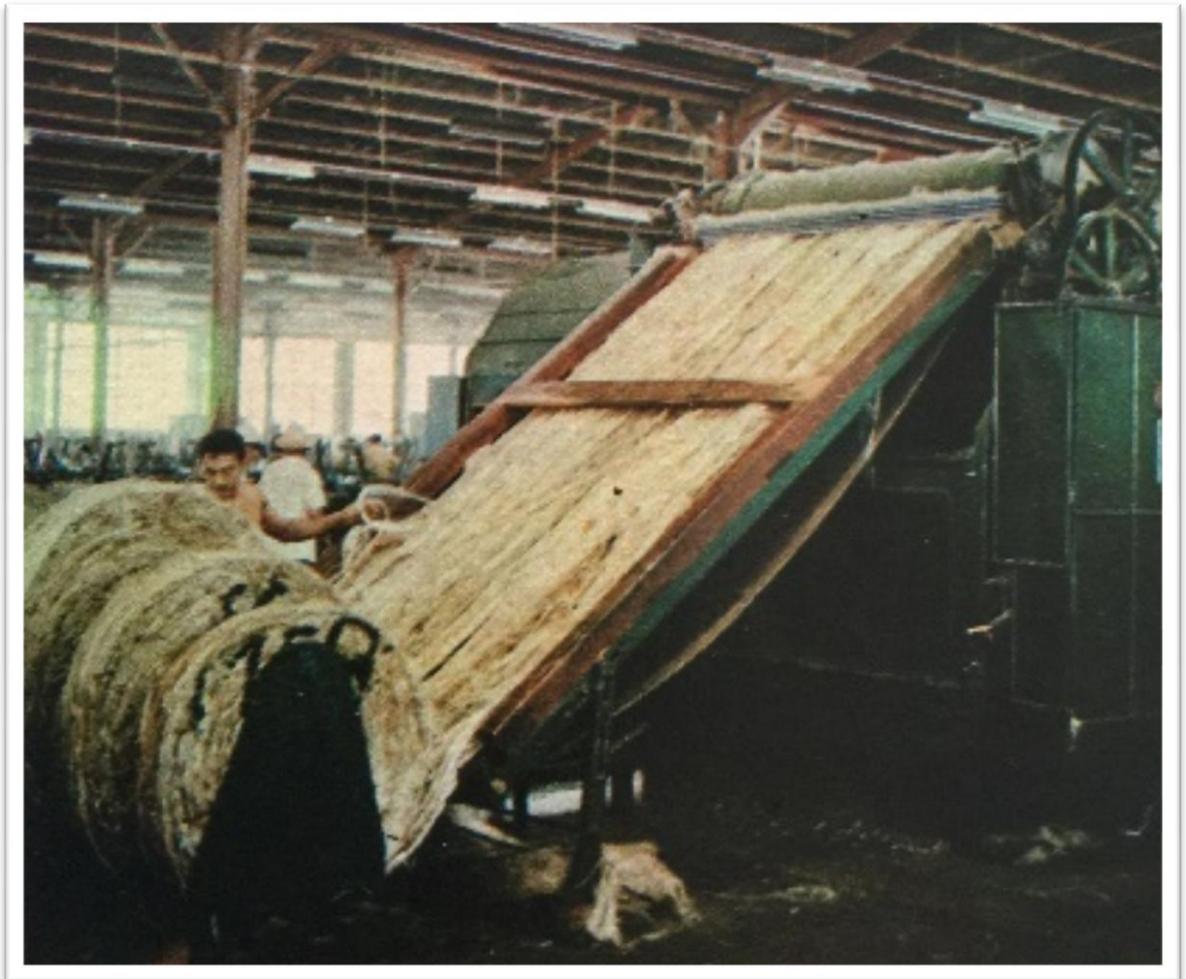
O primeiro aspecto que se deve considerar, no que diz respeito à segurança no ambiente de trabalho, é a vestimenta usada pelos operários. Segundo informações oriundas da chefia, os trabalhadores usavam uniformes, com duas variações de cor. As lissadeiras, para serem identificadas mais rapidamente e assim poderem ser chamadas imediatamente pelos demais trabalhadores da tecelagem quando necessário, vestiriam uniforme azul claro, enquanto os demais operários teriam seus uniformes na cor marrom. No entanto, de acordo com os depoimentos dos trabalhadores entrevistados, a maioria dos operários não usavam o uniforme. Praticamente todos iam com roupas comuns de seu cotidiano (de modo que se tornava difícil localizar rapidamente as lissadeiras). Nonato Serra, por exemplo, diz explicitamente: “A maioria das pessoas iam de sandália, de roupa mesmo”. Francisco Duarte diz: “Sapato era exigido, mas também, se chegasse de sandália, eles deixavam entrar”. Alcicleia Santos, perguntada se usava algum fardamento, confirma essas duas falas: “Era assim, por exemplo: eu estou com esta

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Edivalda Moita, 59 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 09 set. 2012.

roupa... Não tinha esse negócio de farda.” Indagada se ia de sapato, ela diz: “Eu ia de sandália”. De fato, uma fotografia da fábrica publicada pela prestigiada revista *Manchete*, em número especial sobre a Amazônia, datado de fevereiro de 1973, mostra claramente os trabalhadores sem uniforme no interior da Tecejuta. Nas imagens, reproduzidas abaixo, pode-se distinguir também o uso de sandálias (imagem 37).

Imagem 36:
O trabalho na Tecejuta



Fonte: Revista Manchete, edição especial “Amazônia”, fev. 1973, p. 165.

Imagem 37:
O trabalho na Tecejuta



Fonte: Revista Manchete, edição especial "Amazônia", fev. 1973, p. 165.

Imagem 38:
O trabalho na Tecejuta



Fonte: Revista Manchete, edição especial “Amazônia”, fev. 1973, p. 165.

A Tecejuta não fornecia equipamentos de segurança aos operários, que, assim, viviam cotidianamente situações de risco, ocasionadas tanto pelo movimento das máquinas quanto, de modo geral, pelo próprio ambiente da fábrica, cheio de resíduos no ar, entre outros problemas.

A esse respeito, Nonato Serra compara a fábrica com uma outra empresa em que trabalhou depois que deixou a Tecejuta:

Na mineração, tinha aquele negócio, se você não tivesse com capacete, óculos, avental, outras coisas de segurança, bota, óculos, aí você ia pegar uma notificação. Na Tecejuta ninguém tinha esse negócio de notificação, aí era... Na Tecejuta, óculos de segurança ninguém tinha, avental ninguém tinha, capacete ninguém tinha... Não posso contar que a empresa dava tudo isso, porque não tinha

mesmo. Na Mineração Rio do Norte, se você não tivesse tudo equipadinho lá, aí você ia ser chamado atenção.¹⁶⁷

Optamos por essa longa citação pelo fato nela se expor, com toda clareza e riqueza de detalhes, uma das faces mais graves da situação da segurança no trabalho no interior da fábrica.

Entrevistadora:

A Tecejuta fornecia material de segurança para os trabalhadores?

Nonato Serra:

Pra falar a verdade, nós não tínhamos material de segurança; agora, já na Mineração, onde eu trabalhei, era completo. Material de segurança é: capacete, bota, óculos, luva, é avental, pra quem trabalha com caldeira é tudo isso, né? Na Tecejuta não tinha esse negócio, a maioria das pessoas iam de sandália, de roupa mesmo [isto é, de roupa comum].[...]

Entrevistadora:

Na Tecejuta eles orientavam vocês sobre a questão de segurança?

Nonato Serra:

Não. A gente tinha que se virar conforme Deus podia, era a fábrica que mais acontecia acidente foi aí na Tecejuta, né?

Maria Eliete:

A parte da tecelagem era muito perigosa, a gente não tinha nenhum tipo de orientação sobre o perigo que a gente corria lá dentro. Eu passei 7 anos lá e nunca assisti uma reunião de segurança.

Nonato Serra:

O risco [...] é porque na Tecejuta, lá no setor onde ela trabalhava, tinha lançadeira; se de repente uma lançadeira daquela sair de fora de posição, era fatal. Já a gente lá fora era menos risco, o risco era mais explosão, né? Por exemplo, a caldeira é tipo uma panela de pressão, se a panela de pressão tiver água normal, não acontece nada, mas que Deus nos livre uma panela de pressão secar: é

¹⁶⁷ Nonato Serra, 75 anos. Entrevista realizada em 04 de set. 2015.

arriscado; ou ela explode ou acontece alguma coisa, assim é a caldeira. O operador de caldeira tem que ter cuidado com a vida dele e com a vida de outros seres humanos que estão trabalhando ao redor. Uma caldeira de 15 quilos, ela atinge 350 metros de distância quando ela explode, joga pedaço pra todo lado.

Entrevistadora:

Nonato, quando o senhor chegou na Mineração, que recebeu todo esse equipamento de segurança, veio alguma lembrança de Tecejuta?

Nonato Serra:

Mas claro! Muita lembrança, eu disse: 'é verdade! O que já passei...'. Mas Graças a Deus nunca aconteceu nenhum acidente comigo, estou todo inteiro. Na Tecejuta era o oposto da Mineração, nenhum capacete, sem luva, sem avental, sem bota... Tudo isso. Passou um filme na minha cabeça. Quando eu trabalhava na Tecejuta achava normal, estava satisfeito, trabalhava com todo cuidado, né?

Entrevistadora:

Maria Eliete, a senhora fala que nunca teve orientação; e como a senhora ia para a fábrica, seus equipamentos?

Maria Eliete:

Não tinha, a gente tinha que fazer o plantão, e a gente que tinha que ter o cuidado, por causa que se uma peça daquela nos batesse.... Muitas vezes a gente, trabalhando à noite, a gente via nossos colegas *sair dormindo*, às vezes por meio daqueles braços que serviam a caldeira, e ela ia por uma parte que podia pegar em qualquer funcionário que estava trabalhando. Eu tinha uma amiga que trabalhava comigo que ela dormia, ela tava trabalhando só que ela era sonâmbula; ela saía, às vezes eu ia atrás dela, chamava ela e ela despertava. Então aquilo era um perigo, mas a gente não tinha aquela noção de tanto perigo que a gente corria, porque a gente não tinha... Eu não me lembro de um dia ter uma orientação sobre o tipo de trabalho que fazia e o perigo de nós termos ali. Deus livrou a gente, a gente não tinha base do que era esse perigo, acho que eles também não tinham aquela noção de orientar o funcionário. [Grifos nossos.]

Nonato Serra:

Na Tecejuta não tinha quem orientasse, na Mineração, todo dia antes de pegar no trabalho, tinha 5 minutos de segurança pra citar os riscos que corria, agente instrutor pra orientar a gente; já aqui

na Tecejuta não, a orientação era do Divino. Nós tivemos muitos amigos que perderam braços, pernas, cabelo.

Cuidados com vistas à segurança no trabalho eram adotados pelos próprios trabalhadores, quando tomavam conhecimento de procedimentos praticados pelos colegas para não se acidentarem. Em boa medida, esses procedimentos parecem representar adaptações desenvolvidas empiricamente pelos próprios trabalhadores. Francisco nos conta como fazia para não ter que pôr suas mãos próximo da máquina, tendo sempre à mente a lembrança de um colega que perdeu o braço:

[...] a gente trabalhava com máquina. Por exemplo, lá onde eu trabalhava, eu pegava... Quando eu metia uma peça [uma porção de fibra], quando findava a outra, que o cabo vinha bem aqui, eu pegava uma agulha e costurava para emendar, pra num tá metendo a mão pra lá. Eu fazia isso todo tempo. Quando tinha aqui eu já colocava outra, e quando essa ia aqui eu *baco!*[onomatopeia indicando o movimento de pegar rapidamente] na cabeça da outra e já costurava; aí ela ia embora pra eu não tá tudo tempo metendo a mão, porque era muito ariscado, né? Qualquer descuido poderia engatar alguma coisa, e a mão da gente que ia. Todas as máquinas eram arriscadas, basta ter o nome de máquina, tanto as leves quanto as pesadas eram arriscadas.¹⁶⁸

Desprovidos de EPIs (equipamentos de proteção individual), os operários iam trabalhar em um ambiente cheio de riscos de acidente. A costureira Alcicleia Santos descreve como ia trabalhar: “Era assim: por exemplo, eu estou com esta roupa, não tinha esse negócio de farda, eu ia até de sandália”. Ela continua: “alguma vez pegava fogo nas máquinas, às vezes pegava choque, assim era a vida da gente lá na costura”.¹⁶⁹

A tecelã Odicleia Antunes nos fala de dois acidentes que presenciou:

Olha, eu vi... vi sim, coisa muito perigosa, foi na... não me lembro se foi... sei que foi no rolo de fiação. Tinha um rapaz que tomava conta da máquina, ele era uma pessoa muito responsável. E sempre assim tem uma que simpatizava muito com ele, mas ele não queria papo na hora do serviço, a moça ia lá e ele não gostava, isso eu vi diversas vezes. Quando foi uma das vezes ele saiu da máquina, pra ver a montúlia (sic) de óleo que funcionava a máquina; quando ele saiu, a moça chegou lá. Quando ela chegou lá,

¹⁶⁸ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

¹⁶⁹ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

pisou numa tábua em falso; ela escorregou pro buraco que só ele sabia que tinha lá, que era pra um tipo de manutenção daquela máquina. A moça escorregou, o rolo levou o braço dela [...]. E vi outro também, dum senhor que escorregou numa máquina alta, ele fazia limpeza naquela máquina, a máquina parada, e não sei que depois ele foi em cima pra ele fazer limpeza, alguém ligou a máquina, ele caiu, perdeu a perna... Agora os outros eu não lembro mais, Graças a Deus!¹⁷⁰

É importante atentar-se também para o testemunho do operário Valdino Silveira

Na espuladeira, a mulher entrou pra pegar...porque lá é tipo um pião que fica rodando, sabe? Mete o fio aqui e o carretel fica rodando aqui, aquelas cabeças vão apertando na ponta da vareta pra fazer a espola, aí caiu pra baixo, embaixo das máquinas é cheio de engrenagem, e ela de cabelos compridos. Aí, assim que ela entrou embaixo, a máquina enrolou o cabelo pra dentro, aí arrancou isso aqui. Eu só vi e ajudei a carregar a mulher lá pra dentro.¹⁷¹

É patente, no procedimento da operária, entrando embaixo da máquina com os cabelos soltos, a falta de orientação prévia sobre cuidados com a segurança no trabalho.

Sobre os frequentes acidentes, Nonato Serra faz o seguinte comentário, no qual ele narra um dos mais marcantes ocorridos na fábrica:

Na Tecejuta às vezes a pessoa queria pegar ali aquele fio... Eu vi uma vez um colega perder a perna, não!, um braço. Ele foi pegar um fio na calandra e a máquina levou esse braço dele tudinho. Ô, foi uma coisa horrível. Aí tiveram que desmontar as máquina tudinho pra tirar a parte do braço dele, que ficou horrível. Quando eu me lembro daquele acidente, aí eu fico meio... "Putá merda! Eu não sei se ainda é vivo, era vigia. Nessa época ele trabalhava na calandra. Aí ele foi tirar um fio de juta com o dedo, aí a máquina pegou o braço dele, foi até no toquinho¹⁷².

¹⁷⁰ Ocicleisa Antunes, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em 02 set. 2012.

¹⁷¹ Valdino Silveira, 64 anos, mecânico. Entrevista realizada em 5 jan. 2016.

¹⁷² Nonato Serra, 75 anos. Entrevista realizada em 04 set. 2015.

O acidente mencionado acima nos foi relatado também pelo próprio acidentado: Sandrovaldo Pimenta. Ao colhemos seu depoimento, que vai reproduzido abaixo, nossa pergunta não tinha a intenção de saber de acidentes naquele momento: perguntamos simplesmente como foi, para ele, trabalhar na fábrica. Mas, logo que começou a falar, nos contou do acidente que o levou a perder o braço, ocorrido na calandra:

[...] eu fui duas horas da tarde e comecei a trabalhar lá, entrei todo doido com aquela zoada, e agora que o cara disse: “- Isso aqui tu faz assim, né?” e ia embora e eu ficava só lá e dizia: “- E agora, meu Deus do céu? Se parar, como eu faço?”. Eu ficava agoniado ali, né? [...] eu pensava quando eu completar seis meses eu vou sair, vou pedir minhas contas, não dá pra mim, aqui é muito ruim, aquele pó que voava na cara da gente, né? Aí quando eu completei três meses e onze dias eu me acidentei, aí sai de lá, fiquei hospitalizado, quase eu ia, [isto é, quase que ele morria] fiquei fraco que não tinha forças de andar.¹⁷³

A experiência de Sandrovaldo em seu primeiro dia na fábrica, sozinho na máquina, evidencia bastante o padrão de segurança da Tecejuta. Como se vê no depoimento, pouco depois de entrar já estava pensando em sair, pois considerou o trabalho extremamente ruim. Sua fala nos apresenta uma visão perturbadora do ambiente inóspito da fábrica. Além do barulho atordoante das máquinas (“entrei todo doido com aquela zoada”), a atmosfera nas proximidades do maquinário nada tinha de saudável: “aquele pó que voava na cara da gente, né?”.

Sandrovaldo hoje mora com uma das filhas, em um bairro distante da fábrica, está aposentado e sem o braço. Depois do acidente nos contou que voltou a trabalhar na fábrica exercendo outras funções, as quais não lhe demandavam contato com as máquinas. Acabou se aposentando como vigia da fábrica.

A menção ao barulho das máquinas é recorrente em várias entrevistas, como a de Joana Montanha: “Era um barulho tremendo, eram muitas máquinas funcionando”¹⁷⁴. Jurema Cardoso também menciona o barulho:

¹⁷³ Sandrovaldo Pimenta, 69 anos, setor Acabamento – calandra. Entrevista realizada em 19 mar. 2015.

¹⁷⁴ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevistada em 14 jun. 2010.

Quando eu entrei foi aquela emoção, né? Aquele barulho, “Meu Deus, será que eu vou me adaptar?”, muita gente, muita gente, quase 800 funcionários. Quando eu comecei a trabalhar, passei uns oito dias com aquele barulho, na mente, no cérebro, e me acordava tarde da noite com aquela zoada dentro da minha cabeça, mas depois, no transcorrer do tempo, a gente foi se adaptando...¹⁷⁵

Esse detalhe do ruído constante e ensurdecido parece corroborar, como válida, a afirmação de José Sérgio Leite Lopes, para quem “a própria construção da máquina, numa produção capitalista, nunca incorpora o princípio da segurança física e mental de seu operador humano”.¹⁷⁶

As condições de trabalho na Tecejuta, mais uma vez, evocam as descrições de ambientes fabris de outros tempos. Maria Izilda Matos descreve da seguinte forma o ambiente nas fábricas em São Paulo no final do XIX e início do século XX:

Caracterizado por pouca luz, ar pesado, falta de higiene, máquinas perigosas, temperaturas elevadas, além de horários extremos e dependentes da vontade do patrão; um trabalho com uma fibra áspera, executado sob odores repugnantes, pó, ácido, calor e sujeira, acrescidos ainda dos efeitos psicológicos causados pelo ritmo, pela disciplina arbitrária, pelo controle, levava à desatenção, à fadiga, às doenças profissionais e acidentes.¹⁷⁷

Essas características apontadas por Matos pouco se diferenciavam das apresentadas na segunda metade do século XX na Tecejuta, onde os trabalhadores tinham que conviver com todos esses fatores. As numerosas fichas de acidentes *encontradas* (é possível que haja mais delas), referentes aos anos de 1974 a 1985 (somando um total de 796 fichas), nos dão uma representação do panorama dos acidentes que ocorriam na fábrica. Sabemos que essas fichas são apenas fragmentos de uma história dos acidentes da fábrica, pois muitos acidentes citados ou vividos pelos entrevistados não se encontravam na documentação oriunda da fábrica a que tivemos acesso. Embora tenhamos entrevistado trabalhadores que perderam braços e pernas nas máquinas da Tecejuta ou tenhamos tomado conhecimento de acidentes dessa gravidade por meio de entrevistas, fatos desse tipo não aparecem nas fichas.

¹⁷⁵ Jurema Cardoso, 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. de 2016.

¹⁷⁶ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 90.

¹⁷⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996. p. 85.

Quadro 02:
Acidentes por Gênero/Tipo – 1974 a 1985.

	Cabeça	Visão	Tronco	Memb. Sup.	Memb. Inf.	Externo	Não Def.	Total
Homens	5	51	15	194	113	53	58	489
Mulheres	3	30	9	122	72	34	37	307
Totais	8	81	24	316	185	87	95	796
%	1,01	10,18	3,02	39,70	23,24	10,93	11,93	100,00

Fonte: *Tecejuta – Fichas de Acidentes de Trabalho, 1974 - 1985.*

Ao longo do processo de entrevistas, os entrevistados eram perguntados se poderiam indicar outros trabalhadores da fábrica que pudessem também colaborar com a pesquisa e foi assim que se chegou até seu Maurício. Ao chegarmos em sua casa, nos identificamos e perguntamos se ele tinha trabalhado na Tecejuta. Sua resposta nos chamou atenção: “Sim, até deixei umas das minhas pernas lá!” Mas seu Maurício não quis conversar naquele momento e disse para passarmos na próxima semana. Como estávamos com viagem marcada para retornarmos para as atividades acadêmicas na Universidade em Manaus, falamos que passaríamos novamente com ele apenas no nosso retorno de viagem. Infelizmente o retorno demorou cerca de seis meses e seu Maurício não pôde mais dar entrevista, devido a seu estado de pouca saúde. Este fato reporta às experiências de Portelli, quando em 1980 entrevistou Carlotta Orientali, de 93 anos, que havia sido a secretária do sindicato anarcossindicalista em Teni durante a década de 1910 e, na ocasião, ela também não foi capaz de dizer nada sobre sua experiência.

Não era só uma questão de memória, ela estava fisicamente muito fragilizada até mesmo para articular o que conseguia lembrar. Então sua estória permanecerá não contada, o que talvez não teria sido o caso se eu, ou alguma outra pessoa, a tivesse encontrado e entrevistado vinte anos antes. O que ‘falhou’ não foi sua memória, mas o fato de nós termos perdido o momento oportuno.¹⁷⁸

Por razões semelhantes, várias histórias como a de seu Maurício deixaram de ser contadas. Muitos trabalhadores da fábrica já se foram, mas outros foram

¹⁷⁸ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 299.

encontrados e entrevistados, e suas experiências como trabalhadores da fábrica puderam ser aqui minimamente registradas. Portelli ensina que em casos como o de Carlotta Orientali, ou de Maurício e outros narradores que já estão debilitados fisicamente, não foi a memória que falhou, foi o pesquisador que demorou a pensarlos como alvo de sua pesquisa, nada mais pode fazer que não lamentar a impossibilidade de ouvir suas memórias e experiências.

Retornando à fábrica, tendo em vista a insalubridade geral do ambiente de trabalho operário na Tecejuta, cabem as seguintes considerações, que aqui são feitas retomando os depoimentos de Francisco Duarte e Nonato Serra. Apesar de seu Francisco ter consciência dos riscos que corria, não estranhava o fato da fábrica não possibilitar segurança aos trabalhadores. Isso parece ser explicado pelo fato de que eles estavam acostumados a trabalhar sem nenhum instrumento de proteção, nos trabalhos que faziam antes de ingressarem na Tecejuta. Assim, na narrativa de Francisco percebemos que ele justifica essa situação, minimizando a importância dos equipamentos de proteção individual: “Naquele tempo era muito simples, não tinha a burocracia que tem hoje. Aí dizem: ‘é pra proteger’. Mas naquele tempo tinha acidente e agora também tem.”.¹⁷⁹

Aqui se coloca a questão: por que os operários não se mobilizaram para obter os equipamentos de segurança? O depoimento de seu Nonato Serra, citado mais acima, traz uma pista que pode servir como uma resposta possível a essa pergunta. O conhecimento das condições de trabalho na Mineradora Rio do Norte, elemento de comparação usado em sua avaliação das condições de segurança na Tecejuta, só foi obtido após ele sair da fábrica. Tudo parece indicar que ele apenas percebeu a importância dos equipamentos de segurança posteriormente, quando foi trabalhar na mineradora. A Tecejuta, sendo a pioneira na cidade de Santarém como uma indústria fabril, assim como treinou a mão-de-obra operária para a fábrica, poderia ter se preocupado também em providenciar toda a segurança de seus trabalhadores, evitando expô-los a situações de perigo. Porém, constata-se aqui que a empresa se beneficiou do perfil desses trabalhadores, que, pela falta de contato com outras realidades fabris, não tinham como avaliar a importância de equipamentos e medidas de segurança no trabalho. Assim, esses itens puderam ficar de fora do cômputo geral dos gastos da fábrica.

¹⁷⁹ Francisco Duarte, 66 anos, setor acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

O que se constata, portanto, é que, do ponto de vista da direção da fábrica, o desgaste do corpo do trabalhador não era o que estava em questão, e sim a produção em menor tempo possível e o lucro advindo do processo.

3.3. REMUNERAÇÃO, VIGILÂNCIA E CONTROLE

A empresa buscava atrair o trabalhador para que o mesmo não abandonasse o trabalho diante do cansaço. Uma das formas de atração era o sistema de bonificação: quanto maior a *produtividade* (medida pela equação “maior produção num menor tempo”), maior o bônus que o operário ganhava sobre seu salário. Diante do imperativo de ganhar o pão de cada dia, muitos se dispunham a trabalhar até o limite de suas forças, como se observa na fala de Alcicleia Santos: “E era muito bom, eu louvava a Deus quando falavam assim: ‘hoje quem quer fazer extra?’. Eu era a primeira a suspender meu dedo. Ficava das seis da manhã à outra seis da outra manhã, assim que eu fazia”. O contexto em que Alcicleia vivia explica sua alegria com a oportunidade de fazer hora extra. Seus cinco filhos eram crianças, vivia com a mãe idosa, o pai alcoólatra e uma avó que, segundo ela, vivia no fundo de uma rede. Diante desta circunstancia Alcicleia se submetia a extensas horas de trabalho para manter sua família. No depoimento de Maria Eliete, funcionária que na fábrica tinha a função de arrematadeira, evidencia a eficiência de Alcicleia Santos na produção:

Quando às vezes entrava alguma aprendiz, né, que era mais lenta, então a outra que era profissional ajudava pra terminar rápido, acumulava sacaria, muitas saca pra costurar... tinha costureira como essa, a *Alcicleia*, ela era muito rápida, então a gente tinha que acompanhar ela, quem não acompanhar amontoava né? Aí era um trabalho que era cansativo, que tinha que ser muito rápidas né, que era todo manual, mas depois que a gente acostumava era mesmo que ser uma tecelagem, quando quebrava um fio nós tinha que colocar as duas ponta, era dado... era tipo assim, era colocado assim uma ponta do lado e tinha que dar... era muito rápido aquele nó.¹⁸⁰

Tudo isso levava os operários a uma rotina extenuante de trabalho e implicava, quase sempre, não apenas a intensificação do processo produtivo, como

¹⁸⁰ Maria Eliete Feijão, 66 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 8 set. 2015. Grifos nossos.

também o alargamento da jornada e a consequente redução do tempo destinado às outras atividades do viver: a família, o estudo, o descanso e o lazer. Parece relevante registrar pontualmente, a esse propósito, uma questão suscitada pela pesquisa: considerando esse cotidiano tenso da fábrica e suas experiências anteriores de trabalho, nas quais o tempo não era diretamente regido pelo ritmo da máquina, os operários da Tecejuta sentiam uma transformação de sua percepção de tempo? Embora não tenhamos colhido nenhum depoimento que tratasse explicitamente do problema, o conjunto da fala dos trabalhadores entrevistados aponta para uma resposta positiva a essa questão.

Já se mencionou que, do ponto de vista da direção da fábrica, o que importava era, obviamente, a produção. Desta forma, o bônus era dado aos trabalhadores que ultrapassavam a produção estabelecida pela fábrica, tal como Valdino Silveira mencionou na explicação do funcionamento desse sistema de bonificação: “Tinha uma meta, todo o setor tinha uma meta, tantos rolos de fibra pronto, tantas telas..., tantos metros..., aí se passasse daquela meta já ganhava a produção. Tudo era por peso ou por metragem”.

O operário tinha que produzir em grandes quantidades no menor tempo possível, e para atingir esse fim no âmbito do sistema fabril, tradicionalmente se adotavam dois princípios básicos que orientavam a atividade desde o final do século XIX, sendo o primeiro “a medição do trabalho pela cronometragem” e o segundo “a intensificação do vínculo entre salário e produção”.¹⁸¹ O sistema de bônus, por meio do qual se estabelecia esse vínculo, era um estímulo para o aumento da produção por parte dos operários, que buscavam atingir o patamar mínimo de ganho para suas necessidades. Na Tecejuta, além do bônus pela produção, havia também a *gratificação*. Nos trechos abaixo, retirados de entrevistas com trabalhadores da fábrica, pode-se entender como funcionava esse sistema:

Gratificação ganhava quem fosse excelente funcionário, não faltasse no trabalho, fazia as funções direitinho, aí ganhava gratificação. Era pra incentivar mais o trabalhador naquela época.

¹⁸¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 78-79.

Foi a primeira empresa de Santarém que surgiu aqui, a indústria que chamavam, né? ¹⁸²

A gratificação era assim, a gente não tinha que faltar durante o mês, né? Você não tinha que faltar porque se você faltasse era descontado. ¹⁸³

Era por mês. Trabalhava durante todo o mês, aí eu ganhava gratificação. Agora, tinha uma coisa: eu tinha que trabalhar todo o mês, se eu faltasse um dia eu perdia a gratificação. ¹⁸⁴

Assim, quando a gente fazia tudo pra não tá faltando, quando chegava fim do mês, eles viam que a gente tinha aquela vontade de trabalhar e eles davam qualquer coisa, qualquer lembrança eles davam pra gente, quando não dinheiro. ¹⁸⁵

Como observado no capítulo anterior, os trabalhos que antes eram oferecidos na cidade não exigiam tal disciplina do tempo do trabalhador. Da transformação na percepção do tempo em relação à produção emergia uma atitude de competitividade entre os trabalhadores. O tempo ganhava outro significado, o que se pode notar nas narrativas abaixo:

Quem produzisse mais ganhava mais. Era por isso que a gente não podia demorar, porque assim, quanto mais você produzisse num turno, mais você ganhava. Então era tipo assim, uma competição. ¹⁸⁶

Tinha conflito na fábrica, o tecelão com a lissadeira ou o tecelão com o contramestre, o tecelão com o mecânico, o tecelão com o eletricitista, era por esses casos, às vezes tinha... Tinha contramestre que faltava, que era assim: duzentas máquinas, então em cada vinte e cinco máquinas tinha que ter dois contramestre e um mecânico, e às vezes faltava, e então já do outro setor o contramestre já tinha que ir prá li, só que as vezes ele tava ocupado e não podia ir, então aquele tecelão tinha que esperar, entendeu?, então se ocasionava atraso no serviço, então eles ficavam chateados [...] ¹⁸⁷

Quando eu comecei, quem me ensinou foi o próprio chefe de turno, porque naquela época as pessoas trabalhavam por produção, então se você parasse pra ensinar alguém, você ia perder tempo, e a gente estava ali pra ganhar cada vez mais, né? Pela produção, então era uma perca [sic] de tempo alguém parar

¹⁸² Valdino Silveira, 64 anos, mecânico. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹⁸³ Jurema Cardoso, 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹⁸⁴ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

¹⁸⁵ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

¹⁸⁶ Maria Ildecy Palmeira, 56 anos, lissadeira. Entrevista realizada em 25 out. 2012.

¹⁸⁷ Idem.

pra ensinar alguém, você tinha que se aliar e ficar olhando tudo como era pra você ir desenvolvendo seu trabalho.¹⁸⁸

[...] Porque ninguém tinha tempo pra parar, quem trabalhava com a produção não tinha como parar mesmo, se você visse sua colega no final da tarde, sua colega tirou tanto de peso, a gente pensava amanhã eu vou virar, eu ia e escolhia o melhor material, você tinha que ter contato com os meninos que carregavam os carrinhos, né? Os carretéis.¹⁸⁹

Como se constata pelo último trecho da fala de Jurema, no setor de fiação a competitividade levava alguns trabalhadores a manterem contatos com outros setores, a fim de fazerem uma seleção de materiais. Em outras palavras, diante da pressão pela competição, os próprios trabalhadores elaboravam estratégias para alcançar uma melhor produção.

Havia outros processos dentro da fábrica para que o trabalhador pudesse estar estimulado a produzir, como os que se delineavam por meio de *premiações ao final do ano*, nas *festas de confraternização* dos trabalhadores, momento em que os melhores operários acabavam por ser classificados: ganhavam medalhas e prêmios (por exemplo, bicicletas) aqueles que não tiveram nenhuma falta ou os que tiveram a maior produção. A fala de Cecília Montana evidencia esse processo, quando questionada sobre a produção:

Sempre fui uma boa funcionária, entendeu? Eu sempre produzi. Chegava o tempo de Natal assim, que eles faziam, né?, eu ganhava medalha, eu produzia muito e eu ganhei muita coisa, prêmio, porque tinha pessoas classificadas, né?, primeiro, segundo lugar.¹⁹⁰

Outra narrativa é a de Jurema, ao lembrar que tinham “também aqueles prêmios no final do ano de Honra ao Mérito. Quem tinha mais produção, quem não tinha falta..., eu ainda guardei três medalhas de honra ao mérito. Eu fazia de tudo pra não faltar”.¹⁹¹

Assim, tempo e produção se imbricam e se fundem no interior da fábrica, passando a reger toda a disciplina do trabalho e, desta forma, o relógio se torna o instrumento por excelência para aferir e controlar o ritmo da produção. Conforme

¹⁸⁸ Jurema Cardoso, 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Cecília Montana, 66 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 23 de out. 2012.

¹⁹¹ Jurema Cardoso. 62 anos. Entrevista realizada em 04 de jan. 2016.

explica Thompson, isso implica uma alienação do tempo e está relacionado a uma monetarização desse tempo alienado:

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa tempo e sim o gasta.¹⁹²

Os estudos de Thompson sobre a Inglaterra, ao levantar várias questões sobre a disciplina do trabalho, principalmente a questão do controle do tempo e a sacralização do relógio, possibilitam pensar como esse instrumento agia na vida dos operários. Na Tecejuta, o relógio, assim como o cartão de ponto e o apito da fábrica, marcando a hora de entrada, os intervalos e as saídas, ditavam o ritmo da produção, e por isso eram instrumentos supervisionados rigorosamente pelos vigilantes da fábrica. No interior das próprias máquinas da Tecejuta, existiam relógios que contavam em quanto tempo cada operário fazia sua produção. É como conta Maria Arlequim:

A produção era assim: todas as máquinas [tecelagem] tinham relógio, então quanto mais aquele tecelão produzia, aquele relógio ia contando; quando apitava 15 minutos para a saída das 10 horas da noite, aí eu começava a tirar a produção pra no outro dia quando eu entrar... Não... Eu tirava a produção e na mesma hora eu entrava no departamento técnico e entregava a produção. E daquela produção dos tecelões vinham em cima do salário, quanto mais eles produziam mais ganhavam em cima do salário deles.¹⁹³

Nessas condições, os operários não mediam esforços para atingir a produção máxima e assim aumentar sua renda salarial: “[...] era cansativo, mas como diz, chegava naquela hora a gente tava disposta a enfrentar, e não tinha outro jeito, o jeito era enfrentar mesmo”.¹⁹⁴

A narrativa de Maria Arlequim, que trabalhou na fábrica na década de 1970, permite-nos focalizar o momento em que se iniciava o processo de adaptação do

¹⁹² THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 272.

¹⁹³ Maria Arlequim. 56 anos. Tecelã, depois funcionária que aferia a produção. Entrevista realizada em 10 de jun. 2010.

¹⁹⁴ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevistada em 14 de junho de 2010.

trabalhador ao ritmo da fábrica, isto é, o processo de transformação do trabalhador em *operário*. Maria Arlequim era tecelã, no entanto exercia a função de “tirar” (aferir) a produção de cada operário nas máquinas, ou seja, anotar qual havia sido sua produção ao cabo de certo período de tempo.

Não, nunca chamei atenção [de quem não atingia o nível mínimo de produção], porque eu sempre procurava ajudar, porque eu sabia que aquela pessoa que tava lá, ele estava muito querendo aquele emprego, querendo tirar a produção pra ele ficar, porque se ele não tirasse aquela produção não ia ser um funcionário desejado pela fábrica, aí tinha que ter produção; aí a gente procurava ajudar pra que ele tirasse aquela boa produção, pra ele ter um desempenho e ficar, porque quando não dava a produção, na primeira revisão que tinha de contas essa pessoa já saía, ficava quem dava produção pra fábrica.¹⁹⁵

Quando o trabalhador entrava na fábrica, era como aprendiz; só mais tarde é que se tornava operário, de modo que tinha dificuldades de adaptação nas máquinas. O ritmo de trabalho na fábrica era totalmente diferente de suas experiências passadas, pois os trabalhos na cidade nesse período não exigiam esse rigor de produção e essa agilidade determinadas pela máquina. O processo de adaptação não era fácil para os trabalhadores, que na maioria vinham de experiências de profissões autônomas, como, por exemplo, pescadores, lavadeiras e carregadores do porto, enquanto outros viviam dos chamados “bicos”.¹⁹⁶

Assim, entrar em uma forma de trabalho disciplinada e pautada pelo ritmo da máquina causava estranhamento para esses trabalhadores, o que se pode notar, por exemplo, no caso de Moaçara Campos:

Quando eu cheguei lá, fiquei numa mesa vendo o pessoal puxando fio [...]. De lá, quando foi um dia, eles disseram: “O pessoal que entraram novato, agora vão pra tecelagem”. Me colocaram com uma senhora, eu era aprendiz, aprendi a dar nó mesmo; aí, sabe? “Já, agora é aqui!” Aí fui pra colocar espola na lançadeira, pra ligar a máquina, e eu só olhando. Uma vez a mulher ligou e eu custei a puxar o dedo e a alavanca levou, tam! Aí foi, acho que passei uns dois meses até aprender, quando arrebetava, oh, meu Deus! Dava vontade de sair mesmo, de desistir: aí, vou sair daqui que eu não aguento mais.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Maria Arlequim, 60 anos. Tecelã, depois funcionária que aferia a produção. Entrevista realizada em 11 mar. 2015. A questão que gerou o depoimento citado acima foi a seguinte: *Quando a senhora tirava a produção, alguma vez precisou chamar a atenção de algum operário?*

¹⁹⁶ Trabalho esporádico, apenas para a subsistência ou complemento de renda.

¹⁹⁷ Moaçara Campos, 70 anos, tecelã. Entrevista realizada em 11 mar. 2015. Questão que gerou o depoimento citado: *Como foi sua chegada à fábrica?*

A mesma pergunta foi feita a Jurema, que narrou sua experiência:

A primeira vez quando eu entrei, é uma sensação estranha, esquisita. Eu pensei: ‘Meu Deus, como as pessoas operam isso aqui?’ Coisa de outro mundo. Depois de um mês eu era um zumbi ali dentro, mexia toda aquela máquina, porque eu sempre fui curiosa, né? ¹⁹⁸

Moaçara e Jurema nos proporcionam uma noção do tempo que os trabalhadores precisaram, como aprendizes, para atingirem um nível mínimo de produtividade: “acho que com três meses eu comecei a produzir na produção”; “depois de um mês eu era um zumbi ali dentro, mexia toda aquela máquina...”. O que se poderia supor a partir dessa fala é que o processo de aprendizagem, demarcado pelo ritmo frenético das metas de produção, acabava por transformar os trabalhadores em autômatos. Porém, como veremos mais adiante, esse resultado não se verificou.

Chegar a esse patamar de eficiência era indispensável para o trabalhador permanecer no emprego. Como se viu, Maria Arlequim afirmou que procurava sempre ajudar o aprendiz. Ela o fazia porque conhecia a dificuldade para se encontrar emprego regular em Santarém: “Porque na época era onde se podia arrumar emprego, era só o que tinha na época, era a Tecejuta, que sempre quando a gente procurava tinha alguma vaga pra emprego. Lá era um emprego de carteira assinada, tudo direitinho”¹⁹⁹. Dessa forma, os trabalhadores buscavam se adaptar ao trabalho fabril.

Ao ser perguntada sobre em quais máquinas trabalhou, Maria Arlequim volta a falar da ajuda que dava aos aprendizes:

Eu ajudava bastante quando tinha só um tecelão, eu entrava na máquina e ia ajudar, ajudar a funcionar, porque era duas máquinas ao mesmo tempo, e muitas vezes, quando chegava um aprendiz, a gente tinha que estar lá junto. Eu, como lissadeira, tinha experiência que eu já tinha, aí tinha que ficar nas máquinas com eles; saía duma e ia pra outra. Sabia que tinha uma pessoa precisando, aprendiz também, a gente tava ali pra ajudar.²⁰⁰

¹⁹⁸ Jurema Cardoso. 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

¹⁹⁹ Maria Arlequim, 60 anos. Entrevista realizada em 11 mar. 2015. A questão que gerou o depoimento citado acima: *Como foi para a senhora começar a trabalhar na Tecejuta?*

²⁰⁰ Idem.

A respeito da fala de Maria Arlequim, pode-se levantar algumas questões. A primeira: ela “ajudava” porque tinha solidariedade com os colegas de trabalho e queria que eles permanecessem no trabalho? A segunda: ela “ajudava” porque ganhava em cima da produção deles? E a última: (em vista das respostas que se pode formular para essas duas questões) como ela concebia suas relações com os superiores, ao exercer seu cargo, situado um degrau acima da função de operária?

Para responder a essas questões, é necessário prosseguir no exame do depoimento de Maria Arlequim. Assim, quando perguntada como era a estrutura do *Departamento Técnico*, ela parece ter interpretado o termo “estrutura” no sentido *físico*, e respondeu em uma única frase: “Ele era todo de vidro, que dava de perceber todo o movimento dentro da fábrica”. Por sua descrição, e por nossa própria observação direta no interior do estabelecimento, parece-nos bastante plausível estabelecer um paralelo entre essa estrutura física e o *panopticon* de Jeremy Bentham, estudado por Foucault, que esclarece: “O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel”.²⁰¹ Foucault explicita que, para Bentham, esse sistema óptico era uma grande inovação para o exercício de poder com finalidade de controle. Foucault identifica essa inovação nas técnicas de controle e essa importância do olhar, mas observa que os procedimentos de poder colocados em prática nas sociedades modernas eram bem mais numerosos, diversos e ricos. Embora o olhar estivesse longe de ser o único e mesmo o principal elemento desses procedimentos de controle, é preciso reconhecer que, na Tecejuta, o ele continuava a ser um dos elementos principais do sistema de dominação.

O próximo trecho do depoimento de Maria Arlequim sinaliza para uma resposta à pergunta: “Quando acontecia alguma falha, como era resolvida a questão?” Sua fala mostra que ela, mesmo integrando o sistema de controle da fábrica, também buscava, como outros operários, escapar ao sistema de vigilância ali presente:

Era chamado no setor técnico, dentro da tecelagem, que era o departamento técnico; era chamado por um chefe que era superior ao chefe de turno. [...]

²⁰¹ FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 209-227.

Eu mesma, uma noite, eu não aguentei de tanto sono, aí eu sumi de lá, eu dei um jeitinho, saí e me escondi debaixo de sacos, aí como eu tirava a produção, frequência, eu tinha... eu era olhada também, pra dizer que tinha o departamento lá em cima que era só vidro, pro chefe enxergar todo mundo.²⁰²

[...] Quando terminava o horário eu ficava no horário de saída, eu tinha que ficar. Quando faltava 15 minutos para sair eu começava a tirar a produção. Quando chegava nas cem máquinas eu estava com 15 minutos depois do horário de sair, eu sempre saía depois de tirar a produção e levar lá em cima no departamento técnico, tanto produção como frequência. E dessa vez eu me escondi, e me procuraram, sabiam que eu não podia sair, tinha o chapeiro que tinha que bater, tinha o vigia, tinha guarda, tinha tudo, não podia passar no portão. Aí até que me acharam dormindo debaixo de um saco e o chefe de turno mandou me chamar, aí eu fui lá pra sala dele, né? Aí ele *pediu* pra mim, ele não me brigou, né? Ele disse pra mim: “– Eu sei que não é fácil pra ninguém, nem pra mim, nem pra você, nem pra suas colegas, nem pras pessoas que estão aí. Mas você exerce uma função que não pode dar mau exemplo, você tem que ter cuidado, não faça mais”. E devido muitas vezes a gente ficava na merendeira esperando dar a hora de entrar, né? Muitas vezes a gente chegava mais cedo, porque a gente era muito jovem, muitas vezes a gente conversava sobre a produção. As semanas que saíam [isto é, aquelas nas quais se pagava os trabalhadores] se chamavam semanas gordas, que saía, uma semana saía salário-família e outra semana saía a produção, outra a gratificação, só tinha uma semana que era seca, porque mesmo eu não trabalhando nas máquinas, mas assim mesmo eu ganhava a minha produção, eu ganhava a minha gratificação.²⁰³

Vale observar que a narrativa de Maria Arlequim não segue um tempo cronológico. O movimento pelo qual evolui sua lembrança assemelha-se à imagem de Portelli, em que compara a estrutura da memória com “uma roda, com um aro circular e raios ramificando-se em todas as direções a partir de um eixo central de significado”.²⁰⁴ Ela relatou sua vivência na fábrica de uma maneira muito livre, falando da estrutura de vigilância, de suas fugas para dormir, da socialização com os colegas, da forma como ganhava seus bônus, mudando de um assunto para outro, numa forma de livre associação. Lembrar da estrutura do *Departamento Técnico*, que funcionava numa estrutura central, suspensa e inteiramente transparente, favorecendo a vigilância, trouxe-lhe à mente, de imediato, o episódio

²⁰² Maria Arlequim Silveira, 60 anos. Entrevista realizada em março de 2015.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 302.

em que ela buscava burlar essa vigilância, cobrindo-se com sacos produzidos na própria fábrica.

Explorando a narrativa de Maria Arlequim, encontramos elementos que nos levaram a pensar que as três questões levantadas anteriormente, em relação a ajudar o operário a atingir a produção, não implicavam respostas mutuamente excludentes. Ela exercia um cargo de confiança e buscava cultivar uma boa relação com seus superiores, dessa forma esforçando-se para que seu turno tivesse uma boa produção, pois obtinha ganho com isso. Contudo, também experimentava um sentimento de identidade com seus colegas de turno. Uma evidência disso parece ser seu hábito de conversar com os operários nos horários da entrada na fábrica. Maria Arlequim informa que ela e os outros operários chegavam até mais cedo para conversar; e isso porque dentro da fábrica era difícil conversar: “nós conversávamos por acenos, era um abraço, era um sorriso, era um aceno, porque não tinha condições da gente conversar, quando falava era praticamente gritando perto do ouvido do outro”, devido ao barulho das máquinas. Podemos supor que um dos elementos que ensejavam o sentimento de identidade entre Maria Arlequim e os outros operários era o fato de que, como eles, ela também recebia o salário semanalmente, diferentemente dos funcionários do setor técnico e da gerência, que eram remunerados ao final do mês.

Assim, embora a fábrica buscasse controlar o trabalhador através de um sistema de vigilância direta, alguns dos próprios agentes de controle, como Maria Arlequim, além de, por vezes, buscarem escapar a ele, ainda podiam experimentar um sentimento de identidade com o conjunto dos operários e mostrar-se capazes de gestos de solidariedade para com eles.

A estrutura onde ficavam os superiores, mencionada na fala de Maria Arlequim, ganha destaque também na fala Maria Ildecy²⁰⁵. Ao ser perguntada se havia conversa dos funcionários no horário de trabalho, diz ela:

Não. A gente podia conversar, mas ao mesmo tempo amarrando [como lissadeira, sua função era amarrar os fios que arrebetavam no processo de tecelagem]. Às vezes a gente chamava o contramestre – porque tinha o mecânico e o contramestre. O mecânico era para ajeitar mesmo algumas coisas

²⁰⁵ Maria Ildecy Palmeira, 56 anos. Lissadeira. Entrevista em 25 de out. 2012.

da máquina, já o contramestre era só pra consertar as correias quando elas quebravam, assim, e empurravam as bobinas, né? É nessa hora que a gente conversava, tinha sim momentos da gente contar piadas um pro outro, não era aquela rigidez, sabe? Por causa que mesmo a gente, uma preguiça...!, e a gente olhava para cima e dizia assim: “Fulano não tá olhando aqui”. Aí tinha que ficar também de olho lá, né? Porque era lá em cima o setor pessoal que só ficava [a narradora faz uma pausa], é... os gerentes, os gerentes de setor, aí eles ficavam só olhando, aí quando eles, aí quando eles percebiam que tinham muitas máquinas paradas, aí eles brigavam, aí eles batiam no vidro, lá, né? Aí todo mundo saía...²⁰⁶

Maria Ildecy negou de imediato que pudesse haver conversas em horários de trabalho, mas aos poucos vai nos possibilitando ver as táticas utilizadas pelos trabalhadores para burlar o controle. Mais uma vez, observamos em um depoimento a forte presença, no cotidiano operário da Tecejuta, do modelo arquitetônico e óptico da fábrica, que obedecia claramente alguns princípios do “panoptismo”²⁰⁷. Cabe ressaltar que o “aquário” onde ficavam as pessoas que observavam os trabalhadores da Tecejuta, apesar da semelhança com o *panopticon*, deste se diferenciava pelo fato de os trabalhadores conseguirem ver quem os observava, enquanto no *panopticon* de Bentham a finalidade da estrutura era ver sem ser visto.

Ao narrar que, quando conversava, olhava *para cima*, Maria Ildecy nos revelou a presença de funcionários que, situados no Departamento Técnico, exerciam a função de vigilância sobre os operários. Porém, ao mesmo tempo que mostra a ação de vigilância, o depoimento permite identificar algumas maneiras pelas quais os operários conseguiam alcançar seu propósito de se comunicar durante o trabalho, burlando o controle patronal.

Cabe aqui um esclarecimento sobre o que Maria Ildecy diz no trecho citado acima. Quando os fios de juta arrebentavam nos teares, as lissadeiras precisavam amarrá-los para que voltassem a funcionar corretamente na tessitura do tecido para a saca. Cada tecelão administrava duas máquinas; quando o fio de uma arrebentava, a outra continuava funcionando. No entanto, com a primeira parada, a tensão aliviava um pouco, pois a intensidade do trabalho era reduzida, e esse era o momento em que os operários conversavam. Quando se tratava de um problema

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Sobre a ideia de panoptismo, cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 209 a 227.

mecânico, a possibilidade da conversa era maior, porque era preciso esperar a máquina ser consertada para poder dar andamento ao trabalho. Isso acontecia frequentemente, e muitas máquinas acabavam parando por alguns momentos.

No depoimento de João Silva, podemos observar um pouco mais desse cotidiano da fábrica:

No setor interno havia muitas conversinhas que faziam ali, que exigia um tato muito grande da pessoa pra transformar tudo em serviço, sabe? Não em conversa, entendeu? Porque isso é muito perigoso, onde tem muita gente, e ela [a fábrica] agregou da parte feminina muita gente, então você já viu... mulher em grande quantidade dá muitas conversas mesmo, e aquilo acrescenta, acrescenta o cuidado com o andamento das coisas, porque senão, né? Dá uma folia que não acaba mais [risos]. Então a cautela da administração era essa, fazer com que... Ou seja, uma pessoa só, tomar conta de uma máquina com cem fusos, cada um deles tinha... Não pode arrebentar; arrebentou, tinha logo... Então são cem que ela tem que dar conta, então não dá pra ficar conversando. Essas coisas que levam esse termo *fichas* de sei lá! Tem muita coisa, tem que ter alguém que enxergue muito e fale pouco e administrar mesmo, fazer o que é pra fazer, porque senão se perde, fica assim, sabe? Um correndo atrás do outro e às vezes no meio disso aí tem as malandragens pra fazer passar o tempo, aí não dá! ²⁰⁸

A visão da empresa a respeito da disciplina está bem presente no discurso de João Silva. Ele apresenta o discurso administrativo internalizado em sua narrativa. Diferentemente de Maria Arlequim e Maria Ildecy, João não apresenta cumplicidade com os demais operários, justificando explicitamente a ação do controle e vigilância sobre os trabalhadores, afirmando que mesmo que o tecelão estivesse em apenas um tear seriam cem fusos para ele dar conta, de modo que, quando o fio arrebentava, tinha que amarrar rápido. Em sua fala, observamos ainda que as conversas entre os trabalhadores eram vistas como algo a ser eliminado.

²⁰⁸ João Silva, 83 anos, Casa de Força. Entrevista realizada em 06 mar. 2015. Questionamento que gerou o depoimento: *Havia algum tipo de punição para as conversas durante o trabalho? As fichas a que ele se refere são as fichas de advertência, mencionadas por esta pesquisadora durante a entrevista.*

3.4 COTIDIANO DE TRABALHO, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS

A prática de conversar durante o serviço parece ter sido, de fato, muito frequente, a julgar pelas *fichas de advertências* que sobre ela se produziram. Tais fichas são documentos que apresentam os seguintes dados: nome e número do trabalhador, setor de trabalho a que pertence, a data em que ocorreu a advertência, o seu motivo, além de um espaço para a assinatura do empregado e do empregador. Compulsando as fichas, que correspondem a um total de 189 e abrangem o período que vai de 1979 a 1989, encontramos vários casos de advertências registrados por motivo de conversa durante o expediente. Como exemplo dessas práticas, a imagem abaixo apresenta Ficha de Advertência à operária Feliciano Ferreira Bentes, recebida por “Deixar seu local de trabalho para alimentar conversa em hora de expediente”.

Imagem 39:
Fichas de Advertência

A imagem mostra uma ficha de advertência impressa em papel amarelado. No topo, o cabeçalho indica 'Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA)' e o título 'ADVERTÊNCIA'. O documento contém os seguintes campos preenchidos: 'SANTA EM (PÁ)' e '20 de MAIO de 1983' na data; 'Ilmo.(a) Sr.(a) FELICIANA FERREIRA BENTES - 124' no nome e número; 'INTERMEDIARIA' e 'FÁBRICA' nos setores; e 'Prezado(a) Sr.(a)' no tratamento. O motivo da falta é descrito como 'Por motivo da falta cometida por V. Sa. consistente em: DEIXAR SEU LOCAL DE TRABALHO PARA ALIMENTAR CONVERSA EM HORA DE EXPEDIENTE'. Há uma linha para a assinatura do empregado, que está em branco, e uma linha para a assinatura do empregador, que contém uma assinatura manuscrita. No canto inferior esquerdo, há o campo 'Ciente: RECUSOU-SE' com uma marcação que parece ser 'TEST.' e uma assinatura manuscrita.

Fonte: Tecejuta – Ficha de Advertência aplicada à Feliciano Ferreira Bentes, em 20 de maio de 1983.

Como também se constatou ser muito comum, a operária recusou-se a assinar o documento, num claro indício de sua discordância quanto àquela anotação.

Se as conversas não eram permitidas na empresa, no entanto elas aconteciam. Os trabalhadores burlavam as normas, e quando eram pegos, recebiam advertências por escrito. Dentre as advertências analisadas pode-se

perceber que várias, como a de Feliciano Ferreira Bentes, não foram assinadas pelo trabalhador advertido, nestes casos aparecendo no lugar da assinatura, um carimbo de: “*Negou-se a assinar*”. Tal pormenor leva a considerar que o trabalhador, em tais casos, não achava ilegítimo o ato que ensejou a advertência, entendendo essa última como injusta e im procedente.²⁰⁹

Os motivos para a reprimenda eram diversos, como embriaguez, desinteresse, abandono constante do setor de trabalho, ameaça verbal a um superior, não-acatamento das normas da fábrica, abandonar a máquina antes do último apito, não-acatamento da determinação de seu chefe, excesso de faltas, agredir fisicamente outro trabalhador, não acatar normas da empresa quanto ao uso do uniforme, encontrar-se dormindo e conversar durante o expediente.

Durante o depoimento, João Silva fala como se fizesse parte do setor administrativo, não demonstrando cumplicidade com seus colegas. As resistências dos trabalhadores ao sistema de vigilância são vistas por João como *malandragem*. Em outro momento da entrevista, ele nos conta como era essa malandragem:

De fazer corpo mole, de não se preocupar com a punição. E depois, por causa dessas coisas, a empresa cria outras situações: agora [a remuneração] é pela produção, não é mais pela diária; aí começa a imprensar o trabalhador. [...] aos poucos ela [a fábrica] foi fazendo as coisas; aí por causa disso não dá folguinha, porque senão, aí que a fábrica não anda mesmo.²¹⁰

Vemos, portanto, que as punições estabelecidas pela fábrica não estavam dando conta de inúmeras irregularidades de comportamento dos operários diante das normas da empresa. Além da própria advertência, quais eram essas punições? Um funcionário do setor técnico informa: “quem pegasse três advertências era suspenso do serviço, quem chegasse atrasado não trabalha mais”²¹¹, ou seja, perdia o dia. O trabalhador tinha perda salarial do dia suspenso; a quantidade de dias suspensos dependia da gravidade da infração cometida, que variava entre 1 e 10 dias. Como já mencionado anteriormente, os trabalhadores recebiam

²⁰⁹ A respeito da noção de legitimidade na ação dos trabalhadores, ver: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

²¹⁰ João Silva. 83 anos. Entrevista realizada em 06 de mar. 2015. Pergunta formulada: *Como eram essas malandragens?*

²¹¹ Astrogildo Repolho, 63 anos, funcionário do departamento técnico. Entrevista realizada em 11 de out. de 2012. Pergunta que gerou o depoimento: *O senhor aplicava advertência?*

semanalmente, e tais punições atingiam diretamente seus bolsos. Nas *fichas de suspensão*, notamos que, por mais que a empresa tivesse um regulamento interno que determinava, dependendo da infração, a quantidade de dias suspensos, esse regulamento algumas vezes deixava de ser seguido pelos superiores, pois observou-se nas fichas que para um mesmo tipo de infração quantidade de dias em que o trabalhador ficaria suspenso variava. Tome-se como exemplo dois casos:

Cesar Santos Carneiro, tecelão, suspenso do serviço por “01 (hum) dia, do dia 22/11/1978, devendo voltar ao trabalho no dia 23/11/1978, em virtude da seguinte falta: Abandonar sua máquina antes do termino do expediente”.²¹²

Luiz Pereira Morro, preparador, suspenso do serviço por “03 (três) dias, do dia 16/11/1978 ao dia 18/11/1978, devendo voltar ao trabalho no dia 19/11/1978, em virtude da seguinte falta: Abandonar sua máquina antes do término do expediente”.²¹³

Nos dois casos, a falta cometida é a mesma. No entanto, a punição varia, e tal variação se dá conforme a vontade do superior. Isso mostra que este último gozava de certa margem de autonomia na aplicação das sanções. Não tivemos acesso ao regulamento interno, mas pudemos verificar a variação de dias de suspensão nas diversas fichas encontradas de 1978 a 1985. Assim como ocorria com as fichas de advertência, também muitas das fichas de suspensão não estavam assinadas pelos operários, e no lugar da assinatura estava carimbado: “operário negou-se a assinar”. Isso levanta um questionamento importante: Quais eram os limites de poder do contramestre – vale dizer, da gerência e dos patrões – em relação ao operário?

Ora, conforme João Silva, a empresa tinha que lidar, além das infrações, também com a não-preocupação do operário diante de uma eventual punição. O que gerava esse sentimento de segurança para o operariado da Tecejuta, fazendo com que agisse dessa forma? A tarefa de tentar compreender as atitudes dos operários, tornou necessário entrar no campo das “possibilidades históricas”, no sentido em que Natalie Zemon Davis emprega essa expressão, ou seja, ir para além da documentação, *especulando* sobre o passado, dentro, porém, de certos

²¹² *Ficha de Suspensão* aplicada ao tecelão César Santos Carneiro em 22 de novembro de 1978.

²¹³ *Ficha de Suspensão* aplicada ao reparador Luiz Pereira Morro, em 16 de novembro de 1978.

parâmetros.²¹⁴ Busca-se, desta forma, construir uma especulação amarrada a argumentos que, com base nos dados de que dispomos, parecem plausíveis, e é isso que torna uma possibilidade... *possível*.

O que, em nossa avaliação, pode ter levado o operário a ter coragem de não assinar a documentação referente à sua punição era a segurança de que seu trabalho não seria facilmente substituído, visto que, ao que parece, não existia em Santarém mão-de-obra ociosa em quantidade e, em especial, qualificada (treinada) para assumir o lugar daqueles que fossem demitidos. Como mencionado anteriormente, os trabalhadores da Tecejuta eram formados na própria fábrica, já que não existia uma mão-de-obra fabril pronta na cidade: a contratação de um novo funcionário demandava o dispêndio de um tempo considerável para seu treinamento na categoria de aprendiz, até que sua produtividade atingisse níveis satisfatórios. Em outras palavras, a produção baixava com a demissão de trabalhadores experientes e sua substituição pela contratação de aprendizes. Tal fato pode ser constatado na *ocorrência* registrada no dia 12 de setembro de 1974 a respeito do turno B: “números de faltosos: 336, 528, 825, 044, 434, 138, 727, 592 = todos profissionais [;] este é o motivo da baixa produção”.²¹⁵ Os números referem-se à identificação dos funcionários que faltaram. Outro indício que embasa a hipótese aparece na ocorrência de 2 de maio de 1974, relativa ao turno A: “Rodamos até as 6 horas com 88 teares com relógio, os teares números 31, 32, 21 e 22 rodaram mal [;] estavam com aprendizes de poucos dias trabalhando. Os números dos faltosos: 493, 694, 049, 169, 482, 463, 222 = todos tecelões”.²¹⁶

Além da baixa na produção motivada pela falta do profissional, e da pouca produtividade dos aprendizes que ficavam responsáveis pelas máquinas, havia ainda o risco dos acidentes ocorrerem com maior frequência, exatamente pelo fato dos aprendizes ainda não terem desenvolvido familiaridade, agilidade e destreza com o sistema fabril. A probabilidade dos acidentes era bem maior com os aprendizes, pois estavam diante de novas situações de trabalho, as quais lhes exigiam habilidades que apenas conseguiriam desenvolver com a experiência do

²¹⁴ DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e História nos anos de 1980. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério P. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naif, 2011. p. 329-340.

²¹⁵ *Tecejuta – Livro de Ocorrência – turno “B”* em 12/09/1974, p. 10.

²¹⁶ *Tecejuta – Livro de Ocorrência – turno “A”* em 02/05/1974, p. 52.

chão da fábrica. O uso de aprendizes, como se observa, trazia óbvios transtornos para a empresa.

A fábrica tinha interesse em manter seus trabalhadores, visto que já havia investido neles. Outra forte evidência disso são os frequentes casos de operários que pediam demissão e depois voltavam, sendo aceitos de imediato ao trabalho. Maria Arlequim narrou que pediu demissão e logo que voltou foi aceita na Tecejuta. Perguntamos o que a levou a pedir demissão, e ela disse que queria “dar um tempo da fábrica”, pois estava “um pouco cansada daquele trabalho”. De fato, o cotidiano dentro da fábrica era exaustivo. O ininterrupto e ensurdecido barulho das máquinas, a poluição do ar, principalmente com os fiapos que saíam das sacarias, a quentura das máquinas, estavam entre as causas da exaustão do trabalho.

Outro fato nos chama a atenção na entrevista de João Silva: diante da insuficiente eficácia das punições, “a empresa cria outras situações”. Essas “situações” a que ele se refere são novas estratégias, que parecem ter paralelo com as observadas por Margareth Rago com relação a um período mais recuado, compreendido entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX:

Diante da recusa inesperada que os industriais enfrentam por parte de um operariado que se nega a comportar-se passivamente, de acordo com normas de conduta preestabelecidas, os patrões introduzem progressivamente tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas de adestramento e controle no interior da fábrica.

217

3.4.1 TÁTICAS DOS TRABALHADORES DIANTE DAS ESTRATÉGIAS PATRONAIS: O FORTALECIMENTO DAS REDES DE SOCIABILIDADE

Quanto mais estratégias elaboradas pela empresa, mais se desenvolvia o uso da astúcia por parte do trabalhador. Assim os trabalhadores, diante das técnicas aperfeiçoadas de controle patronal, buscavam nos interstícios da execução destas meios sutis para driblar a vigilância e o controle no interior da fábrica. Percebemos algumas táticas utilizadas pelos operários nas entrevistas e nos

²¹⁷ RAGO. Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 20.

documentos produzidos pela fábrica. Sandrovaldo Pimenta nos traz o seguinte depoimento:

A gente amarremo uma lata. Amarremo lá no portão e a lata aqui em cima; quando a lata caísse, a gente sabia que tinha chegado alguém e puxado o portão. Quando eu dei, a lata caiu, e fui ver e pensei: “foi o vento que chegou”. E coloquei ela lá em cima de novo; aí a lata caiu de novo, aí eu não quis mais juntar de novo. Quando acaba era o Cícero [funcionário que fazia parte da gerencia]. Ele puxou, deixou a lata cair e ficou ali, não viu ninguém e ficou olhando pra lá e pra cá. Aí eu vi e disse pro meu colega: “o Cícero tá aí; se ele perguntar, diz que eu tô lá pra trás”. Aí ele saiu pra lá de braços cruzados e me viu e perguntou: Você tava dormindo? Eu não tinha como negar e eu disse que tava. Ele disse: “dessa vez vou deixar passar, mas da próxima...”. E eu pensei: “da próxima vou dar um jeito e ele não vai me pegar” [risos].²¹⁸

Para romper as regras da empresa, os trabalhadores utilizavam todos os recursos de que podiam lançar mão. No caso do vigia Sandrovaldo, mesmo sendo pego, já estava pensando em outra maneira de dormir durante o expediente, em suas camas improvisadas, feitas com as sacas de sarrapilhas produzidas pela fábrica.

Apesar de a fábrica apresentar um controle rigoroso de vigilância por setores, sendo cada setor controlado pelo contramestre e pelo chefe de setor, os trabalhadores transgrediam, e encontravam espaços no próprio ambiente fabril para um descanso ou descontração. A operária Jurema, por exemplo, lançava mão do ambiente do vestiário, onde ficavam os banheiros, para conversar sem levar advertência, pois sabia que ali os contramestres não podiam entrar:

Quando eu ia pro vestiário eu gostava de conversar, aí vinha o chefe de turno, e às vezes eu dizia: “eu vou sair com a minha calça bem aqui [no meio das coxas] pra ele se tocar e não vir atrás de mim”. Era que eu gostava de ficar conversando. Às vezes eu saía assim, suspendendo a calça. Aí eles diziam: “o que é isso?”. E eu dizia: “é porque eu estou aqui, vocês já não deixam nem a gente fazer necessidades fisiológicas, já vêm chamar”.²¹⁹

²¹⁸ Sandrovaldo Pimenta, 69 anos, setor Acabamento – Calandra. Entrevista realizada em 19 mar. 2015.

²¹⁹ Jurema Cardoso, 62 anos, operária. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

Outra narrativa que nos possibilitou analisar o vestiário como ambiente onde os trabalhadores burlavam o controle fabril, foi a de Maria Eliete, que lembrava ter “[...] uma menina lá chamada Teodora; aquilo falava muita besteira, é viúva hoje. Aquela mulher quando ela entrava no vestiário ela fazia todo mundo rir; falava besteira, falava piada. Era uma piada saudável, todo mundo ria, se divertia”.²²⁰

Nos depoimentos percebemos que as conversas aconteciam com frequência, nos dando a visão de um espaço (re)apropriado e ressignificado para permitir momentos – fugazes – de sociabilidade: “ali era uma forma da gente se comunicar. Não eram assuntos longos porque as máquinas não podiam parar”.²²¹

Era pelo uso de estratégias e ardis como esses, que os trabalhadores conseguiam – despojando-se da capa de autômatos que a empresa lhes colocava – afirmar suas próprias humanidades, e assim, pela transgressão, acabar também humanizando um pouco o ambiente fabril. Não é à toa que estes momentos efêmeros de fuga e transgressão, plasmaram-se em suas memórias como momentos felizes num ambiente de trabalho descrito, no mais das vezes, como inóspito, quente, fétido, barulhento, insalubre e vigiado.

A própria documentação produzida pela Tecejuta, permitiu identificar outras estratégias e táticas dos trabalhadores de burlar as normas e o controle fabril. Assim, os *livros de ocorrências* – documentação com anotações manuscritas que cobrem o período entre 1972 e 1990 – registraram tais práticas, na medida em que traziam, em regra, uma descrição detalhada de tudo que ocorria em cada turno, com datas, horários e a assinatura do responsável do turno de trabalho.

Como também já mencionamos, a fábrica funcionava com uma nomenclatura de turnos (A, B e C), sendo que cada turno tinha um responsável diferente. Outra observação a registrar é que um superior de chefe de turnos lia as ocorrências e com caneta de outra cor fazia vários questionamentos do que não compreendia das anotações, ou dava respostas de uma pergunta, ou apontava solução para alguma reclamação apresentada pelo chefe do turno antecedente ou posterior, também registrando assinatura e data.

²²⁰ Maria Eliete Feijão, 66 anos. Começou como tecelã e depois assumiu a função de arrematadeira. Entrevista realizada em 08 set. 2015.

²²¹ Maria Arlequim Silva, 60 anos, lissadeira. Entrevista realizada em 11 mar. 2015.

Tais documentos são bastante ricos e interessantes, já que nos possibilitam saber o dia a dia da fábrica: quantas máquinas estavam funcionando, se alguma entrou em pane, se faltou algum trabalhador, por que a produção daquele dia foi maior ou menor do que no dia anterior, quantos aprendizes havia no turno, etc. Esses fatos ancoravam, informavam e esclareciam a produção do dia.

Pela leitura das descrições e relatos dos *livros de ocorrência*, é perceptível que eles consideram o turno C como o que causava mais transtorno para os chefes. Esse turno começava às 22h e se encerrava às 6h. Era também o turno de menor produtividade. Vários problemas relacionados a ele foram relatados nos livros, como, por exemplo, a ocorrência de um maior número de faltas de operários, maior número de aprendizes (indicando desistências frequentes de operários) e lentidão no trabalho. De acordo com indicações da documentação, que, como se verá a seguir, exige uma investigação mais aprofundada, outro fator que poderia estar por trás da deficiência da produção no turno C era a qualidade da alimentação (merenda) fornecida. Esta era composta por café, leite, margarina e pão. Ao que parece, às vezes um dos itens não estava em bom estado e levava o trabalhador a solicitar várias vezes durante o trabalho um passe para o banheiro. Tomaremos como exemplo a anotação (algo truncada) do chefe do turno C na ocorrência do dia 7 de agosto de 1973: “[...] quanto ao leite da merenda estão dando (iniciou hoje um quilo de leite Ninho e um do Quitandão). Não há ficha que chegue para o pessoal ir ao vestiário. Então começou a entrar e sair fichas criando problemas”.

A observação a seguir, consignada no mesmo documento pelo superior do chefe de turno, leva a pensar várias possibilidades para interpretar o que estava ocorrendo: “Parece que o pessoal não está acostumado de tomar leite. Tomei ontem a tarde 3 xícaras feito de leite ‘Quitandão’ [e] não senti nada – *observem se não é truque!*”.²²²

Diante dessas evidências, cabe perguntar o que levou o superior do chefe de turno a imaginar que os pedidos de ida ao banheiro, alegadamente devido à má qualidade do leite, correspondiam a táticas (“truques”) dos trabalhadores para

²²² TECEJUTA – Livro de Ocorrências, 7 de agosto de 1973. Grifos nossos.

fugir ao trabalho. Havia antecedentes? Seria possível que os trabalhadores pudessem estar agindo de forma articulada e/ou em consenso?

O que se nota, após a análise da parte da documentação e das fontes orais abordadas neste capítulo, é que as estratégias de disciplinamento, perseguido pela gerência, estava longe de obter os resultados esperados, e as respostas dos trabalhadores expressavam sua vontade de permanecer como sujeitos de sua existência, tanto quanto isso seria possível dentro das condições do trabalho fabril. As táticas individuais e coletivas eram frequentes nesse ambiente, e os trabalhadores desenvolviam, por sua condição subalterna, a “arte de dar um golpe no campo do outro”.²²³

Buscamos em Michel de Certeau a fundamentação teórica para nossa discussão, já que o modo como o autor vê a distinção entre estratégia e tática nos leva a pensar essas categorias a partir de nosso objeto de pesquisa. Assim, *estratégia*, para o autor é entendida da seguinte forma: “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.²²⁴

Quanto à *tática*, Certeau a define da seguinte forma:

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma determinação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.²²⁵

O mundo vivido pelos trabalhadores da Tecejuta não fugia a essas categorias de análise definidas por Certeau. Em meio às práticas panópticas desenvolvidas pelo patronato, eles, na condição de quem estava subordinado ao poder do outro, viam nas brechas deixadas pela estrutura vigilante uma oportunidade de quebra de controle, através do emprego de *astúcia*, que talvez nesse momento fosse seu “último recurso” para criar algum tipo de situação favorável. Certeau dirá: “As forças são distribuídas, não se pode correr o risco de

²²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. v. 1: Artes de fazer. p. 98.

²²⁴ Idem. p. 93.

²²⁵ Idem. p. 94.

fingir com elas. O poder se acha amarrado a sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes ela, como “último recurso”.²²⁶

O historiador francês nos lembrará ainda uma vez mais que “a tática é a arte do fraco”, daquele a quem falta poder, daquele que, por isso, não tem como formular um projeto global, objetivo e visível, e assim aproveita as ocasiões que se apresentam momento a momento, golpeando a cada lance, aproveitando qualquer falha do sistema fabril. E é nesse cotidiano fabril, onde “a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”, que os trabalhadores reinventam e criam novas táticas.

Como mencionado anteriormente, havia no interior da fábrica uma estreita articulação entre tempo e produção, o que ocasionava desgaste físico e danos aos trabalhadores e seus corpos. Também registramos o papel do relógio ditando o ritmo da produção e a constatação de que, do ponto de vista da direção, o desgaste do corpo do trabalhador não importava, e sim a produção em menor tempo possível, aumentando o lucro advindo do processo produtivo. Embora premidos pelos interesses ditados pela busca do lucro, os operários tentavam se adaptar ao ritmo imposto, mas essa situação também causava desânimo e reclamações, obrigando os patrões a utilizarem outras estratégias além da vigilância e das punições.

Como disse João Silva, a empresa criou “outras situações” para alcançar maior produtividade dos operários. De fato, a Tecejuta estabeleceu alguns incentivos, como o bônus pela produção e as medalhas no final do ano para os melhores funcionários. Quando a fábrica iniciou suas atividades, o trabalhador recebia seu salário sem acréscimos; porém, assim que organizou sua produção e intensificou o trabalho, foi introduzida, além das punições, uma gratificação pela produção. Tratava-se do sistema de bônus: quanto mais produção o operário alcançava em sua jornada, maior era o bônus que recebia em cima do salário. Isso levava os operários a uma rotina exaustiva de trabalho.

Com relação a estas estratégias de premiação dos funcionários, em geral nas festas de confraternização de fim de ano, parece oportuno recorrer, uma vez mais, às fontes iconográficas de que dispomos.

²²⁶ Idem. p. 95.

Imagem 40:
Festa de Natal (1974)



Fonte: Arquivo pessoal de Altemio Almeida de Sousa.

Imagem 41:
“Festa dos Operários” – 1º de Maio de 1974



Fonte: Arquivo pessoal de Altemio Almeida de Sousa.

Imagem 42:
Festa Junina – “Casamento na Roça” – dos Operários (1977)



Fonte: Arquivo particular de Orlandina Rego.

Imagem 43:
Concurso da Miss Operária (1978)



Fonte: Arquivo pessoal de Altemio Almeida de Sousa.

Observa-se, pelas imagens, que os trabalhadores participavam massivamente das festividades promovidas pela fábrica. Eram momentos de

integração e sociabilidade, momentos em que, a julgar pelos depoimentos colhidos em nossas entrevistas, os operários da Tecejuta se viam como uma “família”. Nesses momentos, os trabalhadores ganhavam presentes, e alguns eram premiados, como reconhecimento dos seus esforços.

Assim, de quando em quando a fábrica proporcionava também divertimentos, como torneios de futebol ou concursos de *miss*, festa junina, buscando reforçar mecanismos de sociabilidade considerados interessantes para a empresa, que ali criava um ambiente de interação festiva não apenas entre os empregados, mas também, e principalmente, entre os empregados e seus patrões (ou os representantes destes no chão da fábrica). Por tais estratégias buscava reforçar sua hegemonia²²⁷ ante os trabalhadores, amenizando o latente conflito de classe e assim, desviando as tensões para um campo de resolução outro, mais seguro, em que o patronato, e em especial, seus representantes dentro da fábrica, pudessem ser percebidos como colaboradores e até mesmo parceiros e amigos dos trabalhadores, tendo com eles partilhado momentos de conagração e júbilo.

Isso causava certa satisfação para os trabalhadores, os quais em seus depoimentos trazem à tona a nostalgia desses encontros. A questão a ser levantada aqui é a de se saber se a experiência de tais momentos era de alguma forma apropriada pelos trabalhadores, isto é: seria ela ressignificada, de modo que passasse a ser percebida para além de uma participação em eventos que correspondiam a mera estratégia de controle patronal? O tom dos depoimentos colhidos entre os trabalhadores parece indicar que sim.

A participação nesses eventos parece ter exercido um papel positivo no fortalecimento de redes de sociabilidade existentes entre os trabalhadores da Tecejuta. Um detalhe a ser considerado, é que eles ultrapassavam os espaços da fábrica, pois também eram realizados fora de seus muros, para alcançar diversos locais da cidade: escolas, clubes, praias. Os momentos de lazer, as festas de

²²⁷ Como salienta Silvano Belligni, o termo anteriormente empregado nas Relações Internacionais, passou a ter uso corrente, em especial no âmbito do pensamento marxista, com referência às relações entre as classes sociais, partidos e instituições. Para além do uso mais direto do poder e de seus aparatos repressivos, Antônio Gramsci via a hegemonia, como resultado, acima de tudo, “da capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constituindo-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade de seus subordinados...”. BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 9. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997. vol. 1. p. 580.

confraternização, dentre outros momentos em que os trabalhadores se encontravam, faziam parte de sua experiência operária, tanto como o seu duro cotidiano de trabalho junto às máquinas. Seja como for, a lembrança desses momentos é recorrente nas narrativas dos entrevistados:

Lá era muito divertido, era uma família. Quando um estava por ali, aí o outro ia lá e mexia, lá era legal! Quando tinha uma folguinha, a gente pagava; pegava um domingo pra pagar aqueles dois dias de feriado. Fazíamos passeio pra Alter do Chão²²⁸, aí a gente dizia *umbora*, e a gente combinava, então sempre tinha um lugarzinho pra se divertir.²²⁹

Olha a Tecejuta pra mim é muito doído, porque eu sempre digo assim: “Poxa, se ela ainda voltasse, eu ia trabalhar lá, mas eles não iam mais me aceitar porque eu já tenho essa idade”, mas tem noite que eu sonho e o Marcos [esposo que também trabalhou na Tecejuta no setor de acabamento] também sonha. Tem várias pessoas que a gente conversa que também sonha como a gente vivia lá dentro, porque ali foi a casa da gente, a casa que dava a bucada da comida pra gente. Quando eu não estava mais lá, nem o Francisco, mas muita gente chorou e sofreu um bucado, porque era de lá que se tirava o pão de cada dia.²³⁰

Eu só queria que as coisas não fossem tão assim de imediato e perdendo o valor, isso é ruim, a gente fica triste, até o encontro [hoje] das pessoas daquele tempo... parece que nem querem conversar porque parece que vai mexer com o âmago da pessoa [olhos cheios de lágrimas]. Era uma convivência frequente, se torna fraterna e tudo. Olha, quando era fim de ano, era um espetáculo, faziam festas que era uma beleza, comemoravam, era bom, aí partilha e todo mundo ia com a família, faziam a confraternização e era muito bom. Já pensou? Mil operários ali..., chegavam a reunir de certa forma com os familiares, era muita gente, um festão. Uma festa bonita, sabe?! Fica..., o povo sabe valorizar, porque é uma coisa energizada de natureza, pelo suor... a pessoa suou junto ali e tá repartindo o que cada um tem de verdade, sabe? E acabou... [suspiro...].²³¹

Estela Maria, Alcicleia Santos e João Silva, cujas falas foram reproduzidas acima, rememoram o tempo da fábrica com nostalgia, guardam na memória os momentos de sociabilidade que viveram dentro e fora da fábrica. Chegam a pensar a fábrica por referências como: “era uma família”, “foi a casa da gente”, “a pessoa suou junto ali e tá repartindo o que cada um tem de verdade, sabe?”. Essas palavras

²²⁸ Trata-se de um distrito de Santarém, onde se localiza a mais conhecida praia da região.

²²⁹ Estela Maria Oliveira, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em 12 out. 2012.

²³⁰ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

²³¹ João Silva, 83 anos. Entrevista realizada em 06 mar. 2015. Questionamento que gerou o depoimento: *O senhor acha que a fábrica foi importante para os trabalhadores?*

deixadas por esses três trabalhadores, que expressam um aspecto da sociabilidade existente entre os trabalhadores da Tecejuta, soam carregadas de ambiguidade, pois, se por um lado podem ser vistas como perfeitamente compatíveis com os interesses patronais (pois estimulavam uma atitude de lealdade para com a empresa), por outro indicam uma perceptível apropriação coletiva do espaço da fábrica pelos operários. Em outras palavras, os tênues elementos de paternalismo que caracterizavam a estratégia da empresa para controle dos operários encontravam nestes uma resposta que expressava os próprios interesses, aspirações e inclinações dos trabalhadores.

A inspiração para esta referência crítica ao conceito de paternalismo é a obra de Edward Thompson, ao chamar a atenção para o aspecto de ambiguidade que permeia essas relações. Como o autor procura demonstrar, as regulamentações da Época Moderna relativas ao comércio de cereais na Inglaterra – elementos constituintes do “modelo paternalista” que existiria de forma fragmentária no período – eram apropriadas pela plebe como referência para sua ação reivindicatória em tempos de escassez²³². Contudo, além da enorme diferença de contexto no âmbito do qual estamos aqui discutindo o conceito, entendemos que não é possível, de modo algum, caracterizar a estratégia patronal da Tecejuta para controle de seus trabalhadores como coerentemente paternalista. Daí nossa opção por apontar apenas *elementos* de paternalismo nessa estratégia e não caracterizá-la como essencialmente paternalista, como fez, com certa dose de razão, Palmira Petratti Teixeira em seu estudo da fábrica têxtil de Jorge Street, na São Paulo das primeiras décadas do século XX:

As concessões, em forma de beneficência patronal como abonos, as festas, os prêmios, etc., reforçam os laços de afetividade, trazendo ao trabalhador a ideia de que ambos – patrão e operário – pertencem a uma grande família, cujo patrão é o “pai” de quem se recebe proteção e a quem se deve lealdade.²³³

Entre os elementos que tornam mais convincente (embora não blindado à possibilidade de crítica) o uso do conceito por Teixeira encontram-se a concepção que presidia a criação e existência da vila operária Maria Zélia (e não apenas sua

²³² THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 159.

²³³ TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: a trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 74.

existência, pois esta poderia ser explicada pelo simples cálculo da relação entre custo e benefício implícita na decisão de prover moradia junto à fábrica a fim de garantir a disponibilidade da mão-de-obra) e a própria atitude do empresário Jorge Street e de sua esposa, que buscavam manter-se presentes em diversas ocasiões no cotidiano dos operários.

3.4.2 UM OPERÁRIO-PADRÃO NA CULTURA AMAZÔNIDA

A fala emocionada de João Silva no último trecho de sua entrevista nos fez pensar que, por mais internalizado que estivesse o discurso patronal em sua prática no cotidiano fabril, ele também fazia parte dos “de baixo”, daqueles que deixaram o suor no chão da fábrica que por algum tempo dominou o cenário do oeste do Pará. De fato, sua dedicação na fábrica levou-o a receber o título de “Primeiro Operário Padrão” de Santarém.

O título de “Operário Padrão” era dado ao *trabalhador ideal* em um concurso realizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI), juntamente com o jornal *O Globo*. O concurso correspondia, obviamente, à uma estratégia do empresariado, já que a instituição do prêmio tinha por finalidade compensar o operário “ideal” e incentivar assim os demais operários a dedicar-se à empresa.

O modelo ideal de operário para a fábrica seria, é claro, aquele que melhor se adapta às necessidades patronais, demonstrando assiduidade, pontualidade, obediência, submissão e, claro, produtividade. Cabe notar que, com o concurso e sua premiação, a fábrica também ganhava em publicidade, tendo em seu quadro funcional um operário com esse título nacional. A imagem da empresa ficava bem diante do mundo empresarial e dos representantes do Estado por essa demonstração de ter aperfeiçoado o controle ao ponto de conseguir de “forma harmônica” produzir um operário correspondente ao padrão idealizado pelo patronato.

João Silva lembra com orgulho desse momento. Ele nos contou que foi um dia de festa, que passeou de carro aberto pela cidade e comemorou com seus colegas de trabalho. Esse prêmio de operário-modelo tornava-o exemplo de

trabalhador e cidadão, expressando uma ética pela qual o ato de trabalhar na e para a fábrica representava ao mesmo tempo contribuir para algo além dela: o engrandecimento do nome de sua cidade.

Poderíamos pensar que João não fosse aceito em sua categoria social, por apresentar um perfil não combativo às ações patronais. Parece não ter sido assim. Ao que parece, ele se relacionava bem com os demais trabalhadores, e aí surge um novo questionamento: que outros fatores poderiam ligar João Silva aos demais operários?

Foi na terceira entrevista com ele que pudemos esclarecer melhor esse aspecto, quando nos contou o que segue:

Na verdade eu preferia assumir [o trabalho que havia por fazer] do que conversar fiado, sabe? Assumia, terminava o serviço e já estava outra coisa, entendeu? E o tempo passa e a gente não se estressa, a gente vai aprender coisas, isso é importante, não deixa estressar. Tem gente que diz: “Ah, você vai morrer”, eu nunca tive estresse, nunca fiquei passando mal. Ainda quando, era assim 9, 10, 11 horas da noite, eu puxava malhadeira, vinha de lá cambada de peixe e quando era de manhã, os operários que saíam do terceiro turno, aí eles chegavam... eles já sabiam que de madrugada eu pegava as coisas, aí a última redada era às quatro da manhã, eu deixava só num lugar e espalhava assim umas folhas de alumínio e deitava o peixe, sabe? A última redada eu deixava lá pra eles, e os que estavam por lá, os que estavam saindo faziam sua cambadinha, a gente vai fazendo as coisas assim...²³⁴

A fábrica ficava às margens do rio Tapajós, que na época tinha bastante peixe, possibilitando a João Silva deixar algum pescado para os trabalhadores levarem para suas casas. Pelo depoimento, percebe-se que entre os elos que ligavam João Silva aos demais operários estava o fato de com eles partilhar as mesmas referências culturais. As práticas descritas em seu depoimento – armar a rede, mantê-la assim enquanto trabalhava na fábrica e recolhê-la à noite, deixando uma boa quantidade de peixes para os outros – não estavam fundamentadas nas normas da empresa; elas seguem outra lógica, que na sua concepção – mesmo tendo sido ele um “operário-padrão” – não torna ilegítima a sua ação. João não fugia dessa lógica, pois era da região e a pesca fazia parte das atividades da maioria

²³⁴ João Silva, 83 anos. Entrevista realizada em 06 mar. 2015. Na fábrica, a função desse trabalhador estava ligada ao serviço da Casa de Força. Questionamento que gerou o depoimento: *Eles burlavam os trabalhos?*

dos homens da cidade, até como uma forma de lazer, mas sobretudo, como forma de subsistência.

Assim, viemos a saber por sua narrativa que, mesmo estando na fábrica, nos intervalos do trabalho “puxava malhadeira”. Talvez fosse também por isso – ou seja, por manter hábitos tradicionais em sua cultura – que, segundo nos conta, ele não tinha estresse. Pelo que sabemos, nada nas normas da fábrica autorizava o trabalhador a realizar durante o expediente uma atividade paralela ao seu trabalho. Para João Silva, o que fazia não era errado, porque ele conciliava as duas atividades. Nem chegava a se colocar, para ele, como problema, a compatibilidade entre o que fazia e as normas da empresa.

O relato de João, como os de outros entrevistados, mostra ainda que a sociabilidade entre os trabalhadores da Tecejuta se construía de diversas formas, tanto no espaço da fábrica como fora dela. No primeiro, tal sociabilidade se constituía em diversas oportunidades: nos intervalos normais do trabalho; nos momentos em que o serviço era interrompido por problemas no funcionamento das máquinas; durante o serviço, em burla à vigilância enquanto as máquinas eram operadas; e logo após o encerramento do expediente, como no ato culturalmente referenciado de partilha dos peixes. No espaço extramuros, a sociabilidade entre os trabalhadores se construía por ocasião das festas, das atividades culturais, dos passeios, etc.

3.5 SABOTAGEM

A análise das sindicâncias, das quais conseguiu-se localizar um total de trinta e uma (todas da década de 1970), traz importantes dados para uma reflexão sobre a busca pelo disciplinamento na Tecejuta. São documentos que trazem as denúncias de casos de trabalhadores que infringiram as normas estabelecidas pela empresa. Nelas podemos observar o modo como os dirigentes lidam com os casos, o processo de apuração dos fatos e a decisão final da empresa diante da conclusão da investigação.

Nas sindicâncias, identificamos quatro tipos de documentos: a *correspondência interna* (identificada como “C. I.” nos textos da empresa), que inclui comunicações entre o chefe de turno ou de sessão e a diretoria, bem como o retorno da diretoria ao departamento técnico, indicando quem iria apurar o caso; o *interrogatório*, que inclui os depoimentos do acusado e demais envolvidos, respondendo às perguntas do inquisidor; as *sugestões* deste último; e a *decisão* da empresa diante da apuração do caso. Nem todas as sindicâncias estão completas, mas, dentre as 31, foram poucas aquelas cujos casos não apresentaram conclusão. O caso abaixo se refere a uma sindicância para apurar a sabotagem em um caminhão da empresa.

A denúncia foi oficializada no dia 16 de setembro de 1974 pelo departamento da Casa de Força, cujo responsável, como vimos, era João Silva. Ela foi enviada para o Diretor Industrial e administrativo:

Senhor Diretor,
Comunico a V. Sa. que no domingo, dia 15, ontem, por volta das 7:30 horas recebi denúncia formulada pelo motorista José Pedro Cardoso, responsável pelo caminhão DODGE/73, de que o radiador do referido veículo estava entupido por areia, o que constatei ser verdade e tomei imediatamente as providências que achei cabíveis e que foram: a retirada do radiador e a limpeza do mesmo. Transmito a denúncia a V. Sa. por tratar-se de uma ação maldosa, praticada por pessoa até o momento desconhecida.

João Silva

No mesmo documento, podemos observar a posição do Diretor Industrial Administrativo, o qual responde no mesmo dia, de forma manuscrita com esferográfica cor preta, da seguinte forma: “Ao A. D. Rodolfo para apurar a denúncia trazendo-nos resultados com suas conclusões”. Também no mesmo documento, datilografado, temos a resposta de Rodolfo: “Resposta dada pela C. I. datada de 24 de setembro corrente e que capeava documentos correspondentes ao caso”.²³⁵

Com relação ao caso, foram ouvidos oito trabalhadores, e pelos depoimentos resultou como único suspeito o motorista Danilo Almeida, sendo este chamado para depor. Das 21 perguntas do inquisidor Rodolfo Esquina, ele respondeu negativamente à maioria. Porém, no dia 23 de setembro, Danilo

²³⁵Tecejuta – Sindicâncias. 1974.

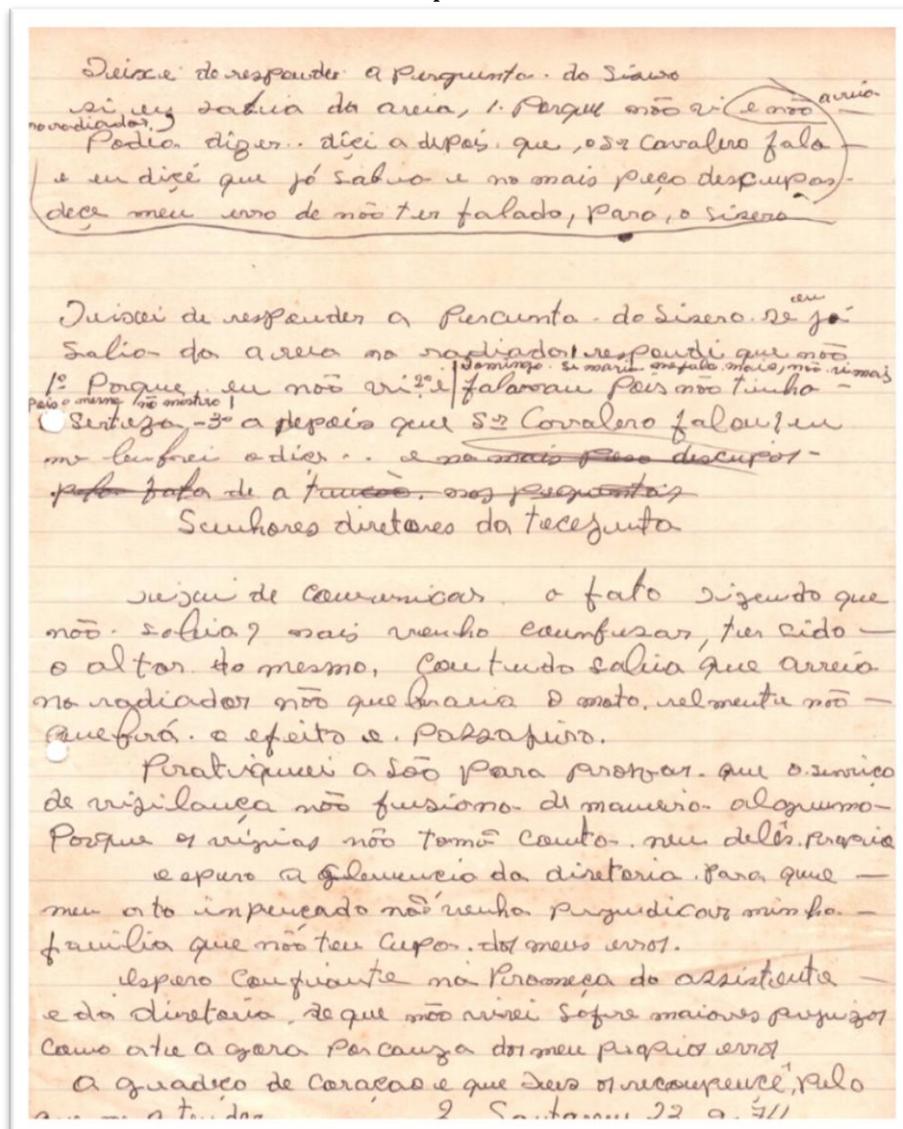
apresenta uma confissão de culpa, em manuscrito, e numa grafia que denuncia seu precário nível de alfabetização e escolarização (ver Imagem 44). Nela, Danilo expressa seu ponto de vista e pede clemência aos patrões:

Deixei de comunicar o fato dizendo que não sabia, mais venho counfesar ter sido o altor do mesmo. Contudo sabia que arreia no radiador não quebraria o moto relmente não quebrá o efeito é passageiro.

Pratiquei asão para provar que o serviço de vijilança não fusiona de maneira alguma porque os vijias não toma conta nem delês propio.

espero a clemencia da diretoria para meu ato inpençado não venha prejudicar minha família que não tem cupa dos meus erros. Espero confiante na promeça do assistente e da diretoria de que não virei sofre maiores prejuízos [sic, a forma de escrita]

Imagem 44:
Confissão de Culpa de Danilo Almeida



Fonte: TECEJUTA - Livro de Sindicâncias, 23 set. 1974.

Este caso é, como se verá, bastante enigmático. Para começar a entender, é preciso indagar que consequências poderia ter o ato. Esse caminhão era usado para quê? Para transportar sacaria e/ou materiais para o fabrico desta? Se for, isso prejudicaria o andamento dos trabalhos na fábrica. Era usado para transportar os trabalhadores? Se era, o prejuízo seria maior ainda, podendo paralisar ou atrasar sensivelmente o processo de produção. Haveria algum motivo para isso? Quanto às suas intenções, podemos apenas especular: seria para conseguir um tempo de folga, devido à parada nos trabalhos da fábrica? O objetivo do motorista era mesmo, apenas, “mostrar” que os vigias não faziam seu serviço direito? Era, talvez, prejudicar algum vigia, em especial?

Outro fato que nos intrigou foi o operário ter negado todas as questões do interrogatório do dia 20 de setembro de 1974 e por fim escrever que foi ele quem tinha posto areia no radiador do caminhão. Justifica sua ação para demonstrar a ineficiência da vigilância da fábrica. Por que ele se importaria com a ineficiência dos vigias da fábrica? O que o levou a confessar? Quais foram as promessas da diretoria, mencionadas no documento, que o convenceram a confessar? Observa-se em sua declaração que ele tenta escrever e risca o que escreveu, dando a sensação de que não estava seguro e que tinha alguém lhe orientando o que devia escrever. Reforça esta percepção a mistura de padrões de expressão escrita, ora – mesmo sem levarmos em conta especificamente a ortografia – mais característico do falar popular (“o serviço de vijilancia [sic] não funsiona [sic] de maneira alguma porque os vijias [sic] não toma conta nem deles propio. [sic]”), ora mais próximo do padrão de escrita típico de quem tem maior escolaridade (“Espero confiante na promessa do assistente e da diretoria de que não virei sofre [sic] maiores prejuízos [...]).

RESPOSTAS DO Sr. DANILO ALMEIDA ÀS PERGUNTAS QUE LHE FORAM FORMULADAS PELO Sr. RODOLFO ESQUINA, EM PRESENÇA DO Sr. FÁBIO SABIANO.

- 1- Para quem avisou, deste de sexta-feira, que não faria a viagem do 1º horário de 2ª feira?
R- Avisou para o Sr. Cavalcante.
- 2- Estava preocupado com a viagem do 1º horário de 2ª feira?
R- Não.
- 3- Como veio a saber que o FORD estava com o mangote partido desde domingo?
R- Veio a saber na segunda-feira pela manhã quando fez a verificação costumeira no motor.

- 4- Como podia saber que o caminhão DODGE/73 estava em condições se estava com o radiador entupido de areia?
R- Se estava com o radiador entupido não sabia e está sabendo agora.
- 5- Por que veio a fábrica domingo pela manhã?
R- Estava de passagem para a praia e aproveitou para entrar e avisar o motorista José Pedro Cardoso.
- 6- Sabe que tipo de área foi colocada no radiador do caminhão DODGE?
R- Não sabe porque veio a saber do assunto agora.
- 7- Quando, no sábado, chegou da última viagem, por que demou-se dentro da área industrial quando costuma sair imediatamente depois de bater o ponto?
R- Não demorou, nunca demorou, pegou o pão no almoxarifado e saiu.
- 8- Sabe se a área no radiador pode estragar o motor ?
R- Não sabe. De carro sabe apenas dirigir.
- 9- No sábado, na saída para a última viagem, o caminhão FORD estava fora da área industrial, em frente da guarita principal, por que, então, entrou na área industrial e tomou rumo dos escritórios?
R- Não tomou rumo dos escritórios algum e ficou na calçada conversando com os operários, como de costume.
- 10- Acha que os demais motoristas são de confiança?
R- Acha e não acha porque não conhece ninguém e não se acha também com o direito de fazer julgamentos.
- 11- Quem poderia ter colocado areia no radiador do caminhão DODGE?
R- Não pode saber, mas pode afirmar que não foi nenhum dos motoristas porque é justamente do trabalho de guiar que vivem.
- 12- Acha possível readmissão na Empresa?
R- Não acha difícil não, porque é como disse o Diretor Eduardo, o seu (Danilo Almeida) maior defeito é gostar muito de mulher. Acha possível sua volta para a Empresa.
- 13- Se lhe tivessem dado ordem teria feito a viagem da 2ª feira pela manhã, no caminhão DODGE?
R- Teria feito a viagem e já fez viagem no mesmo.
- 14- Acha que a sabotagem foi por vingança u molecagem?
R- Por pura perversidade, ignorância ou inconsciência.
- 15- Quando examinou o motor do caminhão DODGE notou alguma coisa diferente no motor, no sábado pela noite?
Não pegou o carro DODGE, não examinou coisa alguma.
- 16- Que estava fazendo o motorista José Pedro Cardoso quando chegou (você) dentro da área industrial e junto do caminhão DODGE, no domingo?
- 17- Alguma pessoa lhe falou do assunto da área no radiador do caminhão DODGE?
R- Não está lembrado, mas a primeira vez foi agora.
- 18- Como não sabe se outras pessoas já disseram ter comentado o assunto com você?
R- Lembra que ouviu o Sr. Cavalcante e Diretor Jorge falando do assunto e no momento aproveitou para dizer que alguma pessoa havia dormido dentro da cabine do caminhão FORD e

ninguém mais comentou o assunto em sua presença a não ser agora.

19- Por que, em suas declarações anteriores, omitiu-se de comentar o assunto?

R- Porque não sabia e comentou o assunto com ninguém.

20- Lembra de alguém que possa ser acusador da sabotagem?

R- Não. Ninguém viu nada e não se pode julgar ninguém.

21- Tem mais alguma coisa que tenha omitido e queira dizer?

R- não tem mais nada a dizer.

Santarém, 20 de setembro de 1974.

Danilo Almeida

Rodolfo Esquina

Fábio Sabiano

EM TEMPO: Complementação da resposta da pergunta nº 7 (sete): Retifica que aos sábados não ganha pão porque o padeiro não usa o transporte da Companhia.

Danilo Almeida

Todos os testemunhos desta sindicância em algum momento citam o nome de Danilo, o qual acabou se tornando o único suspeito. Porém “é importante considerar a possibilidade de que estas sejam verdades ‘fabricadas’ pelos agentes sociais que produziram estas fontes”²³⁶. Depois de apurar o caso, Rodolfo Esquina, em 24 de setembro, envia para o Diretor Administrativo a conclusão do mesmo, através da correspondência interna da empresa:

(...) Como conclusão e em face de confissão do culpado, recomendo a imediata suspensão do Aviso Prévio e que se efetive a consequente dispensa por justa causa, deixando, ainda a critério dessa diretoria acatar ou não a promessa que fiz ao culpado de que seu caso não seria levado à polícia.²³⁷

Cabe ainda ressaltar que a decisão da diretoria acatou a sugestão do inquisidor, o que nos permite avaliar a consideração em que era tida sua opinião dentro da empresa. Nossos questionamentos acima começam a ganhar sentido à medida que novas evidências vão emergindo. Este caso tem algo silenciado, algo que não constava no processo: as “promessas” ou “ameaças” que levaram Danilo a reconhecer a culpa. Só foi possível identificarmos a existência de uma dessas

²³⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Velle Époque*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. p. 40.

²³⁷ TECEJUTA – *Correspondência Interna*, expedida em 24 de setembro de 1974 – Rodolfo Esquina para Diretoria.

“promessas” na correspondência de Rodolfo para a diretoria. Ele deixa a critério da diretoria levar ou não o caso à polícia, parecendo pouco se importar com a promessa que fez a Danilo.

E esse caminhão era usado para quê? Como dissemos, foi esse um dos nossos questionamentos ao lermos a sindicância. Como mencionamos anteriormente, a documentação está fragmentada e acabamos encontrando algumas C. I. soltas, como páginas avulsas; dentre esses comunicados temos um do Departamento Técnico, expedido em 16 de setembro de 1974, para a diretoria:

Senhor Diretor,
Trazemos ao vosso conhecimento, que em virtude da falta de condução para transportar os operários do 1º período do 1º turno, muitos chegaram atrasados, prejudicando assim parcialmente a produção desse período.
Grato,
Superintendente técnico

A conclusão não pode ser outra: o caminhão sabotado era a condução dos operários. Como diz o comunicado, o ato causou alguns transtornos em outros setores, já que a fábrica fornecia a condução dos trabalhadores que moravam em bairro afastado da empresa, pois, na época, a cidade era carente de transporte público. O caminhão foi sabotado no domingo, dia 15, e a produção do primeiro turno do dia 16 foi comprometida. Em resposta da diretoria à correspondência acima, ficou claro que se tratava de efeito da sabotagem:

Mediante a declaração apanhada do encarregado de fazer o transporte do pessoal, Sr. Danilo Almeida, verifiquei que a culpa cabe ao próprio encarregado pelo transporte o qual encontra-se cumprindo Aviso Prévio, porém mesmo assim a responsabilidade teria que ser a mesma.²³⁸

Danilo Almeida justifica-se declarando que “no domingo dia 15.09.74, disse para o motorista Sr. José Pedro Cardoso, ir apanhar os referidos operários, o Sr. José Pedro Cardoso disse que não ia, ficando assim que nenhum dos dois foi apanhar o pessoal do primeiro horário”. José Pedro era o novo motorista, que estava ocupando a função de Danilo. O novo motorista também foi chamado para responder algumas perguntas:

²³⁸ TECEJUTA – Correspondência Interna, expedida em 16 de setembro de 1974 – Resposta da Diretoria ao setor técnico.

Perguntado por que não foi buscar o pessoal que trabalha na fábrica no 1º horário de 2ª feira, respondeu que não recebeu ordem de tal trabalho; informado de que o Sr. Danilo Almeida havia declarado que lhe havia ordenado fazer aquele trabalho, o declarante respondeu não ser verdade [,] que apenas o referido motorista lhe havia perguntado se o Sr. Adilson lhe havia (ao declarante) ordenado ir buscar o pessoal do 1º horário da 2ª feira, o declarante respondeu que não, tendo ainda o Sr. Danilo Almeida comentado que não sabia então se a ordem teria sido dada ao motorista novato e que ele, Sr. Danilo Almeida não faria aquele trabalho.²³⁹

Uma hipótese plausível, parece-nos, é que Danilo tinha conhecimento de que descobririam a sabotagem no domingo e solucionariam o problema da condução dos operários, de modo que a sabotagem não teria como objetivo impedir a chegada dos operários do 1º turno da segunda-feira e, conseqüentemente, prejudicar a produção da fábrica. É possível que Danilo estivesse em conflito com José Pedro, que estava assumindo um cargo que ele achava ser seu por direito; nesse caso, sabotar o caminhão poderia levantar suspeitas tanto nos vigias, quanto no novo motorista. A confusão maior foi quando nenhum dos dois assumiu a condução dos operários. Estamos diante de diferentes versões de trabalhadores que talvez estivessem em uma disputa de espaço de trabalho.

Mesmo cumprindo aviso prévio, talvez Danilo não estivesse achando justa sua situação, por isso seguimos a investigar seus antecedentes na fábrica. Que outras situações envolveram Danilo para ganhar a condição em que se encontrava na empresa no momento da sabotagem? Em sindicância anterior, datada do dia 5 de setembro de 1974, do Setor Pessoal para a Diretoria, lê-se:

Senhor Diretor,
Em face as [sic] declarações apanhadas da operária Sra. Alcivania Feijão de Oliveira, a qual segue em anexo, acusando o motorista Sr. Danilo Almeida de que o mesmo tentou manter relações amorosas com a mesma quando a conduzia para o hospital, por sua (dele) vez o implicado declara completamente diferente. Não temos condições de conhecer a verdade, ninguém testemunhou o fato, mas por outro lado para a Empresa o motorista implicado tem antecedentes desagradáveis [grifos nossos] não só uma vez e sim várias, por esses motivos que são de vosso inteiro conhecimento e como disse verbalmente o sub diretor Sr.

²³⁹ TECEJUTA – Sindicância. Depoimento recolhido do motorista José Pedro Cardoso, em 18 de setembro de 1974.

Raimundo caberia melhor expedir o “AVISO PRÉVIO”, eu também sugiro a mesma decisão.
Grato,
Adilson Sousa

Nesta conclusão de sindicância podemos ver os motivos que levaram a empresa a aplicar o aviso prévio ao motorista. Notamos também que os responsáveis pela decisão se pautaram em situações anteriores em que o motorista vinha se envolvendo, porque nesta sindicância eles não tinham como chegar a um resultado satisfatório, como se declara no próprio documento: “Não temos condições de conhecer a verdade, ninguém testemunhou o fato”. Diante disso, isto é, tendo-se colocado o funcionário em aviso prévio mesmo não havendo uma comprovação dos fatos investigados, parece plausível a possibilidade de que a diretoria julgasse necessário aplicar tal punição, fundamentalmente, para que fosse preservada a ordem disciplinar na fábrica.

No depoimento, a operária afirma que Danilo ficava tentando passar a mão em seu corpo, tanto na ida quanto na volta do trajeto percorrido no caminhão, e se propondo a carregá-la para entrar no hospital, o que ela teria recusado. Mesmo assim, ele teria chegado a entrar no local onde ela seria examinada. Para fugir do assédio do condutor, ela teria pedido ao mesmo que a deixasse no meio da rua às 3 horas da manhã, em local próximo à Vila do D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem).

A versão do acusado nega a de Alcivania. Ele conta que, ao chegar ao hospital, a operária não foi atendida e que, tendo passado em uma rua em frente à Vila do D.E.R., quando a conduzia de volta para a fábrica, Alcivania pediu para ficar, por ser o local próximo de sua casa, tendo sido esse o motivo por que a deixou ali.

Não queremos chegar a uma *verdade*, em relação ao que realmente se passou; o que buscamos aqui é compreender as versões dos sujeitos e suas implicações para a compreensão das relações em estudo. Cabe observar que, embora o próprio Danilo tenha admitido, no interrogatório sobre a areia no radiador do caminhão, reproduzido mais acima, sua inclinação para o assédio de mulheres (“é como disse o diretor Hermínio, o seu [Danilo Almeida] maior defeito é gostar muito de mulher”), as dúvidas no caso do transporte da operária ao hospital são muitas. Por que a operária não foi atendida no hospital? Ela estaria

realmente doente ou era uma tática para sair do trabalho? A Vila do D.E.R. fica no mesmo bairro da fábrica; por que, após descer do caminhão, ela não voltou para a Tecejuta e denunciou na mesma hora Danilo? Por que a sindicância não apurou o caso até verificar por que ela não foi atendida no hospital e se o ponto onde ela ficou era realmente próximo de sua casa?

Na sindicância, os próprios inquisidores confessam que não podem saber a “verdade”, já que não tinham testemunhas. Eles se respaldaram nos antecedentes de Danilo, mas a sindicância não diz quais eram os antecedentes da operária, ou mesmo se ela os tinha. Teria sido conveniente para a empresa favorecer o caso para a operária, em virtude de não estar satisfeita com os serviços de Danilo?

Danilo foi considerado culpado *por seus antecedentes*, o que nos levou a pensar um pouco mais os motivos que o levaram a sabotar o caminhão da empresa. Depois da “promessa” de Rodolfo Esquina de que não levaria o caso à polícia, como já mencionamos anteriormente, o acusado confessou a sabotagem, justificando que queria mostrar a ineficiência dos vigias. E aí, novos questionamentos nos vêm à mente.

O objetivo do motorista era mesmo, apenas, “mostrar” que os vigias não faziam seu serviço direito? Era, talvez, como cogitamos atrás, prejudicar algum vigia, em especial? Cabe considerar aqui o plano dos conflitos pessoais existentes dentro da fábrica.

Foram localizados ainda mais dois documentos que parecem indicar a presença de conflitos entre o acusado Danilo Almeida e vigias da fábrica. O primeiro é a seguinte comunicação, que integra uma sindicância envolvendo Danilo e o vigia, expedida em 10 de junho de 1974, do Setor Pessoal para a Diretoria:

Senhor diretor,

Tratando-se do acontecimento de 02.06.74, entre o vigia Sr. Marcos Barreto e o motorista Sr. Danilo Almeida, conforme declaração apanhada dos mesmos, sugiro: Dar ao Sr. Danilo Almeida advertência por escrito; apesar de ser serviço da Empresa, mas o mesmo sabe que toda vez que usar veículo da Cia. é necessário passe, entretanto domingo dia 02.06.74 apanhou com o vigia a chave do Volks e saiu do recinto da Cia. sem o devido passe; e ao Sr. Marcos Barreto também a mesma punição do motorista visto o mesmo saber que qualquer motorista para sair

do recinto da companhia em veículo é necessário passe o que não aconteceu domingo, o mesmo entregou a chave do Volks ao motorista Danilo Almeida sem o passe.

Adilson Sousa
Setor Pessoal

Retrocedendo cronologicamente na documentação, encontramos a seguinte carta de denúncia de Danilo Almeida contra a ação de um vigia:

Santarém, 25 de fevereiro de 1973.

À CIA. DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA DE SANTARÉM-TECEJUTA

NESTA.

Sr. Dir. Industrial e Administrativo,

Tem a presente finalidade de relatar o seguinte:

Ontem, domingo às 08:30 horas, quando cheguei a empresa para apanhar o caminhão FORD para ir levar a requisição de alimentação do pessoal da fábrica em trabalho extraordinário, notei que o referido veículo estava com sua bateria praticamente sem forças. Constatei também que os faróis estavam acesos e que para descarregar uma bateria de tal maneira possivelmente passaram a noite toda acesas.

Procurei o vigia de plantão para reclamar, tendo este, Sr. Aroldo Campos me informado que o vigia da noite havia sido o Sr. Adélio Lemos e não ele que havia recebido o plantão às 06 horas.

No momento de minha reclamação estava presente o Sr. Afonso Ciranda, eletricitista da empresa que reside na casa do Sr. Claudio e que passou a me contar que pela madrugada de domingo, mais ou menos pelas 1:30 horas quando chegou aqui, passou mais de meia hora chamando pelo vigia tendo até gritado e só depois de muito tempo o Sr. Adélio saiu da cabine do caminhão FORD ainda com aspecto bem visível de quem estivera em sono profundo, tendo acordado naquele momento.

Procurando combinar os fatos lembro-me que sábado pela noite às 11:20 aproximadamente quando vim guardar o caminhão o Sr. Adélio disse-me realmente que naquela noite ia “dar um sono legal”, o que me pareceu uma brincadeira e não caso sério.

Fico a disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Atenciosamente
Danilo Almeida

A carta²⁴⁰ evidencia conflitos anteriores entre o motorista e vigias. Esses conflitos já vinham se arrastando havia tempos, o que fortalece a possibilidade de que a declaração de Danilo reconhecendo ter colocado areia no carburador tivesse

²⁴⁰ Compare-se o tipo de redação deste texto com a declaração de Danilo Almeida de 23/09/1974. É patente que o primeiro foi redigido por um funcionário do departamento pessoal, e não por ele mesmo.

mesmo a finalidade de provar a ineficiência do sistema de vigilância da fábrica. Note-se também, a este respeito, que Danilo, no interrogatório sobre a areia no radiador, aproveitou a ocasião para novamente mencionar que alguém (tudo indica que, como no seu depoimento do ano anterior, seria um vigia) havia dormido na cabine de um caminhão da companhia.

Passando agora da documentação escrita para o campo da história oral, parece relevante abordarmos uma entrevista com o já mencionado João Silva, que, como dissemos, na época era responsável pela Casa de Força. Pelo estudo das sindicâncias, sabemos que foi ele quem denunciou a sabotagem ao departamento técnico. Porém, ao ser perguntado sobre o caso do motorista Danilo Almeida, falou: “Não, não é de meu conhecimento... Foi um comentário um pouco afastado de mim, não foi bem de meu conhecimento”. Percebemos que, neste depoimento, João não se sentia à vontade como em outras entrevistas, quando ele falava espontaneamente de sua participação na construção da fábrica.

Diante desse bloqueio na comunicação, tentamos fazer uma nova pergunta, para restabelecer o contato: “O senhor era responsável pela casa de força...” Mas, antes de a terminarmos, João Silva foi logo falando: “É, e dos transportes também, [grifos nossos] eu até participei quando tinha uma demanda pra ali, eu priorizava, via o que era preciso fazer e deixava as outras coisas. Isso aí não me afetou muito não, não sei bem como foi essa história, mas tudo acontece”.²⁴¹

A narrativa de João dava-nos a entender que por mais que ele dissesse não lembrar do caso, quando falava um pouco mais, acabava deixando pistas de que tinha conhecimento do que tinha acontecido, mas que, por alguma razão, não lhe parecia conveniente evocá-lo. Por mais que tentássemos reconduzir a entrevista para o foco que nos interessava, ele se distanciava disso, descrevendo como era sua postura diante do trabalho: “é como eu falei, priorizava as coisas, porque eram muitas, eu priorizava, e o que não dava pra fazer eu esquecia”.²⁴²

Motivações que o impeliram a deixar na penumbra um assunto que, a julgar pela sindicância, na época havia provocado tanta movimentação por parte da gerência. Uma possibilidade é que seu silêncio aponte para o mesmo silêncio

²⁴¹ João Silva, 83 anos. Entrevista realizada em 06 mar. 2015.

²⁴² Idem.

encontrado na sindicância sobre a sabotagem: o que ocorreu entre a negação de Danilo quanto a sua responsabilidade pelo ocorrido e sua confissão? As duas lacunas parecem articular-se, apontando conjuntamente para algo que se quer ocultar. Essa necessidade de ocultar parece ter sido sentida em ambos os casos: na documentação produzida na época e na rememoração no presente. Aquilo que se buscou ocultar deve ter tido uma dimensão proporcional à necessidade de ocultação sentida. Uma hipótese que nos parece plausível é que aquilo que se buscava ocultar era aquilo que não cabia nas “regras” aparentes de uma sindicância na fábrica: *o uso da pressão*. Quando Danilo dizia confiar em que sua família não seria prejudicada com sua admissão de responsabilidade, estava se referindo certamente a ameaças que recebera e que, pelo menos em sua avaliação pessoal, podia afetar seus familiares.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES DE GÊNERO NO INTERIOR DA FÁBRICA

O trabalho feminino no interior do universo fabril foi pensado, por muito tempo, no mundo acadêmico, sob um viés basicamente quantitativo, enfocando-se itens como diferenças salariais e qualificação. Questões especificamente femininas estavam ausentes desse debate.

Pode-se notar essa maneira de tratar o tema mesmo nos estudos que se orientavam por elementos da tradição marxista, os quais, como se sabe, compunham grande parte, senão a maior parte, das obras dedicadas à investigação da esfera do trabalho. A observação de Rachel Soihet a esse respeito é bastante esclarecedora:

O marxismo considera a problemática que divide homens e mulheres uma contradição secundária, que encontrará resolução com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes com a mudança do modo de produção.²⁴³

Numa outra perspectiva, a da chamada *História das Mulheres*, que mais tarde se ampliou para o que ficou conhecido como *estudos de gênero*, a condição feminina passou a ser focalizada enquanto tal, buscando-se o ponto de vista feminino e voltando-se o olhar para temas como o das sociabilidades, da família, da maternidade, etc., além do trabalho, e em articulação com este último.²⁴⁴

Já há um bom tempo que as duas perspectivas passaram a dialogar. Como marcos pioneiros desse diálogo, destacam-se, no Brasil, trabalhos como o de Heleieth Saffioti, divulgado no final da década de 1960²⁴⁵, e o de Elizabeth Souza-

²⁴³ SOIHET, Rachel. "História das Mulheres". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 276. A questão mereceu debate posterior. Cf., por exemplo: RAGO, Margareth. "Trabalho feminino e sexualidade". In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora da UNESP/Contexto, 2001. p. 578-606; TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos unes, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

²⁴⁴ Já há larga produção, tanto no Brasil, quanto no exterior, abordando esse campo de estudos. Citemos, apenas a título de exemplo: PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005; PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ed. da UNESP/Contexto, 2001; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

²⁴⁵ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

Lobo, publicado no início da década de 1990²⁴⁶. Com tais iniciativas, *gênero* passou a ser considerado em estreita articulação com outras referências fundamentais, como classe, cultura, etnia etc. Essa articulação é o que se busca como alicerce teórico na presente dissertação, que aborda especificamente neste capítulo as relações de gênero.

Colocando-se por objetivo discutir as relações de gênero dentro da Tecejuta, o capítulo focaliza não apenas as tensões que elas implicam, mas também os processos de sociabilidade que envolviam homens e mulheres e desta forma podiam resultar em flertes, namoros e até mesmo em casamentos. Esse será também o momento em que discutiremos a ocorrência de casos de assédio, agressões físicas e morais, com o objetivo de compreender a teia de relações e conflitos que o cotidiano fabril trazia para a vida das operárias.

A base documental que será empregada majoritariamente para a construção do capítulo é constituída pelas *fichas de advertências, suspensão, censura e sindicâncias*, além das *entrevistas* com as antigas operárias e operários da fábrica. Por meio do cruzamento desses diversos dados foi possível observar melhor o cotidiano dessas relações no interior da fábrica.

4.1 AS MULHERES DA FÁBRICA

Desde que iniciamos o estudo com a Tecejuta, ficou patente a forte presença feminina na fábrica e o quanto essa presença era ali, problemática, por uma série de razões. Essa percepção de uma trajetória diferenciada – em que pese uma identidade de remuneração e jornada entre homens e mulheres no interior da fábrica – nos foi suscitada logo que começamos as entrevistas com antigas operárias da fábrica, notadamente pela insistência com que elas faziam comentários e observações quanto aos horários das jornadas que tinham que assumir na fábrica, estendendo-se pela noite e madrugada.

²⁴⁶ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo/ Brasiliense, 1991.

Essencialmente o argumento básico empregado era de que o horário empregado na Tecejuta não era considerado recomendável para as mulheres, uma vez que, dentro do imaginário da sociedade santarena da época (mas não apenas dali), mulheres que trabalhavam à noite estariam mais suscetíveis aos riscos de desvio de conduta moral. Além disso, mulheres trabalhavam lado a lado com homens no período noturno, o que também se chocava com os padrões de moral da cidade, que ainda tinha arraigado nos seus conceitos o enquadramento polarizado da “mulher enquanto ‘rainha do lar’ ou ‘mulher da vida’”.²⁴⁷

Como referência inicial para o estudo das relações de gênero na Tecejuta, destacamos os estudos de Edilza Fontes sobre o cotidiano da exploração da força de trabalho e as condições de vida de padeiros e forneiros das padarias artesanais em Belém, nos anos 1940²⁴⁸. Nessa obra, a autora observava, nas narrativas de padeiros aposentados, por ela recolhidas, a construção de diversas imagens sobre trabalho, padaria e mulheres:

É bastante clara a associação entre sexualidade e trabalho: a mulher não poderia ficar no salão devido o trabalho ser à noite. Durante o intervalo para esperar a massa dar o ponto, em geral utilizado pelos trabalhadores para dormir no *château* ou pelos cantos do salão da padaria, a presença da mulher nestes locais perturbaria o sono dos homens e o perigo de desorganizar a produção era maior.²⁴⁹

Como observou Fontes, na visão dos depoentes em sua pesquisa, a presença da mulher no salão da padaria representava um problema, pois apontava para a possibilidade de serem construídas relações afetivas que, ao desviar a atenção dos ajudantes, poderiam perturbar o andamento do trabalho.

Já na Tecejuta não existia tal separação: homens e mulheres trabalhavam juntos, nos diversos turnos. Diferentemente também da padaria, a fábrica não deixava a mulher fora dos horários da noite e madrugada. Diante da moral vigente, que implicações esse fato acarretava? Havia intenção, por parte dos responsáveis pela direção do estabelecimento, em estabelecer um controle, nos horários da noite e madrugada, para evitar a construção paralela de relações entre os sexos

²⁴⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.20.

²⁴⁸ FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém 1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

²⁴⁹ Idem, p. 123.

que pudessem criar problemas para a produção? Se havia tal intenção, como se buscava estabelecer esse controle?

Nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, período em que funcionou a Tecejuta, os preceitos morais vigentes na cidade estavam fortemente fundamentados na religiosidade, principalmente de orientação católica, fazendo com que sobre a mulher recaísse a responsabilidade central, senão exclusiva, de cuidar de seu lar, dos filhos e até mesmo do marido. A mulher teria que buscar o exemplo de *Maria*, afastando-se do de *Eva*.²⁵⁰ Nessa concepção, o campo de atuação modelar da mulher é a casa, e sua principal função é manter a família unida e estruturada, conforme os padrões morais vigentes.

O jornalista Lucio Flavio Pinto, referindo-se à década de 1940 em Santarém, identifica o enquadramento da mulher no espaço da casa, mas entendendo a Igreja como uma forma de continuidade desse espaço:

[...] os limites da atuação [da mulher] ainda estavam circunscritos à casa e a alguma extensão dela, como a Igreja, em cujas atividades podia ter um papel mais destacado. Por isso também sua presença era marcante nas sacristias, que eram um dos centros da vida da cidade.²⁵¹

Essa avaliação da Igreja como extensão da casa parece bastante plausível, porém, acrescenta-se que, além de representar uma extensão desse espaço privado, a Igreja, com as atividades dirigidas ao público feminino, não deixava de atuar também como um elemento de reforço à circunscrição da mulher ao âmbito do lar. Essas atividades visando o envolvimento das mulheres eram frequentes.

De fato, o enquadramento da mulher no espaço da casa era sancionado pela Igreja em Santarém, tanto na década de 1940 como em períodos posteriores, o que representava um elemento de considerável influência, pois, direta ou indiretamente, era forte a presença da Igreja na vida das famílias santarenas. *O*

²⁵⁰ A discussão acerca dos perfis modelares de feminilidade tem tido forte acolhida no debate historiográfico especialmente voltado para os estudos de gênero. Uma abordagem recente aparece em: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça Educada, Mulher Civilizada, Esposa Feliz: Relações de gênero e História* em José de Alencar. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

²⁵¹PINTO, Lúcio Flávio. *Memórias de Santarém*. – Santarém: Editora O Estado do Tapajós. 2010, p. 122.

Mariano, órgão da diocese de Santarém, contabiliza entusiasticamente o número de famílias formalmente comprometidas com uma das práticas do rito católico:

[...] 601 famílias deram seu nome para a reza do terço diário e 121 prometeram rezar o Rosário (3 terços) semanalmente. Sem dúvida um belo resultado!

Centenas de pessoas diariamente com o terço nas mãos, para chamar as bênção de Maria sobre as famílias santarenas.

Os nomes das que se inscreveram nesta lista serão enviados ao Rio e de lá ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima onde ficarão como testemunhos de sua devoção.²⁵²

Os padrões morais católicos recaíam sobre as famílias de modo geral, mas era sobre as mulheres que incidiam as maiores pressões para o disciplinamento de seus comportamentos. E a rejeição da Igreja a qualquer outro tipo de comportamento que fugisse aos padrões estabelecidos era, de modo geral, internalizado pelas próprias mulheres santarenas. O lugar reservado à mulher, na concepção católica da época, era o espaço doméstico. Essa visão não era exclusiva da Igreja, mas, sendo incorporada e propagada por ela, ganhava ainda maior poder de influência.

Inversamente, a presença feminina no ambiente fabril, onde quer que tenha se estabelecido, era vista como altamente problemática e perturbadora da ordem social, porque, segundo tal visão, desestabilizava a família. Como demonstra Régine Dhoquois, esse debate se materializou no seio da sociedade francesa ainda no final do século XIX, recebendo críticas ferrenhas dos legisladores e de autoridades intelectuais, religiosas e políticas, Referindo-se à emergência da mulher operária na França, Dhoquois comenta:

Assim, sejam quais forem as opiniões políticas, a mulher é antes de tudo esposa e mãe, responsável pelo bem-estar da família. Naturalmente, tudo se encadeia: a esposa/mãe cuida da casa e dos filhos, no plano material e moral, e do marido, que, desse modo, pode levar à fábrica a sua força de trabalho intacta. A mulher passa a ser uma espécie de base sobre a qual se assenta a paz social.

Pois que faz o infeliz operário cuja mulher abandona o lar? Ele bebe, e são numerosas as intervenções que denunciam o alcoolismo dos trabalhadores, mais tentados a ir para o bar do que

²⁵² *Jornal O Mariano*. Ano XX, número 262, Santarém, 14 mar. 1954.

a voltar para uma casa mal cuidada por uma mulher ausente ou volúvel.²⁵³

A esse respeito, cabe observar que essa visão chegou a ser partilhada pela própria classe operária amazônida. Temos uma evidência disso na matéria “A proletária e o feminismo”, publicada por um jornal operário de Manaus de 1920 e assinada pelo Centro Operário do Amazonas. O texto exorta as mulheres a combater “a corrupção moderna do feminismo depravado”, que estaria presente nas campanhas pelo voto feminino, pelo divórcio e pelo direito de ocupação de funções e “cargos puramente masculinos”. Resistindo ao feminismo e suas bandeiras, a mulher “firma-se cada vez mais no seu natural determinismo de filha, esposa e mãe”.²⁵⁴

Qual era a abrangência dessa visão entre os operários da região, naquele momento e no período que estudamos, é uma questão em aberto. Parece-nos plausível considerar a possibilidade de que em alguma medida estivesse presente também em Santarém, no período em que funcionou a Tecejuta, atuando como inibidora da presença feminina em certos espaços “públicos”, dentre eles o fabril. Contudo, a pesquisa não encontrou elementos que permitissem afirmá-la sem margem de dúvida.

Como foi mencionado no início do capítulo, a Tecejuta não estabelecia horários diferenciados para as mulheres e nem as isolava dos homens na fábrica. Ambos ocupam os mesmos galpões e trabalham lado a lado. A dinâmica da fábrica não levava em conta a ordem moral estabelecida para as mulheres; a moral que regia a fábrica era a do lucro através da produção. A Tecejuta funcionava 24 horas por dia, e todos os trabalhadores entravam na rotatividade dos horários, independentemente do sexo. Este fato acabou por escandalizar as pessoas de fora da fábrica, que não aceitavam o trabalho fabril das mulheres em Santarém.

A documentação encontrada nos possibilitou saber que as mulheres da fábrica eram, algumas, casadas, e outras, viúvas, separadas e solteiras, numa faixa

²⁵³ DHOQUOIS, Régine. O Direito do Trabalho e o Corpo da Mulher (França, séculos XIX e XX): proteção da produtora ou da reprodutora? In: MATOS, Maria Izilda; SOIETH, Rachel (Org.). *O Corpo Feminino em Debate*. São paulo: Ed. da UNESP, 2003. p. 47.

²⁵⁴ *O Constructor Civil*, n. 1. Manaus, 05 jan. 1920. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). *Imprensa Operária no Amazonas: transcrições e fac-símiles*. Manaus: EDUA, 2004. p. 119.

etária entre 18 e 40 anos, tendo em comum o fato de serem todas pobres. A pressão que essas mulheres sofriam por tentarem romper com o que estava arraigado na sociedade em relação às demarcações de espaços entre os gêneros foram muitas, pois como sustenta Maria Izilda Matos e Andrea Borelli era comum em todo o país a confusão de “trabalho feminino’ com funções domésticas”.²⁵⁵ Tais demarcações traziam sérios problemas para as mulheres pobres atuarem como operárias, ocupação exercida num espaço que não era propriamente público (embora, pelo que se conclui dos depoimentos colhidos, assim fosse considerado pela população de Santarém), mas que também não era, de modo algum, o privado. É que seus trabalhos, quando remunerados, estavam relacionados exclusivamente ao terreno do privado, abrangendo ocupações como: empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, dentre outras que estavam sempre voltadas para o âmbito da casa. Por mais que às vezes esses serviços demandassem a presença nas ruas, logo à noite essas mulheres já estavam recolhidas em suas casas, sob os olhos dos pais ou dos maridos. Tais “cuidados” sobre as mulheres estavam pautados nos medos associados a uma certa imagem da mulher, que se mantinha desde épocas muito remotas, imagem essa assim descrita por Perrot:

A mulher noturna mais ou menos feiticeira desencadeia as forças irresistíveis do desejo. Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo.

O corpo da mulher, seu sexo, esse poço sem fundo apavora. E, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento do século XVIII, nada resolvem. Ancoram um pouco mais a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos, escrutados pelos médicos. Estes as descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstrações, de criar e, acima de tudo, de governar.²⁵⁶

Esse discurso construído há séculos não foi capaz de conter as mulheres, já que elas buscaram se afirmar “por outras palavras, outros gestos... Elas têm outras

²⁵⁵ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Processo Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 127.

²⁵⁶ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 8-9.

práticas cotidianas, formas concretas de resistências”.²⁵⁷ A constatação do espraiamento das mulheres pelos mais diversos espaços produtivos da sociedade brasileira levou Matos e Borelli a afirmar que

Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumir diversas “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis.²⁵⁸

Embora uma avaliação geral a partir do contexto brasileiro da segunda metade do século XX seja a de que, nas fábricas, muitos postos antes ocupados por mulheres passaram a ser ocupados por homens²⁵⁹, em Santarém da metade do século XX, o trabalho feminino se expandiu, alcançando a fábrica tão logo ela se implementou naquele contexto amazônico. Para as mulheres santarenas, lançar-se ao trabalho fabril da Tecejuta, ainda mais em horários considerados impróprios à mulher “honestá”, representava forjar um novo padrão feminino. As narrativas construídas nas entrevistas por nós realizadas com ex-operárias da Tecejuta permitiram aproximar do modo como as mulheres sentiram e como foram visibilizadas por trabalharem nesses turnos. A fala de Moaçara Campos é esclarecedora a esse respeito, quando lembra que “*pras mulheres que trabalhavam à noite, diziam quando a gente passava: vocês vão pra Teceputa?*”.²⁶⁰

A narrativa de Joana Montanha, outra depoente, confirma essa visão preconceituosa:

Teve um tempo que chamavam a gente de Eveready, de não sei o quê, que toda mulher que iam pra lá faziam não sei o quê do marido. Comentários de fora da fábrica. [...] é a pilha, era isso que eles queriam dizer, que a Eveready significava assim que a mulher

²⁵⁷PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 212.

²⁵⁸ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Processo Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 127.

²⁵⁹ Margareth Rago argumenta que “as mulheres foram progressivamente expulsas e substituídas pela mão de obra masculina no início do século XX. Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”. RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ed. da UNESP/Contexto, 2001. p. 582.

²⁶⁰ Moaçara Campos, 67 anos, tecelã. Entrevistada realizada em 14 jun. 2010.

era prostituta, o assunto era esse, e eu sei que não fui o que eles diziam que eu era.²⁶¹

Várias entrevistas apontam para este significado, como a de Teotônio Araújo, trabalhador da fábrica:

Uma vez eu levava o pessoal dez horas da noite, eu era encarregado..., quando não tinha motorista eu levava caminhão, aí a gente passava e as pessoas falavam: 'Ei, lá vai a pilha do gato, as eveready. Naquela época as eveready era a pilha do gato e chamavam pras mulheres daqui.²⁶²

Também selecionamos, com relação a isto, a entrevista de Jurema, ex-operária da fábrica:

Pesquisadora: A senhora sabe o que significa Eveready?

Jurema: Olha, quando eu comecei a trabalhar, eu ouvi falar nisso, mas nunca me chamaram disso!

Pesquisadora: Mas o que a senhora ouviu falar disso?

Jurema: Eu só ouvia dizer que as pessoas que trabalhavam lá na Tecejuta eram 'mulheres da vida', mulheres que não prestavam, mas eu acho que é em todo canto, vai de você, né? Porque se você tá ali pra trabalhar, pra você mostrar trabalho na fábrica, não precisa fazer nada disso.

Pesquisadora: Era esse o significado?

Jurema: É, era esse o significado, que era mulher que saia com qualquer pessoa, 'mulher da vida'. A pessoa quando começava a trabalhar diziam que ali só dava prostituta, mas tinha muita mulher casada, muitos pais de família, muitas mães de família também.

As narrativas de Moçara, Joana, Teotônio e Jurema como de outros trabalhadores da fábrica nos mostram como eram vistas as mulheres da fábrica pela maioria das pessoas da cidade.

A comparação das mulheres da fábrica com a pilha Eveready, que usa como mote o "pulo do gato", nos levou a pensar o quanto a cultura europeia e principalmente a francesa estava presente no imaginário da sociedade santarena.

²⁶¹ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevistada em 14 jun. 2010. A fala de Joana refere-se diretamente a uma propaganda de época das *Pilhas Eveready*, que usava como mote o "pulo do gato".

²⁶² Teotônio Araújo, 64 anos, funcionário da Tecejuta. Entrevistado em 10 out. 2014.

Uma hipótese que apresentamos aqui, pelas razões que indicamos a seguir, é que referências da cultura francesa, chegando ao Pará pela fronteira da Guiana Francesa, podem ter sido mescladas com as dos indígenas e africanos no Brasil, no período da colonização, pois as migrações clandestinas, temporárias ou não, tanto do lado português da Colônia quanto do lado francês, implicavam considerável intercâmbio, em diversos terrenos da experiência cotidiana, entre os grupos humanos da região.

Nesse contexto, possivelmente, houve um amálgama de culturas, do qual fazia parte uma certa forma de ver o animal gato. A rica simbologia que cerca a figura do gato na cultura francesa, como demonstrou Robert Darnton, prestou-se (como até hoje) a articulações não apenas com a magia e o sobrenatural, mas também com o universo da noite e da sexualidade feminina. “Em toda parte os gatos sugeriam fertilidade e sexualidade feminina”, lembra o autor²⁶³. As mulheres da Tecejuta não escaparam da força desse imaginário.

No início da década de 1970, as pilhas Eveready aparecem em comercial de rádio na voz de cantores renomados, e na televisão, em um comercial de desenho animado. No entanto, na década de 1970, Santarém não tinha emissora de televisão, e o rádio era o principal meio de comunicação na cidade. Era principalmente o rádio a pilha o meio de comunicação que chegava às casas e ao cotidiano das famílias, visto que, como mencionado no primeiro capítulo, apenas poucas casas da cidade dispunham de energia elétrica.

Dessa forma, era por meio do rádio que a população tinha acesso ao comercial da pilha Eveready. Buscamos na Rádio Rural, a principal emissora da época, gravações do comercial, o que, porém, não foi possível encontrar, pois a rádio teve mudanças de local e muito material foi perdido nos deslocamentos de um lugar para outro. O sumiço dessa documentação também se deve ao fato de que arquivos em áudio eram produzidos especialmente em fitas magnéticas, que, caras, eram frequentemente reutilizadas, apagando conteúdos anteriormente gravados e considerados como de pouca ou nenhuma importância. Além do mais, tais arquivos são muito difíceis de guardar, precisando de espaços de armazenagem e

²⁶³ DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986. pág. 127.

tecnologia de conservação própria, e é por isso que a imensa maioria de tais registros se perderam.

Em face a tais problemas, foi recorrendo a sites na internet que se pôde encontrar imagens (e vídeos) de cantores de rádio que faziam tais comerciais sobre a pilha, como Teixeira e Angela Maria:

Imagem 45:
Propagandas das Pilhas Everedy 1



Fonte: <https://revivendoteixeirinha.wordpress.com/category/noticias/>

Também em site da internet foi possível encontrar letras de *jingles* utilizados em comerciais daquele produto:

Imagem 46:
Propaganda das Pilhas Everedy (jingles)

ESTEIRA DA MARIA
(Xote)
Pilha Eveready
Oi, Pilha Eveready
Pilha Eveready
Minha luz, minha alegria
Com minha lâmpada
Com minha lâmpada
Eu vejo a estampa
Da esteira da Maria
Eveready
Eveready
Pilha Eveready
é como brôto:
Triscou, pegou!

A PILHA PULO DO GATO
(Xaxado)
Eveready
De Manganês Ativado
Eveready
A pilha do pulo de Gato.
Quem usa Eveready sabe
O que tem na sua mão
É a pilha mais badalada
Do Norte - Centro -
Sul ao Sertão
Eveready
É como amor de velho
Não acaba de jeito
nenhum

EVEREADY a Pilha do gato...

Fonte: <http://espacointerativo.tumblr.com/post/34007129648/eveready-a-pilha-do-gato>

As mulheres da fábrica eram insultadas por pessoas que as consideravam amorais, pois estavam fora de casa em horários supostamente impróprios para o gênero e ao lado de homens. Notamos que os comerciais da pilha aludidos acima, todos dirigidos a homens, fazem alusão a *noite* (indiretamente referida pela menção à lâmpada, certamente de uma lanterna – que permite a visão no ambiente escuro), a *potência* e a *mulher*, elementos que acabam se associando à figura do gato, pelo fato de esta ser a principal imagem ligada ao produto. A figura felina estampada na pilha, que inspirou a denominação pejorativa aplicada às operárias da Tecejuta, evoca referências populares muito antigas, que remontam a épocas cujas origens se perdem no tempo da história cultural brasileira e europeia, tais como o dito “à noite todos os gatos são pardos”, que, conforme explica Darnton em seu estudo sobre episódios da história cultural francesa (1986, pág. 128), é um provérbio voltado para as mulheres. Na interpretação do autor, trata-se de uma insinuação de conteúdo sexual: “‘Isso quer dizer que todas as mulheres são suficientemente bonitas à noite’. Suficientes para quê? Sedução, estupro e assassinato ecoavam no ar, quando os gatos uivavam à noite...”²⁶⁴ O autor registra também que na época Moderna se usava a expressão “amando como uma gata” para descrever o comportamento de mulheres jovens em certas situações.²⁶⁵

A figura do gato evoca, portanto, liberdade sexual. Referindo-se ao trabalho na Tecejuta, Joana Montanha relata em seu depoimento que, em Santarém, no período em que trabalhou na fábrica, se dizia que “toda mulher que iam [sic] pra lá faziam [sic] não sei o quê do marido”. Acreditamos poder inferir que, nessa visão, a mulher que se tornava operária e assim aceitava permanecer longas horas num espaço que não era o do lar, por um lado dava prova de falta de firmeza moral no que diz respeito à conduta sexual e, por outro, ficava exposta a situações que supostamente estimulariam desvios em relação ao padrão de conduta socialmente aceito para seu gênero. Aqui podemos encontrar um paralelo com o que diz Darnton referindo-se ao imaginário francês da época Moderna: “era um pulo fácil, da sexualidade das mulheres para a traição do marido”. Assim entra em cena a figura estereotipada do marido como *cornio*.²⁶⁶

²⁶⁴DARNTON, op. cit., p. 128.

²⁶⁵Idem, p. 127.

²⁶⁶Idem, p. 128.

As mulheres da Tecejuta se viam diante de vários papéis que precisavam conciliar dentro de uma sociedade que nas décadas de 1960, 1970, 1980 e até mesmo de 1990 ainda estava aferrada a um enquadramento da mulher em certos padrões, que se firmavam ainda mais com o reforço do discurso religioso, no qual a moral da cidade estava supostamente fundamentada.

Muitos homens que não trabalhavam na fábrica, mas eram cônjuges de mulheres que ali buscavam seu ganha-pão, também manifestavam sua indignação a respeito do trabalho destas últimas na Tecejuta. Pelo que se pode concluir das entrevistas com as operárias que viveram essa situação conjugal, eles avaliavam que suas mulheres não tinham mais tempo para cuidar de seu lar e cumprir seu papel de mãe e esposa. A partir daí, o conflito se instalava nas relações familiares e muitos relacionamentos foram desfeitos, enquanto, inversamente, outros eram mantidos à custa do sacrifício da saída do emprego, para as mulheres. Assim, a “demarcação das fronteiras entre o mundo público e o privado, entre a ‘figura da mulher pública’ e da ‘mulher honesta’”, que Margareth Rago apontou para o contexto das décadas iniciais do século XX no Brasil²⁶⁷, parece aplicar-se perfeitamente ao ambiente santareno dos anos 1960, 1970 e 1980 (do qual se mantêm ainda na atualidade alguns elementos).

Seja como for, tais demarcações de espaços não impediram as operárias de exercerem suas funções nos horários determinados pela fábrica, mas o imaginário masculino não suportava essa quebra de fronteiras, que chegava a confundir a imagem de mulher que eles tinham produzido. Agora existia o medo da infidelidade. Tais conflitos são rememorados pela operária Joana Montanha, como se vê no trecho de entrevista abaixo reproduzido:

Pesquisadora: A senhora teve algum tipo de problema familiar na Tecejuta?

Joana: Tive, mana, isso eu não tenho dúvida! Foi proveniente isso que meu marido me deixou, me abandonou, e eu fiquei... Graças a Deus fiquei sozinha. O início do trabalho foi o início da separação. [...]Ele dizia que eu tinha outro homem, que toda mulher que ia pra lá fazia de corno o marido, e era aquela coisa. Eu não tive saco pra aguentar todo o tempo. Quer saber do que mais? Vai pra lá e deixa a minha vida em paz. Ele se punha escondido por lá

²⁶⁷ RAGO, Margareth. Adeus feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL*. Arquivo Edgar Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. *Mulher, história e feminismo*, n. 3/4. Campinas, SP: AEL, 1995/1996, p. 30.

esperando que eu sáísse com alguém de lá, e eu nunca saí, graças a Deus. Deus me preservou bastante.

A insegurança dos maridos estava no fato de suas esposas dividirem na fábrica os mesmos ambientes que os homens. Os maridos temiam o que de fato era possível acontecer: as relações afetivas. Alcicleia Santos nos contou que seu ex-marido andava atrás dela dizendo que ia matá-la: “dizia que ia me matar, dizia que eu não queria mais ele porque eu tinha outro homem, mas eu não tinha ainda...”.²⁶⁸

Outra entrevistada que nos trouxe elementos para pensar as decorrências do trabalho feminino na Tecejuta sobre as relações conjugais foi Teodora Castro, que nos contou como seu esposo lidava com a situação:

Eu trabalhava junto com ele. Saía junto de casa e voltava junto. Ele tinha ciúmes de mim, porque todo homem tem ciúme da mulher, né? Ele sentia ciúme lá do trabalho, ele não queria que eu conversasse com outro homem, e pensava que quando eu conversasse com mulher, elas estavam trazendo recado de alguém. Tudo isso ele pensava.²⁶⁹

O comportamento dos homens pode ser explicado pelos padrões culturais com os quais eles se identificavam: de acordo com esses padrões, eles deveriam ser os provedores da família; no entanto, os homens pobres não conseguiam prover as necessidades de seus filhos e esposas, tendo elas que sair para trabalhar também, e isso gerava um desconforto para sua imagem de masculinidade. Referindo-se ao ambiente das metrópoles brasileiras na *belle époque* (anos 1890 e 1900), Rachel Soihet descreve essa situação:

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influencia dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança.²⁷⁰

²⁶⁸ Alcicleia Santos, 71 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

²⁶⁹ Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 mar. 2012.

²⁷⁰SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINKYS, Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 370.

A fábrica instaurou insegurança não apenas nos homens, mas também nas mulheres, que viam seus maridos deixarem seu lar para trabalharem ao lado de várias mulheres. Para esses operários, o simples fato de as mulheres estarem lá não era motivo para serem consideradas mulheres de conduta duvidosa. Mas, numa atitude similar à dos homens que tinham mulheres na Tecejuta, as esposas de operários iam à fábrica e tomavam satisfação das mulheres operárias:

Tinha um senhor que ele me conheceu desde moleca, ele se dava muito com meu pai e eu respeitava muito ele e aí a mulher dele foi parar na fábrica pra falar comigo, que queria saber a verdade se eu andava com o marido dela. [...] mas tinha muito comentário assim, e não era só comigo não, a maior parte da mulherada... tinha mulher deixada do marido e o pessoal comentava muito, vixe!²⁷¹

A quebra de demarcação de espaço entre o privado e público escandalizava as pessoas de fora da fábrica. A princípio, na pesquisa, pensávamos que o motivo da existência de imagens depreciativas atribuídas às operárias da Tecejuta relacionavam-se apenas ao trabalho feminino noturno (turnos da noite e da madrugada), mas no decorrer das entrevistas, foi possível compreender que a busca por uma explicação para isso devia avançar para além desse elemento. A esse respeito Maria Ildecy nos narrou:

Não. Não era trabalhar à noite, era trabalhar *na Tecejuta*, porque a maioria, que incrível que pareça, a maioria das mulheres que trabalhavam lá, era assim: mãe solteira, separadas, viúvas, sabe?... entendeu? então eles diziam que a Tecejuta era lugar das prostitutas, entendeu?, então não só à noite, era em geral.²⁷²

Outro depoimento que faz alusão a esse respeito é o de Estela Maria Oliveira: “Eles falavam: – ah! Olha, porque mulher que trabalha na Tecejuta coloca muito chifre no marido”.²⁷³

É relevante a frase de Maria Ildecy: “eles diziam que a Tecejuta era lugar das prostitutas, entendeu?, então não só à noite, era em geral.”. O simples fato de as

²⁷¹ Alcicleia Santos, 71 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

²⁷² Maria Ildecy Palmeira, 56 anos, lissadeira. Entrevista realizada em 25 out. de 2012. Grifos nossos.

²⁷³ Estela Maria Oliveira, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em 12 out. 2012.

mulheres trabalharem na Tecejuta já era motivo para serem vistas como prostitutas. O que levava as pessoas de fora da fábrica a fazer esse associação? Rago nos ajuda a entender esse aspecto: “‘Mulher pública’, a prostituta foi percebida como uma figura voltada para o exterior, mulher do mundo sem vínculos nem freios, ao contrário da mãe, toda interioridade, confirmada no aconchego do espaço privado”.²⁷⁴

A mulher se lança ao trabalho na fábrica, local considerado em Santarém como um espaço público, e a partir dessa atitude passa a ser visibilizada negativamente (isto é, sua presença é apontada e qualificada com sinal negativo), pois todos os olhares estão voltados para aquele empreendimento. Essa mobilidade de espaços deu a elas uma certa autonomia e libertação das amarras estabelecidas pelo moral vigente. Ali elas se fortaleciam, visto que encontravam outras mulheres em sua mesma condição – de mãe solteira, viúva e/ou separada do marido – ou não, que viviam o mesmo contexto de trabalho, o que acaba por tornar possível a construção de uma identidade entre elas. Tudo isso lhes dava condições e ânimo para que buscassem ocupar outros espaços públicos além da fábrica, como os salões de festas nos finais de semanas. Esse fortalecimento gerava uma liberação (inclusive no terreno sexual), rompendo com a imagem da mulher frágil, que devia apenas ocupar os espaços privados de sua casa.

As festas eram um de seus principais divertimentos, como se vê nas narrativas das operárias: “Eu gostava de festa e ia com as meninas de lá da fábrica, a gente se juntava e ia”, diz Moaçara Campos²⁷⁵. “A festa era uma animação toda, a gente ia à festa e farreava”, lembra Joana Montanha²⁷⁶.

Dessa forma, as trabalhadoras da fábrica eram comparadas com as prostitutas também em virtude de sua autonomia e desenvoltura nos espaços públicos. Seus companheiros estavam longe de ser seus mantenedores. Reportando-nos ao depoimento de Maria Ildecy: “por incrível que pareça, a maioria das mulheres que trabalhavam lá, era assim: mãe solteira, separadas, viúvas, sabe?” Na visão de uma sociedade voltada para os padrões de moral

²⁷⁴ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 148.

²⁷⁵ Moaçara Campos, 66 anos, tecelã. Entrevista realizada em 14 jun. 2010.

²⁷⁶ Joana Montanha, 66 anos, costureira. Entrevistada em 14 jun. 2010.

pautados nas referências religiosas cristãs, elas eram consideradas “mulheres perigosas”. Assim como a imagem estereotipada construída para as prostitutas, outro estereótipo relacionado com o trânsito em espaços públicos era, em Santarém, o das mulheres casadas que lá trabalhavam, as quais, nessa visão, logo seriam levadas a cometer adultério.

A presença de mães solteiras e mulheres separadas na Tecejuta pode ser explicada pelo fato de essas trabalhadoras serem atraídas pela fábrica, em razão de estarem ainda mais necessitadas de encontrar meios de sustento do que outras mulheres, por não poderem contar com o apoio material de um cônjuge. Mas, como vimos pelos depoimentos de Joana Prata e Teodora Castro, a própria ocupação de um espaço que não era o do lar, em suas funções de operárias, representava um elemento de conflito conjugal, o que motivava separações, de modo que, se por um lado a fábrica atraía mulheres com o mencionado perfil, por outro lado ela também as “produzia”.

É interessante notar, no que se observa em Santarém, que mesmo os trabalhos exercidos pelas mulheres na Tecejuta compreendendo atividades tradicionalmente consideradas femininas, como tecer, costurar, fiar, encher carretéis de linha, esse fato não minimizava o peso negativo, aos olhos da coletividade, de sua presença na fábrica, visto que tais atividades eram desenvolvidas num espaço considerado público, do qual o gênero feminino deveria manter-se distante. Esse fato parece adicionar mais um elemento de crítica à visão pela qual, nas metrópoles brasileiras das últimas décadas do século XIX e início do século XX, a sociedade global identificaria as atividades exercidas na indústria fabril têxtil como trabalho feminino²⁷⁷. Se na Santarém dos anos 1960, 1970 e até 1980 era generalizado o entendimento do trabalho de mulheres em uma fábrica, mesmo têxtil, como condenável, como se poderia encarar como minimamente compatíveis com a moralidade feminina as atividades fabris no contexto daqueles primeiros anos da indústria fabril no país?

²⁷⁷ Podemos mencionar, como exemplo dessa visao, o trabalho de Helleieth Saffioti (já aludido na presente dissertação), citado em artigo por Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, que anuncia uma crítica a essa avaliação mas não chega a explicitá-la, observando apenas que ela é “passível de contestação”. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Além da indústria têxtil: O trabalho feminino em atividades “masculinas”. In: BRESCIANI, Maria Estela Martins (Org.). A mulher no espaço público. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18. SP, 1989, p. 83-98. A obra citada pela autora é o livro *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, em uma edição de 1981.

O modo como se via o trabalho de mulheres na Tecejuta desse período guarda semelhanças com a visão constatada por Rago com relação às primeiras décadas da indústria fabril no país:

Diante do crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo público acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças. Evidentemente, os problemas decorrentes da urbanização – o aumento das epidemias, da violência, dos roubos, a presença de mendigos, loucos, caftens, menores abandonados nas ruas da cidade, sem falar das agitações políticas, em grande parte promovidas por anarquistas e socialistas – aumentavam a insegurança.²⁷⁸

Assim, a imagem da mulher que trabalhava – fora do lar – estava carregada de preconceito:

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perda moral, degradação e prostituição”.²⁷⁹

Contudo, em nossa pesquisa, observamos que não era o mundo público de modo geral o espaço considerado ameaçador para a moralidade das mulheres, mesmo porque em Santarém não havia ocorrido nenhum crescimento urbano “vertiginoso”. A Tecejuta foi instalada numa cidade que mantinha uma estrutura urbana em grande medida tradicional, sem grandes transformações. Na verdade, essa fábrica é que foi o grande elemento de mudança no cenário santareno. Assim, não era uma dada característica do espaço urbano que, no imaginário da cidade, se associava ao espaço da fábrica para torná-lo um ambiente ameaçador à moralidade das mulheres, como na descrição de Rago. A explicação para a caracterização desse ambiente como tal deve ser buscada em elementos diversos daqueles apontados por Rago. O que a pesquisa permite concluir, como acreditamos ter sido demonstrado, é que essa visão do espaço fabril decorria, fundamentalmente, do

²⁷⁸RAGO, Margareth. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 588.

²⁷⁹ Idem, p. 589.

fato de ali ambos os sexos ocuparem o mesmo ambiente, sendo essa visão reforçada pelo fato de que, em medida considerável, as mulheres que se dispunham a ocupar os postos de trabalho na Tecejuta não se enquadravam nos padrões morais da cidade, como era o caso das mães solteiras e separadas. Mas até mulheres virgens que trabalhavam na fábrica para ajudarem seus pais fugiam esse enquadramento pelo simples fato de trabalharem na Tecejuta. Temos algumas narrativas que nos iluminaram as análises:

Eu sempre fui uma menina muito na minha. Mexiam, os homens mexiam com a gente, mandavam recado, não tinha celular, não tinha nada dessas coisas, mas eu não dava confiança não, eu nunca tive essa situação com 14 anos, tinha assim um namoradinho que queria namorar, mas eu não dava confiança, nem todo mundo dava. Naquele tempo a gente tinha até medo de homem, não é como hoje que as meninas são atiradinhas, naquele tempo não, a gente cuidava do nosso trabalho e pronto. Tinham essas mulheres que eram mães de filho, que engravidavam dos homens, mas eram mulheres acostumadas a ter homem, mas tinha muita menina virgem que trabalhava lá.²⁸⁰

Perguntamos se dentro da fábrica havia, entre as próprias operárias, algum tipo de julgamento em relação às colegas que resultasse em alguma forma de classificação entre elas, por algumas serem mães, outras virgens:

Não, não tinha. As senhoras mães de filhos era que dava conselho pra gente, a gente tinha a maior relação com elas, inclusive até hoje tem senhoras que eram mães de filhos, viúva, separadas do marido que é [sic] amiga da gente, normal; entre a gente não tinha esse tipo de coisa. Se tinha era do pessoal de fora da fábrica.²⁸¹

A operária Maria Eliete descreve da seguinte maneira sua relação na fábrica com as colegas de trabalho:

Eu não tinha muita colega [sic], eu era uma pessoa muito reservada, nunca gostei de amizade com ninguém, nunca gostei de estar assim muito junto. Agora, quando a gente entrava no vestiário, no vestiário das mulheres era muito aquela fofquinha de menina que era uma coisa assim, a intimidade de cada uma, meio difícil de falar né? Só que elas eram meio desbocada [sic],

²⁸⁰Laurinda Pederneiras, 64 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 28 set. 2015.

²⁸¹ Idem.

falavam um bocado de besteira. Então é assim, a gente ouvia muita coisa boa, mas também muita coisa ruim que elas falavam. Eu não sabia nem o que era, porque quando eu me casei com ele era uma moça [virgem] ainda, meus pais eram muito reservado [sic], eram umas pessoas que não deixavam a gente tá [sic] junto onde a depravação era constante. Assim, então eu falava, uma vez eu ouvi elas falarem em relação, eu não sabia o que era porque meu pai e minha mãe nunca falaram, antigamente as família [sic] eram muito fechada, os pais não falavam nada né? Então muitas coisas a gente não aprendeu. Fomos aprender com tempo, depois de casada. E ouvia elas falarem muita besteira.²⁸²

Tanto na narrativa de Laurinda Pederneiras quanto na narrativa de Maria Eliete Feijão percebemos que elas não tinham orientações sexuais em casa e o que aprendiam era no trabalho, ouvindo as colegas falarem de suas experiências. O interessante era que esse contato se dava quando elas se reuniam no vestiário, lugar onde só podiam entrar mulheres, o que tornava possível falarem de suas experiências de forma mais livre. Diante dessas conversas, as dúvidas que surgiam podiam ser esclarecidas quando elas iam ao médico da fábrica.

Essa integração das mulheres da fábrica ressignificou sua postura. Com as operárias da Tecejuta, um novo estilo de mulher emergia no cenário de Santarém. Não queremos dizer que antes essas mulheres não existissem, mas elas estavam invisibilizadas por uma capa de valores morais impostos.

4.2 DANDO O QUE FALAR: HOMENS E MULHERES NA TECEJUTA

A fábrica produzia mais que a sacaria de juta, ela produzia um outro tipo de comportamento nas mulheres e nos homens que trabalhavam ali, visto que estavam inseridos em uma outra lógica de comportamento. A produção exigia de ambos os sexos uma carga horária de rotatividade de turnos, as horas extras, a parada para o lanche, as idas ao vestiário, as conversas no caminho de volta para a casa, as brincadeiras e conflitos. Todo esse cotidiano envolvia homens e mulheres que ali trabalhavam.

E os homens da fábrica passavam a olhar suas colegas de trabalho de forma diferente, uma vez que, assim como eles, elas deixavam seus lares para irem ao

²⁸² Maria Eliete Feijão, 66 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 08 set. 2015.

trabalho. Isso não significava que os conflitos do cotidiano não existissem entre os gêneros. Em alguns casos, podemos observar casos de agressão verbal e até mesmo física entre eles. Mas o que a pesquisa permite constatar é que havia também admiração e respeito, o que se vê pelos depoimentos abaixo, colhidos em entrevistas com mulheres e homens:

Os homens da fábrica visavam muito as mulheres também. Eles visavam muito como se elas fossem... assim, vamos ali, marca um encontro e vai, sabe? Porque a fábrica já tinha fama, você trabalhava lá e já entrava nos olhos dos homens. Mas a fábrica também deu muito casamento, muitas pessoas honestas, pessoas boas que trabalhavam lá, inclusive meu casamento foi de lá, que eu conheci meu esposo, que até hoje eu vivo... 36 anos com ele. E a gente tinha que se valorizar, porque se a gente não se valorizasse, aí a gente ia não ter respeito de ninguém. A gente precisava se valorizar pra gente trabalhar pra tratarem a gente com seriedade, porque acontecia de muito esposo deixar a esposa por causa de amante lá na fábrica.²⁸³

Eram mulheres que trabalhavam, tinham seu salário, tinham seu emprego. Eram mulheres que sustentavam famílias, eram mãe e pai. Eram mulheres responsáveis que cuidavam de suas famílias... Toda visão negativa sobre essas mulheres era de pessoas que não trabalhavam aqui [na fábrica]. Trabalhou [sic] aqui muitas meninas que casaram e casaram bem, muitas mulheres bonitas, aqui a gente não ouvia falar isso aí [Eveready], mas lá fora o pessoal comentava. E muitos homens que trabalhavam aqui casaram com mulheres daqui; eu casei com uma daqui.²⁸⁴

Essa minha esposa eu conheci lá [na Tecejuta]. Conheci ela um dia com uma colega, aí disse assim: “que menina bonitinha, tão interessante”. Aí eu conquistei a Celeste por intermédio de um picolé. Dava um picolezinho e tal, aí fomo, fomo [sic] namorando. Passamos três ano [sic] namorando, aí casamo [sic], tamo [sic] com 43 anos de casado, graças a Deus.²⁸⁵

Foi na fábrica, eu conheci ele lá. Ele mandou um recado pelo amigo nosso, meu né? Aí eu não quis falar com ele e ele não insistiu, aí passou uns seis meses e ele retornou de novo a mandar outro recado, aí eu não sei como foi que aconteceu que começemos [sic] a namorar, aí pronto, começou. Ninguém sabia; já depois que eu tive meu filho ... Aí o pessoal foram [sic] saber.²⁸⁶

²⁸³ Maria Arlequim, 60 anos, tecelã. Entrevista realizada em 11 mar. 2015.

²⁸⁴ Teotônio Araújo, 64 anos, funcionário da Tecejuta. Entrevistado em 10 out. 2014.

²⁸⁵ Nonato Serra, 75 anos, Caldeira. Entrevista realizada em 04 set. 2015.

²⁸⁶ Laurinda Pederneiras, 64 anos, espuladeira. Entrevista realizada em 28 set. 2015.

Eu comecei a namorar desde lá, né?, desde a fábrica. Assim, se olhava... depois lá fora que se acertava, mas dentro da fábrica não. O pessoal me retalhava porque ele era casado, eu falava: “se ele é casado, eu não fui buscar ele na porta da casa dele, eu não chamei ninguém pra ficar comigo, ficou porque quis”. Eu mostrava meu filho, eu estou aqui pra trabalhar, e a gente tá até hoje há 22 anos; estamos bem casados porque nunca brigamos.²⁸⁷

Maria Arlequim, Teotônio, Nonato, Laurinda e Jurema dentre outros operários trazem narrativas de suas uniões conjugais na fábrica e se orgulham de estarem até hoje com seus companheiros e companheiras. Essas pessoas se conheceram dentro da fábrica trabalhando juntas, compartilharam uma diversidade de situações, as quais acabaram aproximando-as para uma união para além da fábrica.

Para os homens que encontraram companheiras na Tecejuta, o fato de algumas das mulheres da fábrica já terem filho(s), não as diminuía. Observamos nas narrativas dos homens entrevistados que eles não se referiam a elas com nomes pejorativos ou preconceituosos; fica evidente em todas as narrativas tanto de homens quanto de mulheres que o preconceito vinha de pessoas de fora da fábrica. Na narrativa de Teotônio, por exemplo, quando ele menciona mulheres que tiveram filhos sem consolidar uniões com os pais das crianças, não as chama de *mães solteiras* (expressão que tinha um sentido pejorativo), descrevendo-as assim: “Eram mulheres que sustentavam famílias, eram mãe e pai”.

Na narrativa de Alcicleia Santos, seu futuro esposo na época não se importava por ela ter cinco filhos:

Olha, eu conheci ele lá [na Tecejuta] ..., tinha uma colega minha que era arrematadeira, aí ela sempre ia buscar merenda com ele. Aí quando foi um dia, eu estava com muita dor no estomago, aí ele trazia café, aí fui lá com ele e disse: “a Rosa que me mandou aqui, se dava para o senhor me arrumar um pouco de café?”, aí ele disse: “pode tirar aí”, aí eu tirei, aí quando foi no outro dia, ele mesmo foi lá comigo perguntando se eu queria merendar..., e sempre quando a gente saía da Tecejuta, a gente vinha de pés. [...], aí ele me chamou: “Camargo! Eu queria falar contigo”; aí ele disse mesmo assim: “Tu quer morar comigo?”. E eu disse: “mas, logo eu!”. Eu disse pra ele que eu tinha cinco filhos, ele disse que não se

²⁸⁷ Jurema Cardoso, 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

importava, que ele ficava com todos os cinco filhos meu. E olha, eu dei sim pra ele e vim morar com ele e estamos juntos há 46 anos. Ele criou todos os meus filhos e hoje cada qual tem sua casa, respeitam muito ele, e estou com ele até hoje. Os que falaram de mim, estão todos lascados.²⁸⁸

Francisco Duarte nos relata os comentários, de seus conhecidos, quando decidiu casar com Alcicleia Santos:

Quando eu pensei em casar com ela [Alcicleia Santos], os colegas diziam: “tu é muito maluco, tu é doido da cabeça, como é que vai casar com uma mulher que tem cinco filhos?”. E eu meti a cara e tem ela pra contar. Ela tinha cinco filhos que não tinha registro e eu registrei tudinho no meu nome. Hoje estão todos nas suas casas. Graças a Deus.²⁸⁹

Alcicleia Santos continuou:

Teve um cara que disse pra ele: “tu é doido, essa mulher vai te cornear, ela é safada, não vale nada!”. Um dia eu o encontrei e estava com o Francisco. Ele disse: “Oi Alcicleia, nunca mais tinha te visto!”. “Eu estou aqui junto com o Francisco, aquela safada que tu falaste que ia fazer ele de corno, quantas vezes eu já saí sem ele? Pergunta pra ele”.

Acostumadas a lutar e a enfrentar situações-problemas no cotidiano dentro e fora da fábrica, não deixavam que seus companheiros resolvessem por elas os problemas, elas mesmas iam para a frente e resolviam. Esse era um perfil comum nas mulheres da fábrica.

Adotando uma nova postura de uma mulher mais segura e autônoma diante de suas vontades, as operárias da Tecejuta negavam-se a se submeter às regras que antes as dominavam. Falavam o que lhes vinha à mente, expressavam suas insatisfações e chateações, até mesmo com palavrões, como observamos na ficha de advertência da operária Wanderlucia Moraes. O documento, lavrado em 1987, registra que ela levou advertência pelo motivo de “deferir palavras de baixo calão dentro do setor pessoal, desrespeitando assim o chefe do departamento e seus

²⁸⁸ Alcicleia Santos, 71 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

²⁸⁹ Francisco Duarte, 66 anos, setor Acabamento. Entrevista realizada em 05 set. 2015.

auxiliares”²⁹⁰. Na ficha, observamos também que a operária negou-se a assinar. Temos também a ficha de advertência de Maria Cleunice Peneira, de 1984, em que se registra essa punição por “faltar com respeito o seu superior e se recusar em cumprir as ordens do mesmo”.²⁹¹

As inúmeras advertências encontradas rompiam com uma imagem de mulher fortemente presente em Santarém na época, pela qual ela deveria manter-se numa atitude de subordinação e submissão ao homem. Mais ainda: essa imagem incluía a ideia de que a mulher “direita” não pode expressar seus desejos em relação ao homem²⁹². Contudo, no plano afetivo e até mesmo sexual, muitas delas iam à luta e mostravam-se donas de suas vontades e desejos. Nada nos autoriza a generalizar esse perfil para todas as trabalhadoras da Tecejuta, mas o que podemos concluir, com base nas entrevistas realizadas, é que a ideia do recato, sempre imposto à conduta feminina²⁹³, estava longe de figurar entre os valores mais partilhados por essas mulheres. Jurema nos mostra em sua narrativa esse perfil:

[...] eu era muito sacana, o pessoal me retalhavam muito [sic] ali fora da fábrica, mas eu não ligava. Diziam que eu queria namorar com todos, mas não era, eu não tenho culpa de alguém vir pra cima de mim. Eu não tenho ninguém, vou agarrar, agarro mesmo! Se é teu, mana, tu segura lá. Agora, não deixa escapar porque se passar na rua da minha casa eu pego, não deixa passar que eu pego [risos].²⁹⁴

O comportamento despojado de operárias como de Jurema também gerava conflitos entre as operárias, em especial devido ao ciúme em relação a seus companheiros, que se manifestava aberta, e por vezes, violentamente, dentro da fábrica. Maria Eliete nos narrou em entrevista:

²⁹⁰ TECEJUTA – Fichas de advertência, 28 fev. 1987.

²⁹¹ TECEJUTA – Fichas de Advertência, 13 jan. 1984.

²⁹² Como argumentam Maria Izilda Matos e Rachel Soieth, a vida sexual feminina foi sempre um tema tabu para a sociedade, que lhe impõe o silêncio e a ocultação, Nela, “o prazer feminino é negado, até mesmo reprovado: coisas de prostitutas”. MATOS, Maria Izilda; SOIETH, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São paulo: Ed. da UNESP, 2003. p. 16.

²⁹³ Ainda uma vez mais, convém lembrar os registros de Matos e Soieth quando destacam que práticas de controle social sobre o corpo e a conduta feminina foram correntes ao longo da história: “a conveniência ordena às mulheres da boa sociedade que sejam discretas... A mulher decente não deve erguer a voz. O riso lhe é proibido”. MATOS; SOIETH. Op. cit., p. 15.

²⁹⁴ Jurema Cardoso, 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

Eu muitas vezes discutia por causa dele. Porque isso [aponta para o marido] era muito namorado. E nós éramos casado, e quando chegava lá, aí me contavam. “Ah, Nonato fez isso”, aí aquilo me aborrecia, as coisas... Aí um dia ainda dei um puxão de cabelo numa sujeita lá por causa dele. Ela foi fazer pouco de mim e eu não admito isso.²⁹⁵

A esse respeito, o depoimento de Alcicleia Santos também pode ser mencionado:

Ele namorava com meninas da fábrica. Até hoje ele tá com uma dona que ele... ela sabia que ele vivia comigo e ela se meteu no meio e não deu certo e ela ficou com ele.²⁹⁶

É uma possibilidade grande que entre os motivos das discussões e agressões entre as operárias, registradas nas fichas de *advertência* e *suspensão* encontradas na documentação da fábrica, estejam exatamente casos de ciúmes como esses relatados. Como se viu no segundo capítulo, esses dois tipos de punições correspondiam à infrações de gravidades diferentes quanto ao regulamento interno da Tecejuta. A documentação de que dispomos é muito fragmentária, por isso as evidências apresentadas a seguir são somente indicativas e representam provavelmente apenas uma pequena parte do que ocorria no cotidiano da fábrica. Entre as fichas salvas por ocasião do resgate da documentação na Tecejuta, temos os seguintes casos de suspensão:

23/12/1978 – Maria Claudete da Silva (seção Tecelagem), por 3 dias, “Por agregção [sic] Mútua, com a Sra. Mariana dos Santos Cardoso, fato este ocorrido as [sic] 21:30 horas do dia 22.12.78”.

23/12/1978 – Mariana dos Santos Cardoso (seção Tecelagem), por 3 dias, “Por agregção [sic] Mútua, com a Sra. Maria Claudete da Silva, fato este ocorrido as [sic] 22:30 [sic: provavelmente um erro de datilografia] horas do dia 22.12.78”.

29/12/1979 – Tenória Pereira (seção Intermediária), por 6 dias, “por agredir fisicamente sua colega de serviço a Sra. Maria Regina Moreira, fato este ocorrido em 28/12/79”.

11/1/1979 – Marieta Barroso (seção Tecelagem), por 2 dias, “Por Agredir fisicamente sua colega de serviço”.

²⁹⁵ Maria Eliete Feijão, 66 anos, arrematadeira. Entrevista realizada em 08 set. 2015.

²⁹⁶ Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

- 29/12/1979 – Maria Regina Moreira (seção Intermediária), por 3 dias, “por agregação [sic] mútua com a sra. Tenória Pereira, fato este ocorrido em 28/12/79”.
- 29/12/1979 – Livia Maria Ribeiro (seção Intermediária), por 3 dias, “por participar da agregação [sic] física com as sras. Tenória Pereira e a sra. Maria Regina Moreira, fato este ocorrido em 28/12/79”.
- 8/12/1980 – Armanda Mendonça (seção Fiação), por 3 dias, “Por brigar com sua colega de trabalho em hora de expediente”.
- 8/12/1980 – Maria Marlete Pinheiro (seção Intermediária), por 3 dias, “Por brigar com sua colega de trabalho em hora de expediente.” [Pela data, supõe-se que a briga tenha sido com Armanda Mendonça].
- 5/3/1981 – Zuleide Rugosa (seção Intermediária), por 2 dias, por “desentendimento com sua colega em horario [sic] de trabalho”.
- 10/7/1981 – Maria Gorete Palheta dos Anjos (seção Fiação), por 3 dias, “por desentendimento e agregação [sic] física com sua colega de serviço, Neuza Estela Amazonas Pereira, fato este ocorrido em 09.07.81, as [sic] 18:00 horas”.
- 10/7/1981 – Neuza Estela Amazonas Pereira (seção Fiação), por 3 dias, “por desentendimento e agregação [sic] física com sua colega de serviço Maria Gorete Palheta dos Anjos, fato este ocorrido em 09.07.81, as [sic] 18 Horas”.
- 20/8/1981 – Amelia Montanha da Mata (seção Intermediária), por 3 dias, por “agressão física [sic] com sua colega Maria das Neves Vasconcelos”.
- 20/8/1983 – Maria Edilene dos Anjos (seção Fiação), por 2 dias, “Por desacatar sua colega em horário de serviço”.²⁹⁷
- 29/12/1983 – Olendina Pereira Cardoso (seção Preparação), por 3 dias, “Por brigar com sua colega de trabalho dentro do banheiro. (Auriane Almeida Pastela)”.
- 29/12/1983 – Auriane Almeida Pastela (seção Fiação), por 3 dias, “Travaram briga corporal dentro do banheiro. (Olendina Pereira Cardoso)”.

Tem-se ainda uma *advertência*, datada de 11/11/1980, aplicada a Maria Clara dos Santos, do setor de Preparação, “Por desintender-se [sic] com sua colega de serviço, em horário e recinto de trabalho, fato este ocorrido em 11.11.80, as [sic] 10:00 Horas.”

²⁹⁷ No comunicado interno enviado pelo Departamento Técnico à Diretoria, documento pelo qual foi solicitada a suspensão, que diz estar a operária “enquadrada no item [sic] 2.16 letra L do REGULAMENTO INTERNO DA COMPANHIA”, lê-se uma anotação a lápis que diz: “Desacatar, brigar ou Agredir sua colega de trabalho em horario [sic] de serviço”. Não tivemos acesso ao regulamento interno da Tecejuta, mas o que se depreende dessa anotação é que a mesma corresponde ao disposto no item citado.

Nas *sindicâncias*, documentos em que ficavam registradas as investigações levadas a cabo dentro da fábrica e suas conclusões, tomamos conhecimento de situações de conflito entre os trabalhadores da fábrica originadas por casos de assédio e agressão verbais e físicas. Tais agressões verificaram-se em conflitos envolvendo conjuntamente trabalhadores e trabalhadoras da fábrica. A seguir, passamos a iluminar e discutir algumas dessas situações.

Sindicância: Processo do Raul – do Pedro e Maria Marcelina

Comunicado interno (CI): 29/04/1974

Senhor Diretor,

Diante da incumbência que me foi dada por essa diretoria de proceder o inquérito com relação a denúncia verbal formulada pelo Sr. Roberto Mangureira – chapa 536 vigia da área desta empresa, contra o vigia especial Raul, venho, tomando os depoimentos de quatro pessoas arroladas por mim como testemunhas, dar as minhas conclusões e sugerir medidas, as quais, finalmente, ficarão a critério de V.S. acatar ou não:

Quatro testemunhas foram ouvidas.

Motivo: Raul Barra manter relações sexuais na guarita com operárias da empresa (denúncia do Sr. Pedro Mangureira – 1ª testemunha)

1ª testemunha (denunciante Pedro Mangureira):

Há coisa de 15 dias passados e novamente no dia 21 do corrente aproximadamente às 9/10 horas [sic] da noite, no expediente de trabalho de domingo, o vigia especial, Raul Barra, então prestando trabalho na guarita principal, pediu a chave da guarita que fica próximo ao fim da área cercada e que dá acesso ao depósito de matéria-prima, guarita nova, dizendo que queria as chaves para “comer uma dona que havia contratado”. Embora relutante o declarante entregou as chaves, fato presenciado pelo outro vigia de área Astrogildo Lima, que também escutou o que disse o sr. Raul, que fato [sic] contínuo saiu com direção ao local já citado sendo acompanhado pelo lado de fora, por uma mulher, isso da primeira vez, que era operária da fábrica, tendo já pedido demissão. Da segunda vez aconteceu a mesma coisa, o sr. Raul pelo lado de dentro e a mulher pelo lado de fora, chegando ao local ele abriu o portão, ela entrou e trancaram-se, como da primeira vez, dentro da guarita, conforme ele mesmo falou quando de lá voltou, sendo que está bem certo que somente da última vez o outro vigia Astrogildo Lima, presenciou o fato. Que conhece a mulher só de vista e sabe que ser [sic] ela ainda operária da fábrica. Que depois do acontecido, em ambas as vezes, o sr. Raul ainda comentou com o declarante e o vigia Astrogildo o

seu ato amoroso. – Que não comunicou logo o fato porque considerava o sr. Raul como seu chefe. – Que em ambas as vezes ficou guardando o lugar do sr. Raul.

Santarém, 26 de abril de 1974

Pedro Mangueira

Vigia de área

2ª testemunha – Astrogildo Lima (vigia):

Declara que não tem qualquer desavença com o Sr. Raul Barros e que também não é parente ou amigo íntimo do Sr. Pedro Mangueira. Que sabe ter o Sr. Raul pedido as chaves da guarita nova por duas vezes ao Sr. Pedro, que anteriormente, quando a guarita ainda não tinha chave, ficou guardando a guarita principal enquanto o Sr. Raul se dirigia para “fazer amor” na guarita nova. Somando assim três vezes. Que conhece duas das mulheres que estiveram com o Sr. Raul e que duas ainda são operárias da Fábrica. Uma das mulheres chama-se Maria Marcelina e a outra poderá reconhecer se a encontrar. Que o Sr. Raul sempre comentava seus encontros com o declarante falando claramente o que ia fazer na guarita e que tais encontros ocorreram dois em dia de semana, sempre depois das 10 horas da noite e uma vez só, com Maria Marcelina, no último domingo. Que quando ia para os encontros recomendava que se alguém indagasse sobre seu paradeiro que o declarante dissesse que ele estava fazendo ronda em outro setor da área industrial. Que por diversas vezes encontrou o Sr. Raul dormindo dentro da guarita. Que guardava apenas a oportunidade para fazer a denúncia e quando tivesse uma testemunha visual do caso, o que somente agora está acontecendo. Que ontem pela noite e hoje pela madrugada foi intimidado pelo Sr. Raul a não declarar qualquer coisa que venha prejudicá-lo e sabendo de tudo não pode negar, mas mesmo assim teme um ataque de ira do Sr. Raul. Aproveita para declarar mais que o Sr. Raul lhe contou ter escrito duas cartas a uma senhora casada que trabalha juntamente com seu esposo aqui na fábrica, que esta não lhe respondeu e que o Sr. Raul lhe falou que se ela topasse ele fugiria com ela. O nome da senhora é Antônia Silva e do marido desta é Otelo Silva. Que nada mais tem a declarar e por ser verdade o que aqui vai, afirmo do próprio punho.

Santarém, 27 de abril de 1974.

Astrogildo Lima

Vigia de área

3ª testemunha – Maria Marcelina (Tecendo) [sic]:

Declara que não tem nenhuma desavença e nem é amiga particular do vigia Astrogildo Lima, o mesmo acontecendo em relação ao vigia Pedro Mangueira. Que sempre chega dentro do horário e nunca chegou fora em dois anos que trabalha. Que é teceloa [sic] desde quando entrou a trabalhar na Tecejuta. Que não tem nenhuma relação de amizade [sic] ou qualquer coisa que o valha com o Sr. Raul Barra, apesar de “dar-se com ele”, mas que não tem “coisa” alguma com ele. Que nunca manteve nenhum encontro com ele aqui na Tecejuta em hora de trabalho. Que não tem nada com ele nem aqui e nem fora, que apenas passa por ele no portão e fala como qualquer outra pessoa fala. Concitada a declarar a verdade resolveu confessar que realmente teve um encontro com o Sr. Raul Barra vigia da guarita e que tal encontro ocorreu de fato na outra guarita, que sabe também que o Sr. Raul é inconveniente com outras operárias dirigindo-lhes pilherias [sic] e galanteios, sem distinguir senhoras, senhoritas e até operárias de vida mais livre. – que seu encontro foi as [sic] 20 horas do domingo retrazado [sic]. Que nada mais tem a dizer a não ser que o Sr. Raul lhe falava constantemente no “assunto” e que por isso acabou por ceder, mas que agora está gostando de um rapaz solteiro com quem tem esperança de normalizar sua vida, que precisa trabalhar porque é mãe de quatro filhos e a vida de uma mãe solteira é cheia de passes incríveis e para viver e criar seus filhos às vezes tem de sofrer vexames e humilhações tremendas. Não quer em hipótese alguma perder seu emprego. Sendo só a verdade o que aqui vai, assina a presente declaração.

Santarém, 29 de abril de 1974

Teceloa.

4ª testemunha – Antônia Silva (Tecendo):

Declara que trabalha na Tecejuta há 6 anos e que tem 15 anos de casada, que gosta do seu marido que é um homem trabalhador e honesto e que tem 3 filhos vivos, que trabalha para ajudar na manutenção do lar. Que em todos esses anos jamais alguém se atreveu a dirigir-lhe pilherias ou propostas, pois sempre procurou portar-se com respeito e cordialidade com todas as pessoas com quem tem convivido no trabalho e isso é coisa fácil de comprovar junto aos seus companheiros. Que ficou muito indignada quando a vigia do vestiário, de quem não sabe o nome porque evita o máximo ir alí [sic], lhe entregou uma carta quando ela estava na máquina trabalhando e outra vez foi um vigia de nome, ao que sabe, Pereira, que também lhe levou outra carta na máquina, isto tudo ocorreu no mês de fevereiro. Que por não saber do que se tratava procurou ler as duas cartas ao seu tempo e indignada rasgou-as e mandou um recado ao remetente, Sr. Raul Barra, dizendo-lhe que nem olhasse para ela, a declarante, caso contrário contaria para seu marido, o que não fez temendo um desfecho fatal no caso. Que nunca lhe falou

no assunto a não ser uma vez que convidou para um encontro e ela o repeliu imediatamente e o ameaçou, que, entretanto, notava sempre temerosa os seus olhares quando ela passava e que cada dia ficava mais indignada com a situação, mas mesmo assim procurava ignorar-lo [sic] e ele, por sua vez, não mais importunou. Que não comentou o fato com nenhuma outra pessoa e que julgava que somente os dois que levaram as cartas sabiam do assunto. Que quando recebeu as cartas e presenciava os olhares sua reação era de desespero e nervoso e que tem trabalhado angustiada todos esses tempos porque jamais algum homem lhe causou tanto problema na vida, pois nunca deu motivos para gracejos ou qualquer aproximação que não fosse respeitosa. Que nada mais sabe, principalmente porque não liga mesmo para o que lhe acontece ao redor e que não seja motivo de trabalho, que espera que suas declarações não lhe venham prejudicar a vida conjugal, pois não deseja em hipótese alguma que seu esposo venha a saber de tal assunto, que nada mais tem a declarar e que ser verdade [sic] aqui vai, afirmar a presente declaração.

Santarém, 29 de abril de 1974

Espuladora

Em sua defesa, Raul nega o conteúdo principal da acusação, admitindo apenas ter-se ausentado do trabalho por um breve momento para encontrar-se com alguém que, pelos termos do depoimento, acreditamos pretendesse ele fazer crer que fosse uma prostituta:

EM ATENDIMENTO A CI - 04/74

Sendo dado 48 (quarenta e oito) horas, para formular defesa o vigia: Raul Barra declara ser uma verdadeira calúnia; o único fato verídico, consiste em o referido vigia ter abandonado de comum acordo com seus colegas de trabalho, o setor digo GUARITA, para tomar rumo ignorado com mulher mundana no intervalo de 20:00 minutos, assegurando o mesmo ter saído da Zona Industrial.

Quando a [sic] acusação de suas dormidas durante o percurso de trabalho, afirma como testemunha a pessoa do Sr. Álvaro Vieira, que sempre zela pelos interesses da Empresa e defesa [sic] o Vigia contra essa acusação.

Nada mais tem a declarar o acusado entregando o caso para que seja resolvido pela diretoria que o mesmo acredita justa.

Sendo estas suas declarações, é pelo mesmo assinada.

Raul Barra

Observamos que o caso apenas chegou aos superiores por motivo de desentendimento entre os vigias; caso contrário, a diretoria dificilmente tomaria

conhecimento do que acontecia na guarita. Os depoimentos dos dois vigias mencionam apenas três encontros no local, mas não se pode excluir a possibilidade de outros terem ocorrido.

Este caso nos leva a pensar várias questões. Existia alguma relação de poder entre o vigia Raul Barra e a operária Maria Marcelina, que tivesse pesado na decisão desta última de ceder aos seus galanteios? Por que ele não tinha sido denunciado antes? Qual teria sido a estratégia do interrogatório, que fez a operária Maria Marcelina confessar? O que a operária Maria Marcelina quis dizer com “operárias de vida mais livre?”; O que significava para essa operária namorar um rapaz solteiro com quem tinha esperança de normalizar a sua vida?; Quando a operária Maria Marcelina fala que “a vida de uma mãe solteira é cheia de passes incríveis e para viver e criar seus filhos às vezes tem de sofrer vexames e humilhações tremendas”, será que isso teve algum peso para ela ter cedido aos galanteios do vigia especial?; Ele teria negociado algum tipo de pagamento (dinheiro) para o encontro?; Para esta última suposição, estamos nos baseando no depoimento da testemunha Pedro Mangueira, quando em sua narrativa disse que Raul “queria as chaves para ‘comer uma dona que havia contratado’”. A palavra *contratado* é que nos leva a pensar em uma negociação, e a forma como ela denuncia o vigia especial Raul Barra mostra a falta de afetividade entre eles, o que torna essa relação muito diferente dos casos de namoro que ocorreram na fábrica.

Não podemos deixar de registrar o que fica patente em todos os depoimentos: Raul não se preocupou em momento algum em ocultar dos colegas o uso da guarita para práticas sexuais. Pelo contrário, alardeava o que estava fazendo, parecendo gabar-se disso. Essa atitude mostra um aspecto dos entendimentos masculinos sobre as relações de gênero, observáveis na época (e ainda hoje) em Santarém (e em muitos outros espaços). Mesmo o encontro com uma provável prostituta é admitido pelo vigia, em seu depoimento, num tom que não denota qualquer avaliação negativa de tal ato, como se, em caso de ser acreditado, imaginasse contar com a leniência dos outros homens que o ouviam e julgariam o ocorrido. Em outras palavras, sair por 20 minutos da fábrica para encontrar-se com uma prostituta não seria, em modo seu de entender, algo perdoável, tanto assim que lançou mão desse argumento para sua defesa.

Um detalhe no depoimento da quarta testemunha, Antônia Silva, nos chamou atenção em sua narrativa. Ela afirmou que “ficou muito indignada quando a vigia do vestiário, de quem não sabe o nome porque evita o máximo ir ali, lhe entregou uma carta quando ela estava na máquina trabalhando”. Por que a operária Antônia Silva evita ao máximo ir ao vestiário feminino, se este é um espaço reservado para as mulheres?

A sindicância traz vários tipos de documentos e entre eles um nos deu suporte para entender a diferença entre os vigias de área e os vigias especiais. Os vigias especiais eram hierarquicamente superiores aos demais vigias por terem cursos de defesa pessoal e porte de arma de fogo, enquanto os vigias de área não. Talvez esse fato desse certo poder ao vigia especial sobre os demais vigias. Na narrativa do vigia de área Astrogildo Lima encontramos indícios dessa possibilidade. Ali ele diz “Que ontem pela noite e hoje pela madrugada foi intimidado pelo Sr. Raul a não declarar qualquer coisa que venha prejudicá-lo e sabendo de tudo não pode negar” e na narrativa do vigia Pedro Mangureira: “Que não comunicou logo o fato porque considerava o sr. Raul como seu chefe”.

A relação de poder entre as categorias de vigia foi identificada na pesquisa, mas não conseguimos identificá-la no que diz respeito às mulheres que se relacionavam com o vigia especial; e pelos registros apresentados os encontros e as relações sexuais pareceram ter tido um caráter consensual.

Do desdobramento da sindicância foi possível perceber que, à princípio, a empresa considerou Maria Marcelina mais como “uma vítima, que mesmo culpada”. Mas no relatório final ficou determinado para ela: “*Demissão imediata ou expedição de aviso Prévio, se tiver mais de um ano de casa*”. A operária Antônia Silva não sofreu nenhuma punição, e a empresa considerou seu caso como de assédio. Quanto aos dois vigias de área – Pedro Mangureira e Astrogildo Lima –, o primeiro foi demitido e o segundo levou suspensão de 7 dias, mas permaneceu na empresa por ser deficiente físico, de um acidente na fábrica pelo qual perdeu o braço. O vigia especial foi demitido por justa causa.

A respeito de todo o ocorrido, pode-se formular algumas considerações gerais. Ao conduzir o inquérito e punir os implicados, a direção da fábrica demonstrava seu interesse em manter a ordem, visando a imagem e proteção da

empresa, e os trabalhadores usavam esse espaço da fábrica conforme seus próprios interesses também. Nada no episódio permite considerar que a direção da fábrica estivesse se importando com a reputação das mulheres. Fundamentalmente, ela estava voltada para a organização da empresa, para a ordem das coisas ali, para seu funcionamento sem riscos. Isso se torna evidente com o comunicado interno, em 29 de abril de 1974, do “inquisidor” para o Diretor industrial e administrativo:

Conclusão:

O Sr. Raul Barra abusou da grande confiança que foi depositada em sua pessoa, sua irresponsabilidade abrange toda a extensão dos motivos para uma dispensa imediata por justa causa e por ele próprio, vigia, deixando, fora de hora e em dia de domingo, quando todo o patrimônio da Empresa estava sob sua guarda, entrar na área cercada pessoas estranhas, mesmo sendo mulheres e à noite, é passível de penalidade pela JUSTIÇA CIVIL, seja qual foi o motivo da entrada, para encontro amoroso ou não. Por que tais pessoas não poderiam entrar para sabotar o mecanismo da fábrica? As mulheres não poderiam ficar distraindo o Sr. Raul enquanto alguma pessoa provocaria um incêndio na Fábrica, nos galpões de fibras, de produtos acabados? – tudo seria possível já que os outros vigias estavam fora de seus setores de trabalho a esperar o regresso do Sr. Raul. – levanto essas hipóteses para mostrar até que onde poderia ir a irresponsabilidade do Sr. Raul. [...]

Para avaliarmos o que estava em jogo no encaminhamento da sindicância, é importante considerar também que a direção tinha conhecimento de que ocorriam relações afetivas dentro da fábrica, como se depreende do conteúdo de algumas fichas de censura, que apresentamos a seguir.

Ficha de Censura

Santarém, 04 de outubro de 1974

Ilmo. (a) Osvaldino Carneiro = 257

Secção: Departamento Técnico

Depto: Fábrica

Prezado(a) Sr.(a): Waldenison Carneiro

Pelo motivo de ter Va. Sa., cometido falta consistente em: Manter relações amorosas com a operária desta empresa, sob sua subordinação, trazendo com isso reflexos extremamente perniciosos à disciplina na Fábrica.

A diretoria desta Empresa resolveu aplicar a pena de CENSURA, como medida disciplinar, lembrando-o de que a prática de tais

atos e sua repetição ensejará a tomada de medidas punitivas mais enérgicas que nos são facultadas por lei e que, no caso presente, estão configuradas no art. 482, da C.L.T., letras b e h. [Sublinhados no original.]

Encontramos mais duas *fichas de censura*, aplicadas no mesmo dia, com o mesmo motivo da primeira: “Manter relações amorosas com a operária desta empresa, sob sua subordinação, trazendo com isso reflexos extremamente perniciosos à disciplina na Fábrica.”, sendo uma para o Sr. Teodoro Martins, funcionário do departamento técnico e outra para o Sr. Mariano Castanheira, contramestre.

Assim, diante do fato de que os dirigentes da fábrica tinham conhecimento da ocorrência de relações afetivas entre trabalhadores e trabalhadoras, fica claro que sua preocupação central em todo o episódio era a proteção do “patrimônio da Empresa”. No entanto, não podemos ceder à fácil e simples conclusão de que se tratava apenas de uma questão de interesses econômicos da fábrica. Entender dessa maneira significaria adotar uma espécie de determinismo econômico, que implicaria desconsiderar a esfera da cultura (que existe tanto para os trabalhadores, como enfatizou Thompson no conjunto de sua obra, como, diríamos nós, para os representantes do patronato). Os interesses econômicos estavam entrelaçados às questões morais. Parece-nos que na Tecejuta havia um limite de tolerância para as relações entre os sexos, o qual era, em grande parte, motivado pela preocupação com a imagem da fábrica para a cidade, sempre presente em toda a história da empresa. A Tecejuta aplicava um grande empenho em demonstrar sua importância para Santarém, por meio de matérias pagas publicadas na imprensa local.

A concepção de que as operárias da fábrica eram mulheres “fáceis” não provocava nenhum dano à imagem da empresa, mas seria extremamente danoso para essa imagem a divulgação da ideia de que a Tecejuta fosse tolerante para com casos como o do vigia. Isso não exclui, é claro, a possibilidade de a própria identificação dos dirigentes com certos valores morais tivesse seu peso nas decisões tomadas com relação ao episódio; mas não há como separar, de um lado, a identificação com tais valores e, de outro, a preocupação com os interesses econômicos da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos conhecer a experiência dos trabalhadores da primeira e única fábrica de grande porte de Santarém, que muito interferiu no cotidiano da região e que muita importância teve no cotidiano da população pobre da cidade. Esta dissertação é o resultado dessa busca. Ao buscarmos conhecer essa experiência, esta pesquisadora experimentou a sensação de mergulhar num passado a que ela própria pertencia, pois seus pais trabalharam nessa fábrica, e ela mesma lá esteve presente diversas vezes.

Aliás, inúmeros habitantes da cidade têm memórias que se relacionam com a fábrica. Assim, contar a história dos trabalhadores da Tecejuta é de certa forma contar uma parte da história da cidade, tal foi sua presença no espaço econômico, social e político de Santarém. Essa é uma das razões por que a dissertação, logo no início, no primeiro capítulo, traz referências políticas relacionadas à criação da fábrica e o desenrolar de sua história administrativa. A outra razão para essa opção foi a necessidade de discutir o diálogo de referências por meio do qual os próprios trabalhadores, ao rememorem sua experiência, rememoravam também a trajetória da fábrica.

Cabe observar que, embora apresentemos referências econômicas e políticas relativas à história da Tecejuta, nesta dissertação não trazemos uma história econômica nem uma história política, e sim uma discussão alicerçada em uma narrativa que pretende contribuir para a construção de uma história social. Uma história social do trabalho, que não pode deixar de considerar elementos da história cultural. No caso, elementos da história cultural amazônica.

Procuramos fazer algumas pequenas incursões nessa história cultural, incursões limitadas pelo imperativo da prudência. Ao fazermos tais incursões, procuramos partir das referências trazidas pela própria memória dos trabalhadores, buscando articulações dessas referências com outras, fugindo porém de enquadramentos pré-estabelecidos.

Foi também a partir das referências presentes na memória dos trabalhadores que elaboramos a descrição do processo de trabalho na fábrica. Isso

porque não estávamos interessadas no puro e simples conhecimento desse processo, mas em seu significado para os trabalhadores que o viveram. Assim foi construído o capítulo 2, que trata da organização da produção. Ao mesmo tempo, pretendíamos obter uma descrição do processo de trabalho que não excluísse as implicações desse processo para as condições de existência dos operários. A simples contemplação de um organograma da fábrica não daria conta das efetivas condições de trabalho a que se estava sujeito quando o pão de cada dia dependia da dura jornada cumprida na Tecejuta. O suor, os riscos à saúde e à própria vida – e também os poucos, mas valiosos, momentos de expansão tornados possíveis pelo arduo aproveitamento das brechas no processo de trabalho – dificilmente apareceriam num estudo que partisse da mera consideração de esquemas.

Organogramas e esquemas do funcionamento da fábrica e de cada máquina, aliás, simplesmente não estavam à nossa disposição. A documentação de que dispusemos só se apresentou diante de nós por um desses acasos que beneficiam o pesquisador, dos quais fala Marc Bloch em sua *Apologia da História*: a necessidade de desocupação do espaço da fábrica, cujo terreno e prédios deveriam ter outra destinação por exigência dos poderes municipais, favoreceu a negociação do resgate do que havia sobrado dos documentos após 23 anos de abandono às infestações de fungos, microorganismos, insetos, ratos e morcegos, evitando assim seu desaparecimento definitivo.

Mencionamos aqui várias vezes a palavra *memória*, e isso tem uma razão. Ao lado dos documentos escritos, a memória dos trabalhadores, expressa nas entrevistas que produzimos, foi a matéria-prima de nosso trabalho, pois por meio dela construímos narrativas e descrições, que compuseram, portanto, uma parte do produto aqui apresentado (esta dissertação). Porém, encaramos a memória também como nosso próprio “objeto” de estudo, isto é, aquilo que, dentro de nossas limitações, procuramos compreender, em sua dinâmica e diversos outros aspectos. Colocamos aqui o termo *objeto* entre aspas porque sabemos que todo lembrar tem uma intencionalidade e assim não se presta a simples dissecações; pelo contrário, mesmo em situações de dura inquisição apresenta-se como um dos pólos de um diálogo, desejado ou não. Notamos isso, em especial, nos inquéritos produzidos pela administração da fábrica, que estudamos no capítulo 3. Nessa

parte da dissertação, buscamos descrever, sempre pelo viés da percepção dos trabalhadores, as condições de trabalho, incluindo os riscos de acidentes, os sistemas de remuneração, as estratégias de vigilância e controle – e as táticas dos operários para enfrentá-las, – a construção de sociabilidades e as possibilidades e modalidades de resistência.

Na última parte de nossa dissertação, o capítulo 4, em que discutimos as relações de gênero no cotidiano fabril, as referências culturais de Santarém no período estudado estiveram no centro do debate que propusemos. As entrevistas com ex-operárias e ex-operários da fábrica constituíram a base para a elaboração desse capítulo. A partir dessas entrevistas, mas também por meio do diálogo entre elementos da fala dos trabalhadores e algumas referências presentes na documentação, buscamos compreender as visões sobre o lugar da mulher nos espaços privado e público e identificar, entre outros aspectos referentes às relações de gênero, as transformações e permanências na moral sexual de Santarém produzidas pela experiência cotidiana das mulheres e homens que trabalharam na Tecejuta.

Estudar as experiências dos trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta, a Tecejuta, nos levou a perceber uma rede de relações da qual a fábrica fazia parte, como também sua importância para a cidade de Santarém e cidades vizinhas.

O estabelecimento, que, embora tenha sido fundado em 1951, só começou a funcionar na década de 1960, era fábrica pioneira da cidade, e um dos maiores empregadores da região do Baixo Amazonas. Por isso, o protagonismo no que se refere a sua criação foi objeto de disputas no campo da memória, as quais apresentavam evidentes conotações políticas. Essas disputas faziam parte do processo de produção da memória, o qual envolvia ocultamentos e ressignificações, operados em especial por meio do discurso jornalístico, visto que a imprensa local estava intimamente ligada à política.

No interior da fábrica, a Companhia buscava transformar pessoas simples, que trabalhavam de maneira informal e eram praticamente donas de seu tempo, em operários fabris. Para tal transformação, no início lançou-se mão de estratégias disciplinares visando moldar o trabalhador para que se adequasse ao ritmo das

máquinas, aplicando punições aos que não cumprissem as regras impostas. A figura vigilante do contramestre, indispensável na cadeia de comando fabril, não bastava para eliminar os conflitos, que apenas aumentavam. Para amenizar tais conflitos, a fábrica posteriormente estabelece premiações para os que fossem considerados os melhores trabalhadores: quem produzia mais, ganhava mais; esse era o sistema de bônus.

A Companhia se preocupava com a transformação de trabalhadores comuns em operários fabris, mas não se preocupou em orientá-los para os riscos com operação das máquinas. A falta de orientação e de equipamentos de proteção ao trabalhar custou às vezes perdas de membros de seu corpo. Diante disso, constata-se aqui que a empresa se beneficiou do perfil desses trabalhadores, que, pela falta de contato com outras realidades fabris, não tinham como avaliar a importância de equipamentos e medidas de segurança no trabalho. Assim, esses itens puderam ficar de fora do cômputo geral dos gastos da fábrica. O que se constata é que, do ponto de vista da direção da fábrica, o desgaste e até mesmo a mutilação do corpo do trabalhador não era o que estava em questão, e sim a produção em menor tempo possível e o lucro advindo do processo.

Do lado dos trabalhadores, a presença da Tecejuta no ambiente urbano ganhava significados próprios, construídos a partir de sua experiência como operários da fábrica e de suas referências na esfera da cultura. As estratégias disciplinares da fábrica não foram capazes de moldar os trabalhadores, que às vezes seguiam as regras e outras, não. As táticas utilizadas pelos trabalhadores da Tecejuta no dia a dia para fazer valer seus interesses no que se refere a elementos da vida cotidiana, como momentos de descanso, alimentação, interação espontânea entre colegas, nos mostram a constante batalha entre os dirigentes e os trabalhadores.

Mesmo assim, a Tecejuta produzia um novo perfil de trabalhador em Santarém, embora não inteiramente o almejado pela Companhia. O operário que ali trabalhava deixou de ser aquele trabalhador que havia chegado sem a experiência do trabalho fabril, mas não se tornou o trabalhador disciplinado, em perfeita sintonia com as diretrizes da gerência. Mantendo suas referências culturais amazônicas, suas experiências de um cotidiano fabril o levaram a se relacionar autonomamente com seus colegas de trabalho, numa vivência coletiva

que os envolvia em um mundo de sociabilidades. Esse cotidiano do trabalho unia homens e mulheres em um mesmo local, a fábrica, e ensejava um senso de identidade comum como trabalhadores, que se expressou, entre outras manifestações, no entendimento da memória sobre o tempo ali passado como um patrimônio partilhado em comum.

As operárias apresentavam um perfil de mulher não aceito na sociedade santarena. Além de estarem em lugar considerado público e em horários considerados impróprios, o que mais escandalizava as pessoas de fora da fábrica era que essas mulheres trabalhavam ao lado de homens. Este fato era o suficiente para não serem aceitas como mulheres “corretas”. Contudo, as mulheres da fábrica, apesar de toda a carga de preconceito que as envolvia, não se deixaram abater e acabaram se fortalecendo com o convívio mútuo, que se dava dentro e fora da fábrica. Afinal, a operária da Tecejuta vivia em meio a outras mulheres que se lançavam cotidianamente ao enfrentamento de sua situação. Assim, também um novo perfil de mulher, mais independente e resoluta na busca e afirmação de seus interesses, moldou-se e emergiu na cidade, produzido pela experiência dessas mulheres como operárias da fábrica.

Enfim, a Tecejuta foi cenário de encontros, desencontros, lutas e conquistas dos trabalhadores. Ela e o tempo que nela passaram é rememorado com saudade por todos que ali trabalharam, mesmo os que se nela se acidentaram. Pelo que pudemos concluir com o estudo das fontes documentais e orais, a saudade é produzida pela sensação de pertencimento a um meio em que todos partilhavam de uma experiência comum, submetidos aos mesmos desafios diários na busca pelo sustento por meio do trabalho e na percepção de uma grande cumplicidade no exercício das táticas inventadas e recriadas cotidianamente como resposta ao propósito da Companhia, diariamente reiterado, de extração do máximo da força de trabalho disponível em seus corpos.

REFERÊNCIAS

A – FONTES ORAIS²⁹⁸

ENTREVISTAS REALIZADAS COM:

Alcicleia Santos
Aldelice Santeiro
Antônio Castanheira
Astroclúdia Barroso
Astrogildo Repolho
Cecília Montana
Edionei Pereira
Edivalda Moita
Estela Maria Oliveira
Francisco Duarte
Joana Montanha
João Silva
Jurema Cardoso
Laurinda Pederneiras
Maria Arlequim Silva
Maria Eliete Feijão
Maria Ildecy Palmeira
Moçara Campos
Nonato Serra
Odicleisa Antunes
Sandrovaldo Pimenta
Teodora Castro
Teotônio Araújo
Valdino Silveira

²⁹⁸ Tanto os dados dos entrevistados quanto o dos respectivos depoimentos são informados no apêndice, ao fim da dissertação.

B – BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.
- AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. *Santarém: uma síntese histórica*. Canoas: Ed. ULBRA, 1999.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes et al. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. 9. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997. v. 1.
- CAMPOS, Luciane Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. *Tramas e fios: a fábrica têxtil em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. v. 1 (Artes de fazer).
- CHAUVEAU, Agnès; TÈTART, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e História nos anos de 1980. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério P. da. (Org.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naif, 2011.
- DELGADO, Lucélia de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Brumenau (1958-1968)*. Tese (Doutorado em

- História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão Nosso de cada dia: trabalhadores e indústria da panificação e a legislação trabalhista (Belém 1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Adenor da Silva Ferreira. Ryota Oyama: o sucesso da aclimação da juta. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na Agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.
- ISHIZU, Tatsuo. *Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre (1926-1962)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María: história oral e questões de gênero. Trad. Melissa Santos Fortes e Andre Caleffi. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e História do Trabalho. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009, p. 147-170.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MATOS, Maria Izilda; SOIETH, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Além da Indústria Têxtil: O trabalho feminino em atividades “masculinas”. *Revista Brasileira de História (A Mulher no Espaço Público)*, vol. 9, n. 18. SP, 1989, p. 83-98.
- MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: condicionantes para a fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas et al. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Vera Maria Candido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Org.). *Imprensa Operária no Amazonas: transcrições e fac-símiles*. Manaus: EDUA, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Memórias de Santarém*. Santarém: Ed. d'O Estado do Tapajós, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 25-39.
- PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ed. da UNESP/Contexto, 2001.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, Luzia Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Ed. da UNESP/Contexto, 2001.
- RAGO, Margareth. Adeus feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*. Arquivo Edgar Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. *Mulher, história e feminismo*, n.º 3/4. Campinas, SP: AEL, 1995/1996, p. 30.
- REZENDE, Vinicius Donizete de. *Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP(1950-1980)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. *A justiça do trabalho e os trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: relações de gênero e história em José de Alencar*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- SOUZA, José Camilo Ramos. Parintins e Vila Amazônica: Uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na Agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.
- SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes de. *A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra amazônica (1966-2006)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo/ Brasiliense, 1991.
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: a trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.
- VIEIRA, Ana Lúcia. *"A colaboração lhe bate à porta...": visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953)*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Biblioteca Nacional, 2013.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEBER, Regina. *A Formação do trabalhador fabril: História Oral em Ijuí/RS*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

C – PERIÓDICOS

O Baixo-Amazonas. Santarém, anos de 1952 a 1953. Jornal impresso.

O Jornal de Santarém. Santarém, anos de 1966 a 1971. Jornal impresso.

Jornal do Baixo-Amazonas. Santarém, ano de 1979. Jornal impresso.

Jornal O Mariano. Santarém, ano de 1954. Jornal impresso.

O Constructor Civil. Manaus, ano de 1920. Jornal impresso.

Revista Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição. Santarém, anos de 1974 a 1977. Revista Impressa.

Revista Manchete. Edição especial: Amazônia: um novo Brasil. Rio de Janeiro, fev. 1973. Revista Impressa.

D – DOCUMENTOS DA FÁBRICA

TECEJUTA. *ATA de fundação*. Santarém, 10 de novembro de 1951. Texto datilografado.

TECEJUTA. *Comunicados Internos*. Santarém, anos de 1972 a 1974. Textos datilografados.

TECEJUTA. *Fichas de censura*. Santarém, anos de 1974 e 1975. Fichas preenchidas com datilografia ou texto manuscrito.

TECEJUTA. *Livros de Ocorrências*. Santarém, anos de 1972 a 1990. Cadernos em brochura com folhas manuscritas.

TECEJUTA. *Sindicâncias*. Santarém, anos de 1974 a 1978. Textos datilografados.

TECEJUTA. *Fichas de acidentes*. Santarém, anos de 1974 a 1985. Fichas impressas preenchidas com datilografia ou texto manuscrito.

TECEJUTA. *Fichas de advertência*. Santarém, anos de 1980 a 1990. Fichas impressas preenchidas com datilografia ou texto manuscrito.

TECEJUTA. *Fichas de suspensão*. Santarém, anos de 1978 a 1984. Fichas impressas preenchidas com datilografia ou texto manuscrito.

E – TEXTO PUBLICADO EM SÍTIO ELETRÔNICO

PINTO, Lúcio Flávio. A saga da juta entre memória e esquecimento. Disponível em:
<<http://www.chupaosso.com.br/index.php/noticias/1555-a-saga-da-juta-entre-memoria-e-esquecimento>> Acesso em 5/5/2014.

F – ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS EM SÍTIOS ELETRÔNICOS

Esteira da Maria. Letra de música em folheto publicitário da pilha Eveready. Anos 1960-1970. Disponível em:
<<http://espacointerativo.tumblr.com/post/34007129648/eveready-a-pilha-do-gato>> Acesso em 1/3/2015.

A pilha do gato. Letra de música em folheto publicitário da pilha Eveready. Anos 1960-1970. Disponível em:
<<http://espacointerativo.tumblr.com/post/34007129648/eveready-a-pilha-do-gato>> Acesso em 1/3/2015.

APÊNDICE

DADOS DOS ENTREVISTADOS E DOS RESPECTIVOS DEPOIMENTOS

1. **João Silva.** Nasceu no município de Santarém, na Vila de Alter-do-Chão, pai agricultor e mãe doméstica, mas também ajudava seu pai na agricultura. Saiu da Vila para morar na Cidade de Santarém em 1947. Passou um tempo trabalhando de caminhoneiro e prestava serviços para a montagem da fábrica. Foi admitido como funcionário da fábrica em 1959. É casado e aposentado, e participa da comunidade religiosa da Igreja Nossa Senhora das Graças. (*Entrevistas concedidas: a primeira em 15 de outubro de 2012, a segunda em 11 de fevereiro de 2015 e a terceira em 6 de março de 2015 – todas em sua residência*).

2. **Teodora Castro.** Natural de Santarém, embora, antes de trabalhar na fábrica, morasse na colônia, região do planalto, área rural do município, distante da cidade. Nasceu em 1948. Em 1965, seu pai, que já trabalhava na Tecejuta como vigia, ajudou a filha e o genro a se empregarem na fábrica, ela com a função de tecelã e seu esposo como contramestre. Hoje é mãe de cinco filhos e viúva. (*Entrevista concedida em 15 de março de 2012, em sua residência*).

3. **Astroclúdia Barroso.** Viúva, mãe de três filhos, é pensionista. Nasceu em 1951, em Santarém, filha de pescador e parteira. Desde 10 anos, começou a ajudar os pais nas despesas da casa realizando diversos trabalhos: ia ao mato cortar lenha para vender, fazia caieira²⁹⁹ com sua mãe, vendia o carvão assim produzido e também enchia baldes com água para vender nas casas (pois na maioria delas não

²⁹⁹ **Caieira.** A acepção que este termo tem no Pará não aparece nos dicionários. Trata-se de um dispositivo para produzir carvão. Um dos modos para se fazer uma caieira é o seguinte: (1) faz-se uma cova rasa, de mais ou menos um palmo de profundidade e formato aproximadamente retangular alongado; (2) coloca-se um pedaço grosso de pau (chamado “perna manca”) um pouco maior do que a largura da cova, atravessado sobre uma das extremidades, e faz-se o mesmo na outra extremidade; (3) coloca-se a madeira que se quer queimar horizontalmente no sentido do comprimento da cova, apoiada nas pernas mancadas; (4) cobre-se a madeira com palha e serragem misturadas; (5) numa das extremidades do dispositivo, no sentido contrário ao vento, insere-se horizontalmente, junto à superfície da terra, uma lata (como a de leite em pó) sem tampa e sem o fundo, para permitir a entrada de ar, necessário ao fogo (abaixo da madeira, ficará um espaço vazio, com ar); (6) colocam-se pequenos pedaços de madeira junto à lata, que serão queimados para dar início ao fogo; (7) cobre-se pouco a pouco o dispositivo com uma camada de terra (como resultado de tudo isso, surgirá uma elevação de mais ou menos um palmo acima do nível do terreno onde se fez a cova). A madeira queimará lentamente, produzindo o carvão.

havia água encanada). Começou a trabalhar na Tecejuta em 1967 aos 17 anos. Na fábrica exerceu várias funções. *(Duas entrevistas concedidas: a primeira em 13 de março de 2012 e a segunda em 17 de outubro de 2014, todas em sua residência).*

4. **Joana Montanha.** Natural de Alenquer, filha de pescador. Não conheceu sua mãe, morava com seu pai. Nasceu em 1944. Veio para Santarém em 1968, ano em que começou a trabalhar na fábrica como costureira. Só saiu da Tecejuta quando ela fechou. É mãe de dois filhos, aposentada e separada desde quando começou a trabalhar na fábrica. *(Entrevista concedida em 14 de junho de 2010, em sua residência).*

5. **Maria Arlequim Silva.** Nasceu no Tapará, nome de uma região de várzea próxima de Santarém, em 1º/10/1955. Veio para Santarém aos 10 anos trabalhar como babá. Aos 12 mudou com uma família para Belém, exercendo a mesma função. Quando retornou a Santarém, aos 15 anos, sua família já morava na cidade, no bairro da Prainha, onde se localiza a Tecejuta. Seu pai trabalhava como carregador do porto e sua mãe era doméstica. Morou dois anos em Manaus e voltou em 1972. Começou a trabalhar na fábrica em 1975. É mãe de seis filhos, aposentada, há 37 anos casada com um ex-operário da fábrica. *(Concedeu três entrevistas: a primeira em 10 de junho de 2010, a segunda em 11 de março de 2015 e a terceira em 24 de junho de 2015, todas em sua residência).*

6. **Moçara Campos.** É solteira, aposentada, mãe de dois filhos. Nasceu na cidade de Alenquer, em 13/5/1943. Órfã de pai desde a idade de um ano, vivia com sua mãe. Veio para cidade de Santarém com sua mãe e seu filho em 1970 para morar na casa de seu irmão. Começou a trabalhar na Tecejuta em 1971 e saiu em 1990 quando ela fechou. *(Concedeu duas entrevistas: a primeira em 14 de junho de 2010, a segunda em 11 de março de 2015, todas em sua residência).*

7. **Sandrovaldo Pimenta.** Separado, pai de sete filhos, aposentado, morador do bairro da Área Verde em Santarém, onde mora com dois filhos. Nasceu em 1945. Natural do Tapará, região de várzea, próxima de Santarém. Mudou para a cidade de Santarém em 1968, ano em que começou a trabalhar na Tecejuta. Acidentou-se

nos primeiros três meses e perdeu o braço, mas permaneceu na fábrica exercendo a função de vigia. *(Entrevista concedida em 19 de março de 2015, em sua residência).*

8. **Laurinda Pederneiras.** Nasceu na cidade de Itaituba, em 2/7/1951. Veio para Santarém em 1962, com 10 anos, quando o pai separou da mãe. Sua mãe a deixou na casa de uma tia em Santarém e voltou para trabalhar no garimpo. Aos 14 anos começou a trabalhar na Tecejuta, no setor da espula. Com 16 para 17 anos saiu da fábrica e foi para Manaus com seu pai. Ali, onde também trabalhou em uma fábrica, passou quatro anos. Quando retornou para Santarém voltou a trabalhar na Tecejuta, onde conheceu seu esposo que trabalhava lá como mecânico. Saiu da fábrica em 1986. É mãe de quatro filhos e casada com ex-operário da fábrica. *(Entrevista concedida em 28 de setembro de 2015, em sua residência).*

9. **Maria Eliete Feijão.** Natural da comunidade de Aritapera, próximo de Santarém. Nasceu em 7/7/1949. Em 1967 foi com uma família para Belém e retornou em 1969 para morar em Santarém, onde conseguiu emprego na Tecejuta. Começou a trabalhar na fábrica no setor da tecelagem e depois foi ser arrematadeira, função que exerceu até sua saída da fábrica em 1976. Na fábrica conheceu um operário da caldeira, com quem se casou e constituiu família. *(Entrevista concedida em 8 de setembro de 2015, em sua residência).*

10. **Alcicleia Santos.** Natural de Santarém. Nasceu em 24/6/1944. Com 12 anos costurava para ajudar a família. Seu pai era estivador e pescador; sua mãe era lavadeira. Começou a trabalhar na Tecejuta em 1965 no setor da fiação, depois foi para a espula, onde passou pouco tempo; o restante do período em que trabalhou na fábrica foi como costureira. Saiu em 1980 para cuidar dos filhos, principalmente da sexta filha, que tinha apenas quatro meses de nascida. Na fábrica conheceu seu esposo, com quem constituiu família. *(Entrevista Concedida em 20 de setembro de 2015, em sua residência).*

11. **Estela Maria Oliveira.** Nasceu em 1945. Começou a trabalhar na Tecejuta em 1973, no setor da Tecelagem. Fazia parte da diretoria do sindicato e permaneceu

na fábrica até 1990, quando esta fechou. *(Entrevista concedida em 12 de outubro de 2012, em sua residência).*

12. **Nonato Serra.** Nasceu em 3/3/1940, na Comunidade do Mururu. Veio para Santarém para estudar, mas, segundo conta, “não quis saber do estudo, gostava de tocar cavaquinho”. Começou a trabalhar na Tecejuta em 1970, no setor de serviço braçal, depois passou para operador da caldeira. Saiu em 1977 e foi trabalhar na Mineração Rio do Norte. Ainda quando trabalhava na Tecejuta conheceu uma operária, com quem está casado há 43 anos. *(Entrevista concedida em 4 de setembro de 2015, em sua residência).*

13. **Edivalda Moita.** Nasceu em 1953. Começou a trabalhar na fábrica no final da década de 1980, após a morte de seu esposo. Antes não trabalhava fora de casa; cuidava do lar e dos filhos. Com a morte do marido, deixou seus filhos com suas irmãs. Na fábrica, trabalhou como arrematadeira. Saiu em 1990, quando a Tecejuta fechou. *(Entrevista concedida em 9 de outubro de 2012, em sua residência).*

14. **Odicleisa Antunes.** Nasceu em 1945. começou a trabalhar na Tecejuta em 1966 no setor da Tecelagem e saiu no ano seguinte. Adoeceu de problemas respiratórios, os quais atribui ao fato de que a juta soltava muito fiapo. A seu ver, aquele pó fazia com que ela ficasse mais doente. Aí saiu e ficou com receio de voltar. *(Entrevista concedida 2 de outubro de 2012, em sua residência).*

15. **Cecília Montana.** Nasceu em 1946. Começou a trabalhar na fábrica em 1969, no setor da espula, aos 18 anos, e só saiu quando a fábrica fechou. Depois que saiu da fábrica, trabalhou nos correios, na Receita Federal e no INCRA. Em 2004 se aposentou, aos 52 anos. Rememora a fábrica com saudade e afirma que gostava de trabalhar lá. *(Entrevista concedida em 23 de outubro de 2012, em sua residência).*

16. **Edionei Pereira.** Aposentado, natural do Igarapé do Costa, região de várzea, próximo da cidade de Santarém. Nasceu em 1/7/1955. Veio para Santarém em 1977, ano em começou a trabalhar na fábrica como operário no galpão da matéria-prima. Na Tecejuta conheceu Maria, operária da fábrica com quem está casado há

37 anos. É pai de seis filhos, três de criação e três biológicos. *(Entrevista concedida em 18 de março de 2015 em sua residência).*

17. **Teotônio Araújo.** Nasceu em 1950, em Santarém. Começou a trabalhar na fábrica em 1967, aos 17 anos, como operário. Exerceu várias funções dentro da fábrica, incluindo atividades administrativas. Em junho de 1990 fez acordo com a Tecejuta, que, segundo Teotônio, já havia começado a fechar desde o início de 1990. Hoje é aposentado, casado com ex-operária da fábrica. *(Entrevistas concedidas: a primeira em 5 de novembro de 2012, a segunda em 8 de fevereiro de 2013 e a terceira em 10 de outubro de 2014, todas na própria Tecejuta).*

18. **Jurema Cardoso.** Aposentada, casada com ex-operário da Tecejuta, tem um filho. Nasceu em 1954. Natural de Santarém, seu pai era mecânico e sua mãe costureira. Começou a trabalhar na Tecejuta em 1975, no setor da tecelagem, depois passou por vários setores. Declara agradecer a Deus a existência da fábrica, por ter conseguido educar seu filho com dinheiro do seu trabalho lá. Casada com ex-operário da fábrica. *(Entrevista concedida em 4 de janeiro de 2016, em sua residência).*

19. **Francisco Duarte.** Natural do Arapixuna, comunidade próxima a Santarém. Nasceu em 22/10/1949. Veio para Santarém em 1971 para morar na casa de uma prima que já trabalhava na Tecejuta no setor de pessoal. Francisco começou a trabalhar lá por intermédio dessa prima. Trabalhou desde o início no setor de acabamento. A fábrica foi seu primeiro trabalho de carteira assinada. Coursou até a 3ª série primária. É aposentando, casou-se com uma operária da Tecejuta, teve com ela dois filhos, que, somados com os cinco filhos que ela já tinha, constituíram uma grande família. *(Entrevista concedida em 5 de setembro de 2015, em sua residência).*

20. **Maria Ildecy Palmeira.** Nasceu em 1956, em Santarém. Começou a trabalhar na fábrica em 1975. Procurou emprego na Tecejuta porque precisava ajudar sua mãe e criar sua filha. Começou amarrando fios de juta e depois passou para as máquinas. Quando ia para a fábrica, deixava a filha com sua mãe. Nas folgas da

fábrica, ajudava sua mãe a costurar e bordar. *(Entrevista concedida em 25 de outubro de 2012, em sua residência).*

21. **Antônio Castanheira.** Nasceu no Tapará, região de várzea, em 28/6/1939. Tinha um tio que morava em Santarém, e veio morar com ele e sua avó. Foi criado pela avó porque veio para a cidade ainda criança. Viu a construção da Tecejuta. Foi para Belém em 1959. Ali, passou um ano servindo o exército, depois trabalhou na CATA, fábrica de tecelagem dessa cidade. Voltou para Santarém em 1966, ano em que começou a trabalhar na Tecejuta, como chefe do setor da urdideira. *(Entrevista concedida em 8 de agosto de 2015, na Tecejuta).*

22. **Astrogildo Repolho.** Nasceu em 1949, em Santarém. Aos 19 anos, começou a trabalhar em uma panificadora. Em 1965, começou a trabalhar na Tecejuta no escritório do setor de pessoal. Trabalhava de dia e estudava à noite. *(Entrevista concedida em 11 de outubro de 2012, em sua residência).*

23. **Adelice Santeiro** – Nasceu em 1930, em Santarém. Trabalhava no setor da tecelagem; chegou a trabalhar em quatro teares ao mesmo tempo. *(Entrevista concedida em 03 de outubro de 2012, em sua residência).*

24. **Valdino Silveira.** Nasceu em 28/9/1952, na região do Lago Grande, distante de Santarém algumas horas de barco. É casado, aposentado. Veio com seus pais e irmãos para Santarém em 1971. Seu pai era ferreiro, e Valdino o ajudava em sua oficina. Quando completou 18 anos foi trabalhar na Tecejuta, como mecânico e lubrificador das máquinas. Entrou para trabalhar na Tecejuta em junho de 1978 e saiu em junho de 1990, quando ela fechou de vez. *(Entrevista concedida em 5 de janeiro de 2016, em sua residência).*

* * *